

ANA CAROLINA DA SILVA BORGES

NAS MARGENS DA HISTÓRIA:
Ruralidade e comunidades “ribeirinhas” no Pantanal Norte (1870-1930)

Cuiabá, outubro de 2008

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

B732m Borges, Ana Carolina da Silva Borges.

As margens da história: ruralidade e comunidades
“ribeirinhas” do pantanal norte. (1870/1930). / Ana Carolina
da Silva Borges. – 2009.

Xii, 209 f. ; 30 cm. (inclui mapas)

Orientador: Oswaldo Machado Filho.
Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato
Grosso. Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

1. Pantanal. 2. “ribeirinhos. 3. sociedade. 4. natureza.
5.cotidiano. I. Título.
CDU 94:316.334.55 (817.2)

Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

ANA CAROLINA DA SILVA BORGES

NAS MARGENS DA HISTÓRIA:

Ruralidade e comunidades “ribeirinhas” no Pantanal Norte (1870-1930)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT, para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Oswaldo Machado Filho.

Cuiabá, outubro de 2008

ANA CAROLINA DA SILVA BORGES

NAS MARGENS DA HISTÓRIA:

Ruralidade e comunidades “ribeirinhas” no Pantanal Norte (1870-1930)

Banca Examinadora

Prof. Dr. Oswaldo Machado Filho – orientador
Universidade Federal de Mato Grosso.

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Costa – membro interno
Universidade Federal de Mato Grosso.

Prof. Dr. Paulo Celso Miceli – membro externo
Universidade Estadual de Campinas – Campinas – SP.

Prof. Dr. Ernesto Cerveira Cena – membro suplente
Universidade Federal de Mato Grosso.

In memória aos meus avós Fátima, Sérgio e Jovita, que me inseriram de forma direta e indireta no universo rural
Aos meus pais, Maria e Antônio Sérgio, simplesmente por tudo, tudo ... tudo

Agradecimentos

Ao longo da passagem no mestrado foram muitas as contribuições e apoios que recebi para o desenvolvimento deste trabalho, entre os quais contam instituições, assim como a atenção de seus funcionários, encontros de pesquisa, eventos esporádicos com os amigos e colegas, entre tantas outras situações que de uma forma ou de outra me possibilitou um delicioso percurso.

A começar pela CAPES, que ao me conceder a bolsa me proporcionou dedicação exclusiva a pesquisa, momentos estes que busquei usufruir o máximo possível, obrigada.

Não poderia deixar de mencionar a Universidade Federal de Mato Grosso, instituição esta que tem um espaço reservado em minha vida, ambiente em que graduei, fui bolsista no CNPq durante três anos, e ainda ingressei no mestrado. São sinceros os meus agradecimentos aos funcionários desta instituição que me atenderam prontamente -Biblioteca Central, Acervo Rubens de Mendonça, Restaurante Universitário, CAE (Coordenação de Administração Escolar), e as demais pro -reitorias, institutos e departamentos. Fico feliz em saber que tive o privilégio de usufruir por tantos anos de uma instituição pública, gratuita e de qualidade, er lamento que isso não ocorra de forma igualitária e justa para todos.

Reitero aqui meus agradecimentos a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que sempre se mostrou preocupada e disponível em oferecer possibilidade de melhorar a qualidade das pesquisas realizadas pelos pós-graduandos, custeando passagens terrestres, inscrições de eventos, estimulando os alunos a participarem, debaterem e divulgarem seus estudos nos encontros de sua área de atuação em diferentes lugares de nosso país.

Nesse sentido, é com muito carinho que venho agradecer também a Coordenação do Programa do Pós-Graduação-Mestrado em História-que não mediu esforços para garantir as condições necessárias para o desenvolvimento dos estudos realizados pelo programa. Agradeço ao admirável empenho da Prof^a Dr^a. Leny Caselli Anzai, que coordenando o programa de mestrado com clareza se prontificou em colocar os alunos a par de todas as dificuldades enfrentadas internamente no mestrado. Não são muitos os professores que tem essa disponibilidade. Ainda em relação ao Programa de Pós-Graduação, gostaria de deixar aqui os meus sinceros e profundos agradecimentos a Mônica Acendino, secretária do programa, exemplo de prestatividade e competência. Fico mais grata em ter encontrado nesta figura uma amiga gentil e preocupada, obrigada por tudo Mônica!

Ao NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) da Universidade Federal de Mato Grosso e ao Arquivo Público de Mato Grosso. Tive a honra de freqüentar durante meses esse ambiente de pesquisa e ser atendida pelos seus funcionários, estes me ensinaram a valorizar ainda mais os documentos antigos, guardados e bem organizados. Que bom que estes acervos estejam em boas mãos.

Agradeço a todos os meus colegas de pós-graduação diante das discussões e reflexões feitas em sala. Atribuo aqui especial agradecimento a pessoas que de simples colegas passaram a serem amigos: Rubens, Maria Auxiliadora, Sandro, Ana Paula, Lecy, Higor, Masília e Natália. Ao Rubens e a Dora pelas deliciosas conversas nos corredores e em aula. Ao Sandro agradeço aos ricos debates historiográficos, espero podermos participar de outros eventos juntos. A Ana Paula, Lecy e Higor, pelas reflexões e apontamentos decorridos das leituras sobre este trabalho, os livros emprestados, os encontros que participamos juntos, e especialmente o apoio, o carinho, o respeito, muito obrigado! A Masília e a Natália além de toda a nossa afinidade com algumas questões historiográficas ao apoio que vai além da convivência acadêmica. As lembranças de todos vocês ficarão comigo guardadas!

Agradeço aos meus amigos da “Leitura Dirigida”, Priscila (Pri) e Antônio Brás (Guido), também “irmãos de orientação” por todas as reflexões que realizávamos sobre nossas pesquisas, em torno das distinções quanto às correntes teóricas e metodológicas que seguimos. Agradeço principalmente as risadas e as ironias provindas de todas as nossas conversas. Adoro vocês!

Aos meus ex-colegas do NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos): Greice Guerreiro, Itamara dos Anjos, Gilian Evaristo e Paula Luciana. Foram muitos os aprendizados: pesquisa de campo, divulgação dos estudos em encontros, seminários internos e tantas outras etapas de trabalho que contribuíram significativamente no meu processo de maturidade intelectual, além dos momentos inesquecíveis de descontração, me diverti muito com vocês. A Greice Guerreiro agradeço ainda pela ajuda que me prestou com algumas bibliografias e discussões sobre gênero e a Paulinha pela leitura de uma parte do meu trabalho e apontamentos em relação às tabelas, mas sobretudo, pelo apoio e atenção incondicional nos momentos que mais precisei, muito obrigada! Estendo aqui meus agradecimentos ao Selton, a Sirlane e ao Zé Antônio pessoas queridas que tive a oportunidade de conhecer graças ao NERU. Espero que os laços que estabelecemos continuem cada vez com mais força.

Gostaria de agradecer enormemente a toda experiência e conhecimento que tive a oportunidade de adquirir com a professora Sueli Pereira Castro, professor Carlos Alberto Castro e o professor João Carlos Barroso ao longo dos meus três anos de Bolsa do CNPq.

Particularmente foi uma grande honra desenvolver pesquisa em suas companhias, aprendi muito sobre a importância da interdisciplinaridade, da pesquisa de campo, do cuidado com os documentos e tive uma boa noção do sentido de socialização de informações. Saibam que de uma forma ou de outra muito de nossas conversas e reflexões estão presentes neste trabalho.

Ao professor João Antônio B. Lucídio, que mesmo sendo breve o nosso contato foi de grande relevância para o meu objeto de trabalho. Graças aos conselhos desse professor, decidi trabalhar com os “ribeirinhos” nos séculos XIX e XX na minha monografia, e dei continuidade aos estudos no mestrado. Agradeço também pelas bibliografias e algumas considerações.

Aos meus amigos de todas as situações: Tereza, Anderson, Gilbert, Raquel, Diego, Flavinha, Elaine Cristina e Rosana. Guardo de vocês as melhores lembranças possíveis e expresso aqui todo o afeto, confiança e respeito que tenho a vocês. É bom saber que independente do lugar em que estiveram à presença de vocês é marcante em minha vida da melhor maneira possível. Adoro a todos!

Agradeço ao professor Dr. Paulo Miceli, por ter aceitado o convite em participar da minha defesa e se disponibilizar em ler esta dissertação e colaborar através de suas considerações que provém, sem dúvida nenhuma, de uma erudição e maturidade intelectual inquestionável.

Aos professores presentes no exame de qualificação. Ao Ernesto Cerqueira Cena pelas conversas, risadas, leitura e apontamentos sobre o meu trabalho, a você serei sempre grata. A professora Maria de Fátima, que infelizmente só tive a oportunidade de conhecer na pós-graduação, tendo o prazer de fazer a sua disciplina “História e Imagem”, que contribuiu significativamente em minha análise iconográfica. Aprendi muito com a seriedade e disciplina que esta professora estabelece em suas pesquisas historiográficas. Agradeço também as ricas indicações e ponderações que ajudaram no resultado ou na etapa final dessa dissertação, e por ter aceitado o convite em fazer parte da minha banca de defesa.

Aos meus irmãos, amigos e eternos companheiros de todas as horas. Faltam-me palavras para expressar a grande importância que vocês têm para mim, sou muito grata a todos, especialmente pelo apoio incondicional prestados sobre os meus estudos e os demais momentos necessários: Girley, Nádia, Sérgio, Maria, Marco, as minhas queridas Rafaela e Mariana, meu afilhado Leonardo e ao pequeno Víncius. Estendo meus agradecimentos também aos demais membros familiares: Waldir, Rogério e Nise.

A minha família: Tiago e Alice. Ao Tiago pelos momentos felizes e inesquecíveis que passamos juntos, as trocas de experiências, a maturidade adquirida frente as situações difíceis, as reflexões e embates historiográficos, enfim, ao apoio prestado e o amor construído ao longo de toda a nossa “história”. A minha pequena princesa, da qual tive que me ausentar inúmeras vezes em virtude da pesquisa, agradeço pela satisfação plena que desperta em mim quando estou ao seu lado, me orgulho dessa natureza rara. Saibam que agradeço a ambos por estarem presente no meu dia-a-dia, amo vocês!!!

Ao Oswaldo Machado Filho. Primeiro por ter aceitado me orientar, depois por ter feito de todas as nossas orientações um percurso tão gostoso e prazeroso de um “aprender a fazer história”. O rigor com a análise documental, a preocupação com o domínio metodológico e teórico, a disponibilidade em fazer discussões bibliográficas, tudo se somou para a realização desta dissertação, principalmente a paixão em desenvolver a pesquisa historiográfica. Reitero aqui a liberdade e a confiança que me foi concedida ao longo desta pesquisa. Espero sinceramente ter retribuído a altura de suas expectativas, obrigada Machado.

Resumo

O objetivo desta dissertação é discutir e analisar a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza na extensa área úmida do Pantanal Norte, tendo um interesse maior pelos moradores da beira dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 a 1930, chamados externamente de “ribeirinhos”. Primeiramente analisamos a forma como as atividades diárias dos trabalhadores rurais da beira dos rios eram vistas e entendidas por viajantes estrangeiros que visitaram a região, assim como os governantes provinciais e estaduais mato-grossenses, que criaram uma série de imagens pejorativas sobre a relação que estes moradores locais estabeleceram com o seu meio. O segundo passo foi adentrarmos no universo pantaneiro que os “ribeirinhos” ajudaram a compor, percebendo suas práticas diárias, seus saberes, seus valores e suas lógicas que possibilitaram uma forma singular de viver e ver

o mundo que contrariava os interesses dos segmentos sociais que formavam a elite de Mato Grosso. Este fato fica mais evidente diante das transformações ocorridas em Mato Grosso após o fim da Guerra com o Paraguai (1870) e a reabertura da navegação fluvial, tendo em vista o aumento das relações de troca e comércio locais com as embarcações fluviais, que permitiram a intensificação da exploração dos recursos naturais e a alteração na paisagem pantaneira. Todavia essas modificações oriundas de um mercado mundial em expansão, carregadas de valores, normas e preceitos “modernos” e “civilizados” não atingiu o cotidiano dos “ribeirinhos” como uma pressão externa que impunha alterações bruscas e repentinas. Isto porque os “ribeirinhos” ao atualizar seus costumes o fizeram por meio de uma racionalidade local que escapava das formas de controle dos principais grupos políticos vigentes no período em questão.

Palavras-chave: “ribeirinhos”, relação sociedade e natureza, cotidiano; Pantanal.

Abstract

The objective of this dissertation is to discuss and analyze the relationship between the society and the extensive nature in the wetland in the northern Pantanal, taking a greater interest by the residents along the Rivers São Lourenço and Cuiaba, between the years of 1870 to 1930, known for externally "ribeirinhos". First, we analyzed how the daily activities of the rural workers of the edge of rivers were seen and understood by foreign travelers who visited the region and governors of Mato Grosso, which created a series of pejorative images about the relationship between the Local residents and the environment. The second step was to enter in the universe that the "ribeirinhos" helped to compose, realizing their daily practices, their knowledge, their values and their logic that allowed a specific way to live and see the world that contradicted the interests of social groups that formed the elite of Mato Grosso. This is most evident in the face of changes in Mato Grosso after the War with Paraguay (1870) and the reopening of river traffic, having in view the growth of the relations of exchange and trade places with the river boats, which led to the intensification in exploitation of natural resources and changed the landscape of the Pantanal. However these changes from a growing world market, laden with values, norms and precepts "modern" and "civilized" not reached the everyday of "ribeirinhos" as an external pressure as imposing sudden and dramatic changes. This is because the "ribeirinhos" to update their customs did so through a local rationality who escaped the control of the main political groups existing in the period in question.

Keywords: "ribeirinhos"; relationships between the society and nature; everyday; Pantanal.

Sumário

Introdução.....	1
O objeto e a historiografia	4
Os “ribeirinhos”	13
O objeto em seu espaço e tempo.....	17
Sobre os capítulos	19
1º Capítulo:.....	23
Os “ribeirinhos” do Pantanal Norte na construção do discurso do “progresso”	23
“O problema da produção” em Mato Grosso.	24
A visita de Bartolomé Bossi ao Mato Grosso.....	27
A riqueza natural e a “mísera” população do Pantanal Norte	33
Entre uso edesuso: as críticas e as leis ambientais sobre as práticas dos “ribeirinhos”	43
Mato Grosso:um lugar aonde o “progresso” não chega.....	47
Os “ribeirinhos” e a circularidade cultural da elite de Mato Grosso	56
2º Capítulo.	63
Os “ribeirinhos” e o meio rural no Pantanal Norte.....	63
Formação e reprodução da ruralidade no Pantanal Norte	65
Desterritorializações indígenas no Pantanal Norte	74
Grupos sociais dos ambientes rurais pantaneiros	93
3º capítulo.....	102
Impressões sobre o espaço: moradias, vida material e códigos locais.....	102
As moradias	105
Vida material	115
Códigos e lógicas locais	119
4º Capítulo	134
Produção rural e a espacialização das diferenças	134
As unidades produtivas	135
Uma “pausa” para o descanso.....	140
A espacialização das relações de gênero.....	143
Para além do trabalho e da subsistência: as práticas cotidianas de lazer	153
O “muxirum”: trabalho praticado em comum	157
5º Capítulo:.....	161
Do “interior” para o “exterior”: o impacto da reabertura da navegação na Bacia do Prata nas práticas dos “ribeirinhos”	161
A caça: uma atividade lucrativa.....	162
O comércio exterior: considerações sobre as mercadorias exportadas	168
Entre a casa, o quintal e o rio: a intensificação de outras práticas.....	174
Compartilhando espaços, resignificando funções: as modificações nas relações de gêneros	181
A intensificação do comércio em pequena escala.....	186
Considerações finais	193

Índice de Imagens

IMAGEM I – Mapa -Pantaneais Mato-grossenses.....	3
IMAGEM II – Mapa-Detalhe que destaca as áreas ocupadas por portugueses entre o rio Cuiabá e São Lourenço (R. dos Porrudos) (1769).....	67
IMAGEM III -Mapa parcial do Pantanal	71
IMAGEM IV -Mapa -Aldeamentos Guaná.....	77
IMAGEM V – Mapa de localização da aldeia dos índios Guaná em Cuiabá	79
IMAGEM VI – Mapa-Território ocupado originalmente pelos Bororos e as reservas atuais .	82
IMAGEM VII– Foto -Moradias ribeirinha (Foto de Cláudio Bastos).....	108
IMAGEM VIII – Croqui -Espacialidade ribeirinha.....	132
IMAGEM IX – Foto -Moradia ribeirinha (Foto de Cláudio Bastos).....	134
IMAGEM X– Croqui -Espacialidade ribeirinha.....	137

Índice de Tabelas

TABELA I --Exportações dos principais produtos de Mato Grosso (1908-1911).....	169
TABELA II -Participação dos principais produtos nas exportações (1908-1911).....	170
TABELA III -Imposto sobre os produtos exportados de Mato Grosso (1885).....	171
TABELA IV -Tributação sobre os produtos exportados (Mato Grosso, 1885)	171
TABELA V -Exportações de produtos silvestres de Mato Grosso (em 1920)	173
TABELA VI -Estatística de Exportação de Penas de Garça (1916-225).....	174

Índice de Gráficos

GRÁFICO I-Valor tributado da exportação do gado e seus derivados e da erva mate	172
---	-----

Introdução

Com uma área correspondente aproximadamente em 396. 800 km², abrangendo regiões centrais da América do Sul, dividida entre os países da Bolívia, Brasil e Paraguai, o Pantanal é um dos biomas mais ricos do mundo em biodiversidade, com uma economia que se volta cada vez mais para a exploração do turismo ambiental.

A parte brasileira que compõem este extenso território localiza-se nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, possuindo terras tanto elevadas quanto inundáveis. O pantanal mato-grossense situa-se da Bacia do Alto Paraguai. A historiadora Maria da Fátima Costa¹, ao fazer um apanhado histórico desta bacia enfatiza que em Mato Grosso, esta ocupa uma área correspondente a 186. 352 km², partindo da Chapada dos Parecis, lugar em que nasce muito dos rios, seguindo até a baixada cuiabana, estendendo-se as terras ao sul, onde seus rios encontram-se, formando uma enorme planície inundável. Tida como a região mais populosa de Mato Grosso, esta área é formada por dois ecossistemas que são significativos para o planeta: o Pantanal e o Cerrado².

Para entender um pouco a região do Alto Paraguai, torna-se necessário compreender a importância do rio Paraguai em sua dimensão física. Este rio tem sua nascente no brejal das Sete Léguas, a dezoito quilômetros da cidade de Diamantino, em Mato Grosso, distante a aproximadamente 240 km ao norte de Cuiabá. O rio Paraguai está geograficamente dividido em três partes. Segundo E. P. da Silva, a primeira parte constitui-se pelo Alto Paraguai, que atravessa o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, percorrendo uma distância de 1.873 km desde o seu nascedouro até atingir o rio Apa; a segunda parte é o Médio Paraguai, trecho que segue do rio Apa em diante, até encontrar-se com o rio Tebicuaru, percorrendo um trajeto de 797 km que atravessa o Paraguai e a Argentina; e a terceira compreende o Baixo Paraguai, que também corta os países supracitados, partindo do rio Taquari até juntar-se ao rio Paraná.³

É no Alto Paraguai, portanto, que se encontra localizado o Pantanal Norte Mato-Grossense, assim como as cabeceiras de todos os seus rios formadores, que por sua vez encontram-se inseridos em território brasileiro.

1 COSTA, M. de F., “História da Ocupação da Bacia do Alto Paraguai”. Relatório do Projeto Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na Bacia do Alto Paraguai. Fase 1: Diagnóstico. Convenio de cooperação científico-tecnológico Brasil-Alemanha. NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos. UFMT.

Cuiabá-Tubingen, 1995.

2 Idem, ididem, p. 13.

3 PONCE, G. apud SILVA, E. P., O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso (1870-1930).

Dissertação de Mestrado, UFMT, 2002, p. 53.

Este trabalho tem como recorte espacial, o estudo de uma parte do território pantaneiro mato-grossense, abrangendo as áreas situadas às margens dos rios São Lourenço e Cuiabá. No que toca ao ambiente físico do rio São Lourenço podemos dizer que tem mais de oitocentos e cinquenta quilômetros de extensão, dentre os quais aproximadamente seiscentos são navegáveis, cujos maiores afluentes são os rios Água Branca, Paranaíba, Roncador, Itiquira e

o Cuiabá, tido como seu principal afluente⁴.

Já em relação ao rio Cuiabá existem registros de que este vem desde a montanha do Tombador, despencando suas águas em uma cascata em torno de trinta metros de altura, tendo como um dos principais tributários os rios: Triste, Quicho (Diamantino), Manso (Chapada), Coxipó Assu, Coxipó Mirim, Cocaes, os dois Aricás e o Cuiabá Mirim⁵. Ambos os rios podem ser visualizado no mapa que se segue:

4 SILVA, E. P., O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso (1870-1930). Dissertação de

Mestrado, UFMT, 2002, p. 54. Aliás existe certa polêmica criada em torno dos rios Cuiabá e São Lourenço, no

que se refira a quem seja afluente de quem, isto pode ser vislumbrado inclusive nos mapas históricos que estarão

presente ao longo desta dissertação, porém, partimos da premissa -seguida em grande parte pelos geógrafos -de

que o rio Cuiabá seja afluente do rio São Lourenço e não ao contrário.

5 Idem, ididem, p. 54.

IMAGEM I

O objeto e a historiografia

O que observamos atualmente é que o Pantanal tem sido alvo de muitas pesquisas e de diversos olhares. Este ambiente é valorizado, sobretudo pelos seus aspectos naturais -a diversidade da flora e da fauna e o funcionamento do ciclo das águas. Contudo, a relação dos homens e mulheres que habitavam e habitam este ambiente tem sido sistematicamente silenciada em favor de uma visão idílica sobre meio natural.

Este trabalho busca fazer outro caminho, pois se centraliza na análise crítica e reflexiva sobre uma pequena parcela dos trabalhadores rurais de Mato Grosso, localizada ao longo das margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 a 1930, região esta atualmente conhecida como Pantanal Norte, atentando principalmente para o estudo dos habitantes denominados de “ribeirinhos”.

Trabalhar sobre o modo de vida dos “ribeirinhos” no Pantanal Norte de Mato Grosso é um exercício que se insere na tentativa de reconstruir a história de grupos sociais que estavam distantes dos instrumentos de produção de testemunhos escritos, como jornais, livros, relatórios de presidente de província e estado de Mato Grosso dentre outros, e eram alvos de leituras depreciativas por parte dos agentes sociais que tinham o controle sobre estes instrumentos, era o caso dos viajantes estrangeiros ou nacionais, tal como dos governantes provinciais e estaduais.

Compreender como a sociedade se organizava e como as chamadas “classes subalternas” agiam na construção da história é um desafio para a historiografia desde que esta rompeu com a “escola metódica” do século XIX, que dava quase sempre apenas à elite o poder de “fazer história”, e buscou reconstruir a história das sociedades como um todo.

Esta ruptura com a história factual se deu a partir da aproximação de um grupo de historiadores com as teorias sociais e teve como marco o surgimento da Escola dos Annales, na França, em 1929, com Marc Bloch e Lucien Febvre. Essa inovação no ramo da historiografia fez com que a temática exclusivamente oficial, deixasse de ser a opção mais aceitável, ao mesmo tempo em que possibilitou um número crescente de pesquisas que se voltavam para os campos sociais e econômicos.

A primeira fase da Escola dos Annales, marcada pelas obras de Marc Bloch e Lucien Febvre, deu destaque à longa duração e introduziu a noção de “mentalidade”, caracterizada como um sistema, formas de sentir e pensar, de uma dada sociedade em recortes temporais longos.

A historiografia de meados do século XX passou a se preocupar mais com os processos econômicos, vistos sob uma ótica estruturalista⁶. Ganhou destaque neste período a histórica econômico-social. Nas primeiras décadas do *Annales* a história econômica predominou. De acordo com Fragozo, entre a fundação dos *Annales* em 1929 até 1945 (sob o controle de Lucien Febvre e Marc Bloch) 60% dos trabalhos publicados pela revista eram dedicados à história econômica. De 1946 a 1969, “período em que fez sentir o peso da influência de Fernand Braudel tal percentagem oscilou ao redor de 40%”⁷.

Ao longo dessas primeiras décadas dos *Annales*, a metodologia quantitativa se manifestou fortemente. Contudo, este mesmo método não continha um caráter estático, pois o mesmo foi reelaborado, repensado ao longo das décadas. Para compreendermos isto, seria oportuno trazermos alguns apontamentos feitos pelo historiador Le Goff em Documento/Monumento ao descrever o que chama de “revolução documental” nos anos de 19608. Segundo este estudioso, nesta década houve o processo de “alargamento do conteúdo do termo documento”, que desembocou em uma explosão de tipologias de fontes e registros ocasionando uma verdadeira revolução documental⁹. Sobre esse fato Le Goff, observa que:

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeira plano, para a história moderna, o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens [...]. O registro paroquial, em que são assinaladas, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação em massa¹⁰.

Nesse sentido as fontes eleitorais, fiscais e demográficas passaram a ser cada vez mais empregadas pelos historiadores possibilitando a interdisciplinariedade com outras áreas permitindo assim novas perspectivas nos estudos históricos¹¹. Uma das críticas feitas à

6 Não podemos esquecer o simples fato de que o marxismo, também esteve fortemente presente na historiografia européia, em que os mais ortodoxos ou não estiveram atuando, sobretudo, na historiografia inglesa. Cf:

HOBBSBAWM, E. J., “O que os historiadores devem a Karl Marx?”. In: Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

7 FRAGOSO, J. L., “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27.

8 LE GOFF, Documentos/monumentos. In : História e Memória. 3º Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

9 Idem, ibidem, p. 531.

10 Idem, ibidem, p. 531

11 Le Goff nos chama a atenção para a grande importância da “revolução tecnológica” ocorrida paralelamente a “revolução documental”, e os reflexos diretos dos primeiros sobre as análises quantitativas, ou seja a utilização e a importância do computador para as pesquisas historiográficas. Segundo o mesmo autor “Da confluência das duas revoluções nasce a história quantitativa, que põe novamente em causa a noção de documento e o seu tratamento. Desejada em primeiro lugar pelos historiadores da economia, obrigados a tomar como documentos

história social ao longo desse período diz respeito ao seu caráter sociológico, presente já entre os primeiros annalistas, e que foi herdada pelos seus sucessores. Muitos historiadores, em meados da década de 1970, cobravam mais rigor no uso dos métodos teóricos empregados pela historiografia social, já que seus objetos privilegiavam cada vez mais o “repetitivo e suas variações, as regularidades observáveis a partir das quais seria possível induzir leis”.¹² Segundo Revel, isso decorria em virtude do:

[...] privilégio dado ao estudo dos agregados mais maciços possíveis, a prioridade concedida à medida na análise dos fenômenos sociais; escolha de uma duração suficiente longa para tornar observáveis transformações globais (com, como corolário, a análise de temporalidades diferenciais). 13

Esta tentativa de “visão do todo” ligada às teorias estruturalistas e funcionalistas, implicou na simplificação e na homogeneização de realidades sociais bastante distintas e complexas.

A partir da década de 70, a história aproximou-se cada vez mais da antropologia. A revalorização do acontecimento, das micro-realidades, e dos micro-recortes provocou a introdução de muitas ferramentas -etnografia, entrevistas, entre outros – já utilizadas pelas análises antropológicas e adaptadas pelos historiadores. Com isso, assuntos que antes ficavam à margem como a família, o cotidiano, a religião, as relações de gênero, passaram, com maior frequência, a fazer parte do cenário historiográfico.

Mesmo tendo diversificado seus campos de ação e sofisticado seus referenciais teóricos e metodológicos ao longo do século XX, algumas questões, presentes desde a fundação da Escola dos Annales, permaneceram latentes e ainda inquietam os historiadores do século XXI.

Uma destas questões é a forma como os historiadores trataram, e ainda tratam, a relação entre seu objeto de estudo e os diferentes contextos. As distintas utilizações do contexto nas análises históricas são observadas por Jacques Revel. Ele define três formas de utilizá-lo:

de base série de cifras ou de dados numéricos [...], introduzida depois na arqueologia [...] e na história da cultura

[...], a história quantitativa altera o estatuto do documento. ‘ O documento, o dado já não existe por si próprios,

mas com relação as séries que os procede e os segue, é o seu valor relativo que se torna objetivo e não a sua

relação com uma inapreensível substancia real’ (Furet, 1974, p. 4748)”. Op, cit, p. 532.

12 REVEL, J., “Jogos de escalas: a experiência da micro-análise”. In: REVEL, J. (orgs). Jogos de Escalas. Rio

de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 27. Em relação a essa perspectiva tão recorrente nas pesquisas

historiográficas em virtude da aproximação traçada com a sociologia, não se deve esquecer que F. Braudel irá

interromper com a tradição annalista de dar uma atenção especial às “mentalidades”, indo se refugiar no determinismo geográfico de Vidal de La Blache.
13 Idem, *idem*, p. 27.

Uso retórico: o contexto, em geral apresentado no início do estudo, produz um efeito de realidade em torno do objeto de pesquisa. Uso argumentativo: contexto apresenta as condições gerais nas quais uma realidade particular encontra seu lugar, mesmo que nem sempre se vá além de uma simples exposição dos dois níveis de observação. Uso interpretativo, mais raro: extraem-se as vezes dos contextos as razões gerais que permitem explicar situações particulares¹⁴.

A contextualização é fundamental para situar qualquer tipo de pesquisa, seja nos aspectos nacionais, mundiais ou regionais; cujas singularidades não são acontecimentos meramente isolados, mais sim integrados em uma rede de articulações voltada para os acontecimentos mais globalizantes, ainda que tais articulações nem sempre sejam percebidas de imediato. Nesse sentido, o texto não deve ser diminuído diante do contexto, ou ignorado, mas estes devem estar intercalados, pois tanto um quanto outro são importantes e encontram-se no mesmo nível de valor para a pesquisa. O que se torna significativo na abordagem é justamente entender como as especificidades e as ações globalizantes entrecruzam-se, isto é, até onde uma consegue se impor sobre outra.

Entende-se dessa forma que para a compreensão das singularidades é preciso desenvolver uma comunicação com o “exterior”, de modo que este último não sirva para justificá-las, mas para identificar e situar o processo temporal e espacial no qual o objeto se encontra inserido. Assim, intencionamos traçar um diálogo entre texto e contexto, ao longo desta empreitada historiográfica.

Para isso, analisamos não só a organização social dos “ribeirinhos” inserindo-os em um âmbito mais geral, como nos detivemos também nas minúcias de suas ações, nos pormenores de suas atividades, na reinvenção diária de suas vidas e nas lógicas que as regiam.

Tendo esta preocupação que constituímos nossas balizas temporais, que tem como marco inicial 1870. Escolhemos o ano de 1870, porque com o fim da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação fluvial, Mato Grosso passou por grandes transformações fazendo com que o comércio da província intensificasse-se. É a partir de então que o barco a vapor passou a ser utilizado com maior regularidade, diminuindo o tempo das viagens que chegavam a durar em torno de três a quatro meses para um mês, saindo do porto de Corumbá tendo como destino o porto de Cuiabá, inserindo a região no comércio internacional. Esses fatores contribuíram para que os proprietários do Pantanal passassem a auferir maiores lucros e investissem nas fazendas e usinas de açúcar ali existentes, ao mesmo tempo em que os moradores fixados à beira dos rios podiam ver aumentadas consideravelmente as trocas e

¹⁴REVEL, J., op. cit., p. 27.

vendas de produtos caseiros, de animais domésticos e principalmente silvestres, bem como de lenha, dentre outros.

Aliás, a reabertura fluvial na província é um marco referencial de reordenação econômica devido às modificações que ocasionaram em todo o território de Mato Grosso, tanto nas cidades quanto no meio rural. Nas cidades as transformações estavam ligadas diretamente às novas relações de comércio, e eram muito mais visíveis devido às modificações em seu espaço edificado:

Em Corumbá, Cuiabá e Cáceres surgiram casas comerciais responsáveis pelas importações e exportações. Novas e modernas ruas foram traçadas, praças foram abertas de forma a dar a estas cidades um perfil mais cosmopolita.¹⁵

Corumbá, nesse momento, alcançou grande destaque, pois servia como porta de entrada para as grandes embarcações que saíam do Rio de Janeiro e percorriam os países platinos (Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina). Ao chegarem a Corumbá, as grandes embarcações eram substituídas por barcos menores, também movidos a vapor, para que estes chegassem aos portos de Cuiabá e Cáceres. O porto de Corumbá representava para a economia da província, o lugar de maior volume de negócios de Mato Grosso, fazendo com que o número de estabelecimentos voltados para o comércio aumentasse:

Aumentou significativamente a importância de Corumbá, porto de entrada dos navios em Mato Grosso, que se tornou um centro comercial de peso na região. A abertura da navegação permitiu, também, a penetração de capitais estrangeiros em Mato Grosso, através do estabelecimento de grandes empresas agropecuárias, entre as quais destacava-se os saladeiros, onde se abatia o gado para a fabricação de charque e ou extrato de carne.¹⁶

Sobre Cuiabá, a capital da Província:

Foram abertas grandes casas de comércio de importação e exportação e a montagem de pequenas indústrias. As casas de comércio prestavam serviços que, em outras localidades eram realizados pelos bancos, porém, iam além, controlavam

setores importantes da economia, financiando ou produzindo nos principais setores de extração vegetal e de produção industrial e agrícola¹⁷ .

No meio rural os vapores viabilizaram a introdução de algumas máquinas industriais, havendo casos que os engenhos acabaram sendo transformados em usinas:

15 SILVA, E. P., op. cit., p. 51.

16 CASTRO, M. I., GALETTI, L G., “Um Histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso.” In:

CASTRO, C. F. de A., Diagnostico do setor Florestal em Mato Grosso. Brasília: IBAMA/FUNATURA, 1994,

p. 20.

17 COVEZZI, M., Lembranças do Porto: um estudo sobre o trabalho e os trabalhadores do porto de Cuiabá.

(1940-1970). Tese de doutoramento. Araraquara: UNESP, 2000, p. 73.

Os antigos engenhos -construídos a madeira e movidos a água e tração animal-, espalhados ao longo do rio Cuiabá, situados, a maioria, em Santo Antonio do Leverger, que até meados do século XIX produziram a aguardente e o açúcar apenas para o consumo local, com o advento da navegação via bacia platina foram transferidas em modernas usinas movidas a vapor pelos seus proprietários, os coronéis usineiros que dominaram a política durante o período republicano, compravam máquinas modernas na Europa, aumentando dessa forma, a sua produção e passando a atender não só a população local, mas de toda a região. Essa maquinaria, responsável pelo aumento da produção de açúcar e pela destilação de aguardente do álcool, foram trazidas pelas embarcações via rio do Prata, Paraguai e Cuiabá. Impulsionada por essas mudanças, a cidade de Cuiabá também recebeu iluminação elétrica, trilhos urbanos e linhas telegráficas.¹⁸

A reabertura do comércio fluvial intensificou as vendas e trocas com os moradores que se encontravam às margens dos rios navegáveis, de tal forma que muitas práticas passaram a ser cada vez mais realizadas acarretando em transformações na reprodução da vida rural e na sua relação com a natureza; relação que não deve ser entendida tão somente como reflexo das transformações econômicas, embora a percepção destas transformações seja importante. Sobre a relação entre a sociedade e a economia estamos de acordo com o historiador inglês E.

P. Thompson, que faz a seguinte afirmação a respeito da história social e da história econômica:

Durante décadas, a história social sistemática tem se mantido na retaguarda da história econômica, e isso continua até os dias de hoje toda vez que se admite que uma qualificação da segunda disciplina automaticamente confere proficiência da primeira. ¹⁹

Muitos trabalhos, mesmo inseridos na história social, acabam atribuindo uma causa unicamente econômica para explicar algumas descontinuidades sociais. No caso da reabertura da navegação fluvial, na Província de Mato Grosso (1870) essa tendência possui ainda mais força, na medida em que muitas das atividades ali desenvolvidas têm sido geralmente analisadas focalizando a inserção no mercado internacional como motor para as transformações sociais.

Para fugirmos desta percepção determinista utilizaremos, para investigar algumas práticas desses trabalhadores rurais, bem como a temporalidade local, a noção de “economia moral”²⁰ de Thompson, por permitir a decodificação das “formas de expressão simbólicas, revelando regras invisíveis”²¹ .

¹⁸ SILVA, E. P., op. cit. p. 52-3.

¹⁹ THOMPSON, E. P., *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das

Letras, 1998, p. 151.

²⁰Idem, *ibidem*, p. 21.

21 Idem, ididem, p. 21.

Acreditamos, ao concordar com este historiador, que essas regras estariam ligadas a uma lógica local de acordo com a reprodução da vida rural que caracterizava as especificidades da região. Realmente como bem afirma Thompson: “os problemas são diferentes, e possivelmente mais agudos, porque o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito”²² .

Além de Thompson, outro autor que pode colaborar para desprendermo-nos da influência das análises estruturalistas e economicistas é P. Bourdieu²³. Este sociólogo fazendo algumas observações a respeito das pesquisas estruturalistas indicou que as mesmas acabam desenvolvendo modelos teóricos mecanicistas para a interpretação das práticas²⁴ . Para ele, recair sobre as estruturas estruturadas, isso é, a estrutura e não o engendramento dessas estruturas leva a percepção das práticas como simples execução de modelo. Para Bourdieu:

“[...] o objetivismo metódico que constitui um momento necessário de toda a pesquisa, a título de instrumento de ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, exige a sua própria superação. Para escapar ao realismo da estrutura, que hipostasia os sistemas de relações objetivas convertendo-os em totalidades já constituídas fora da história do indivíduo e do grupo, é necessário o suficiente ir do opus operatum ao modus operandi, da regularidade estática ou da estrutura algébrica ao princípio de produção dessa ordem observada e construir a teoria das práticas ou, mais exatamente, de modo de engedramento das práticas, condição de construção de uma ciência experimental da dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade.”²⁵

Assim, o que Bourdieu indica é que a teoria da ação deve levar em consideração as estruturas estruturantes, ou seja, “a interiorização do exterior e a exteriorização do interior”. Este processo caracteriza o engendramento das práticas, possibilita algumas atualizações e anula o caráter secular e estático das estruturas diante das experiências

22 THOMPSON, E. P., op. cit., p. 21.

23 BOURDIEU, P., Sociologia: esboço de uma teoria da prática. São Paulo: Ática, 1995, p. 47-81.

24 Um dos apontamentos realizados por Bourdieu em relação ao objetivismo, que tem como base o estruturalismo, é que este último estrutura as práticas e as representações das práticas. É como se as práticas fossem realizadas de acordo com as regularidades externas, portanto, ela passa a ser vista como execução, estando subordinada e condicionada às estruturas estruturadas. “Em outras palavras, para não construir práticas senão de maneira negativa, quer dizer, enquanto execução, o objetivismo está condenado ou a deixar na mesma questão do princípio de produção das regularidades que ele se contenta então em registrar, ou a reificar abstrações por um parologismo que consiste em tratar os objetos construídos pela ciência -a ‘cultura’, as ‘estruturas’, as ‘classes sociais’, ‘os modos de produção’ etc -como realidades autônomas, dotadas de eficácia social e capazes de agir enquanto sujeitos responsáveis de ações históricas ou enquanto poder capazes de pressionar as práticas. Se hipóteses de inconsciente tem, ao menos, o mérito de descartar as formas mais grosseiras do realismo das idéias, ela tende, na verdade, a mascarar as contradições engendradas pelas incertezas da teoria da prática que a ‘antropologia estrutural’ aceita por omissão, quando não se permite restaurar, sob a forma aparentemente secularizada de uma estrutura estruturada sem princípio estruturante, as velhas enteléquias da metafísica social”. Idem, *ididem*, p. 56.

25 Idem, *ibidem*, p. 60.

individuais e coletivas. Bourdieu propõe “ir do opus operatum ao modus operandi”. Para isso ele utiliza o conceito de habitus, fundamental para a compreensão das práticas:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas a um meio socialmente estruturado, produzem o habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como principio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção do inconsciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente²⁶

Uma das principais contribuições da teoria da ação, e da noção de habitus, é o rompimento com o condicionamento do sujeito em relação às estruturas, como se não houvesse possibilidade de transformações e alterações através das práticas cotidianas. É importante não só entender as regras exteriores que organizam, orientam e controlam as atividades individuais, mas também a forma como essas regras são exteriorizadas e a possibilidade de sua atualização e modificação diante das práticas realizadas.

Por isso, para entender o processo de espacialização e reprodução social das populações às margens do rio, no Pantanal Norte é necessário desenvolver um estudo que vá do opus operatum ao modus operandi das práticas de seus moradores, incluindo nesse caminho o “ethos” ²⁷ e o “mundo de vida”²⁸ desses agentes.

Todavia, vale reiterar que separar, no universo pantaneiro do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte, práticas discursivas, construção de normas e leis oficiais, códigos invisíveis e locais, formas de viver e saber, é uma tarefa impossível é bastante questionável. Pois como já havíamos destacado, mais interessante que perceber os acontecimentos globais e a forma como essas transformações eram interiorizados por trabalhadores rurais do Pantanal Norte, é perceber as formas distintas de exteriorização, detectando as estratégias locais.

Nesse sentido, utilizamos o conceito de “representação” definido por Roger Chartier²⁹, que critica a percepção de que as representações estivessem inseridas apenas no campo das idéias, isoladas, separadas, incompatibilizadas com outros raios ou campos de ação. Para este

²⁶ BOURDIEU, P., op. cit., p. 60-61.

²⁷ GEERTZ, C., *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. “O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético e a sua disposição: é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao mundo que a vida reflete”. p. 143.

²⁸ “A visão de mundo de um povo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são simples na

realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais

abrangentes sobre a ordem”. Idem, *ibidem*, p. 143-4.

29 CHARTIER, R., *História Cultural: entre prática e representações*. Ed. Difel: Lisboa, 1990, p. 27.

historiador da cultura, a própria representação se constitui como uma prática discursiva que, no entanto, não está dissociada das demais práticas sociais³⁰. É nesse âmbito que o autor articula prática, representação e apropriação.

Contudo, como reconstruir elementos do “mundo de vida” destes sujeitos sociais se as informações que sobre ele dispomos, como já dissemos, foram construídas por agentes exteriores ao seu meio?

Nossa estratégia foi operar em duas frentes: analisar os documentos “às avessas”, contra os interesses de quem os produziu, auscultando os indícios que permitiram ouvir outras “vozes”; bem como articulando diferentes tipologias documentais e entrecruzando informações³¹. Estratégia que pretendemos demonstrar ser altamente operante ao longo da dissertação.

Como marco final de nosso recorte temporal, escolhemos o ano de 1930 por expressar uma mudança na organização social, política e econômica da província de Mato Grosso, com a utilização de estradas terrestres que substituíram os barcos movidos a vapor no transporte de mercadorias, o Golpe de Estado de Getúlio Vargas que provocou modificações nas relações políticas locais e nas relações entre fazendeiros, usineiros e “ribeirinhos”. Obviamente estas modificações não ocorreram particularmente em 1930, mas este ano surge como marco significativo dessas transformações.

Todavia, torna-se necessário esclarecermos que a escolha do marco final não significa a percepção de uma ruptura repentina e brusca em relação às práticas e lógica locais. Através da bibliografia e parte dos documentos levantados – mais especificamente as imagens iconográficas, relatórios e mensagens de presidente do estado de Mato Grosso, além de alguns relatos de viajantes estrangeiros e demais estudiosos do período – é possível apontar que a importância da navegação fluvial para os moradores da região pantaneira, no que concerne às relações de troca e comércio locais, assim como a exploração dos recursos naturais se estendeu às décadas posteriores ao ano que delimitamos aqui. No entanto, percebemos que na década de 30 do século XX emergiram um conjunto de características que provocariam

30 “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como são as categorias intelectuais e psicológicas; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações supostas como o refletindo ou dele se desviando”. CHARTIER, R., op. cit., p. 171.

31 Ver GINZBURG, C., *Relações de força: história, retórica prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2000;
GINZBURG, C., *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987; GINZBURG, C., *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

algumas alterações e fortes descontinuidades nas décadas seguintes, a exemplo das mudanças políticas e econômicas significativas, como o fim da Primeira República e o início do combate e perseguição da política do coronelismo, assim como a gradual diminuição das exportações de produtos florestais.

Os “ribeirinhos”

O termo “ribeirinho”, segundo Martina Neuburger, em seu artigo intitulado: “Engenho Velho e Miguel Novo: comunidades ribeirinhas em transformações”, publicado em 1994, provém, “etimologicamente falando da “palavra ‘ribeiro’, ela designa, numa interpretação ampla, pessoas que andam e vivem pelos rios e ribeiros”³² .

Analisando uma parte das comunidades presentes à beira do rio Cuiabá, localizada aproximadamente a 12 km do noroeste do distrito de Santo Antônio do Leverger, Neuburger afirma que o “rio forma o elemento característico dos ribeirinhos”³³ , em que a vida gira em torno das águas a frente de suas casas. Dessa forma, o peixe se constitui como fator fundamental para a reprodução das práticas locais, servindo não apenas como principal alimento, mas também como fonte de sobrevivência. Em decorrência da importância do rio, teriam estes trabalhadores rurais que se adaptar ao seu meio, conforme a oscilação aquática pantaneira. A autora ainda enfatiza que:

Outra característica da vida dos ribeirinhos é o isolamento espacial: o acesso a sua residência dificilmente pode ser realizado pela via terrestre. O contato com outras comunidades, assim como o comércio, se fazem através do rio. As atividades econômicas dos ribeirinhos são caracterizadas pela subsistência. Ao lado da pesca, a qual é dedicada a maior parte do tempo do trabalho, temos o plantio de alimentos de pequenas roças. Em resumo o termo ribeirinho define uma forma de vida rural intimamente atrelada ao contato com o rio e marcada pela economia de subsistência. ³⁴

Gostaríamos de tecer alguns comentários sobre as afirmações desta autora. Assim, a idéia de que os “ribeirinhos” tinham uma vida, quase que tão somente, dedicada ao seu forte vínculo com a água, nos leva a refletir sobre o sentido da pesca em seu cotidiano. Ao apontar que o rio era um elemento central para a sua reprodução rural, acreditamos que a autora minimiza a importância de outros espaços.

32 NEUBURGER, M., “Engenho Velho e Miguel Novo: comunidades ribeirinhas em transformações”. In: Cadernos do NERU, Ambiente: uma abordagem sócio-econômica. Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos-ICHSUFMT.

Cuiabá, EdUFMT, 1994, p. 107-130.

33 Idem, ibidem, p. 108-109.

34 Idem, ibidem, p. 109.

A visão desta autora decorre, de pesquisas mais recentes, que trataram a respeito de pescadores “profissionais”, muito dos quais nomeiam de modo inapropriado os moradores fixados às margens dos rios como “ribeirinhos”. Aliás, infelizmente ainda é bastante recorrente confundirem “ribeirinhos” com pescadores, atribuindo o mesmo significado a ambos não os diferenciando de acordo com seu espaço e tempo específicos.

Carolina Joana da Silva e Joana A. Fernandes Silva, (1994), que estudaram as modificações ocorridas na década de 1970, na área de Mimoso, próximo ao rio Cuiabá, e tiveram um contato direto com os pescadores da região, apontam que práticas ligadas à pesca estavam se tornando cada vez mais especializadas. Esta nova modalidade de pesca, enquanto atividade comercial teve origem com a falência das usinas de açúcar e do refluxo do comércio fluvial, além do parcelamento das antigas terras de sesmarias³⁵. Isso teria ocasionado o agravamento das condições de vida das populações da beira do rio Cuiabá, “a perda de terras, ou a possibilidade de ocupá-las, a perda de emprego fez com que as pessoas tivessem que se voltar para a pesca, como única alternativa de sobrevivência”³⁶.

Diferentemente deste contexto, da segunda metade do século XX, em que os “ribeirinhos” são identificados como pescadores, na segunda metade do século XIX, os “ribeirinhos”, segundo aponta a documentação e a bibliografia especializada, podem ser definidos como pequenos agricultores livres que possuíam relativa autonomia em relação as fazendas e aos engenhos e usinas. Os mesmos dedicavam-se à agricultura, como o plantio de milho, criavam animais domésticos e gado, além de praticarem a pesca e a caça; produziam para a sua vivência e também comercializavam seus produtos de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos, do qual trataremos aqui o referente aos anos de 1870-1930. Esses aspectos serão discutidos ao longo desta dissertação, de modo que os denominados

³⁵ Em relação a área estudada por ambas pesquisadoras destaca-se que, “Mimoso surgiu de uma sesmaria de treze mil hectares, a de Morro Grande, que foi doada a um casal no início do século XIX, Joaquina Gomes e Lucas Evangelista. A descendência desse casal continuou vivendo e reproduzindo um modo de vida bastante particular. Inicialmente baseado na criação de grande rebanhos bovinos e eqüinos e com uma agricultura para a sustentação de famílias nucleares. Com o aumento da população, entrada de zoonoses que contaminaram o rebanho e com a diminuição das áreas disponíveis para as pastagens – principalmente em função de um alagamento definitivo que roubou praticamente 50% das terras de sesmaria – e com a mudança da configuração política de Mato Grosso, a partir da década de 60, houve um empobrecimento progressivo da população mimosiana. Atualmente, há muitas famílias com apenas uma ou duas reses e o maior criador de gado afirma não

ter mais que duzentas cabeças”. SILVA, J. A. F.; “Tempo, Mito e História de Mimoso”. In: Territórios e Fronteiras. Cuiabá, MT: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, 2000, p. 254. Outro ponto a ser reiterado é que a memória dos moradores locais é ainda fortemente marcado pela figura de Antônio Candido Rondon, lugar em que nasceu e que detinha um forte vínculo familiar.

36 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., No Ritmo das Águas do Pantanal mato-grossense. São Paulo: NUPAUB-Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações e Áreas Úmidas Brasileiras, 1995, p. 59

“ribeirinhos” sejam entendidos e definidos no âmbito de sua singularidade espacial e temporal.

Para percebermos esse fato, tivemos como fio condutor o conceito de proviniência³⁷ e emergência³⁸ do filósofo francês Foucault. Para este estudioso, muito mais importante do que entender a origem das palavras ou das coisas, é compreender como em um determinado momento histórico um conjunto de valores, idéias e lógicas se tornam significativas em uma dada sociedade a ponto de dar legitimidade e autoridade para inúmeras ações. Foucault nos chama a atenção no sentido de que a essência em história é algo que deve ser questionado, repensado, pois ela conota a idéia de cristalização, de continuidade e homogeneidade. Ao invés disso, os pesquisadores deveriam se ocupar em encontrar as heterogeneidades, as descontinuidades, para que possa descrevê-las, reagrupá-las, e desnudar suas relações institucionais, os interesses que norteiam sua produção sem recorrer a teorias abstratas, fora dos discursos, este é um desafio que compõe a Arqueologia do Saber de Foucault³⁹.

Nesse ponto, podemos perceber que a palavra “ribeirinhos” era recorrentemente mencionada em diversas tipologias documentais. Contudo, nas últimas décadas do século XIX, no Pantanal Norte esse termo emerge articulado a uma rede de idéias e lógicas inerentes de uma “sociedade moderna”. Portanto ela foi uma construção externa, criada fora do universo pantaneiro. Esta denominação circulava intensamente na sociedade mato-grossense, em que podemos antecipar, detinha certa legitimidade porque estava articulado com os pensamentos e a moralidade intrínseca de uma “sociedade industrial”, que tinha como base um “tempo veloz”. Isto é, o termo “ribeirinhos” tinha atributos que se baseavam nos preceitos prescritos por uma sociedade na qual, uma parte expressiva dos segmentos sociais de Mato Grosso buscava atingir – a “civilizada”.

37 A proveniência articula o corpo e a história, ela “deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (p. 22). Não se trata, portanto, de descobrir de onde veio determinada idéia ou sentimento, mas encontrar marcas sutis que entrecruzam esta idéia ou sentimento com outros em “uma rede difícil de desembaraçar” (p. 20). Trata-se de a partir do corpo estudar as marcas inscritas pela história, marcas que estão na superfície do corpo e não em sua suposta essência, ou melhor, “não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (p. 21). A proveniência fornece as relações que estão em jogo, não através de um passado sempre reconduzido, mas na instância em que ocorrem as disputas, as lutas que permitem que determinado saber se sobreponha aos outros (p. 22). FOUCAULT, M. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições

Graal. 1979.

38 Em relação à emergência, esta é definida enquanto o espaço, os interstícios deixados pela proveniência. A

proveniência fornece as regras e a emergência é o espaço de disputa pela manipulação destas regras, “a

emergência é portanto a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos

bastidores para o teatro cada uma com seu vigor e sua própria juventude”. Idem, ibidem, p. 24.

39FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

Isto nos leva a outro ponto, referente a necessidade de uma definição do que seja afinal uma sociedade “civilizada”. Neste estudo, adotaremos o conceito de “civilização” atribuído por Nobeit Elias, que o define como mudança estrutural de indivíduos. Essas modificações afetariam o seu estado emocional, pois delimitaria seu controle expandindo-as para as suas experiências e suas condutas internas e externas. Este sociólogo deixa claro que a “civilização” não deve ser entendida como um resultado, tendo em vista que o seu efeito, o seu caráter é anterior ao resultado, para compreender a “civilização” torna-se necessário apreende-la na sua formação, na sua composição, ou seja, na ação, na prática, se diferenciando em cada período histórico, em cada sociedade, já que ela adquire diversos significados e contornos peculiares⁴⁰ .

Nobeit Elias nos leva a refletir, o simples fato de que uma sociedade “civilizada”, é uma sociedade que elenca um conjunto de comportamentos a ser seguido por todos e que, portanto, esses comportamentos são identificados como referências, isto significa que são aceitas como as “regras do jogo”. Este autor vai além ao nos alertar para o risco de identificarmos as atitudes como uma ação natural dos homens, pois, para ele, os comportamentos são acima de tudo historicamente construídos, condicionados, tratados, alterados. É preciso, nestes termos, desnaturalizarmos as práticas, para que possamos despilas e compreendê-las⁴¹ .

Em contrapartida, para adentrarmos o universo rural dos denominados “ribeirinhos”, situando-os no ambiente dos seus significados, valores e atitudes, assentados particularmente nas relações sociais, tivemos como fio condutor a História Social da Cultura. Esta nos propiciou o entendimento de uma “cultura popular”, que tinham reflexos diretos em sua vida material e espacializações locais. E nesse mundo dos agricultores livres, fixados as margens dos rios, percebemos que estes tinham uma maneira peculiar não apenas de reproduzirem socialmente, mas também de verem o mundo e de se verem, pois internamente estes se auto-denominavam de: criadores, pescadores, agricultores, oleiros, e dentre outras ocupações. Entre as mulheres, estas também exerciam várias atividades laborais eram: lavradoras, redeiras, costureiras, criadoras e dentre outras.

Reiteramos que isso só foi viável, na medida em que para estudar este grupo agrário e detectar seus mecanismos de transmissão entre as gerações, seguimos os rastros de suas práticas culturais, pois a cultura, como bem salienta o crítico literário Alfredo Bosi circunscreve-se como uma ação. Longe ser entendida tão somente enquanto uma herança, e

40 ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar . 1994.

41 Idem, ibidem.

dessa forma ser simplificada como um bem, uma coisa e, portanto, forjar um caráter de mercadoria, de um produto, de um resultado, a cultura não é algo que se receba como dada e pronta, e esteja na malha de grupos sociais específicos, ela não é estática e fechada, mas sim dinâmica. Suas definições reúnem expectativas marcadas por atitudes em fluxo contínuo, isto é, a cultura é um processo. Ao trazer-nos estas reflexões Bosi repõe a articulação direta da cultura com o cotidiano, pois se ela é um processo, ela se desenrola no dia-a-dia⁴².

É preciso lembrar, nesse sentido, que os chamados “ribeirinhos”, inseridos em uma sociedade rural, não estavam isolados do processo de circulação de bens materiais, assim como das grandes propriedades que produziam buscando o lucro e acúmulo de riquezas, nem dos discursos eruditos. Ao contrário, apresentavam-se como agricultores minifundiários e autônomos que se encontravam, portanto, no bojo da “cultura popular” e reproduziam costumes, valores, atitudes seculares herdados. No entanto, ao ser praticado diariamente esse aprendizado se ressignificava, se alterava e se atualizava.

Leitura esta que nos permite traçar um paralelo com as observações feitas por Micheal de Certeau. Para este pensador, no cotidiano, as práticas não são cristalizadas e nem os indivíduos estão apáticos a ponto de negarem modificações, pois no seu dia-a-dia eles se reinventam e, conseqüentemente reinventam suas operações cotidianas através de artificios, mecanismos que lhes permitem realizar suas trampolinagens⁴³.

O objeto em seu espaço e tempo

Neste trabalho, nos debruçamos sobre um ambiente materialmente “rústico”, composto por moradores simples que, diante de seu anonimato encontravam-se praticamente esquecidos pela historiografia brasileira. Ao adentrarmos nesse mundo pantaneiro nos foi revelado um ambiente complexo e singular articulado, como já observamos, de forma peculiar com os aspectos globais. Nele percebemos a realização de uma diversidade de práticas tais como a pesca, caça, queimadas, agricultura, pecuária, extração de lenha, trocas comerciais, práticas discursivas entre outras. Diversidade esta que não se constituía apenas das ações e das relações sociais entre os habitantes, mas também dos espaços, pois nas lavouras, pastos, moradias, quintais e na mata fechada, homens, mulheres e crianças inscreviam estas relações.

42 BOSI, A., “Cultura como Tradição”. In: Tradição e Contradição. . Rio de Janeiro. p. 33-59.

O autor

acrescenta que “a cultura popular não morre, não necessita de injeções aqui, injeções lá. Se ela for, de fato

popular, enquanto existir o povo ela não vai morrer. Cultura popular é a cultura que o povo faz no seu cotidiano

e nas condições que ela pode fazer”. p. 44.

43 CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

As “terras no alto”, o “firme”, as “plantações de várzeas”, os “pantanais”, o “pasto comum”, o “campo aberto”, os “corixos”, os “portos”; entre tantos outros espaços com suas denominações locais que, ao serem ocupados, eram marcados pelos grupos sociais que neles viviam, transformando a paisagem e agregando valores.

Nesse sentido, utilizamos ao longo deste trabalho o termo “espacialidade”, pois entendemos que a área em estudo era formada por atitudes humanas, com suas vivências e atividades cotidianas, uma vez que o espaço é composto por práticas por meio de operações que orientam, circunstanciam e temporalizam os lugares, como bem salienta Michel de Certeau. Efeito produzido em seu pleno funcionamento através de uma unidade de polivalência inscrita em programas conflituais⁴⁴.

De acordo com este autor o espaço não se limita ao ambiente físico, geográfico e natural; ele vai muito além, pois é permeado especialmente, por um conjunto de ações e experiências realizadas em seu cotidiano⁴⁵, dos quais vale ressaltar que muitos elementos escapam à nossa compreensão ⁴⁶.

Percebemos que além das roças dos “ribeirinhos” ao longo das margens dos rios, compunha a paisagem do Pantanal Norte, fazendas, sítios, engenhos e usinas, ou seja, os “ribeirinhos” ajudavam a formar um ambiente heterogêneo que abarcava uma variedade de atividades agrárias. Isto nos leva a outro ponto, relacionado à noção de “ruralidade” que será constantemente mencionada ao longo dos próximos capítulos. Evocamos a necessidade deste termo, pois corresponde a uma multiplicidade de práticas agrícolas, pastoris, de extração vegetal e animal, de produção de derivados no ambiente rural e, eventualmente, de forma direta ou indireta, nas cidades. Neste caso, é preciso ressaltar que a ruralidade remete a uma temporalidade que, interligada a uma espacialidade, pode ser engendrada de maneira diversificada pelos grupos sociais.

Essas observações serviram de instrumentos para penetrarmos na forma própria de viver dos “ribeirinhos”. Pois, a cada passo que dávamos para a compreensão deste ambiente pantaneiro, o que mais nos instigava era entender até que ponto essa forma distinta de vida tinha realmente autonomia face as estruturas mais amplas. Percebemos que ao caçarem, retirarem lenha, fazerem em maior quantidade as produções caseiras como doces, biscoitos,

44 CERTEAU, M., op. cit., p. 202.

45 Idem, ibidem, p. 202.

46 “Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições, o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto o faz ser como aparecer. Mas também o desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado os elementos espaciais [...] selecionada portanto.” Idem, ibidem, p. 178.

queijos entre outras atividades, estes trabalhadores aumentavam a fabricação de excedentes, trocando-os e comercializando-os, proporcionando, nesse espaço, uma circulação monetária mais intensa. No entanto, ao mesmo tempo, as regras e valores locais eram as que regiam e orientavam essas alterações das atividades diárias. Transformações cotidianas estas que partiam de “dentro” para “fora” e não o contrário.

Contudo, a captação desses elementos só foi possível quando permitimos um entrecruzamento entre documentos variados -processos crimes, inventários, documentos alfandegários, relatos de viajantes nacionais e estrangeiros, crônicas e pesquisas de estudiosos do período; falas, mensagens, discursos, relatórios dos presidentes provinciais e estaduais, tabelas, fotografias – e o material bibliográfico sobre o tema, fazendo com que, detalhes sobre os espaços e a composição daquele ambiente pantaneiro aflorasse. Só a partir de então pudemos vislumbrar características dos “ribeirinhos” como a sua vida material, divisão espacial, relações sociais internas, lógicas e práticas locais. Foi esse conjunto de informações que nos viabilizou uma reflexão intensa permitindo que entendêssemos de que forma os acontecimentos mais gerais atingiam o cotidiano dessas comunidades locais.

Sobre os capítulos

Para analisarmos a espacialidade e a temporalidade dos “ribeirinhos”, dividimos este trabalho em cinco capítulos. O primeiro “Os ‘ribeirinhos’ do Pantanal Norte nos ‘confins da civilização’”, detêm-se sobre uma série de representações construídas pelos viajantes nacionais e estrangeiros que percorreram o Pantanal Norte e fizeram anotações sobre seus habitantes, incluindo aí os “ribeirinhos”. A utilização do termo “confins da civilização” além de reportar a um conjunto de representações da época, faz alusão ao trabalho de Lylia Galletti, referência teórica central para este capítulo⁴⁷. As imagens formadas por estas representações permitem compreender a maneira pela qual os visitantes pensavam, entendiam, viam, analisavam, discutiam os comportamentos, as atividades e a organização desses grupos rurais locais -enfim, as práticas discursivas construídas a partir das impressões registradas a respeito da extensa área alagada.

Com base no conjunto de representações dos viajantes nacionais e estrangeiros, pretendemos perceber até que ponto exerceram a sua influência sobre os governantes

47 GALETTI, L. da S. G., *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

províncias e estaduais de Mato Grosso, e principalmente, caso isto se confirme, como esta influência se configurou em uma construção externa sobre os denominados “ribeirinhos”.

Neste capítulo a “circularidade cultural”⁴⁸ permeará a nossa análise, de modo que possamos identificar as filtragens e os deslocamentos de informações, que supostamente foram fundamentais para a construção dos discursos a respeito destes grupos rurais da beira dos rios. Ao adentrarmos na construção desses discursos pretendemos perceber os interesses, os jogos políticos, os conflitos dos setores econômicos e as articulações que colocavam em evidência a maneira como a sociedade externa se relaciona com a natureza face à sua temporalidade hegemônica, isto é, o “tempo moderno”.

Utilizamos como referências documentais, principalmente, os relatórios, as falas, as mensagens e os discursos de governantes provinciais e estaduais, tal como os relatos de viagens publicados.

O segundo capítulo: “Os ribeirinhos e o meio rural no Pantanal Norte”-trata da formação e composição do meio rural do Pantanal Norte, cobrindo um período que antecede o século XIX, mas que privilegia o recorte temporal de 1870-1930. Este capítulo busca apontar e definir não só as várias espacialidades locais, isto é, as fazendas, usinas, engenhos, sítios e roças como também os diferentes agentes construtores destes espaços: fazendeiros, usineiros, senhores de engenho, agregados, camaradas, índios, escravos e os “ribeirinhos”. Quanto a tipologia documental, utilizamos os mesmos documentos trabalhados no primeiro capítulo, porém, de forma distinta, pois além de darmos atenção aos elementos narrativos procuramos atentar também para os indícios da materialidade dos lugares percorridos. Nesse sentido, entendemos que os relatos de viajantes, relatórios, falas, mensagens e discurso dos presidentes da província, depois estado de Mato Grosso, não eram compostos apenas pela “visão de mundo de seus autores letrados”, mas continham também sinais de ações, práticas e espacializações locais.

No terceiro capítulo: “Impressões sobre o espaço: moradias, vida material e códigos locais” fizemos uma reflexão sobre a importância do conhecimento sobre a natureza para os “ribeirinhos”, que, longe de se limitar apenas a informações referentes às espécies de plantas, animais e à fisionomia da extensa área, agregavam também um universo simbólico com regras e valores específicos. “Os de fora”, não conseguiam apreender características singulares que envolviam ações diárias, relações sociais e leis próprias destes pequenos agricultores livres do Pantanal Norte; portanto, o seu habitus e seus “direitos costumeiros”

48 GINZBURG, C., op. cit., p. 16.

fugiam à compreensão dos demais segmentos de Mato Grosso. Neste âmbito, este capítulo busca mergulhar no cotidiano dos pequenos agricultores autônomos locais através da vida material, dos códigos *lex loci* e da divisão espacial interna.

Em seqüência deste, o quarto capítulo: “Produção rural e a espacialização das diferenças” prossegue na discussão sobre as inscrições no espaço, atendo-se ao exame das unidades produtivas, das relações de gênero, das práticas sociais nos momentos de descanso do trabalho, assim como os momentos de solidariedade. Este capítulo demonstra que, a despeito das observações dos viajantes, o ambiente era transformado pelos pequenos agricultores e a vida no campo impunha uma rotina de trabalho regular, com a construção de espaços tipicamente masculinos e femininos, além de espaços híbridos, e que muitas atividades requeriam especialização, por meio de um conhecimento que era passado de geração em geração. Do mesmo modo que no terceiro, neste quarto capítulo também utilizamos além dos relatos de viagens e relatórios de presidente de província, inventários, processos-crimes, croquis e fotografias.

O quinto capítulo tem como título: “Do ‘interior’ para o ‘exterior’: o impacto da reabertura da navegação na Bacia do Prata nas práticas dos ribeirinhos”. Os termos “interior” e “exterior” têm aqui dois sentidos. O primeiro, mais literal, diz respeito à inserção de produtos locais no comércio exterior. O segundo e mais significativo, refere-se à discussão a respeito da interiorização, pelos ribeirinhos, das idéias e práticas impostas por um novo contexto de relações econômicas e sociais e a forma como estes racionalizavam estas mudanças e exteriorizam suas práticas, atualizando seu *habitus*. Discutiremos, nestes termos, como se deu o conflito simbólico espacial no cotidiano deste grupo rural da beira do rio, no que concerne às práticas e lógicas locais em relação a uma sociedade “moderna” e “industrial”.

A opção de trabalhar uma tipologia documental diversificada nos impôs limitações. Assim, sobre a documentação referente aos viajantes, alguns autores não foram inseridos, pois não era a nossa intenção analisar todos os que estiveram no Pantanal Norte, já que isto exigiria uma análise exaustiva e uma disponibilidade de tempo maior o que prejudicaria a análise de outros documentos considerados relevantes para este trabalho. Ao invés de um levantamento exaustivo de determinada série de documentos, como inventários e testamentos, ou de processos crime, que permitiria a elaboração de quadros estatísticos e de dados quantitativos, optamos pela análise dos indícios que estes documentos deixaram sobre as relações entre os pequenos agricultores que vivem nas margens dos rios Cuiabá e São

Lourenço, com a sociedade mato-grossense, com o discurso erudito dos viajantes, com os demais ambientes rurais, e do intercâmbio que esses denominados “ribeirinhos” mantinham entre si e com o ambiente circundante.

1º Capítulo:

Os “ribeirinhos” do Pantanal Norte na construção do discurso do “progresso”

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) marcou profundamente a sociedade mato-grossense. Em 1870, com a reabertura da navegação com a Bacia do Prata as feridas abertas no período da guerra (como a crise nos setores agrícolas de exportação e abastecimento, a diminuição populacional diante da violência do conflito bélico e a epidemia da varíola que causou inúmeras mortes e deformações, além do registro de grandes enchentes em 1865) estavam longe de cicatrizar.

A guerra do Paraguai, dessa forma, é um marco cronológico muito significativo para a historiografia de Mato Grosso. Seus efeitos podem ser sentidos no ressurgimento de antigos problemas voltados para as dificuldades de transportes abastecimento de gêneros alimentícios e a proximidade com outras províncias do país para o estabelecimento de relações comerciais mais amplas. Assim, esta situação demandava soluções adequadas ainda no contexto das últimas décadas do século XIX. Nesse sentido, há que se destacar que, se a questão da fronteira havia sido resolvida, carecia acabar definitivamente com a distância do centro-oeste com as demais áreas do Brasil articulando um projeto que direcionasse, com maior intensidade, a região para o “caminho do progresso”.

Nesses termos, foram desencadeadas por parte dos governantes provinciais algumas medidas visando fomentar o comércio, e conseqüentemente, reativar o mercado local. A partir de 1869, por exemplo, os governantes locais favoreceram os investidores e grupos interessados em desenvolver transações comerciais, concedendo à isenção de impostos na província de Mato Grosso, com a intenção de minimizar o máximo possível os agravantes da crise provocada pela guerra⁴⁹.

É nesse universo pós-guerra com o Paraguai que Mato Grosso tentava “virar a página” de sua história e iniciar uma nova fase mergulhando no mundo dos negócios, da circulação monetária e de mercadorias que nos deteremos nesse capítulo. A documentação produzida neste período por viajantes estrangeiros e governantes locais registram aspectos da sociedade e do ambiente natural que eram julgados como importantes e verdadeiros entraves para o “desenvolvimento”.

49 Relatório de presidente de província de Mato-Grosso, apresentado pelo Exm. Snr. Augusto Leverger, Barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 20 de setembro de 1869.

Aqui, analisaremos as práticas discursivas desenvolvidas por viajantes e por governantes de Mato Grosso, sobre os grupos rurais fixados a beira dos rios São Lourenço e Cuiabá; refletindo a respeito da criação de um conjunto de visões, idéias e leituras em relação às atividades agrárias, principalmente os chamados externamente de “ribeirinhos”.

Em Mato Grosso a chamada elite local, diminuta em número, mas, detentora de grande influência econômica e política em relação aos grupos constituídos por livres, libertos e escravos, era composta por vários segmentos: proprietários das usinas⁵⁰, fazendeiros⁵¹, bancários, comerciantes e empresários estrangeiros e nacionais⁵², proprietários das grandes companhias que exploravam a borracha e a erva mate⁵³, além dos altos funcionários públicos civis e dos militares de altas patentes.

É nesse ambiente heterogêneo em que os grupos econômicos começavam a se delinear no período pós-guerra com o Paraguai (uns se reafirmando economicamente, outros buscando espaço entre as principais atividades) que ressurgirá a discussão a respeito das atividades agrícolas, tal como a dos “ribeirinhos”.

“O problema da produção” em Mato Grosso.

Como nos ensina a ciência, o homem, a terra e o capital-são três termos do problema de produção. Mas o homem carece ser instruído, a terra cultivada com esmero e arte, e o capital mobilizado. Aqui, infelizmente, sente-se falta de braços; os meios de transporte são difíceis e caros; a epizootia não cessa de dizimar os campos; a iniciativa individual é cousa como que desconhecida; a descrença nos motores que facilitam trabalho é absoluta; a inércia entre as classe dos que poderão suprir a deficiência de escravos é surpreendedora; a falta de instrução industrial completa e os capitais realizados deixam de entrar em circulação para, serem convertidos em apólices, ou depositados nos estabelecimentos bancários. O conjunto de tantos elementos nocivos atrofia e mata inteiramente a lavoura, que nem se quer prove as exigências da Província. [...] É geral o clamor pela falta de braços úteis ao trabalho. [...] Porém, o que mais afeta o progresso da lavoura, no

⁵⁰Nos anos de 1880 e 1890, suas propriedades receberam equipamentos avançados, e importados adquiridos por

meio dos empréstimos internacionais. Isso desembocou na soma de novos estabelecimentos que optaram por seguir o mesmo caminho, através dos incentivos ofertados pelo capital estrangeiro disponível. Assim, as usinas de açúcar, em sua maioria localizadas as margens do rio Cuiabá, tornaram-se economicamente importantes, constituindo-se na principal expressão de atividade industrial de Mato Grosso. CORRÊA, Valmir B., Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943). Campo Grande: Editora UFMS, 1995, p. 70.

51 Este grupo acompanhou e se inseriu nas relações comerciais mais amplas cujas extensas faixas de terras estavam localizadas na região pantaneira. Assim como a exploração açucareira, a criação extensiva de gado aumentou nas últimas décadas do século XIX, quando a venda desses animais, mortos ou vivos, estavam incluídos entre os produtos mais comercializados em Mato. PERARO, M. A., Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001, p. 63.

52 Idem, *ibidem*, p. 70.

53 “Em 1878, iniciou-se a exploração dos ervais nativos da Província de Mato Grosso, porém, suas produções foi exportada como sendo de origem paraguaia até o final do Império, quando então recebeu uma concessão do governo. Com a República e com o apoio do banco Rio-Mato Grosso, organizou-se ‘em 1891 a Companhia Mate Laranjeira destinada a elaboração e comércio de erva mate’”. E, em 1902, transformou-se na firma Laranjeira, Mendes e Cia, com sede em Buenos Aires. Idem, *ibidem*, p. 71-72.

Mato Grosso é a indolência e a inércia. Aqui o proletário não pensa no dia de amanhã⁵⁴ .

Os relatórios dos presidentes da província e do estado constituem um conjunto de documentos bastante conhecidos pela historiografia de Mato Grosso, tendo sido amplamente utilizados como referências para as análises econômicas, sociais, políticas e culturais. A partir dos relatórios, mensagens e discursos dos presidentes da província e do estado de Mato Grosso, assim como através da sua articulação com outros tipos de documentos -relatos de viajantes nacionais, estrangeiros, cronistas, leis -e material bibliográfico, podemos perceber o processo de construção de uma série de representações a respeito dos moradores das margens dos rios.

Este trecho do relatório do presidente da província apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, pelo coronel Francisco José Cardoso Junior, no ano de 1871, transcorre basicamente sobre uma preocupação central para seu autor que é “o problema da produção” em Mato Grosso. Discorrendo sobre tal problema, Cardoso Junior identificava três fatores que entravavam a sua solução que era: o “homem, a terra e o capital”.

Para tanto, reportemos aos atributos pejorativos que foram construídos sobre os grupos sociais que compunham a estratificação social de Mato Grosso, pois segundo Cardoso Junior os segmentos sociais que aqui se encontravam eram carentes de “iniciativa individual” e precisavam ser “instruídos”. Esta “instrução”, por sua vez, se referia a uma “instrução industrial”, ou seja, uma instrução especializada, profissionalizada.

Aliás, sobre isso deve-se destacar que a própria palavra “instrução” era um termo visto positivamente. Nos relatórios, discursos, mensagens e falas dos presidentes de província o termo “instrução” estava diretamente relacionada à “educação”⁵⁵ . Nestes documentos o subtítulo “Instrução Pública” tratava, exclusivamente, dos assuntos relacionados à escolarização.

54 Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo Exm. Sr.

Tenente Coronel Francisco José Cardozo Junior, no dia 4 de outubro de 1872, p. 86.

55 Podemos visualizar este fato, no trecho do documento que se segue: “Dificuldades inúmeras a vencer , rudes

trabalhos a executar , lamentações e queixas a ouvir e atender, despesas enormes a fazer, programas e métodos a

escolher e discutir, tudo isto reunido ainda será por muito tempo entre nós assunto de preocupação constante dos

governos e dos educadores antes que se tenha obtido resultado satisfatório na instrução primária do povo, e

chegado o tempo de descansar usufruindo nesta matéria/ essa teoria tudo esta resolvido. Bons métodos,

excelentes professores, direção e inspeção ativa e dirigente, possibilidade, disposição de vontade de aprender,

são os mistérios desvendados do ensino e da instrução popular.” Relatório de presidente de província, na 1^o sessão, da 26^o Legislatura, apresentado pelo Exmo. Snr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, no dia 12 de Julho de 1886. Ver também em: Mensagem de presidente do estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, dirigida pelo vice-presidente do estado em exercício, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, ao instalar-se a 2^o sessão da 8^o legislatura, no dia 13 de maio de 1910, p. 7 e p. 23.

Nesse sentido a educação era vista como um dispositivo significativo para o processo de inserção do trabalho formal na região, em que sua função estava atrelada à qualificação de jovens para serviços remunerados, inserindo-os na lógica capitalista⁵⁶. Não é por acaso, ou simples conveniência, que a educação normalmente ao ser mencionada nestes documentos oficiais, vinha acompanhada de termos como “progresso”, “modernidade”⁵⁷.

Deixando de lado as nossas observações sobre “instrução”, e voltando para outras questões que nos levam o documento acima transcrito, o presidente de província apontava que

o solo precisava ser “cultivado com esmero e arte”. Se Cardoso Junior não estava contente com a produção agrícola local, era porque esta atividade não era uma prática econômica entendida por este governante como propícia e adequada à província e ao país, já que nesse período, a agricultura que preponderava nas grandes propriedades utiliza-se de mão-de-obra escrava, atendendo principalmente ao mercado interno e sua limítrofe. Assim, o “cultivo da terra” em Mato Grosso era criticado porque não se enquadrava em um tipo particular de produção agrícola-a que era a feita em larga escala, com o emprego da mão-de-obra assalariada, em que se previa uma jornada de trabalho diário e a relação patrão-empregado de acordo com o padrão europeu. Cardoso Junior recriminava, dessa forma, os grandes proprietários da província, o trabalho escravo, assim como o cultivo de subsistência dos pequenos agricultores.

Outro ponto importante diz respeito ao autor deste documento. Para tanto, prestemos um pouco mais de atenção sobre o responsável por este relatório de presidente da província

o Tenente Coronel Francisco José de Cardozo Junior. Como os demais presidentes da província, Cardoso Junior também fora nomeado pelo imperador, não sendo, portanto, uma figura política local, o que nos leva a supor que havia uma ligação direta entre suas práticas políticas e administrativas e os interesses do poder central, articulador das propostas político-econômicas elaborada para todo o país.

De fato, nas décadas de 1870 era latente a preocupação do imperador em implantar um “projeto de nação”, que atuasse em defesa da “integração nacional” e promovesse o fortalecimento do poder central. Com o fim da Guerra do Paraguai (1870), veiculou-se por todo o país, com maior intensidade que nos anos antecedentes, o discurso da valorização do

56 SIQUEIRA, E. M., Luz e Sombra: modernidade e educação pública em Mato Grosso. Cuiabá-MT: Edufmat, 1999.

57 Relatório de presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1º sessão da 23º legislatura da Assembléia, apresentada pelo Exm. Snr. General Barão de Maracajú, no dia 1 de outubro de 1880. p. 29. Ver também:

Relatório de presidente do estado de Mato Grosso, dirigida a Assembléia Legislativa pelo Coronel Generoso P.

L. de S. Ponce, ao instalar-se a 3º sessão da 7º legislatura, no dia 13 de maio de 1908, p. 17.

trabalho, no qual o operário europeu passava a ser visto como mão-de-obra qualificada bem distinta dos “descendentes bugres e escravos” tidos como negação do estereótipo buscado⁵⁸. Nesse sentido foi desenvolvida no Brasil uma política “imigrantista”, que obteve seu maior êxito no período republicano, principalmente no centro-sul e, em especial, nos cafezais localizados em São Paulo ⁵⁹.

Ao analisar o discurso proferido por Francisco Cardoso Junior, a historiadora Luiza Volpato salienta que a esse projeto somava-se ainda a defesa da abolição da escravatura⁶⁰. No entanto, este projeto tinha que ser levado a cabo pelas elites regionais, que deveriam assumir o “compromisso de buscar alternativas adequadas para solucionar a questão do suprimento de mão de obra que já se fazia presente”⁶¹.

É preciso salientar que muitas das percepções construídas neste documento receberam influências dos viajantes nacionais e estrangeiros que estiveram em Mato Grosso, cujas narrativas de viagens foram significativas para as discussões sobre a relação sociedade e natureza no que se refere à exploração ambiental..

Essas discussões e reflexões referentes ao “mundo natural” estavam inseridas em uma temporalidade em que as máquinas, o lucro, as grandes transações econômicas preponderavam nos grandes centros comerciais e urbanos e se encontravam em pleno processo de expansão no mundo capitalista. De fato o século XIX, foi o “tempo da civilização e do progresso” o que implicava em uma série de valores calcados, sobretudo, no etnocentrismo e na ideologia do progresso, tendo como referência as grandes potências ocidentais, mais precisamente européias⁶².

A visita de Bartolomé Bossi ao Mato Grosso

Em termos numéricos, comparando com áreas litorâneas brasileiras, foram poucos os viajantes que passaram por Mato Grosso, porém esse aspecto não minimiza a qualidade das ricas informações coletadas através das impressões que colheram sobre os lugares que

58 VOLPATO, L. R. R., *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888*. Cuiabá: Ed.

Marco Zero, 1993, p. 89.

59 Idem, *ibidem*, p. 89.

60 Idem, *ididem*, p. 99.

61 Idem, *ididem*, p. 99.

62 Estamos, portanto, diante de uma maneira de se comportar, vestir, falar, viver e ver o mundo que tinha como

referência o “homem europeu”. ARRUDA, G. “Representações da Natureza: história, identidade e memória” In:

ROLIM, R. C. & PELLEGRINI, S. A. e R. B. D. *História, espaço e meio-ambiente*. [S.l.]: ANPUH-PR, 2000,

visitaram. Estes relatos estão repletos de idéias, pensamentos e “visões de mundo”. Apresentam descrições sobre as áreas visitadas, significativas para os estudos em diversos campos de conhecimentos: geologia, geografia, física, etnografia, biologia, matemática, medicina, história e antropologia, dentre outros.

O nosso maior interesse em relação a essas descrições recaí sobre os viajantes que estiveram no Pantanal, por terem construído um conjunto de representações sociais sobre as práticas agrárias, especialmente, sobre as que dizem respeito aos grupos de trabalhadores rurais que se encontravam localizados nas margens dos rios Cuiabá e São Lourenço.

Para começarmos as nossas reflexões sobre os visitantes estrangeiros, nos voltaremos aos escritos de Bartolomé Bossi quando este percorria a extensa área úmida do Pantanal, no princípio da década de 60 do século XIX⁶³. É bem provável que um leitor desavisado ou pouco atento, certamente, ao ler as descrições desse viajante sobre o Pantanal Norte tenha a impressão de que este ambiente ainda que composto por grande disponibilidade de recursos animais e vegetais era inabitado pelo homem, pois Bartolomé Bossi não faz menção, em grande parte de suas descrições, a grupos sociais, menos ainda a espacialidades rurais. A natureza pantaneira descrita por este viajante era farta, rica e inexplorada. Porém, seria interessante entender porque estes atributos são conferidos ao ambiente natural na construção de sua paisagem, quais os objetivos e intenções que o motivaram a construir essa caracterização.

Nas anotações de Bossi é possível observar o cuidado despendido em descrever as espécies de plantas e animais e seus respectivos valores econômicos. A respeito das aves, o que chamava bastante atenção deste estrangeiro eram as plumas e suas cores variadas, além de destacar a grande quantidade destes animais, razão pela qual acreditava que se constituíam em presas fáceis. Dessa forma, podemos entender o quanto a fauna e a flora pantaneira passaram a ser alvo de atenção, na medida em que poderia oferecer a província, na visão desse viajante, a possibilidade de desenvolver atividades lucrativas: a caça não era ingenuamente referendada⁶⁴.

O que nos chama atenção na escrita de Bossi é uma característica bastante recorrente entre os viajantes estrangeiros, que diz respeito ao forte apelo à narrativa. Em suas anotações se detecta que a preocupação com a ciência, a exploração “racional” dos recursos naturais

63 BOSSI, B. Viagem pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lourenzo, Cuyabá y el Arino del grande

Amazonas com la descripcion de la Província de Mato Grosso bajo su aspecto fisico, geográfico, mineralógico

u sus producciones naturales, Paris, Dupray de la Mahérie, 1863, p. 50.

64 Idem, ibidem, p. 50-52.

vinha acompanhada de certa valorização da estética. Este aspecto torna-se compreensível se analisarmos as idéias que influenciavam, não apenas Bossi, mas os relatos de viagem de uma forma geral.

No Brasil duas correntes marcavam as impressões deixadas pelos estrangeiros: uma delas era a visão romântica e idealista, de origem alemã, bastante disseminada na Europa e também incorporada aos discursos sobre a natureza brasileira -cujo “mundo natural” era visto como algo exterior à sociedade⁶⁵. Segundo Silva a natureza era pensada desde o final do século XVIII através de sua oposição ao homem ou à “cultura”. Particularmente o idealismo e

o romantismo alemães, no século XIX, forçaram uma distância absoluta entre Natur e Kultur⁶⁶. O homem e a natureza eram tidos como distintos, antagônicos e externos, um em relação ao outro. O que mais preocupava a visão romântica da natureza eram a exuberância e a abundância na paisagem, o que acabava por construir, em inúmeros casos, a imagem escrita de um ambiente quase que intocado pelo homem; a outra corrente difundida no Brasil ao longo do século XIX, presente desde o século XVIII, mais comum inclusive em Mato Grosso, era a “utilitarista”. Esta visão partia do pressuposto de que os ambientes naturais não tinham que permanecer “intocados” ou explorados de maneira inadequada causando conseqüência drásticas e irreversíveis sobre a natureza. O apropriado, segundo esta corrente, seria aproveitar os recursos disponíveis de forma “racional” e “cuidadosa”, usando máquinas e produtos químicos. Esta solução acabaria com o “atraso” e levaria a sociedade rumo ao “progresso”.⁶⁷ Foi com essa visão sobre o ambiente natural que foram empreendidas no Brasil, expedições de viajantes naturalistas ou não, que observavam as paisagens, as espécies de plantas e animais, de modo que a natureza fosse conhecida e também descrita, principalmente, no que se referisse às suas potencialidades econômicas⁶⁸.

No entanto, a hegemonia da visão utilitarista não chegou a inviabilizar a reprodução da visão romântica sobre a natureza. A preocupação com a estética esteve presente nos relatos de Bartolomé Bossi, evidenciando as belezas naturais, como, por exemplo, a sua descrição a respeito da exuberância do ambiente pantaneiro vista como “paraíso das aves”. Ainda descrevendo sobre estas espécies, faz menção aos cantos, aos gestos e a beleza de suas plumagens. Utiliza-se de termos como “harmonia” e “arte”, para caracterizar os

65 SILVA, F. C. T. “História das paisagens”. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs) Domínios da História:

ensaios em teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 106-116.

66 Idem, ididem, p. 106-107.

67 Cf., a respeito, PÁDUA, A. P., Um sopro da destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil

escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

68 Cf., a respeito, CASTRO, M. I., Natureza e Sociedade em Mato Grosso (1850-1930). Brasília: Tese

(Doutorado) -UBCDS, 2001.

comportamentos dos animais⁶⁹. Entretanto, tal descrição não pode ser entendida como uma visão “puramente” romântica, pois o interesse pelas plumas estava ligado, sem nenhuma dúvida, ao seu valor monetário no mercado internacional.

A reprodução das duas correntes em suas descrições era oportuna, na medida em que permitia à sua narrativa escapar de uma escrita técnica, direta e objetiva⁷⁰. Para Bartolomé Bossi uma paisagem com riquezas naturais se mostrava ainda mais sedutora se estivesse revestida por exuberância. Para entendermos esta construção estilística, podemos nos reportar às observações que este viajante fez sobre o ambiente natural, incluindo aí o Pantanal. Em sua obra, vislumbramos que o público ao qual ele se dirigia era composto principalmente pelos “homens de negócio” (do Brasil e do exterior) que tivessem a pretensão em investir nas regiões “quase inexploradas”.

É inevitável lembrar aqui, o conceito que Michael de Certeau denomina de “lugar social” de produção, em seu livro: *A escrita da História*⁷¹. De fato, a respeito da construção dos discursos, especialmente no campo científico, este historiador leva em conta que é importante também a identificação das convenções, dos interesses, e especialmente, dos segmentos sociais que esse conjunto de pensamentos e valores buscava atingir. Certeau ressalta que os discursos, ao serem construídos, não se sustentam por si só, eles precisam se comunicar através de um “corpo social” muito bem definido e solidificado, para que seu raio de ação tenha efeitos profícuos.

Analisar o discurso significa para Certeau, romper com um silêncio presente no interior deste discurso, um não-dito que denota a presença secreta de um lugar que determina, condiciona ou conforma:

A ruptura que torna possível a unidade social, chamada a se transformar na “ciência”, indica uma reclassificação global, em curso. Esse corte mostra, pois, através da sua face externa um lugar articulado sobre outros num conjunto novo, e através da sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social⁷².

69 BOSSI, B., op. cit., p. 50.

70 ARRUDA, G.; op. cit. Neste artigo a autora irá destacar que uma parte significativa dos escritos de

estrangeiros que tendiam a linha de misturar as duas correntes tiveram forte influência de Humboldt, nas

palavras da autora: “A busca de uma nova identidade ou de uma individualização para a natureza que iria dizer

brasileira continuou com a vinda, no século XIX, de uma leva de viajantes estrangeiros motivados pelos mais

diversos interesses. Contribuíram para a formação de um olhar, marcado pela cultura letrada européia, a respeito

da natureza. Ao contrário das viagens filosóficas do século XVIII [...] esses novos viajantes seguiram de perto a

formulação de Alexandre Von de Humboldt, que promovera uma virada na forma da América e da natureza

natural. Vendo na natureza ruínas que indicavam a existência remota, criava espécies de monumentos para a

América, um passado próprio.” p. 48.

71 CERTEAU, M. de A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002, p. 69.

72 Idem, ibidem, p. 74.

Para Certeau, os discursos proferidos sobre a égide de uma instituição devem ser considerados como discursos construídos por um profissional liberal que torna seu trabalho legítimo para seus pares na medida em que se submete a regras e métodos de sua profissão. A obra de um profissional ganha valor na medida em que é reconhecido pelos seus pares. Mas este lugar social não auto-determina estas regras e métodos uma vez que, a prática científica “é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”⁷³. O discurso se articula com a instituição de onde proveio, mas não se reduz a ela. As idéias não ocupam um lugar autônomo na sociedade e, por outro, não são determinadas por ela, segundo Certeau:

É um mesmo movimento que organiza a sociedade e as ‘idéias’ que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica, etc.) que constituem entre eles, funções imbricadas, porém diferenciadas, das quais nenhuma é realidade ou a causa das outras. Desta maneira, os sistemas sócio-econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar⁷⁴.

Assim Certeau finaliza esta sua reflexão ressaltando que o discurso transforma seus métodos a partir da relação que mantêm com a sociedade, não é por acaso que mudam os enfoques de seus estudos e temáticas de acordo a demanda social.⁷⁵

Isso nos serve para refletirmos o simples fato de que Bossi na construção de seu discurso, ao buscar as referências das concepções românticas e utilitaristas, deixa transparecer que estava dialogando com outros profissionais de sua área, e que se inseria em um círculo que era composto pelo grupo científico de onde provinha e pelos grupos políticos que contratavam seus serviços. Neste sentido, podemos ir um pouco mais além, buscando mostrar como esse viajante estava ligado a um grande projeto político. Bartolomé Bossi foi um marinheiro italiano, que passou uma parte considerável de sua vida na América do Sul. Estava na Argentina quando decidiu viajar para Mato Grosso, em virtude da situação política instável daquele país. Chegou à província no princípio dos anos de 1860, tendo todas as despesas pagas pelo então presidente da província Herculino Ferreira Pena.

Saibamos, no entanto, fazer algumas ressalvas sobre a ligação de Bossi com o presidente da província de Mato Grosso. Este visitante italiano se diferenciava dos demais viajantes nacionais e estrangeiros que aqui estiveram. Sua viagem não estava ligada, por exemplo, em nenhuma expedição científica -como a Expedição Langsdorff (1826)⁷⁶, a

73 CERTEAU, M., op. cit., p. 74.

74 Idem, ibidem, p. 75.

75 Idem, ibidem, p. 75.

76 MOURA, C. F., Expedição Langsdorff em Mato Grosso. Imprinta Gráfica e Editora LTDA. Universidade Federal de Mato Grosso, 1984. De acordo com este autor, esta foi “uma das mais importantes expedições

Expedição Francesa Botânica (1844)⁷⁷, a Expedição Morgan (1881)⁷⁸, a Expedição do rio Xingu (1884)⁷⁹. De igual modo, sua visita não estava vinculada a algum tipo de projeto político nacional ou internacional, não contando, portanto, com o apoio econômico do Império. Pelo contrário, sua estadia foi bancada única e exclusivamente pelo presidente da província de Mato Grosso, Herculino Ferreira Pena com os recursos dos cofres públicos da Província, por meio de uma iniciativa individual.

Com isso, podemos afirmar de que este governante tinha a intenção em implementar uma colonização em Mato Grosso, visando atender aos interesses econômicos regionais⁸⁰. Há fortes probabilidades também de que uma das funções atribuída à viagem de Bossi não estava voltada a difusão de Mato Grosso em escala mundial, mas sim sua projeção positiva, na região latino-americana, especialmente, a platina, bastante conhecida e visitada por Bossi.

Basta nos dirigirmos a um pequeno trecho do relato de viagem de Bartolomé Bossi para percebermos que sua narrativa voltava-se, principalmente, para a viabilidade de exploração econômica:

El lector no debe esperar de mi esse elevado que há hecho la fama de tantos viajeros; pero em su lugar hallará la verdad desnuda, sin esos cuentos fantásticos que hacen dudar de todo, sin esas historietas que tanto entretienen y llenan muchas paginas. Yo solo me propongo describir mi viagem para lo que pueda ser útil; referiré cuanto he visto y observado, tal cual se han presentado los objetos ante mis ojo-Mis observaciones, em ciertos ramos, carecem de las abstracciones de la ciência; pero em cambio no faltará la exactitud.”⁸¹

Bossi estava, dessa forma, interessado em apontar ao presidente de província o que julgava ser útil, aplicável e proveitoso. Experiente aventureiro, sua viagem para Mato Grosso, entretanto, foi considerada como um verdadeiro fracasso científico -como resultado, apenas

científicas que percorreram o Brasil no século XIX foi organizada pelo Consul Geral da Rússia no Rio de

Janeiro, Barão Grigory Ivanovitch Langsdorff, de nacionalidade alemã”. p. 11.

⁷⁷Expedição francesa botânica chefiada por Francis Castelnau.

⁷⁸Chefiada por Carlos Frederic Hartt, teve como um dos seus maiores colaboradores o entomólogo norte-

americano Hebert Smith que publicou um livro intitulado “Do Rio de Janeiro a Cuiabá”.

⁷⁹ Um dos resultados foi a publicação da obra “O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio

Xingu” de Karl von de Stein.

⁸⁰ Podemos perceber esse fato, por exemplo, nos documentos, tendo em vista que fica latente a idéia por parte de

Herculino Ferreira Pena em implantar em alguns lugares de Mato Grosso a colonização.

Vejamos um trecho de

relatório de presidente da província que nos revela este aspecto “Núcleo Colonial Taquary/

Entre os diversos

papéis que tenho a honra de passar as mãos do V. Ex^a acham as participações que recebi dos capitães Gama e Antonio Maria Coelho, sobre a execução que tem tido as instruções por mim expedidas em 25 de Novembro do ano passado, cumprindo-me observar que desses officios já enviei cópias ao ministério da Agricultura, acompanhadas da planta da nova povoação./ Para dar algumas outras providencias que facilitem o interesse de tão interessante empresa não restou-me tempo, mas ao menos desejo ficam completamente satisfeitos com a certeza de que despendidos elas da boa vontade de V. Ex. não poderá haver falta.” Relatório de presidente de província de Mato Grosso, o exm. snr. conselheiro Herculano Ferreira Penna, ao passar a administração da mesma ao exm. 1º vice-presidente chefe da esquadra Augusto Leverger, no dia 14 de maio de 1863, p. 13

81 BOSSI, B., op. cit., p. X.

um livro intitulado: “Viaje Pitoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá y el Arino tributário del grande Amazonas”, publicado em Paris em 1863⁸².

A riqueza natural e a “miserável” população do Pantanal Norte

A forma dos viajantes, tais como Karl von Steinen, Cônego Jácomo Vicenzi e Hebert Smith, dentre outros; pensarem o ambiente natural não pode ser entendida sem levarmos em conta as transformações mais amplas ocorridas no pensamento científico europeu, nos séculos anteriores. Em relação a essas modificações, Pelizzoli⁸³ aponta que:

Num entendimento minimamente profundo do que se trata em termos de crise e crítica ao tema socioecológico, do ecólogo e da ética em geral, o retorno ao clima da Revolução Científica (junto com a chamada Modernidade, séc. XVII em diante) é crucial, no sentido de rastrear como se formou padrão de visão de mundo (“paradigma”), o prisma que se guia a construção do Saber e da civilização a partir do século XVII, alterando radicalmente a própria cosmovisão, e com conseqüências que vem sendo questionadas⁸⁴.

Como bem salienta este autor, no transcurso de revolução científica ocorreu um rompimento brusco com a noção de natureza identificada e definida no mundo antigo e medieval como “questões relativas a Deus, alma e à ética”. Na linha de pensamento cientificista a natureza perdia o seu caráter misterioso e encantado na medida em que o homem agora vendo através dos “olhos da razão” tinha a missão de dominá-la. Para tanto, obrigava-se a conhecê-la a partir dos instrumentos “racionalistas” de análise.

Nesse contexto, não só de revolução científica, mas também da revolução industrial, o meio natural e a possibilidade de explorá-lo para a produção de riquezas tornaram-se elementos centrais na “ideologia do progresso”, ideologia esta justificada não só pelos interesses econômicos, mas também legitimada pela ciência. Segundo Pelizzoli,

É sob a bandeira da certeza e do rigor científico, e da noção de progresso, que fez com que Revolução Industrial, que a Razão-que é cooptada pelo crivo científico-ao mesmo tempo que alarga “infinitamente” o conhecimento de todos os seres e ambientes, toma posse de todo o sentido, ou seja põe-se como fundamento racionalista último-a partir do qual se determina o destino de todos os outros seres, e mesmos dos humanos.⁸⁵

A racionalidade, o progresso e a ciência concebidos como conceito de “verdade absoluta”, foram diretrizes que compuseram um conhecimento organizado, classificatório e

82 SIQUEIRA, E. M. E. M., A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo. Cuiabá: Instituto Histórico e

Geográfico de Mato Grosso. 1997. (Publicações avulsas, nº 01). p. 86.

83 PELISSOLI, M. L. Ética Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

84 Idem, ibidem, p. 15.

85 Idem, ibidem, p. 17.

experimental. Este fato repercutiu e atingiu as distintas regiões do mundo de formas variadas com contornos específicos. No Brasil, em um contexto de construção de um projeto de nação⁸⁶, os viajantes receberam grandes incentivos e até chegaram a ser financiados pelo governo central e pelos governos provinciais, tendo em vista que lhes cabia a responsabilidade de percorrer as áreas do império, inclusive os territórios mais afastados do litoral, os denominados “sertões”, apontando as riquezas locais e identificando as formas apropriadas de sua exploração com o intuito de atrair investimentos para essas regiões. Percorridos pelos viajantes, os rios pantaneiros iam lhes revelando um leque de atividades econômicas prováveis e admissíveis. Ao navegarem o São Lourenço e o Cuiabá, as terras, as espécies de plantas e animais e o ambiente aquático expunham-lhes uma natureza exuberante, farta e gigantesca. Aos olhos desses observadores, a necessidade da conquista e dominação sobre este ambiente natural era “gritante” cabendo, no entanto, ao “homem civilizado” a tarefa de submetê-la.

Os animais, descritos em função de sua cor, tamanho e quantidade eram vistos como fonte de exploração. Couros, peles e penas dos animais em seus variados tons chamavam a atenção dos viajantes e turistas. No bojo dessa grande disponibilidade de animais, eram constantemente mencionadas aves das mais distintas espécies, onças, veados, lontras, ariranhas, capivaras, peixes e mais tarde os jacarés⁸⁷. Os derivados destes animais, também eram apontados como apropriados ao consumo. Como exemplos, podemos citar o caso da

⁸⁶ Saibamos, entretanto, identificarmos os distintos “projetos de nação” que transcorrem no plano político ao longo do século XIX no Brasil, pois eles se diferenciam um do outro em decorrência dos momentos políticos e econômicos que buscavam novas exigências. Assim, na primeira metade do século XIX, o projeto de nação

estava ligado a época, que passava por transformações governamentais significativas. Como bem enfatiza Castro: “A emancipação política acentuou a necessidade de enfrentar as novas determinações advindas do novo estatuto de país independente. Agora, urgia encontrar um terreno comum sobre o qual edificar a nova nação, entendida como um mero agregado de regiões divididas em províncias, as antigas capitanias da colônia, mas concebidas em termos de uma identidade cultural e política comum a todos os seus habitantes. Nessa tarefa, impunha-se entre outras coisas, estudar e investigar as riquezas nacionais, tanto materiais quanto culturais, para se identificar os elementos distintivos e definidores da nação brasileira.” CASTRO, M. I., op. cit.,1, p. 74. Já nas décadas de 1840 e 1850 surgirá outro tipo de projeto de nação atrelada a importância e influência do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, construído em 1838. Será este espaço o responsável por inúmeras produções científicas, inclusive com trabalhos historiográficos em que poderá ser notado a preocupação e o objetivo em criar uma identidade para o país que atendia aos interesses de um poder monárquico. Nesse âmbito não poderíamos deixar de mencionar a grande influência e destaque de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), pioneiro na história do país com a obra intitulada História Geral do Brasil, no ano de 1850. Varnhagen representou as idéias de uma elite que apoiava o imperador com pesquisas que continham dados, datas, nomes e fatos; cuja colonização é vista positivamente, tendo o Brasil que dar toda uma continuidade a esse processo. REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 21-82. 87 CASTRO, M. I & GALETTI, L. S. G., “Um histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso” In: CASTRO, Carlos F. de Abreu. Diagnóstico do Setor Florestal em Mato Grosso. Brasília, IBAMA/ITTO/FUNATURA, 1994, p. 67-69.

onça, cuja cabeça, dentes e garras poderiam ser reaproveitados, ou a gordura da capivara que servia como remédio terapêutico⁸⁸ .

Em relação à agricultura, a terra era considerada pelos visitantes nacionais e estrangeiros, como rica em nutrientes e adequadas para a produção em larga escala, passível de transformações pela mão do homem, o que “enchia os olhos” dos observadores, que expunham enfaticamente a viabilidade do plantio naquela região.

As fazendas, usinas e engenhos, em grande parte com suas plantações nas margens dos rios aguçavam a expectativa dos viajantes interessados em estender para outras dezenas de léguas de terra uma agricultura avançada e sofisticada -empregando instrumentos como as enxadas, pás, foices, máquinas agrícolas movidas a vapor ou carvão, sementes de gêneros alimentícios específicos como o café, entre outros que -, ao invés de se voltar apenas para o mercado interno, abrisse suas portas ao exterior. Em uma viagem a região pantaneira, o cônego Jacomo Vicenzi ao se aproximar da vila de Barão de Melgaço, salienta que a terra era propícia à produção agrícola em suas redondezas. De acordo com o cônego, “os terrenos que ficam adjacentes à vila são admiráveis na sua fertilidade, prestando-se para qualquer cultura. Basta dizer que o arroz aí semeado, chega a produzir setecentos por um!”⁸⁹ .

Escrita entre os meses de julho e dezembro de 1918, a obra do cônego Jácomo Vicenzi, intitulada: “Paraíso Verde: impressões de viagem a Mato grosso”; deveria ser publicada em 1919, no ano de comemoração do bicentenário de fundação de Cuiabá. Em decorrência da falta de apoio financeiro, esta obra só veio a ser impressa três anos depois, na Alemanha. Entre as inúmeras informações contidas em suas anotações, Vicenzi relata em seu primeiro capítulo a viagem que fez de Corumbá a Cuiabá, e traz muitos detalhes sobre a cidade de Barão de Melgaço.⁹⁰ Em relação ao trecho acima transcrito, é possível perceber que

o solo produtivo é uma característica enfatizada, considerando apropriado e viável para qualquer tipo de plantação.

Contudo, a terra não era descrita pelos viajantes somente como propícia a agricultura. De fato, outras atividades poderiam aí ser direcionadas, tal como a criação bovina, já que havia imensas áreas de pastos pantaneiros, formadas desde o processo de colonização portuguesa, no século XVIII.

Sobre isso, é oportuno o relato de Theodoro Roosevelt, e sua análise em relação às terras do Pantanal. Este visitante norte-americano, nascido em 1858, assumiu o cargo de vice

88 SILVA, A. C. S., Cartas Matogrossenses. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, p. 62-63.

89 VICENZI, C. J. Paraíso Verde: impressões de uma viagem a Mato Grosso em 1918. Rio de Janeiro, snt. p. 23.

90 SIQUEIRA, E. M., op. cit., p. 91

presidente daquela nação, no ano de 1901, chegando ao cargo de Presidente da República cinco anos depois. Esteve no Brasil, na primeira metade do século XX, como integrante da expedição que explorou as regiões do centro-oeste e Amazonas: Expedição Roosevelt-Rondon, deixando suas impressões de viagem na obra “Através dos sertões no Brasil”. Neste livro, Roosevelt dedicou todo o capítulo IV a viagem que realizou de Corumbá a Cuiabá. Quando percorreu o Pantanal salientou:

Mas, quero afirmar, com ênfase, que essas planícies pantanosas, apesar de quentes, são também saudáveis; e mais ainda, que os mosquitos em muitos lugares não chegam a constituir perigo sério, embora sejam necessários mosquiteiros durante a noite. A região é muito propícia a colonização e oferece extraordinárias possibilidades de criação de gado. Ademais é verdadeiro paraíso para as aves aquáticas e muitas outras espécies de pássaros e mamíferos [...]91 .

Entretanto, apesar de território fértil, com boas possibilidades para o uso da pastagem, caça e agricultura e a grande disponibilidade de recursos naturais, o principal obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo liberal era uma mão-de-obra “inadequada” para a exploração dos recursos naturais. Assim, era descrito o Pantanal Norte em grande parte dos relatos dos viajantes. A menção à colonização indica que para os observadores nacionais e estrangeiros a região não era apenas pouco habitada, como também carecia especialmente de mão-de-obra propícia a uma exploração rural92 .

Mesmo observando que os relatos eram diversos, por várias vezes contraditórias ou antagônicas, percebemos que ao longo de suas descrições as várias análises apresentavam algumas proximidades no que tange às observações ambientais. De uma forma geral, estes atributos naturais exuberantes eram ressaltados por todos os viajantes que pela região passavam. Nesse ponto, podemos tecer alguns comentários a respeito dos discursos utilitaristas, que ao descreverem a vasta floresta do Pantanal e ao conferirem vida à natureza através de sons, gestos, cores, tamanhos, cheiros, sabores... Em relação aos animais, à terra e à água, estes relatos de viagens, através da influência romântica, recorriam as características próprias das sensibilidades do homem na intenção de dar ao “mundo natural” um sentido mais “real” e atrativo.

91 ROOSEVELT, T., Nas selvas do Brasil. Tradução de Luiz Guimarães Junior; apresentação de Mario Guimarães Ferri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, livraria Itatiaia Editora LTDA, 1976, p. 89-90.

92 Podemos citar outro estrangeiro, que também percorreu o Pantanal, e sobre a província chega a seguinte conclusão: “Não vemos [...] no mal estado presente de Mato Grosso uma garantia para seu futuro [...] o único meio de que pode servir-se o governo brasileiro para salvá-las, é abrir mão de suas riquezas as companhias

estrangeiras. Se os estrangeiros [...] não vierem arrancar de abandono esses tesouro quase fabulosos, ficarão estes para sempre sepultados no esquecimento, sem que produzam os resultados que deviam produzir, e a província [...] representará um papel bem diferente daquele a que foi estimada pela beneficência da natureza”.

MOUTINHO, J. F. “Noticias sobre a província de Mato Grosso seguida d’ um roteiro de viagem de sua capital a São Paulo”. São Paulo. Typ de Henrique Schroeder. 1869, p. 35-36.

O pequeno trecho da obra de Smith, transcrito mais abaixo, provavelmente foi elaborado a partir das observações de Karl von de Steinen, quando este percorreu o Pantanal⁹³, já que a escrita e as observações destes dois estrangeiros são parecidas⁹⁴. Vale frisar que Smith, entomólogo norte-americano, integrante da Expedição Morgan, chegou a Mato Grosso no ano de 1881, vivendo aí por quatro anos. Três anos após a sua chegada, Mato Grosso recebeu outra Expedição, agora alemã, contando com a presença de Karl von de Steinen, que retornará a província em 1887, cuja viagem terá como resultado a publicação de dois livros: “Entre os naturais do Brasil Central” e “Estudos antropológicos sobre os primitivos habitantes do Brasil”. Assim aparece o Pantanal na obra de Smith:

Entre essas massas de terra alta estendem-se os pantanaes, amplo deserto de terra e água. As vezes apareciam várzeas limpas com lagoas e poços na superfície; depois tricas de mimosas e macegas léguas e léguas, enfim borões de mata, onde as margens eram mais altas./Pelo meio, esquivava-se o Paraguai; mais denteado aqui do que abaixo, a sua largura, muitas vezes de fronteira da republica do Paraguai: sempre a mesma água escura, profunda, cuja corrente rápida apenas se vê aqui e ali na superfície macia-um rio manso, segundo a expressão popular. Para cortar esta corrente tanto quanto possível. Nosso vaporzinho encostava-se às margens, roçando nas massas de iguapés, que quase as guarnecem./O iguapé associa-se em meu espírito a todas as pinturas do Paraguai: os canteiros brilhantes, de escuro carregado, aqui e ali pendoados de flores azul -pálidas, os insetos luminosos que cintillam por cima, as aves aquáticas que deferem o vôo à proporção que vamos passando, a água escura e mansa que afaga as raízes, onde os peixes nadam prazenteiros; tudo isso contrasta de modo estranho com os campos e os galhos das arvores que escorrem das margens das correntes. Quando as águas sobem, flutuam bancos de iguape, que vão acalmar nas ribanceiras, além; às vezes vimos superfície toda coberta com eles.⁹⁵

Discorrendo sobre o rio e sua margem, tal como os animais que nos mesmos se encontravam, este fragmento de relato, nos oferece elementos para compreendermos o contraste da descrição da natureza em relação aos moradores que nelas se encontravam. Pois ao conferir movimentos, ritmos e cores sobre o ambiente aquático e suas margens, encobriam os grupos sociais que tiveram grande influência na construção da paisagem do Pantanal

naquele momento.

Podemos vislumbrar a capacidade deste viajante em descrever com precisão e detalhes os aspectos físicos da natureza: cada lugar, cada oscilação era captada, nada passava despercebido no que se referisse fisionomia do Pantanal. Trabalho este, que não será despendido na descrição dos grupos rurais que ali se encontravam, pois normalmente quando

93 Não especificamente a parte norte que estudamos.

94 SMITH, H. H. S., Nas selvas do Brasil. Tradução de Luiz Guimarães Junior; apresentação de Mario

Guimarães Ferri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, livraria Itatiaia Editora LTDA, 1922.

95 Idem, ibidem, p. 268-269.

citados, um espaço pequeno lhes era dedicado, com observações rápidas, desinteressantes e superficiais, revestidas por visões etnocêntricas.

Dando continuidade à descrição, quando se refere a um dos trechos correspondentes ao rio São Lourenço, Smith anota:

Pequenas porções dos Pantanaes são bastante altas para se prestarem a pasto de gado, embora durante as inundações o gado só possa alimentar-se vadeando pelos campos alagados; à noite retiram-se para poucos lugares que ficam secos. Há uma ou duas destas fazendas destas criações no baixo S. Lourenço, e até algumas roças de mandioca, embora todos os anos fiquem sobreaguados. Um torrão é ocupado por destacamento de soldados de misérrimo aspecto, que aqui estacionam, Deus sabe porque, pois para nada podem servir nestes rebanhos./As inundações anuais dos pantanaes variam bastante quanto a altura: em Corumbá tem se registrado 11 metros de diferença entre as águas mais altas e as mais baixas, mas em outros annos não há mais de 5 ou 6. Como a superficie geral dos pantanaes-as partes não ocupadas por lagos-não esta mais está mais de um metro ou um metro e meio acima das águas das vazantes, é claro que mesmo as menores inundações encobrem a totalidade dos pantanaes.⁹⁶

O espaço rural aqui é mencionado em breves apontamentos sobre o pasto do gado, algumas fazendas e roças, além dos soldados, para logo em seguida se voltar para os atributos físicos daquele meio. É interessante percebermos, neste sentido, a disparidade atribuída entre

o homem e a natureza, entre estes dois fragmentos de relatos de Smith aqui expostos. Realmente se o primeiro tem a atenção voltada mais especificamente para o ambiente natural, convenhamos que ao o lermos veremos que em vez de um simples objeto de estudo, ela (a natureza) reassume o papel de um sujeito com atitudes próprias e bem peculiares; diferentemente deste último trecho de relato sobre o trabalhador rural que assume papel passivo e insignificante, encobertando, dessa maneira, as relações sociais desenvolvidas no Pantanal Norte.

Sobre esse assunto o crítico literário, Alfredo Bosi⁹⁷, pode nos proporcionar algumas contribuições valiosas. Este pesquisador, analisando os escritos do padre Antonil, sobre a produção de açúcar nos engenhos da Bahia, no século XVIII, identifica aspectos bastante parecidos com estes que estamos encontrando nos relatos dos viajantes que estiveram no Pantanal. Ressaltando a peculiaridade de uma sociedade escravista e colonial, cujos escravos eram vistos como mercadorias para seus donos, Alfredo Bosi detecta nas descrições do padre Antonil esse caráter de passividade sobre o grupo social que estava tratando, que eram os negros escravos das fábricas de açúcar. Nas anotações do padre Antonil, de acordo com Alfredo Bosi, os escravos são construídos como seres inertes, apáticos e, conseqüentemente,

96 SMITH, H. H., op. cit., p. 276.

97 BOSI, A., “Antonil ou as lágrimas das mercadorias”. In: *Dialética da Colonização*. Alfredo Bossi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 149-175.

indiferentes. Em contrapartida a matéria-prima -no caso a cana-de-açúcar -que transformada pela indústria se apresenta nestas mesmas narrativas como uma “analogia com o ser vivo, animado e humanizado”, passando de simples objeto para adquirir uma postura de sujeito.

Alfredo Bosi observa que, o padre Antonil ao construir a imagem dos escravos através de elementos estáticos e coisificados encobriu propositalmente todas as relações sociais desenvolvidas nas fábricas rurais. Sobre o Pantanal, não é muito difícil identificarmos este atributo fetichista⁹⁸ sobre o “mundo natural” em detrimento dos trabalhadores agrários, sobretudo, os pequenos proprietários da beira dos rios, tendo em vista que o que interessava e orientava estas descrições de viagens, em primeiro plano, era a inserção daqueles recursos naturais no capitalismo liberal.

Lylia Galetti, ao estudar as imagens que os europeus e norte-americanos tinham sobre Mato Grosso, ressalta que estes estrangeiros reproduziam a idéia de um espaço “vazio” e “isolado” construindo a imagem da província como um lugar remoto, cercado de terras virgens e constituído por uma riqueza inquestionável. Tendo como objeto de estudo um conjunto de representações construído sobre Mato Grosso, a autora observa que os relatos eram compostos de referências ligadas às idéias de “progresso” e de “civilização”. A própria menção de ambientes pouco habitados, “longínquos” faziam parte de um conjunto de representações dos europeus sobre os “confins do sertão”⁹⁹.

Podemos ir um pouco mais além sobre essa questão levantada por Galetti. Pois acreditamos que as imagens construídas sobre Mato Grosso e, conseqüentemente, sobre o Pantanal por parte dos estrangeiros, tinham o objetivo de difundir não somente a idéia de um lugar pouco habitado e “isolado”, distante da “civilização”, mas que eram acima de tudo,

98 Sobre o fetichismo vale a pena ler a seguinte citação do velho Marx: “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através desta dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis aos sentidos”⁹⁸. MARX, K., O Capital. Livro I. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

99 Nas palavras da autora: “Situá-la muito longe significava, então, algo mais que contabilizar léguas e dias, e “perto” queria dizer uma representação espacial que designava a proximidade com a cidade, seus signos de civilização e, sobretudo, com o maior mito de ideário liberal: o mercado. Para os padrões desta época, vapor,

telégrafos e trens, “perto” era qualquer lugar que permitisse o fluxo ininterrupto e, num tempo relativamente curto, de mercadorias, pessoas e informações. Estar ou situar-se longe significava, desse modo, privar-se de todas as experiências e possibilidades que essas transações, coisas, gentes e idéias favoreciam. E pode significar ainda, aproximar-se da barbárie, correr risco de perder-se para sempre em seus desertos”.

GALETTI, L. S., G.op.
cit., p. 88.

ambientes naturais desocupados¹⁰⁰. Silenciavam, dessa forma, a respeito de todo o processo de fixação e formação de espacialidades rurais.

Esse silêncio, construído através das narrativas dos viajantes não era imparcial, pois, propositalmente agia deslegitimando o acesso às terras e aos recursos disponíveis por parte dos moradores que nesses espaços se encontravam, principalmente os índios, assim como os agricultores livres e também os escravos. Uma vez deslegitimado esse processo de fixação, os discursos visavam oferecer aos grupos de investidores nacionais e estrangeiros todo um aparato que se configurava em um conjunto de idéias, pensamentos e valores, necessários para a exploração econômica das florestas e do solo.

Pouco mencionados nos relatos de viagens, aos trabalhadores livres pobres desses ambientes e suas práticas diárias era normalmente conferida uma visão negativa, especialmente, sobre aqueles moradores localizados as margens dos rios. Segundo Aníbal Amorim, tratava-se da “miserável população ribeirinha, que vive do plantio do arroz, do milho, do feijão, e da pesca do pacu. Não é raro encontrar, dentro de uma mesma palhoça, marido, mulher e uma dezena de filhos”¹⁰¹.

O fato dos trabalhadores locais terem sua sustentabilidade familiar garantida por meio da utilização dos recursos disponíveis era visto pejorativamente, porque tais recursos não estavam inseridos, segundo os viajantes, nos usos “apropriados” da flora e da fauna ofertadas pela natureza. Essas visões sobre a sustentabilidade familiar devem ser compreendidas no interior da relação espaço/tempo articulada à relação sociedade/natureza, que orientava e sustentava os discursos etnocêntricos construídos nessas narrativas de viagens. A utilização local dos recursos disponíveis era criticada pelos observadores estrangeiros, porque não se enquadrava na visão utilitarista da ideologia do “progresso”.

Aos trabalhadores rurais que tinham uma situação financeira desfavorável de acordo com o padrão europeu, era atribuída a idéia de que a natureza se impunha sobre suas vidas. Isto significa dizer que o aquele universo natural úmido não era dominado; pelo contrário, era ele quem dominava a vida de seus poucos moradores, que ainda estariam, nestes termos, em um estágio “involutivo” e “selvagem”:

[...] Os habitantes por aqui são todos adventícios, ou melhor, vagabundos, bom sentido da palavra. Com efeito, eis como eles costumam estabelecer-se. Uma família mete-se numa canoa, desce o rio, atraca no ponto que lhe apraz, sem indagar a quem pertence, semeia alguns cereais e, com meia dúzia de forquilhas faz uma choupana, à toa, que as águas ao engrossarem, levam por aí abaixo... É verdade, vejo em passando, essas

¹⁰⁰ Cf., a respeito: GALETTI, L. S. G., op. cit.

¹⁰¹ AMORIM, A., Viagens pelo Brasil. Rio de Janeiro, Garnier. 1911, p. 473.

choças prestes a serem invadidas e arrebatadas, em muito a água entrou ou está a entrar, não de surpresa, e sim maciamente. E se isto se der? Recorrem de novo a barquinha, sem motivos de lágrimas pelos edifícios que acabam de perder. 102

Reparemos na forma como são descritos os moradores da beira do rio no Pantanal Norte. A eles é atribuída a imagem escrita de que suas vidas, suas relações sociais, suas ocupações e reproduções espaciais eram estabelecidas de acordo com um ritmo peculiar que a água lhes impunha -era o ambiente e a sua fisionomia específica que dominavam o cotidiano desses “ribeirinhos”, determinando-lhes a maneira como deveriam compor e viver naquela região. Dessa forma, de acordo com as observações dos viajantes, a vida diária dos “ribeirinhos” estavam bem próxima dos comportamentos considerados próprios ao estado de “barbárie”.

Contudo, a crítica maior de Vicenzi, neste fragmento de relato -e que permeará também outras anotações dos viajantes -recai justamente na disparidade temporal, pois o tempo que estes ribeirinhos praticavam era o “tempo da natureza”, muito bem conceituado por Edward Palmer Thompson. Como bem salienta este historiador no “tempo da natureza” o homem controla seu tempo, na medida em que ainda possui seus meios de produção¹⁰³.

Isso fica mais nítido observamos um componente apontado por Vicenzi, e que se tornava um ponto fundamental inclusive para o projeto de colonização¹⁰⁴: a propriedade privada. O que deixava o viajante perplexo em relação aos “ribeirinhos” era a possibilidade de uma fixação territorial, por parte desses indivíduos, sem reivindicá-la como uma terra particular, já que “uma família mete-se numa canoa, desce o rio, atraca no ponto que lhe apraz, sem indagar a quem pertence”.

Porém, se atributos negativos eram conferidos a estes grupos rurais o mesmo não acontecia em relação aos grandes proprietários de terras. A visão sobre as atividades rurais e o comportamento da elite agrária estavam longe de receberem as mesmas caracterizações despendidas aos trabalhadores financeiramente desfavorecidos, principalmente, sobre os “ribeirinhos”.

Na manhã do dia 28 alcançamos a sede da grande Fazenda de São João, de propriedade do Sr. João da Costa Marques. Ele, seu filho mais moço do mesmo nome, que era Secretário de Agricultura do Estado, sua encantadora esposa, o Presidente de Mato Grosso e vários outros cavalheiros e senhoras, vieram de Cuiabá, que ficava a

102 VICENZI, C. J., op. cit., p. 79.

103 THOMPSON, E. P., “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: Costumes em comum.

Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

104 Esse projeto de colonização que estamos discutindo diz respeito ao que estava sendo buscado em Mato

Grosso, pelos presidentes provinciais e estaduais.

uns 30 quilômetros acima, para cumprimentar-nos. Fomos, como sempre, tratados com grande cordialidade e generosa hospitalidade¹⁰⁵

Não era inocente a imagem construída pelos viajantes europeus e americanos¹⁰⁶ sobre os trabalhadores rurais de Mato Grosso. Nas anotações desses viajantes, havia interesses e ambições particulares que favoreciam, principalmente, seus países. A concepção disseminada de que os grupos rurais aqui presentes eram “inferiores”, “incivilizados”, “preguiçosos”, entre outras características, tinha a intenção de desqualificar as populações fixadas nessas regiões, e consolidar a concepção de que as potencialidades locais não eram dignas de quem as possuíam, pois seus moradores não sabiam sequer identificá-las quanto mais aproveitá-las.

Atraídos pelas imagens de riqueza e pelo desejo de pesquisar a natureza, viajantes de países vários que percorreram ao Pantanal, como pudemos observar, tiveram preocupações que iam muito além dos interesses científicos e exploratórios. Estas descrições faziam, em certa medida, parte de um corpo enciclopédico contendo informações da sociedade e do meio natural, que mesclavam interesses pessoais com os aspectos mais amplos de caráter científico, empresarial e nacional. Seus autores, muito mais do que trazer anotações sobre o meio físico, suas atividades e populações, se preocupavam acima de tudo, em reafirmar a superioridade ocidental sob a égide da “civilização” e da cientificidade¹⁰⁷.

Nesse ponto, Edward Said¹⁰⁸ nos chama a atenção para o caráter de “realidade” que as idéias, concepções e pensamentos contidos em documentos diversos adquiriram sobre outros territórios, após passarem por alguns processos de filtragem. Salienta que a forma como os europeus “inventaram”, ou seja, construíram, a partir de práticas discursivas, as outras áreas e seus grupos sociais, estabeleceu uma “relação de força” que não deve ser ignorada, pois elas perpassaram por uma “configuração de poder”, de dominação de um território sobre o outro, de “autoridade” da Europa sobre os demais países¹⁰⁹. E a este respeito Said explica que:

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrão de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz. Acima de tudo, a realidade pode e realmente deve ser analisada¹¹⁰.

¹⁰⁵ ROOSEVELT, T., op. cit. p. 78.

¹⁰⁶ Tais como Roosevelt, Steinen, Smith, Vicenzi, dentre outros.

¹⁰⁷ CASTRO, M. I., op. cit., p. 106.

¹⁰⁸ SAID, E. W., O orientalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

¹⁰⁹ Deve ser enfatizado que Said estuda nesta obra um conjunto de representações sobre o Oriente, porém, a sua contribuição maior é a forma como este crítico literário análise e interpreta a criação dos ocidentais sobre o

“outro”, nos permitindo uma reflexão referente a alteridade dos ocidentais “civilizados”.

¹¹⁰ SAID, E. W., idem, ibidem,, p. 31.

Assim, a representação ou a “re-presença” dos europeus sobre outras regiões, de acordo com Said, mesmo sendo algo exterior e com forte caráter de deslocamento, de desvio e de desmembramento de informações, de idéias, de pensamentos, de histórias, de culturas, adquire um sentido de “veracidade”, de “conhecimento”, ou seja, de “autoridade” dos ocidentais sobre outros países, legitimando a superioridade e a dominação européia.

Em relação ao Pantanal Norte pode-se notar que muitas fazendas, usinas e engenhos agradavam alguns destes estrangeiros que não escondiam sua surpresa diante tantas máquinas sofisticadas e plantações avançadas. Porém, o mesmo não acontecia com os trabalhadores rurais menos favorecidos economicamente. Estes, ao serem mencionados eram invariavelmente considerados através de uma tipologia que os qualificava a partir de sua origem étnica -negros, índios, pardos, escravos ou caboclos -, atribuindo à descendência desses trabalhadores a justificativa para a forma pejorativa com que se dirigiam a esses moradores locais¹¹¹ .

Entre uso e desuso: as críticas e as leis ambientais sobre as práticas dos “ribeirinhos”

Segundo Galetti, um conjunto de representações construído pelos viajantes estrangeiros, em forma de críticas negativas sobre o povo brasileiro, além de ser reproduzida em Mato Grosso, foi acima de tudo ressaltado¹¹². Realizadas com instrumentos distantes das formas consideradas adequadas de acordo com os discursos utilitaristas, as práticas dos pequenos agricultores eram passíveis de muitas “críticas ambientais”. De acordo com um intelectual local chamado Manoel Cavalcante Proença¹¹³:

¹¹¹Escravos. MULHALL, M. G., Viagem a Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Publicações Avulsas nº 11, 1998, p.42; PROENÇA, M. C. de. No termo de Cuiabá. Rio de Janeiro, MEC/INL,

1958, p. 11-15. Índios e negros. Smith, H.H., op. cit., p. 279 e 281. “Variações de raça branca, índia e negra” e

Caboclo. Roosevelt, T. op. cit. p. 60e 73.

112 “Apreciação deste teor, principalmente no que se refere à indolência e à preguiça, eram bastante comuns sobre as representações da população brasileira, elaboradas nos relatos de inúmeros viajantes europeus que visitaram o Brasil ao longo do século XIX e início do século XX. Entretanto, nas representações sobre os matogrossenses, estas e outras qualidades “negativas” dos brasileiros, vista como resultado das misturas de raça e dos

influxos do meio tropical são como que potencializadas”, GALETTI, L. G., op. cit., p. 31.

113 Manoel Cavalcante de Proença, nasceu em 1905, na cidade de Cuiabá. Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro de 1919, retornando a Cuiabá apenas onze anos após. Chegou a cursar biologia no Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, o que lhe proporcionou uma atuação no campo da helmintologia e entomologia. Deu aula como professor de português, em 1945, no Colégio Militar, fundou e dirigiu o Departamento de Língua Portuguesa da Academia Militar das Agulhas Negras. De acordo com Siqueira: “Seu primeiro trabalho literário veio a luz em 1953, ocasião em que publicou livro de ficção e contos, sendo que “No termo de Cuiabá”, foi escrito em 1958. Nessa obra, o autor descreve, com riquezas de detalhes, o meio ambiente do Pantanal rio Cuiabá abaixo, pois suas preocupação era recuperar a totalidade da paisagem, onde homem, animal e natureza estariam irmanados e onde homem, animal e natureza estariam irmanados e harmonicamente sobreviviam”. SIQUEIRA, E.M., op. cit., p. 98.

Há muito que a mata vem sofrendo as investidas do caboclo e só a escassa densidade demográfica pode explicar porque ainda não são muito notados os prejuízos que esse procedimento acarreta. Já Severino da Fonseca reclamava contra a destruição das matas do Paraguai, citando mesmo a proibição da lei, encarnada num círculo da Marinha, de 1858. Hoje existem leis proibitivas e melhores, só que ninguém toma conhecimento delas. O fumo gosta de chão de barranco e o milho também? Então, toca a derrubar¹¹⁴ .

As preocupações sobre a exploração do meio natural estavam presentes no Brasil desde o século anterior, porém, não eram o resultado de uma discussão desenvolvida somente por estrangeiros. Nas últimas décadas do século XVIII, pequenos grupos de intelectuais brasileiros já se mostravam incomodados com algumas práticas que eram adotadas sobre a natureza. Muita dessas idéias, como apontou Pádua, tiveram grande influência dos valores europeus, os quais foram até certo ponto, reproduzidos no país. Essas preocupações atingiram também as grandes propriedades, diante do pouco cuidado que seus donos demonstravam em diminuir a destruição em suas áreas. O uso indiscriminado de madeiras ou mesmo as queimadas podem ser citados como algumas das inúmeras críticas sobre a exploração da natureza¹¹⁵ .

Nas últimas décadas do século XIX em decorrência da reabertura fluvial e a intensificação das relações comerciais, aumentou substancialmente a exploração dos recursos naturais em todo o território do Pantanal, ocasionando inclusive modificações em sua paisagem. No que diz respeito as atividades agrárias, realizadas pelos “ribeirinhos”, fica evidente que estas preocupações ambientais ressurgiram neste momento, como um aparato discursivo excludente que favorecia principalmente os governantes locais, com seus projetos políticos que ao longo desses sessenta anos em que estamos estudando, estavam atrelados em alguns momentos com os governos centrais, bem como com os setores de investimentos banqueiros, empresários nacionais e estrangeiros -além dos fazendeiros e usineiros¹¹⁶ .

Ainda sobre esse assunto, é preciso reiterar outros aspectos também significativos para a compreensão dessas preocupações ambientais, como por exemplo, o papel da Marinha. Pois com o término da Guerra com o Paraguai (1870), a importância da navegação se intensifica. O

114 PROENÇA, M. C., op. cit., p. 11.

115 Cf., a respeito: PÁDUA, A.P., op. cit.

116 Muitas leis não eram rigorosamente seguidas em decorrência da dificuldade de fiscalização, já que não havia um setor específico responsável pela vigília de tais medidas legais destinados a proibições de algumas atividades ambientais. A fiscalização se tornava um problema ainda maior perante um território grande como Mato Grosso em que o deslocamento necessário para a realização de tal atividade previa grandes gastos públicos.

historiador Oswaldo Machado Filho, em seu trabalho sobre Mato Grosso no século XIX, destaca que “a navegabilidade pelos rios da fronteira era estratégia de segurança nacional” 117

A destruição de matas para o abastecimento das embarcações a vapor era alvo da crítica das autoridades. Temos que levar em consideração, que não eram todas as madeiras que serviam para abastecer as embarcações, havia espécies específicas para alimentarem as “fornalhas vorazes da máquina a vapor”¹¹⁸. No entanto, grande parte da lenha utilizada para esse fim provinha de árvores cuja qualidade da madeira se prestava, principalmente, para a construção de móveis de luxo -como cama, armários, estantes, mesas, cadeiras, e demais móveis. -em outras palavras, eram desperdiçadas ao se transformarem em lenha nesse período. Ao longo das margens dos rios, a paisagem em muitos trechos era composta exclusivamente por extensas áreas limpas e vazias, denunciando o desmatamento¹¹⁹.

Somada à retirada de lenha que alimentava as máquinas a vapor, a própria navegação fluvial, incluindo conseqüentemente os rios São Lourenço e Cuiabá, causava inúmeros prejuízos ao meio aquático e as suas margens. Erosão e assoreamento eram alguns dos danos recorrentemente mencionados no período, mas que não chegaram a desencadear uma grande discussão ou debate. Fundamentalmente porque tanto as embarcações quanto o comércio, especialmente o de exportação, ajudavam significativamente a manter os cofres públicos de Mato Grosso, através dos impostos arrecadados.¹²⁰

Contudo, dentre as inúmeras explorações que ocasionavam estragos ambientais, as que sofreram críticas mais severas foram as referentes, principalmente, às práticas rurais desenvolvidas pelos “ribeirinhos”. Nesse contexto, as narrativas de viagem tiveram um papel fundamental no desdobramento das iniciativas legais, tomadas pelos governantes provinciais e estaduais. Assim, a promulgação de uma lei que visava controlar, modelar e padronizar as atividades diárias, de acordo com as preocupações políticas da elite local, é exemplar:

Aquele que tiver algum terreno pantanoso onde se estagnem águas, será obrigado a aterrará-lo a dentro do prazo que ordenar o fiscal em conseqüência do exame do pântano

¹¹⁷MACHADO FILHO, O., *Ilegalismos e jogos de poder: um crime cérebro em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá, MT: Carlini &Caniano: EdUFMT-Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006, p. 175-176.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 168.

¹¹⁹ Vejamos aqui um documento citado por Oswaldo Machado Filho que nos revelam um pouco a dimensão da destruição sobre a natureza: “Com lástima notei que se destruíram as matas ribeirinhas e que com isso seus habitantes, causaram impensadamente a outro dano a eles mesmos e ao Estado com a derrubada de inúmeras

árvores que de ordinário caindo sobre o rio eram por estes lavados, tornando-se por isso perigoso e raso pela obstrução e bancos”. APMT -Relatório de Comissão ao Coxim. In: MACHADO FILHO, O., idem, ibidem., p.

174.

120 CASTRO, M. I., op. cit., p. 30. Segundo a autora outra exploração predatória foi a comercialização de peles e penas de animais silvestres.

que o mesmo fiscal deverá fazer com dois pentos indo-se desse exame lavrado auto circunstanciado, findo prazo, não estando concluído o aterro, será condenado a multa de 10 a 20 #00reis e se lhe prorrogara mais o tempo que o fiscal julgar necessário para concluí-lo, finda qual prorrogação, se julgara ter reiniciado na contravenção e pagará multa de 30#000 reis então mandá-lo há acabar de aterrar a custa do possuidor.¹²¹

Esta lei promulgada no ano de 1861 enfatiza, de modo a não deixar dúvidas, que os proprietários dos espaços próximos a suas casas teriam que se preocupar com a estética, com a “limpeza” dos terrenos, enfim, com uma organização própria das cidades “modernizadas”, contrariando os hábitos tão arraigados dos moradores, agora sujeitos às multas previstas em lei¹²²

.

A intervenção da lei nas atividades diárias dos “ribeirinhos” intencionava ordenar sua forma de viver, desestruturar seus saberes locais e introduzir um novo tipo de conhecimento técnico, industrial. A ordem prescrita como “racional” e “urbanística”, hegemônica nas grandes potências européias, ao ser imposta em outros países entrava em conflito direto com formas de viver e saber costumeiras e peculiares. Anos depois novas medidas legais foram tomadas:

Os possuidores de terrenos dentro da capital e outras povoações da cidade, são obrigados a aterrá-los de modo que tornem secos e com o necessário declive para não conservar águas de chuvas, podendo para o mais perfeito secamento fazer plantações próprias.¹²³

O terreno pantanoso que para o “ribeirinho” correspondia a uma área que garantia a reprodução das atividades diárias e rurais, “para os técnicos e administradores da cidade não passava de um espaço de aglomerações de bichos, mosquitos de possíveis focos de doenças e contaminação; sendo assim, precisava ser aterrada, para tornar-se um lugar limpo, de fácil acesso de utilidade pública”¹²⁴. Assim, ambientes particulares se tornam lugares de exercício

121 IPML. Leis Provinciais (original). Ano: 1861. Documento avulso. Registrado à F. 165 v. do livro 4 de Leis.

Secretária do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 2 de julho de 1861. Título Saúde Pública Art. 3. In: SILVA,

V. C., Um delineamento histórico do controle das práticas de pesca no rio Cuiabá, século XIX e XX. Monografia

de especialização, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 1996, p. 18.

122 Vale ressaltar que essas idéias e medidas ambientais não surgiram exclusivamente no período aqui tratado, já

que em 1832, uma lei já havia sido estabelecido no que tange a regularização dos espaços locais: “Que todas as

peçoas que tiverem lagos, charcos e tanques em seus quintais, os tampem no prefixo tempo de dois meses, e

quando os não façam sejam multados em quatro mil réis, dois para os denunciantes, e o mais aplicado para as

mesmas obras públicas e que só passarão ter seus poços para a serventia da casa, poderes que sejam guarnecidos

de pedra canga, e na falta de multa referenda dez dias de cadeia sem ônus de carceragem.

Códigos de Posturas de

1832 da cidade de Mato Grosso. Documento Avulso, IPML. Secretário: Francisco Severino de Castilho. Trad.

Yumiko Takamado Suzuki. In: SILVA, V. C., idem, ibidem, p. 22.

123 Código de Postura da Câmara Municipal de Cuiabá. 1893. Resolução nº 3. Livro de resoluções da Câmara

Municipal de Cuiabá. Título V. Art. 75. p. 30 a 63 IPMV. Cuiabá, 14/09/1893. Registrado no livro competente

da Secretária da Câmara Municipal de Cuiabá, em 26/09/1893. Transcrição Dulcinéia Martins.

In: SILVA, V. C.

idem, ibidem, p. 19.

124 Idem, ibidem, p. 19.

do poder público, cujos governantes ou órgãos responsáveis objetivava controlar as ações diárias e as reorganizações espaciais internas dos moradores locais.¹²⁵

Mato Grosso: um lugar aonde o “progresso” não chega

Mato Grosso no ano de 1870, não passava de uma província com características contraditórias e peculiares. Extensa territorialmente, com baixos índices de densidade populacional encontrava barreiras para se inserir na tão desejada “modernização”¹²⁶. É bem provável que os grupos hegemônicos de Mato Grosso, após a superação das adversidades da guerra, beneficiados com a reabertura fluvial, criaram a imagem da província como um lugar “próspero”, valorizando as potencialidades locais e se apropriando das representações sociais reproduzidas pelos viajantes estrangeiros.

Assim, no período imperial e durante a república fica evidente que o aproveitamento dos recursos naturais era preocupação constante dos presidentes provinciais e, posteriormente, dos presidentes do estado. Isso pode ser verificado nas ponderações feitas pelo coronel Francisco José Cardoso Junior que lamentava “que um território vastíssimo [...] cortado por tantas terras naturais -apropriado ao plantio e criação em larga escala-encenando abundantes minas de ouro, pedras preciosas, cobre e ferro -[...] a indústria não se desenvolva e o comércio não progrida”¹²⁷.

125 SILVA, V. C. op. cit., p. 19.

126 Devemos destacar que estas idéias ligadas ao discurso do “progresso” e “modernização” não emergiram entre os presidentes provinciais de Mato grosso a partir de 1870, elas já se apresentavam em anos anteriores dispersas e fragmentadas. Isso equivale a dizer que a reabertura da navegação com a Bacia do Prata não provocou ruptura no discurso dos governantes, o que mudou foi a dimensão que estas percepções alcançaram no período pós-

guerra com o Paraguai, porque neste momento elas se apresentavam como um conjunto de valores organizado, articulado a um projeto político do imperador para o país, como já foi discutido. Para tanto, basta mencionar que a colonização para Mato Grosso já era tida como uma necessidade no ano de 1849, pelo Major Joaquim José de Oliveira. A assimilação por parte dos governantes locais, de que Mato Grosso seria “próspero”, “moderno” e “civilizado”, se estabelecessem relações comerciais com a capital do Brasil e outros países platinos já havia sido difundido nas décadas de 1850. Entre os atributos negativos Mato Grosso já era tida entre os presidentes provinciais como detentora de uma população “incivilizada” (1859), portadora de intensa tranqüilidade e gozadora de uma “índole pacífica” (1858). (Relatório de presidente de província de Mato Grosso e Comandante de Armas, o Major Dr. Joaquim José de Oliveira, apresentado ao seu sucessor, o exm. Presidente e Comandante da mesma província, o Coronel João José da Costa Pimentel, no dia 8 de setembro 1849./ Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial, pelo Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, no dia 3 de Maio de 1858, p. 8, 3 e 4./ Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado pelo Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, na Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de Maio de 1859, p. 3

126 Relatório de presidente de província de Mato Grosso, em Anexo nº 1, Polícia, Secretaria da Polícia da Província de Mato Grosso em Cuiabá, escrito pelo Chefe de Polícia José Marcellino de Araújo Ledo Veja, no dia 27 de abril de 1874.

127 Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 de agosto de 1871, p. 40.

Na perspectiva utilitarista, torna-se interessante perceber a maneira como a natureza era entendida. Para os governantes, o mundo fora criado para o bem do homem, para satisfazer as suas necessidades e atender seus desejos, de tal modo que as outras espécies deveriam estabelecer uma relação de subordinação. Esses pressupostos, que tanto fundamentaram a atuação do homem na exploração ambiental, foram pouco discutidos.

Ressaltamos que esse conjunto de pensamentos proveniente da Europa encontrava-se em debate não apenas no meio científico, mas eram empregados também pela cultura cristã. Nesse sentido, vale à pena trazer para a nossa reflexão as considerações de Keith Thomas, tal como expostas em: *O Homem e o Mundo Natural*¹²⁸. Este historiador, ao analisar a relação que se estabeleceu entre a sociedade inglesa e a natureza, no século XVI ao XVIII, afirma que a construção dessas idéias teriam partido de “teólogos e intelectuais que sentindo a necessidade de justificá-las podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e para a Bíblia”¹²⁹.

Em ambos os casos, permeava a crença de que a natureza fora criada com o destino e a função de servir ao propósito humano, se não prático, pelo menos moral e estético; refletia aqui a noção de que a “civilização” poderia inclusive dominar um ambiente tão “selvagem” por meio da domesticação de alguns animais, por exemplo¹³⁰. Contudo, o que mais interessa aqui é perceber que estas representações, davam autoridade humana, virtualmente ilimitada, sobre o mundo animal e vegetal; concedia plenos direitos aos homens, da forma como bem lhes proovessem, de explorar o ambiente natural.¹³¹

Nesses termos, observamos que eram variadas as oportunidades que a abundância natural em Mato Grosso podia oferecer. Porém, faltavam investimentos adequados nos setores extrativistas ou voltados à agricultura, que se restringia, quase sempre, em atender uma demanda interna. Nesse ponto, deve-se enfatizar que os cofres públicos da província eram os maiores prejudicados, pois não conseguiam promover atividades que proporcionassem lucros a Mato Grosso, podendo citar como exemplo os impostos. Isso fica bastante evidente, no relatório do Presidente da Província do sr Dr. Joaquim Galdino Pimentel, no ano de 1888, que segue logo a seguir:

Esta província estudada sob o ponto de vista das finanças ou recursos financeiros, que é justamente o que projeta luz sobre os outros e prende a todos como em uma cadeia,

128 THOMAS, K., *O homem e o mundo natural: mudanças em relação as atitude das plantas e dos animais*

(1500-1800). São Paulo: Cia das Letras, 1988.

129 Idem, *ibidem*, p. 21.

130 Idem, *ibidem*, p. 30-32.

131 Idem, *ibidem*, p. 30-32.

não apresenta em toda a evidência a exuberância dos elementos naturais de que dispõe para viver progredindo constantemente. A riqueza incomparável as diversas artérias fluviais, que põem-na em comunicação direta com o exterior e o interior do Império, suas minas de metais e pedras preciosas de valor, utilidade e aplicação nas artes e na ciência, sua pomposa vegetação onde se encontram em abundancia produtos extrativista de uso imediato na industria, na terapêutica e na economia animal, a feracidade de seu solo adaptado à criação de gado e a toda espécie de cultura, tudo passa desapercibido em seu orçamentos.¹³²

Relações comerciais “adequadas”, seguindo as idéias “progressistas”, teriam que ter as condições mínimas de funcionamento, que deveriam girar em torno da facilidade na comunicação de uma região com a outra. Em Mato Grosso, a utilização do barco a vapor no caminho fluvial apontava certo encaminhamento ou esforço para a inserção da província em atividades econômicas mais amplas para o desenvolvimento “moderno”, porém, não era o suficiente. Por outro lado, seu extenso território oferecia alguns fatores físicos a seu favor, no que toca à sua localização geográfica, já a região que se interligava com os países platinos, assim como os com principais portos nacionais – via caminho fluvial.

No começo do século XX, a superação desses entraves era apontada como um objetivo a ser alcançado, mas que encontrava resistência diante da insuficiência de verba necessária para o investimento em transporte e comunicação¹³³. Para tanto, basta voltarmos ao ano de 1900:

Seria perfeitamente ocioso procurar demonstrar as vantagens públicas que resultam da facilidade de comunicação que aproximando os povos, faz nascer o progresso onde ele não existe fomentando o comércio e a indústria, que tão poderosamente concorrerão para a civilização. Seria isso repetir o que todos sabem; e, assim direi apenas que um dos melhores serviços que podemos prestar ao nosso Estado, é o que diz respeito ao melhoramento de suas atuais vias de comunicação internas, e a estabelecimento de outras novas que possam concorrer para o seu desenvolvimento econômico¹³⁴.

Há que se destacar que a reabertura fluvial como principal meio de transporte de Mato Grosso, responsável pelo escoamento dos produtos locais, enfrentava problemas relacionados

às barreiras impostas pelos acidentes decorridos em virtude dos aspectos geográficos. Viagens que normalmente duravam em torno de trinta dias, como os percursos Cuiabá à Corumbá ou vice-versa, podiam durar mais tempo para atingir o porto de destino dependendo dos período do ano, em que os piores momentos correspondiam às épocas de seca, já que a quantidade de

132 Relatório de presidente de província, na 1º sessão, da 26º Legislatura, apresentado pelo Exmo. Snr. Dr.

Joaquim Galdino Pimentel, no dia 12 de Julho de 1886.

133 Os transportes e estradas eram sobrecarregados pelos seus altos custos, que os prejudicavam na concorrência

com os preços praticados em regiões próximas aos maiores portos, os quais facilmente introduziam os seus produtos no mercado nacional e internacional.

134 Mensagem de presidente do estado de Mato-Grosso, apresentada a Assembléia Legislativa na 1º sessão

ordinária da 5º Legislatura, pelo Coronel Antonio Alvez de Barros, no dia 3 de Fevereiro de 1900.

água dos rios diminuía sensivelmente e a possibilidade das embarcações encalharem, em determinados trechos dos rios, aumentavam¹³⁵. Acidentes também aconteciam, seja por meio de batidas entre as embarcações¹³⁶, ou pelo excesso de cargas que poderia ocasionar naufrágios¹³⁷.

Era necessário, portanto, viabilizar uma estrada que fosse eficaz o suficiente para evitar imprevistos e transtornos ao longo de seu trajeto e permitir que um volume maior de mercadorias pudesse ser transportado. Nesse contexto, foi “construída” a imagem de que o único caminho capaz de sanar esses problemas era a construção de uma estrada de ferro¹³⁸. Havia a promessa e a convicção de que os trilhos trariam “desenvolvimento”, “transformação”, “melhorias”. Afinal, a estrada de ferro não era o símbolo da “modernidade”¹³⁹, que ligaria Cuiabá ao Sudeste brasileiro e a outras províncias¹⁴⁰. Aliás, um estudo sobre a possibilidade de sua construção ligando Mato Grosso a então província de São Paulo, já havia sido elaborado já no ano de 1871¹⁴¹. Contudo, essa espera pelo sonho/símbolo de “prosperidade” se estendeu até as primeiras décadas do século seguinte, tendo como um dos principais empecilhos a falta de verba para um empreendimento desse porte¹⁴².

Não se deve perder de vista que a preocupação com o atrofamento do mercado consumidor decorria em grande parte do reduzido número de habitantes locais. Somava-se a essa situação um fator importante que se referia à questão da mão-de-obra fabril especializada. Tamanho era o descrédito das camadas populares locais, que os governantes

¹³⁵ Para saber um pouco mais sobre essa possibilidade ler: MACHADO FILHO, O., op. cit., p. 168.

¹³⁶ Estes acidentes não devem ser entendidos como algo freqüente, mas apenas como situações possíveis de

acontecer. Não havia em Mato Grosso uma quantidade de embarcações consideráveis a ponto de “congestionar”

os caminhos fluviais. Por outro lado eram, esses eventos, por menores que fossem, não devem passar

despercebidos. Um desses acidentes aconteceu, por exemplo, com Frederico A. Josetti, Comandante do Paquete

Nacional do Coxipó, de propriedade de Lloyd Brasileiro, que “tendo saído do porto da fazenda São José, no rio

São Lourenço, com destino ao porto de Corumbá” se chocou contra “a lancha São Luiz que trazia rebocada uma

chata de cada lado”. Ver em : APMT, Juízo Seccional da Circunscrição de Cuiabá, 1897, Corumbá, Doc. n° 513.

137 Como foi o caso das mercadorias que foram perdidas no rio, quando estavam sob a responsabilidade do

cidadão João Baptista de Almeida Filho, embarcados na lancha “Antonietta” e posteriormente, transpostas para a

chata “Adelaide”. Devido ao grande peso, a lancha afundou fazendo com que as mercadorias fossem danificadas.

APMT, Tribunal de Relações, Cx 35, ano de 1893, Doc. n° 411.

138 Para saber mais sobre isso ler. BORGES, F. T.M. Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá. São

Paulo: Scortecci, 2005.

139 Saber mais ler toda a obra de: CASTRO, M. I. M. op. cit.

140 Não se deve esquecer que entre as pautas de reivindicações estava incluída a melhoria dos transportes e

comunicações internas, e a construções de novas interligando com outros vizinhos estaduais.

Para tanto ver:

Mensagem do presidente da província de Mato-Grosso, Coronel Antonio Pedro Alves de Barros, a Assembléia

Legislativa, apresentada na 1º Sessão ordinária da 5º legislatura, em três de Fevereiro de 1900, p. 20

141 Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Mato Grosso pelo Exm. Sr. Tenente Coronel Francisco

José Cardoso Junior, 1871.

142 Mensagem de presidente do estado de Mato-Grosso, apresentada a Assembléia

Legislativa na 1º sessão

ordinária da 5º Legislatura, pelo Coronel Antonio Alvez de Barros, no dia 3 de Fevereiro de 1900.

vislumbravam a colonização mediante “importação” de contingentes populacionais advindos de outras províncias e, de preferência, de outros países. De fato a colonização era tida como única saída para o incremento das relações capitalistas em Mato Grosso. E muito foram os esforços, desde a primeira metade do século XIX para que esse fim fosse atingido.

O interesse pela colonização de migrantes europeus se torna claro se retrocedermos ao período da guerra contra o Paraguai, que ocasionou na região de fronteira com a Bolívia, na cidade de Corumbá, a entrada de uma pequena leva de cidadãos paraguaios quando o conflito terminou¹⁴³. O resultado foi a recusa, por parte dos governantes de Mato Grosso, em aceitar os “indesejados” vizinhos paraguaios¹⁴⁴, já que nos jornais era recorrente a percepção negativa em relação a esta migração.¹⁴⁵ Como bem salienta Peraro:

os paraguaios e a população latina em geral eram tomados como portadores de “má índole” [...] a imigração almejada pelos presidentes da província era a européia, porém, esta era dirigida em grandes escalas para regiões mais desenvolvidas do Império e com maiores recursos econômicos para agenciar a vinda dos estrangeiros. Mato Grosso passou, portanto, a contar com a presença de latinos, ainda que em pequena escala e, contrariando a posição das autoridades paraguaias, que procuravam mostrar a inconveniência de homens e mulheres migrarem para a província de Mato Grosso, clima quente, extrema insalubridade.¹⁴⁶

Deste modo, admitindo que a migração dos estrangeiros europeus não pudesse ocorrer, os governantes provinciais e estaduais mato-grossenses passaram a refletir sobre a possibilidade de projetos voltados aos migrantes de outras áreas do país. Isto pode ser percebido no documento que segue abaixo transcrito. Nele se encontra um projeto de colonização desenvolvida pelo presidente da província Antonio Paes de Barros:

A migração havida, foi em sua totalidade, de nacionais, provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, que se tem localizado, principalmente, nas zonas do Sul do Estado. Pela resolução n. 361, de 11 de Maio de 1903, foi o governo autorizado a contratar com a Empresa de Colonização Brasileira a introdução de 3.000 imigrantes eslavos, para serem localizados nos distritos da Chapada e no Sul do

143 APMT, Cuiabá-MT. Relatório do Juiz de Direito da Comarca de Santa Cruz de Corumbá, J. J. Ramos

Ferreira, dirigido ao presidente da província, em 26 de Janeiro de 1879. Manuscrito. Lata B, Doc. av.

144Relatório de presidente da província de Mato Grosso, abriu a 2º sessão, da 22º Legislatura da Assembléia,

apresentado pelo João José Pedrosa, no dia 1 de outubro de 1879.

145 APMT, Cuiabá-MT, Editorial do jornal “A PATRIA”, Corumbá, Ano IV, num. 156, 30 de Março de 1892.

Pág. 1. Ver também em BOLETIM/Cidadãos! à postos!/O abaixo assinado, tendo conhecimento exato de

peçoas insuspeitas de que uma força mercenária composta só de estrangeiros, ultrapassando os limites da

fronteira paraguaia, invadiu o nosso território no distrito do Caracol e passo de S. Carlos, convida ao povo em

geral e sem distinção de cor política, para uma reunião amanhã, ás 8 horas do dia, no edificio da Câmara

Municipal, afim de se assentar nas medidas que convém tomar, a bem da garantia de nossas famílias e

propriedades./APMT, Cuiabá-MT.Miranda, 23 de Setembro de 1901./José Alves Ribeiro. Boletim. Lata 1901

B, Doc. avulso.

146 PERARO, M. A., op. cit., p. 67.

Estado. Não foi lavrado até hoje o respectivo contrato, por não ter se apresentado, por este fim, representante algum da empresa concessãoária.¹⁴⁷

Na virada do século, o objetivo de atrair migrantes europeus ainda se apresentava como uma das principais reivindicações dos governantes locais. Porém, as tentativas tiveram fins lamentáveis, pois as negociações foram um fracasso, devido ao pouco interesse dessas empresas em firmarem projetos colonizadores nas regiões do interior do Brasil.

De acordo com Jesus da Silva Brandão, em *A história da navegação em Mato Grosso*¹⁴⁸, entre os poucos migrantes internacionais que se dirigiam para Mato Grosso além dos paraguaios, encontravam-se também os demais platinos, italianos, portugueses, espanhóis e franceses, dentre outras nacionalidades. Como estratégia para atrair a mão-de-obra estrangeira, o governo brasileiro oferecia aos que se apresentavam como colonos no consulado brasileiro em Montevideu, passagens, terras, ferramentas e víveres por um ano¹⁴⁹. O autor ainda ressalta que parte significativa dos estrangeiros não era composta de colonos propriamente ditos, mas sim de aventureiros, que se instalavam nas cidades, pois vinham em busca de fortuna rápida optando por desenvolverem pequenas relações comerciais, como o caso, de mascates portugueses e árabes.¹⁵⁰

Contudo, se voltarmos aos documentos é possível contestar a idéia deste autor, pois, as exceções poderiam ser não tão incomuns como se possa imaginar. Foi o caso de migrantes que chegaram a Cuiabá, no ano de 1902, no governo do coronel Antonio Alves Pedro de Barros¹⁵¹. Existiram outras situações, como por exemplo, a referente a uma pequena leva de migrantes que ao invés de se constituírem como mão-de-obra para os fazendeiros e usineiros, buscou sobreviver autonomamente, como artesões e comerciantes nas cidades-porto de Mato Grosso¹⁵².

147 Mensagem de presidente do estado de Mato Grosso, segunda sessão ordinária de sua 6º legislatura,

apresentada pelo Coronel Antonio Paes de Barros, no dia 03 de Março de 1904. p. 13.

148 BRANDÃO, J. da S., *A história da navegação em Mato Grosso* Ed. Livro mato-grossense, 1991.

149 Idem, *ibidem.*, p. 57. Outra autora que também irá destacar estas iniciativas políticas é Volpato, que reiterou

que estas medidas foram tomadas não apenas em Montevideu, mas também em Buenos Aires. VOLPATO, L.,

op. cit., p. 47.

150 Idem, *ibidem.*, p. 57-59.

151 “Quase nada há a referir sobre movimento de colonos no ano findo./Em Agosto chegaram a esta capital 5

homens, dos quais 2 Russo e 3 Austríacos, que foram colocados na Colônia da Ponte-Alta, apesar da falta de

verba própria./Nessa ocasião mandou V. Exc que seguisse para dirigir a instalação d’esses colonos a auxiliar

técnico d'esta Repartição o Sr. Carlos Birset". Mensagem do presidente do estado de Mato-Grosso, à Assembléia Legislativa , na 3º sessão anual da sua 5º legislatura, apresentada pelo Coronel Antonio Pedro Alvez de Barro, no dia 3 de fevereiro de 1902. p. 30. Como nos aponta esta mensagem de presidente de província, estes russos e austríacos ao chegarem a capital do estado foram encaminhados a colônia de Ponte Alta. Isto é, não se instalaram na capital, e menos ainda passaram a realizar atividades especializadas ou pequenos comércios. 152 "A maior parte de estrangeiros que tem entrado na província [...] são imigrantes que o governo imperial tem mandado transportar do Estado Oriental do Uruguai [...] Alguns desses imigrantes tem ficado em Corumbá, vindo outros para a Capital e não poucos acham-se empregados nas oficinas dos Arsenais, em obras particulares

Por outro lado, como já foi destacado, em virtude da pouca intenção dos migrantes estrangeiros em dirigir-se para Mato Grosso, os governantes estaduais investiram na colonização de famílias advindas de outros territórios nacionais. Reside aí o projeto de que, a partir dessas medidas o contingente populacional do estado aumentaria. Entre os governantes estaduais que tomaram iniciativas nesse sentido, podemos citar Antonio Pedro de Barros, que promoveu a vinda de uma leva de migrantes nordestinos, em sua maioria provinda do estado do Ceará¹⁵³.

Mas a pressão a favor da colonização dos migrantes regionais, exercida pelos governantes estaduais, seguia uma intenção bastante clara no período coronelista: a de que estes trabalhadores nordestinos estavam já “domesticados” em uma sociedade baseada no sistema de fábricas. Em outras palavras, essa força de trabalho, já se encontrava inserida no universo disciplinador da lógica do “tempo útil do trabalho”, seus serviços eram orientados por códigos normatizadores intrínsecos a um tempo de trabalho disciplinado; e mais, os nordestinos assim como os sulistas, não representavam qualquer resistência ou ameaça como os indígenas ou grupo de negros e pardos autônomos. Era um verdadeiro “achado”, pois podiam ocupar as atividades previstas para a formação do mercado de trabalho assalariado interna, sem grandes obstáculos. Ao identificarmos esse fato, não podemos deixar também de lembrar que essa questão acabou levando também os governantes estaduais a rediscutirem sobre a mão-de-obra indígena.

Em Mato Grosso no século XIX, os índios estavam classificados e divididos em três segmentos: o primeiros era constituído pelos “mansos” já aldeados, que se encontravam sob a tutela da administração da Diretoria dos Índios; um segundo grupo se referia aos “selvagens” que, no entanto, mantinham uma comunicação com a sociedade mato-grossense através, inclusive, de relações de troca e comércio; e um terceiro grupo, que era formado pelas nações indígenas mais resistentes que se vingavam, travavam guerras e invadiam algumas localidades

e no exercício de diversas profissões por sua própria conta”. LAMARE, Joaquim Raimundo: 40-41 in: ALEIXO,

L. H. G., Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888). Brasília: Ministério da Fazenda.

Departamento de Administração/Divisão de Documentação, 1984, p. 59.

153 “Devo dizer-vos que foi satisfatória a impressão em mim produzida pela boa ordem e animação notadas entre

os colonos, quase todos Cearenses e cheios d’essa disposição para a luta pela a vida que revelam em geral os

filhos do lendário Estado do Norte, pedaço de pátria brasileira onde primeiro de adaptou a substituição do

trabalho escravo pelo do homem livre [...] Foi aos obscuros mas possantes colaboradores do futuro econômico de

Mato-Grosso na Ponte Alta que fiz a promessa, cujo cumprimento já vos solicitei em outro lugar da presente

Mensagem, e com o qual conto, da criação de uma escola para os seus filhos, os campeões da nova geração

mato-grossense”. Mensagem do Estado de Mato-Grosso Coronel Antonio Alves Pedro de Barros, a Assembléia Legislativa na 3º sessão anual da sua 5º legislatura a 3 de Fevereiro de 1902. p. 31

e moradias -esses eram tidos como os mais “bárbaros” e negavam modificações em suas práticas¹⁵⁴ .

De um modo geral, no entanto, no final desse século percebe-se um movimento nítido no sentido de controlar as práticas sócio-culturais dos povos indígenas, com a intenção de “civilizá-los”, introduzindo-os em atividades remuneradas, desenvolvendo relações comerciais mais amplas e ensejando-lhes comportamentos sociais intrínseco aos padrões da sociedade industrial européia. Porém, o principal ponto recai sobre a exploração das terras indígenas, que passariam a ser do estado e serviriam para outros tipos de colonização¹⁵⁵ .

Para Manuela Carneiro da Cunha, o novo significado atribuído à “civilização indígena” correspondia à inserção do índio ao Estado¹⁵⁶, momento em que estes deixariam de ser um grupo a parte, passando a pertencer a uma sociedade civil, cumprindo as leis, pagando os impostos e se incorporado ao trabalho formal, de acordo com a lógica capitalista¹⁵⁷ .

Neste processo, os governantes mato-grossenses puderam contar com uma grande contribuição da Igreja Católica, responsável pelo projeto de catequização indígena nas colônias¹⁵⁸. A aliança firmada entre estas duas instituições decorreu da ineficácia das colônias militares, que em muitos casos, não obtiveram sucessos em seus projetos de expansão do “progresso”. De fato, embora em 1880, existissem algumas colônias militares em Mato Grosso -a Colônia Miranda¹⁵⁹, a Colônia Dourados¹⁶⁰, a Colônia Brilhante¹⁶¹, a Colônia São

154 SILVA, V.C. da Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901).

Dissertação de Mestrado. UFMT. Cuiabá-MT. 2001, p.16.

155 Além dos grupos indígenas, os governos estaduais de Mato Grosso também tomaram iniciativas legais que

visassem o controle e uma regularização das propriedades rurais, através de uma lei de terras instituída no ano de 1892. De acordo com Gislaene Moreno essa lei, beneficiou os grandes proprietários rurais que se aproveitaram dessa situação para aumentarem o número de suas propriedades, alegando donos de terras usufruídos comunalmente entre alguns moradores locais, ou pertencentes a antigos habitantes rurais. Em outros casos, ajudaram alguns trabalhadores a estarem em dias com a lei como estratégia para trocas de favores futuros, sobretudo no campo político, na intenção de angariarem votos. O estado também se beneficiou, pois conseguiu aumentar propriedades públicas. Os mais prejudicados foram os trabalhadores economicamente desfavoráveis, muito dos quais analfabetos, que não tinham muito conhecimento sobre as questões burocráticas de regularização, perdendo suas terras ou as tendo em um tamanho menor. Saber mais ler: MORENO, G. Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. São Paulo:FFLCH-USP, 1993.

156 ALMEIDA, R. H. de. O Diretório dos Índios: Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da UNB, 1997.

157 CUNHA, M. C. da Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

158Cf. Relatório de presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1º sessão da 23º legislatura da Assembléia, apresentada pelo Exm. Snr. General Barão de Maracajú, no dia 1 de outubro de 1880, p. 33 e 34.

159 “Esta colônia situada junto ao rio que deu-lhe o nome, acha-se, segundo declarou o seu diretor no último relatório que apresentou-me, colocada em terreno ubérrimo com matas próprias para a cultura, dispondo de vastos campos para a criação de gado e cortado por inúmeros riachos de excelentes águas.” Relatório de presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1º sessão da 23º legislatura da Assembléia, apresentada pelo

Exm. Snr. General Barão de Maracajú, no dia 1 de outubro de 1880. Idem, ibidem, p. 36.

160 “Esta colônia fundada em 18 de setembro de 1860,foi vítima da invasão paraguaia, em 1865, que aniquilou, sendo, porém, restaurada em 1872.”. Relatório de presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1º sessão da

Lourenço¹⁶², a Colônia Conceição de Albuquerque¹⁶³, a Colônia Itacayú¹⁶⁴ -havia muitas dificuldades em manter essas áreas, em virtude dos aldeamentos fronteiriços pelos paraguaios, do alcoolismo nas comunidades indígenas, além dos destacamentos militares irrisórios¹⁶⁵ .

Preocupada em traçar uma nova política indigenista local, com o intuito de “salvar” as almas desses “bárbaros”, percebe-se um esforço por parte da Igreja e da Província em “educálos”, para que seus serviços tivessem o sentido de “produção” prescrita por uma sociedade “moderna”¹⁶⁶. Nestes aldeamentos eram desenvolvidas, especialmente, atividades agrícolas e pecuaristas, em que os índios tinham acesso à educação escolar, bandas musicais e corais¹⁶⁷ .

Nesses termos, a respeito das atividades agrárias, ao analisarmos a construção e projeção das práticas discursivas em Mato Grosso, observamos que havia objetivos específicos e bem definidos que giravam em torno de uma questão a ser resolvida: conduzir os grupos locais a uma sociedade “moderna”, intrínseca a um capitalismo industrial. Neste caso vale ressaltar, que não pretendemos discutir se o Brasil sempre foi capitalista, desde a colônia ou não, mas sim entender os sintomas que emergiram a partir de pontos bem delimitados: como implantar o “tempo útil do trabalho”? De que maneira os trabalhadores locais poderiam aceitar o controle e a normatização imposta pelos patrões? E o mais importante, como convencer os habitantes autônomos a largarem suas atividades de auto-sustentabilidade e se engajarem na disciplina do trabalho assalariado?

Não teríamos autor melhor que Karl Marx para iniciarmos este assunto. Realmente, para este pensador o caminho seria a criação de relações sociais de produção, que possibilitassem ao capital seu domínio sobre o trabalho. Para que isso acontecesse, seria

23º legislatura da Assembléia, apresentada pelo Exm. Snr. General Barão de Maracajú, no dia 1 de outubro de 1880, p. 37.

161“Por falta de dados, nada posso acrescentar as informações que sobre esta colônia prestou o meu antecessor, no relatório que apresentou a essa Assembléia, em sua última sessão, a não ser que em 30 de Junho do corrente ano, concedeu ao seu diretor, capitão honorário do exercito João Caetano Teixeira Muzzi, dois meses de licença para tratar os interesses de sua família”. Idem, ibidem, p. 37.

162 “Compõe-se população dessa colônia de 148 pessoas, sendo 49 militares e 99 paisanos, tendo portanto havido um aumento de 35, 78%.”Idem, ibidem, p. 37.

163 “Compõem-se atualmente de vinte e oito casas cobertas de capim e de um capela em ruínas e reduz-se a sua população em noventa almas entre adultos e menores./ O seu destacamento é de quatro praças do 2º Batalhão de artilharia á pé, de guarnição em Corumbá.” Idem, ibidem, p. 38.

164‘Como sabeis, esta colônia esta localizada, na proximidade do rio Araguaia, e é sujeita, em certas épocas, a

febres intermitentes. Informa o diretor em seu relatório de 1º de Março último, que a colônia não possui um só edifício e que a sua população habita ranchos cobertos de palha./ O seu destacamento é composto de dezenove praças pertencentes ao batalhão 21º de Infantaria.”. Idem, ibidem, p. 38.

165 Relatório de presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1º sessão da 23º legislatura da Assembléia, apresentada pelo Exm. Snr. General Barão de Maracajú, no dia 1 de outubro de 1880. p. 38 e 39.

166 Mensagem de presidente do estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, dirigida pelo vice-presidente do estado em exercício, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, ao instalar-se a 2º sessão da 8º legislatura, no dia 13 de maio de 1910, p. 9 e 10.

167 Idem, ibidem.

preciso expropriar os indivíduos, transformando-os em força de trabalho e impelir a reprodução autônoma¹⁶⁸. Isto é, construir um conjunto de condições materiais que obrigasse a venda de trabalho para a produção de mercadorias, condicionando o trabalhador a optar por uma única alternativa: incorporar-se no processo produtivo e exteriorizar atitude e valores desse sistema econômico¹⁶⁹.

É nesse contexto que foi construído o projeto de migração para Mato Grosso, tal como a inserção dos índios na sociedade civil do estado. No entanto, é possível perceber que os “ribeirinhos” se constituíam como um grupo que fugia, escapava das ações governamentais que pretendiam “civilizar”, “modernizar”, “prosperar espiritualmente”, “disciplinar” os trabalhadores locais.

Os “ribeirinhos” e a circularidade cultural da elite de Mato Grosso

As práticas discursivas dos estrangeiros não surtiram efeito apenas sobre as representações da natureza, mas especialmente sobre os projetos políticos locais, refletindo diretamente na construção da imagem em relação aos “ribeirinhos”. Será sobre esta questão que nos deteremos agora, acrescentando inclusive que por meio da circularidade cultural estas idéias atingiram também profissionais que não se encontravam inseridas nos grupos hegemônicos da economia local. Isso pode ser vislumbrado em um caso que veremos logo a seguir, cuja visão sobre os “ribeirinhos” continham elementos das percepções elaborados pelos visitantes internacionais.

Trata-se da transcrição de um pequeno trecho do opúsculo *Climatologia*, de autoria de Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, conhecido como Doutor Sabino, grande líder político da Revolta do Sabinada¹⁷⁰:

Meu Deus! Que país tão rico nas produções, de toda a espécie, da natureza! Quão pródiga foi sua mão em seus tesouros, para entregá-los a quem nos os sabia apreciar! E o trabalho tem já posto em proveito tanta abundância? Senhores! É difícil comer-se peixe do piscosíssimo Guaporé, Alegre ou Barbado, porque nem pescar sabem, ou nem pescar querem os habitantes de suas margens! E cresce [...] tanta indolência, tanto desamor ao trabalho, tanto abandono aos prazeres, e cômodos da vida, e até, não é mal que o diga, tanta renúncia às suas mesmas necessidades? Mas acreditai: é a mesma verdade, é fato que qualquer poderá verificar. Sobre a abundância espantosa de peixe, são estes rios freqüentados de uma cópia admirável de lontras: oh! se um

¹⁶⁸ Marx, k. “Formação econômicas pré-capitalistas”. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

¹⁶⁹ Cf.: Idem, *ibidem*.

¹⁷⁰ Médico, esta figura de grande importância política, chefe de um movimento revolucionário que eclodiu da

Bahia hoje identificada na historiografia como a revolta da “Sabinada” - movimento este que pretendia instituir

no Brasil uma República até a maioria de D. Pedro II - esteve em Mato Grosso para cumprir sua pena de

morte, cujo o destino era o Forte Príncipe da Beira. Dr Sabino chegou em Cuiabá no ano 1844, quando Ricardo José Gomes Jardim estava à frente do governo provincial.

povo industrializado, se um governo criador fizesse aproveitáveis tais objetos, como os não engenharia em outros tantos ramos do comércio, e fontes de riqueza! 171

Os indícios apresentados neste documento nos revelam que para Sabino, a “inércia” ou a pouca “iniciativa individual” era uma das principais características que compunham a vida diária dos moradores fixados à beira dos rios da província. Estas características eram os causadores da “indisposição” e do “desamor”, afetando ao que este profissional entendia por “trabalho”. Como uma das soluções para este “problema”, que assolava toda a região, Mato Grosso, de acordo com Sabino, precisava de um governante capaz de tomar medidas econômicas, viabilizando o desenvolvimento de relações comerciais que utilizassem as riquezas apontadas nos ambientes aquáticos, tanto no que se referia à enorme quantidade de peixes, como à abundância das lontras.

À eles – “ribeirinhos” – é aludida a idéia de trabalhadores rurais “ineficazes” ao desenvolvimento necessário para uma sociedade “moderna”. Em um trecho mais adiante, deste opúsculo, podemos perceber o quanto essas afirmações eram enfatizadas com veemência ao destacar:

para que comigo deplorei o estado, ainda de nosso país, onde, a falar claro, e pura verdade, quanto se diz de incremento na civilização; quanto se hiporbiliza de aumento das luzes, de esplendor das artes e ciências, etc., se tal existe, está tudo circunscrito; é só tudo isto na Capital do Império, só no Rio de Janeiro, e, ao muito conceder, em uma, ou outra capital de duas ou três províncias de beira-mar. Tudo o mais, creiam, meus senhores, tudo mais é miséria; é ainda trevas, e não sei mesmo se o embrião ainda da civilização! 172

Assim, Mato Grosso não é sequer considerado como um lugar “civilizado”, adequado a uma estadia segura. Sobre esta província, “Dr. Sabino” reproduz a imagem de um lugar “miserável” e “longínquo” dos ambientes tidos por ele como “prósperos”. Reparemos que as suas referências de “civilização” eram as cidades européias, e as únicas cidades brasileiras, no período, que se aproximavam desses ambientes civilizados, além da capital do país, eram “duas ou três” cidades litorâneas, que certamente eram capitais de províncias.

O incômodo maior deste médico era com a pouca afinidade que os “ribeirinhos” supostamente tinham em relação ao que este denominava de “trabalho”. Nesse contexto, seria pertinente fazermos algumas considerações a respeito da concepção de “trabalho”, especialmente a criada e inventada pela sociedade ocidental, tendo em vista que ela será transposta para o Brasil e incorporada, até certo ponto, pelas elites locais.

171 VIEIRA, F. S. A. da R. “Climatologia. Algumas notícias médicas e outras observações acerca da Província de Mato Grosso”. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas, nº 13, 1998, Cuiabá, p.

11.

172idem, ibidem, p. 13

Sem dúvida, no século XIX, a noção de “trabalho” recebeu uma nova roupagem no Brasil, pois estava diretamente articulada ao processo de formação do mercado de trabalho. Isto porque a própria valorização da mão-de-obra assalariada no ambientes industriais necessitava de uma moral, uma crença que justificasse a inserção de trabalhadores livres no mercado de trabalho.

Hannah Arendt, em *A condição Humana*¹⁷³, afirma que até o século XVI o “trabalho” era carregado de significados religiosos. Seu sentido estava correlacionado ao “sofrimento”, e tinha um forte vínculo com os preceitos da Igreja Católica; representado como “penalização”, “cansaço insuportável”, “dor intensa”, ou seja, o “trabalho” estava voltado para a maximização do esforço físico -um “castigo” atribuído por Deus, e por esse motivo atingia os ambientes de “miséria” e “pobreza”. Portanto, a noção de que o “trabalho” era desenvolvida pelos moradores que buscavam a sobrevivência estava restrita a um mundo de pessoas “pobres”, que quase sempre envolvia o universo camponês.

Nesta linha segue também Le Goff. Em *Por amor as cidades*¹⁷⁴, esse medievalista trata do auge das cidades na Idade Média, mais especificamente entre os séculos XIII, XIV e

XV. Segundo este historiador, uma noção estava diretamente intercalada à outra, pois se a princípio o “trabalho” era identificado como uma atividade desenvolvida em um “universo miserável”, posteriormente ele passará por uma valorização, tido como uma das formas mais sacrificais -associada ao símbolo de força e empenho -para a “remissão dos pecados” entre os fiéis cristãos.

Porém, outra idéia surgirá. De acordo com Arendt, isto irá acontecer a partir do século XVI, quando começa a se delinear outro signo em torno do “trabalho”¹⁷⁵. Esta nova concepção

adquiriu realmente corpo com a Revolução Industrial. Forjada, encoberta, mascarada ou não esta noção de “trabalho” alcançou força e se consolidou, de fato, com o nascimento das fábricas, já que nas sociedades industriais, as máquinas possibilitaram a liberação das forças produtivas e a ultrapassagem dos limites, corroborando para a confirmação da capacidade criadora e, portanto, da ausência de qualquer barreira ou obstáculo sobre a potencialidade humana¹⁷⁶.

Assim, na sociedade industrial os padrões buscaram normatizar as atividades dos trabalhadores, por meio da disciplinarização e, concomitantemente, construíram o discurso do

173 ARENDT, Hannah. “A condição Humana”. São Paulo: Universitária. 1987.

174 Le Goff. J., “A cidade inovadora: palco de igualdade e festa da troca”. In: *Por amor as cidades: convenções*

com Jean Debrun. São Paulo: UNESP, 1998.

175 CF.: Idem, *ibidem*.

176 CF.: Idem, *ibidem*

“tempo útil do trabalho” e da crítica à “ociosidade”. Foi justamente nesse ambiente em que estimava-se a mão-de-obra assalariada, que emergiu a sociedade de disciplina, o sistema de fábricas, como afirma Edgar De Decca, em seu livro *O nascimento das fábricas*¹⁷⁷. Segundo De Decca, as sociedades industriais implantaram uma hierarquização das funções, na qual o trabalhador perdeu o controle sobre suas atividades, que passaram a ser definidas, a partir de então, por técnicos, e estava sujeito a uma dura disciplina do trabalho, tendo o tempo de serviços prestados cronometrados, tal como sua produtividade, que se tornará alvo de constante avaliação e vigilância¹⁷⁸.

No Brasil do século XIX, o que se percebe é que a introdução do trabalho assalariado necessitava de uma resignificação da noção de “trabalho”, uma redefinição dos valores no que toca as atividades braçais, não apenas restrita ao universo dos grupos sociais que teriam que vender sua força de trabalho, mas também aos donos das grandes propriedades rurais, ainda fortemente atrelados ou presos ao sistema escravista. Isto se deu, especialmente, nas províncias mais afastadas dos principais centros urbanos e industriais do país, tidas como “sertões”, a exemplo de Mato Grosso¹⁷⁹.

Esteve a frente dessa nova empreitada o imperador, aliado aos capitalistas de diversos setores, como, por exemplo, os bancários. O “trabalho” agora, definido como venda da mão-de-obra ganhava atributos “positivos” cravando suas novas percepções com base na produção da riqueza e do lucro, frutos de uma atividade “enobrecedora”¹⁸⁰. Em contrapartida, os serviços que não incitavam a venda da força de trabalho passaram a ser duramente criticadas, através das práticas discursivas que difundiam a visão de que a autonomia econômica e a

177 DE DECCA, E. S. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

178 Outro autor que também irá discutir a hierarquização das funções na fábrica será Stephen Marglin. Para saber

mais ler. “Origens e funções do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões?”. In: *Divisão Social do*

Trabalho e modo de produção capitalista. Seleção e apresentação de André Gorz. Biblioteca Ciência e

Sociedade. São Paulo: Escorpião.

179 Nessa perspectivam, fica nítida a circularidade cultural, envolvendo os viajantes estrangeiros. Citemos

alguns documentos que nos permite apontar, o quanto estas idéias eram fortes por parte dos visitantes que

percorreram Mato Grosso. Neles são claro, a crítica feita a população local tendo como rumo norteador o

conceito de “trabalho” ocidental que estamos discutindo: “muito dentre eles possuem vastos terrenos dos quais

negligenciam seus valores, nos quais não plantam árvores, por não estarem certo de poder colher frutos, ou por

preguiça, ou por desconfiança, por vaidade... Numa só palavra, eles só trabalham se obrigados pela necessidade de sobrevivência”. NIJS. In: GALETTI, L.G. op. cit. “Aumentam as listas da população, mas para o estado são verdadeiros zeros, quase nada trazem para o mercado e ainda menos levam para a casa; vivem ao Deus dará, satisfeitos porque tem previsões para um dia e uma palhoça que os obrigue. Hão de desaparecer em grande parte à medida que a terra se forem apossando gente mais industriosas; hão de submergir-se e morrer diante da onda de imigração européia. Pois que morram! É o único serviço que podem prestar ao país, e a lei inexorável do progresso determinou sua extinção”. SMITH, H. op. cit., p. 43.

180 Para saber mais ler: KERCHE, N. M. E. Vadiagem ou trabalho ordeiro: uma visão sobre o trabalhador matogrossense. Cuiabá: Centro América Gráfica Editora, 1999.

auto-sustentabilidade dos moradores locais eram sinônimos de “ociosidade”, “vadiagem”, ausente de atividades “laboriosas e industriosas”.

É nesse universo de acontecimentos e transformações, que os governantes provinciais de Mato Grosso irão reinventar a imagem sobre os moradores da beira dos rios. Os “ribeirinhos”, estes grupos rurais locais, com suas atividades autônomas, estavam longe de representar o protótipo do trabalhador assalariado e do consumidor capitalista, que uma sociedade disciplinar tanto preconizava. Isto fica evidente já no começo do período que estamos estudando, quando no anos de 1872, Francisco José Cardoso Junior se dirige a este grupo rural:

Hoje a pesca, e como resultado da pesca da-lhe para viver dois ou três dias, dorme no quarto e torna a pescar no seguinte. Os rios Cuiabá, Paraguai e outros, que contém a Província, são abundantíssimos em pescado. Parece um bem, e realmente é debaixo do certo ponto de vista, mas converte-se num grande mal, porque pode-se dizer sem medo de errar, alimenta a ociosidade em que vive e a que se abandona a matar parte da população. Isto por um lado: pelo outro atua perniciosamente a descrença nos modernos motores que encontram franca aceitação por toda a parte e a prova evidente dessa descrença esta no fato de ter o Governo Imperial , em circular em 22 de julho do ano passado e sob condições cacilimas oferecido instrumentos e mudas de sementes aos lavradores, mediante uma pequena retribuição. Fiz o oferecimento chegar ao conhecimento de todos, mas ninguém se quis utilizar dele [...]181 .

Neste documento, a pesca enquanto atividade rural sem a exigência de remuneração era vista como sinônimo de “atraso” e inquietava o governante provincial. De fato, para este, tal prática era entendida como “decadente”, que prendia a “alma” humana à simples condição de “inércia”. A pesca era, portanto, desprovida da qualidade necessária às explorações lucrativas, fazendo com que, assim, retrocedesse o “espírito empreendedor” dos habitantes locais que a praticavam.

Essa idéia seria reforçada no período republicano, quando a elite mato-grossense valorizará, com mais veemência, aquelas atividades capazes de transformar os recursos naturais em mercadorias. Na opinião dessa elite, ficava evidente que um meio abundante exige de seus moradores da beira do rio pouco ou nenhum trabalho para a satisfação das suas necessidades cotidianas¹⁸² , ou seja, os habitantes locais se encontravam em um universo

181Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo Exm. Sr.

tenente Coronel Francisco José Cardozo Junior, no dia 4 de outubro de 1872, p. 87.

182 A terra, com sua exuberância e fertilidade também receberão atribuições ligadas a moradores indispostos a

cultivá-los, no início do século, XX. Isso pode ser visto logo a seguir: “Não preciso dizer porque é um fato que

está em todas as consciências, que uma das nossas primeiras e principais necessidades é a instrução de braços

laboriosos e inteligentes, que venham aproveitar-se da admirável fertilidade de nosso solo, que em todas as zonas do Estado Tudo produz com pouco trabalho”. -Mensagem do presidente do estado de Mato Grosso, Coronel

Legislatura, 5º sessão ordinária da _AntonioPedroAlvesde Barros, aAssembléia Legislativa, em sua 1

apresentada em 3 de fevereiro de 1900, p. 29-30.

“atrasado” e “incivilizado”, pois se viam despojados de “ambições” e “ideais”, não explorando suas energias, se incompatibilizando com qualquer tipo de aperfeiçoamento profissional.

Isso é notável, quando a questão do aproveitamento das potencialidades regionais, passou a contar com medidas desencadeadas pelo próprio presidente da República. Como exemplo disso, no ano de 1910, iniciativas políticas, no sentido de fomentar uma exploração ambiental de cunho industrial, foram adotadas. Assim, o Congresso Nacional decretou leis e o presidente estadual sancionou inúmeras resoluções contendo incentivos a empresas ou grupos interessados no aproveitamento das riquezas naturais, através de atividades econômicas que transformassem os recursos naturais em produtos aptos a serem vendidos às fábricas, em forma de matéria-prima ou não¹⁸³. Estes capitalistas tinham a seu favor privilégios em forma empréstimos, isenções de impostos e incentivos fiscais¹⁸⁴. No bojo desse processo, a pesca passava a ser uma das atividades que poderia ser explorada a partir de empreendimentos capitalistas dessa ordem. Particularmente em relação à região amazônica:

IV. Isenção dos impostos de importação, inclusive os de expediente, para as embarcações, instrumentos, maquinismo, drogas e ingredientes necessário à instalação e custeio, durante 15 anos, de uma empresa de pesca, salga e conserva de peixe, que se estabelecer nos rios da Amazonas e concessão de um premio de 10:000\$000, durante cinco anos consecutivos quando a produção do peixe em conserva e salgado se mantiver anualmente acima de cem toneladas¹⁸⁵.

Paralelo a essas iniciativas econômicas, os governantes estaduais não cansavam de manifestar a sua indignação frente aos trabalhadores rurais não habilitados ao trabalho formal.

Na mensagem dirigida no ano de 1916 à Assembléia Legislativa, o presidente do estado de Mato Grosso, Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, podemos vislumbrar que não somente a pesca, mas também a caça e as atividades nas “roças” eram condenadas:

[...] com todas essas facilidades de rios piscosos, de mata e campo povoados de caça, claro está que se reduz a um mínimo, entre nós, a preocupação da subsistência. Soma-se do animo do trabalhador braçal, por desnecessária, a disposição para o trabalho, na mesma proporção em que a madricice invade o corpo, pondo o espírito, a seu turno, quase na absoluta impossibilidade de criar ou conceber a imagem de um ideal, de uma rudimentar que seja ambição de conforto de bem estar, desse bem estar que a razão direta do equilíbrio econômico.¹⁸⁶

¹⁸³ Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, apresentada por Joaquim

Augusto da Costa Marques, no dia 13 de maio de 1912, p. 36.

¹⁸⁴ Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, apresentada por Joaquim

Augusto da Costa Marques, no dia 13 de maio de 1912, p. 36-40.

¹⁸⁵ Idem, ibidem, p. 40.

186 Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa a instalar-se a 2º sessão ordinária da 10º Legislatura, apresentada pelo Exm Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria Albuquerque, no dia 15 de maio de 1916.

Com efeito, podemos dizer que esse conjunto de representações sociais construídas sobre as atividades agrárias, desenvolvidas por trabalhadores livres e não remuneradas em Mato Grosso, silenciavam a diversidade das práticas transcorridas no cotidiano dos ambientes rurais. A retórica da autonomia e da auto-sustentabilidade desenvolvidas nos discursos políticos locais, encontravam-se revestidas de influências externas, sobre o crivo do pensamento ocidental hegemônico no século XIX.

Todavia, deve-se compreender, que para exercer esta dominação, a Europa utilizava-se de uma “superioridade posicional flexível”¹⁸⁷, que colocava o Ocidente em um série de relações “possíveis” com outras áreas. Relações estas em que os países europeus desenvolviam estratégias de dependência¹⁸⁸. Contudo, a legitimidade ocidental adquiria ainda mais força porque outros territórios nesta relação de dependência, especialmente as tratadas no campo econômico, até certo ponto, aderiam a estes posicionamentos de dominação e superioridade ocidental, sobretudo, no que dizia respeito aos valores e visões de mundo europeus. Por isso, era recorrente as práticas discursivas locais se aproximarem tanto das que eram construídas pelos visitantes estrangeiros.

Nesse âmbito, ressaltamos que vimos neste capítulo o processo de construção de uma série de representações sociais sobre os “ribeirinhos”, bem como sua circulação e apropriação por parte dos governantes locais, apontando que esta denominação lhes era externa e permeada, como não poderia deixar de ser, por interesses e relações de força e dominação entre os grupos envolvidos. No próximo capítulo mergulharemos no universo agrário destes grupos sociais da beira do rio, dando ênfase aos diferentes espaços e paisagens pantaneiras, assim como as relações sociais estabelecidas entre si e com os demais agentes sociais presentes nos ambientes rurais da região.

¹⁸⁷ SAID, E., op, cit., p. 19.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 19.

2º Capítulo.

Os “ribeirinhos” e o meio rural no Pantanal Norte

Depois da Uacurutuba vem algumas propriedades rurais. Aqui é uma rica fazenda, com seus milhares de bois, ali é um sítio mais modesto, com suas lavouras; mas além, á beira do rio, casais de aspecto pobre, onde se vê uma canoa ancorada, algumas galinhas no terreiro e, à porta, crianças seminuas, muito amareladas¹⁸⁹ .

O parágrafo acima é parte do relato de Aníbal Amorim, viajante que esteve em Mato Grosso na primeira década do século XX. Percorrendo o caminho fluvial de Corumbá a Cuiabá, tal como outros que por lá passaram, deixou-nos valiosas impressões a respeito da paisagem em Viagens pelo Brasil¹⁹⁰, obra que começou a circular no país no ano de 1911, publicada no mesmo ano em que foi escrita.

Apesar de breve a passagem oferece um quadro das diversas espacialidades que compunham a paisagem rural. Utilizando-se dos termos empregados pelo próprio viajante, a paisagem era constituída por fazendas e sítios. Ao mencionar os “casais¹⁹¹ de aspecto pobre”, fixados ao longo das margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, o viajante nos oferece alguns indícios sobre outro tipo de espacialidade não circunscrita nas fazendas e sítios, que eram as pequenas propriedades.

Ainda no texto acima citado, nos é dado a apreender não só alguns aspectos referentes às espacialidades locais, mas também às práticas ali desenvolvidas. A criação de animais, a agricultura e a pesca são atividades citadas pelo viajante e articuladas às espacialidades da qual faziam parte. Práticas e espacialidades locais estão, portanto, entrecruzadas neste pequeno fragmento de um relato. Certamente, os elementos mais significativos são os detalhes que ele nos proporciona sobre os moradores da beira do rio, ao expor que, além da pesca, esses moradores ribeirinhos ainda criavam animais.

Este capítulo, sem perder de vista essa ambiência social mais abrangente, tem um interesse e uma preocupação maior por um grupo em particular: os trabalhadores da região pantaneira chamados de “ribeirinhos”. Pretendemos defini-los por meio de suas espacialidades, experiências e modos de vida com a intenção de apontar que internamente este grupo social era constituído por trabalhadores que realizavam inúmeras atividades, apresentando um caráter heterogêneo, heterogeneidade muitas vezes silenciada na construção externa da identidade de “ribeirinhos”.

189 AMORIM, A., op. cit., p. 373.

190 SIQUEIRA, E. M., op. cit., p. 91.

191 Aqui a palavra “casal” significa “lugarejo de poucas casas”. LAROUSE, K., Dicionário Enciclopédico.

Lisboa; Rio de Janeiro; Nova Yorque: Seleções Reader’s Digest, s/d.

A princípio definiremos este grupo historicamente, com especial atenção à formação e reprodução da ruralidade na extensa área alagada, apontando algumas continuidades e descontinuidades que ajudaram a compor as distintas espacialidades e temporalidades ali presentes. Utilizaremos, mais uma vez alguns relatos de viagens como documentação privilegiada. No entanto, para analisarmos esta documentação tivemos que lançar mão de um conjunto de “ferramentas”, de uma metodologia que nos possibilitasse, ao mesmo tempo, perceber o documento em sua dupla dimensão narrativa, como reprodutora de representações e de referências¹⁹² .

Muitos trabalhos voltados para as “classes subalternas”, especialmente para a questão de suas práticas sociais e culturais, têm proporcionado um grande avanço na produção do conhecimento historiográfico, com destaque para a história cultural. Entre os pesquisadores contemporâneos, podemos citar Ginzburg¹⁹³, que através de um método “indiciário”, chama a atenção para os sinais, as pequenas pistas, muitas vezes negligenciadas quando o olhar do historiador sobre suas fontes concentra-se apenas nas grandes generalizações, perdendo de vista o infinitesimal. É o caso dos sinais, das pistas aparentemente soltas nos relatos de viagens, mas que, na verdade, são capazes de fazer emergir um conteúdo implícito, e nos apontar uma variedade de elementos significativos para a interpretação e análise de uma cultura popular.

Para a identificação desses indícios, no entanto, foi preciso ir além do que o documento buscava expor, explicitar e exhibir. Em sua grande maioria, estes sinais perpassam pelo campo do subentendido, encontrando-se nas entrelinhas do documento. Como bem salienta Ginzburg cabe ao historiador o papel de trabalhar com o documento lendo-os “às avessas”¹⁹⁴, processo esse que consiste em deslocá-lo, isolá-lo e entendê-lo por meio também de sua inversão. Michel de Certeau enfatiza que ao retirarmos o documento de seu contexto, da estrutura da qual faz parte, das lógicas, valores e normas que o regem, isolando-o, torna-se possível então o processo de inversão, tendo como uma etapa final o entrecruzamento deste com os demais documentos levantados pelo pesquisador, para que seja possível a identificação das informações colhidas que se contrapõem e a complexidades que as mesmas envolvem¹⁹⁵ .

192 GINZBURG, C., *Relações de força: história, retórica prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

193 GINZBURG, C., *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987, p.16.

194 Idem, *ibidem*, p. 16.

195 CERTEAU, M., *A escrita da história*. op. cit., p. 80-88.

Um documento sozinho, distante das condições de sua produção, pode ser analisado nas linhas, entrelinhas, de ponta-cabeça, sendo possível invertê-lo, cabendo ao historiador “fazê-lo falar”¹⁹⁶. Nessa operação de inversão, o pesquisador deve buscar apreender as contradições, as singularidades, os desvios, seja nas práticas, seja nas lógicas e valores que se opõem ou mesmo que não correspondam à estrutura maior do registro, que são justamente as ações globalizantes, intrínsecas ao documento.

Nos relatos de viagens do século XIX e do começo do século seguinte, seus autores escreviam sobre a paisagem, apontavam as potencialidades locais, com especial atenção para as espécies de plantas e animais, discorrendo com base em suas formações profissionais e acadêmicas. Porém, em alguns momentos, distanciavam-se de seus propósitos deixando, assim, emergir outras “vozes” e outras “paisagens”, notadamente as referentes à reprodução da ruralidade no ambiente pantaneiro, muitas vezes dissonantes em relação às suas percepções individuais, suas idéias etnocêntricas e seus interesses imediatos.

Tais como pequenos cacos despedaçados, ao longo dos relatos esses observadores estrangeiros nos deixaram muitos e variados elementos referentes às espacialidades e práticas locais, percebidas somente quando o pesquisador se permite “rachar as palavras” e entrecruzá-las com outras pesquisas e documentos. É a partir de então, que a análise se torna possível e viável, tendo como suporte a crítica documental, fundamental para o historiador¹⁹⁷

Formação e reprodução da ruralidade no Pantanal Norte

O extenso território que compreende o Pantanal brasileiro foi habitado desde tempos imemoriais por muitas sociedades ameríndias. Os primeiros europeus que tiveram contato com este meio natural e com as sociedades que lá viviam foram os espanhóis, que desde o século XVI, à procura pelos cobiçados metais preciosos, haviam de instalados na parte sul do Pantanal, na região do baixo Paraguai.

Aos espanhóis era estranha a denominação “Pantanal”. A região alagadiça, formada no período das cheias do rio Paraguai, era chamada pelos espanhóis de “Laguna de los Xarayes”¹⁹⁸. Frustradas as esperanças de encontrar as riquezas minerais tão recorrentes nas

¹⁹⁶ GINZBURG, C., Relações de força: história, retórica prova. Idem, ibidem. “Eu não quero detectar uma falsificação, mas sim mostrar que o hors-text, o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”. p. 43.

¹⁹⁷ LE GOFF, J., História e Memória. Campinas, SP: UNICAMP, 1994, p. 109.

¹⁹⁸ COSTA, M. de F. Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997, p. 9.

narrativas míticas dos índios¹⁹⁹, os espanhóis, em seu processo de expansão, não avançaram para o norte, tratando, contudo, de efetivar a conquista no baixo Paraguai e garantir o controle sobre as vias de acesso às minas de prata de Potosí.

Já no final do século XVII, até meados do século seguinte, outros grupos europeus, a coroa portuguesa e seus colonizadores – especialmente os paulistas -passaram a percorrer esta região atribuindo-lhe, no entanto, nova denominação -“Pantanal”. Embora não seja nossa intenção buscar na origem das palavras as explicações para os acontecimentos, é interessante perceber o aspecto revelador deste topônimo. Nas palavras de Costa:

Estes novos visitantes das inundáveis terras paraguaias também fixaram em suas narrativas sua relação com aquele ambiente. Estas igualmente descrevem um lugar de passagem; contudo em bem pouco se parecem com os relatos deixados pelos espanhóis quinhentistas. Os monçoeiros parecem ignorar a tradição precedente tão secularmente imbricada no imaginário ocidental pelas narrativas espanholas e pelas cartas geográficas universais. Nos seus caminhos nomeiam uma nova geografia. Neste particular passam a construir em suas viagens e descrições o fim do maravilhoso espaço de Xarayes. Os escritos dos monçoeiros têm um sentido de relato prático, quase didático, nos quais se procura ensinar a outros viajantes como vencer as agruras do difícil percurso fluvial. Com ela se rompe a tradição fantástica. No lugar de Xarayes inscrevem então Pantanaís.²⁰⁰

Como afirma Costa, ao re-nomearem o espaço, tanto os monçoeiros quanto a Coroa portuguesa, desenvolveram uma nova relação com este ambiente natural, que se constituiu especialmente por meio de um “caráter prático”, um novo espaço físico que se apresentava simplesmente como estradas ou caminhos a serem percorridos. Por isso, a enorme atenção dispensada aos aspectos que abrangessem a fisionomia da região, de modo a poderem orientar os que tivessem interesse em navegar aqueles rios, alertando sobre os perigos de possíveis ataques indígenas ou mesmo sobre as barreiras ou dificuldades existentes em certos trechos das áreas navegáveis ²⁰¹

199 COSTA, M. F., op. cit.; p. 24-25.

200 Idem, ibidem, p. 171.

201 Idem, ibidem, p. 171. Concomitantemente, essa nova denominação também implicou no rompimento brusco dos espanhóis com aquela região, sinalizando o “fim do maravilhoso espaço dos Xarayes”, tão presente na tradição fantástica dos relatos dos viajantes hispânicos tão conhecida entre os europeus.

IMAGEM II

Detalhe que destaca as áreas ocupadas por portugueses entre o rio Cuiabá e São Lourenço (R. dos Porrudos) (1769). Fonte: GARCIA, João Carlos (coord.) A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia. Portugal, 2000, p. 328 apud LUCIDIO, João Antonio. B. A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII. Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade / MT. Relatório final. Fase 2, Cuiabá: Governo de Mato Grosso/Secretaria de Estado de Cultura/ Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Arqueológico Odir Burity, 2004.

A tarefa de conquistar, efetivamente, a parte norte do Pantanal ficou reservada aos súditos da coroa portuguesa, principalmente aos sertanistas que, já no século XVIII, vindos de São Paulo, percorriam os “sertões” aprisionando índios para vendê-los como escravos. Nesse contexto não somente de caça aos índios, mas também de busca por metais preciosos, é que ocorreram as descobertas auríferas, que justificaram a formação de uma territorialidade luso-americana. A partir destes descobrimentos, ambientes coloniais foram construídos ao redor das minas, bem como, nas suas proximidades, a constituição de povoamentos menores e uma diversidade de ambientes rurais. Segundo Oliveira:

As unidades produtivas multiplicaram-se na região das “minas de Cuiabá”, a beira dos rios (principalmente de Cuiabá) abastecendo os arraiais e povoados e um considerável fluxo de pessoas atraídas pela descoberta de ouro e por oportunidade de explorar atividades comerciais e produtivas. Ao norte, “rio Cuiabá Acima”, em direção a Chapada também percebemos a espacialização de ambientes rurais²⁰² .

O autor desconstrói a tese de que toda economia em regiões mineradoras, bem como as atividades locais, giravam em torno da exploração aurífera. Na historiografia sobre a conquista colonial de Mato Grosso, é recorrente a idéia de que o abastecimento local era de responsabilidade das monções, pois a reterritorialização não havia engendrado atividades comerciais e produtivas mais amplas²⁰³. Para muitos autores a formação de ambientes rurais só intensifica-se devido a crise na atividade mineradora²⁰⁴ .

Oliveira buscando trazer outros elementos até então não observados, aponta que por estar em um território de exploração mineradora e de fronteira com os domínios espanhóis, a espacialização dos ambientes rurais, de Cuiabá e de Mato Grosso naquele momento (1716-1750), estava articulada a outras atividades econômicas, assim como aos interesses da “geografia política” portuguesa. Nesse contexto, os espaços agrários eram compostos por uma diversidade de paisagens, de agentes sociais e de formas de exploração do trabalho e dos recursos naturais. Oliveira ainda ressalta que apesar de muitas unidades produtivas serem descritas apenas como “roças”, desenvolviam-se nesses espaços outras atividades: além da agricultura “principalmente de milho e de feijão” também “havia criações de pequenas animais como galinhas, porcos e carneiros, e eventualmente, cabeças de gado, praticando ainda a caça a pesca e outras atividades extrativistas”²⁰⁵. A pesca em especial, contava com diversos agentes sociais denominados genericamente de “pescadores”. A pesca era, portanto,

202 OLIVEIRA, T. K., Ruralidade na ‘Terra da Conquista: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750). Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2008, p. 32-33.

203 Oliveira faz uma discussão historiográfica a esse respeito logo na introdução de seu trabalho do mestrado.
OLIVEIRA, T. K., idem, ibidem.

204 Na historiografia local podemos citar: SIQUEIRA, E. M., A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1997. (Publicações Avulsas, nº01)/CORRÊA FILHO, V. Pantanaís Mato-grossenses: devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. (Biblioteca Geográfico Brasileiro. Série A: “Livros”, Publicação, vol. 3). Na historiografia nacional mencionaremos os autores: HOLANDA, S.B., Caminhos e Fronteiras. Rio de Janeiro, J. Olympio, Departamento de Cultura de Guanabara, 1975./OLIVEIRA VIANA, F. J., “Populações meridionais do Brasil”. In: Santiago, S. (ORG.) Interpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000./PRADO JUNIOR, C., Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1997./ FURTADO, C., Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003./ Todos esses autores seguindo um viés econômico, colocam a “agricultura de subsistência” a margem da sociedade colonial, no que toca a bibliografia nacional acima exposta entre as poucas vezes referenciadas os agricultores “livres e pobres”, eram carregadas de um discurso “moralista” e hierárquico que os identificavam como inferiores em virtude de sua descendência de índios, negros e mestiços.

205 Idem, ibidem., p. 33.

atividade desenvolvida desde principio da colonização, reproduzindo práticas portuguesas de longa duração -“o peixe, fresco ou salgado, era mercadoria do mercado local” 206

Essa economia garantia a subsistência dessas localidades, cujos excedentes podiam, ainda, abastecer um mercado interno modesto, representado principalmente pela Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e outros arraiais próximos, além de possibilitar o estabelecimento de trocas e comércio na fronteira²⁰⁷ .

Outro aspecto ressaltado pelo autor é o equívoco em se atribuir à concessão de sesmarias o papel de distribuidor de latifúndios para a elite política e econômica, ou seja, “os donos do poder”, para utilizarmos a expressão de Raimundo Faoro. Ainda que “livres pobres” tenham tido acesso a terras por meio de sesmarias, é fato reconhecido que imensos latifúndios foram formados sem a legitimação através da lei, assim como muitas “posses” eram reconhecidas aos livres pobres, embora não oficializadas em sesmarias. As sesmarias, segundo o autor, inseriam-se na lógica imperial portuguesa de concessão de mercês em recompensa pela participação ativa no processo de conquista da terra, ao mesmo tempo em que inseria essas mercês no âmbito do controle administrativo do império, submetidas às obrigações tributárias e de controle dos espaços rurais.

Nessa perspectiva, outra autora que irá discutir a complexidade existente em relação ao sistema de sesmaria em Mato Grosso, é Sueli Pereira Castro²⁰⁸ . Voltando seus estudos mais especificamente para a atual região de Baús, no município de Acorizal-MT, ressalta que havia também nestes ambientes rurais: “uma população livre, despossuída, formada de agregados e posseiros, junto com os sitiantes minifundiários”.²⁰⁹ Discutindo sobre a doação de sesmaria a partir da segunda metade do século XVIII, a mesma autora ainda observa que:

Do universo das solicitações de sesmaria, os que declaram a profissão, 43%, indicaram, predominantemente como atividade exercida alguma carreira do exercito e, deste universo 81% eram militares de baixa patente, somente 3% afirmaram ter atividade relacionada com a lavoura, dos que não declararam a profissão, 57%, poucos informaram possuir escravos ou bem de raiz.²¹⁰

Essa interpretação desmistifica também a noção de que o meio rural tivesse uma estrutura agrária tão rígida, a ponto de tirar qualquer possibilidade dos grupos subalternos terem acesso ao mesmo. Coloca em dúvida o modelo agrário tradicional, não se esquecendo

206 OLIVEIRA, T. K, op. cit., p. 169.

207 Cf.: OLIVEIRA, T. K., Ruralidade e Campesinato na Terra da Conquista: considerações sobre formação do meio rural de Mato Grosso. Monografia defendida pelo Departamento de História da UFMT, Cuiabá, 2005.

208 CASTRO, S. P. A festa santa na terra da parentalha: festeiros, herdeiros. Sesmarias na baixada cuiabana –

Mato Grosso. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001.

209 Idem, ibidem, p. 229.

210 Idem, ibidem, p. 246.

de que este foi um dos maiores responsáveis pelo silêncio ou mesmo pelo trato superficial dado á forma como os trabalhadores rurais materialmente “pobres”, livres ou não, foram tratados nas pesquisas historiográficas²¹¹. Como afirma Castro: “grande parcela da população a ‘arraia miúda’, é concebido como personagem ‘marginal’ ao processo de formação da sociedade brasileira” ²¹² .

Essas ponderações nos servem para refletir a respeito do seguinte fato -de que a conquista colonial no Pantanal Norte, em seus primeiros anos, começou a formar entre seus grupos rurais, trabalhadores que mais tarde, seriam chamados de “ribeirinhos” pela elite local. Não temos a intenção e nem condições de precisar o lugar e o ano de tal surgimento, pois temos apenas resquícios, sinais, indícios de que agricultores autônomos, já nas primeiras décadas do século XVIII, em sua diversidade de práticas rurais viviam às margens dos rios Cuiabá e São Lourenço, de maneira legítima, oficializada ou não, desenvolvendo relações produtivas e de troca.

Já no século seguinte, ocorre uma mudança no cenário, pois, no plano político, o processo de independência provocou mudanças no equilíbrio do poder local. Com a independência do Brasil, Mato Grosso foi governado por uma Junta, e somente quatro anos depois pôde contar com um presidente de província. Essa situação somada a revolta da Rusga, fez com que a constituição do poder, na província de Mato Grosso, caracterizasse pela afirmação de uma elite local de fazendeiros e senhores de engenho e pelo afastamento dos portugueses da vida política²¹³ .

Apesar da mudança da elite política mato-grossense, a formação do meio agrário continuou seguindo o caminho trilhado no período colonial, desde então marcada pela diversidade de paisagens e agentes sociais. Ao longo da beira dos rios foram se estabelecendo fazendas, sítios, roças e engenhos, supridos com o trabalho escravo, além dos camaradas, agregados e pequenos agricultores autônomos ou “ribeirinhos”.

211 Não se esquecendo que algumas obras já foram anteriormente citadas.

212CASTRO, S. P., op. cit., p. 223.

213 ROSA, C. A., O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana. Cadernos Cuiabanos, Cuiabá, MT, 1976, p. 13-15.

IMAGEM III

CORRÊA FILHO, V. "Pantanais mato-grossenses". op. cit.

Apesar de ter sido confeccionada várias décadas depois, o mapa do Rondon permite visualizar as características de períodos anteriores. Este mapa, elucida a região estudada, e uma de suas principais contribuições diz respeito a localização do caminho fluvial. A riqueza desse registro assenta-se nos detalhes expostos por Rondon, tendo em vista que determinados trechos do percurso fluvial eram de extrema importância para os moradores locais e demais grupos que regularmente usufruíam deste caminho, pois alguns trechos serviam de referência para os situarem territorialmente e, concomitantemente, conferiam práticas sobre as mesmas, tais como: a ilha do Piraim e a colônia Izabel. No mapa é possível identificar também alguns portos como o São José, assim como algumas usinas como a Aricá, ou seja, nos fornece uma pequena dimensão da espacialização local tão presente nos documentos, e que pretendemos adentrar ao longo deste trabalho.

Para melhor entendermos os diversos ambientes e agentes sociais que formaram o espaço pantaneiro, utilizaremos diversas citações do trabalho de Virgílio Corrêa Filho, uma vez que este estudioso desenvolveu importantes trabalhos relativos ao ambiente pantaneiro, tanto referentes aos aspectos geográficos quanto aos históricos. Contudo, apesar de sua grande contribuição para a história social e cultural de Mato Grosso, não podemos deixar de fazer algumas considerações sobre como este pesquisador elaborou sua perspectiva sobre a história da região. Sem deixarmos de apontar, desde já, que esse autor se preocupou em identificar os sinais de “progresso” e “civilização” no “desenvolvimento histórico” do estado. De fato, não é difícil perceber em Corrêa Filho o empenho em demonstrar as transformações que estavam levando Mato Grosso a trilhar “os caminhos do progresso”, ao destacar a chegada e o papel que aí passaram a desempenhar as ferrovias, os aviões, entre outros. Portanto, assim como os relatos de viagem, mais do que referência bibliográfica o trabalho de Corrêa Filho é também, referência documental.

Em suas obras, os costumes e as formas de acesso à terra são vistos de modo negativo para o desenvolvimento da sociedade. A sociedade rural para este autor deveria girar em torno das fazendas de gado, e os exemplos que utiliza para tratar do tema são os daquelas propriedades que mais “evoluíram” ao longo do tempo e passaram a cultivar pastos exógenos e terem seus limites cercados. Por outro lado, as propriedades que não adotaram as formas “modernas” de organização eram tidas como degradadas em relação à propriedade original, inseridas em um processo de “involução”. Para explicitarmos nossas observações, o exemplo dado por Corrêa Filho é esclarecedor:

O exemplo por ventura mais típico de tal processo de subdivisão virtual da propriedade, sem alteração nas linhas divisórias, proporciona a do capitão Antonio José da Silva, que se julgava possuidor do pontal entre o Cuiabá e São Lourenço, até frontear, o Uacurutuba, além de outras glebas. Montou sede em Santo-Antonioda Barra, onde o sobrado em meio dos sertões brutos, avultava como símbolo de poderio. Não obstante abranger, pela declaração levada em registro, área excedente de trezentos mil hectares, a fazenda começou a diminuir pela cessão a outros interessados dos lotes mais distantes. Encolheu-se a limites mais modestos, após o desaparecimento do desbravador, cuja colaboração na abertura do caminho do Piquiri em 1837, o presidente Pimenta Bueno sobremaneira enalteceu. A criação em comum, cuja manutenção dependia aliás, das pastagens proporcionadas pelos pantanais vizinhos, assinalou o condomínio, que outrora disporia de terras sobejantes para a partilha entre os herdeiros²¹⁴

A criação “em comum” e a formação dos “condomínios”, que são pastagens utilizadas por diferentes sujeitos que estão envolvidos em relações de parentesco e/ou de vizinhança²¹⁵ ,

são vistas de forma pejorativa por Corrêa Filho. A idéia de “involução” fica clara quando o autor aponta, por um lado, os méritos do desbravador e, por outro, a subdivisão das terras entre herdeiros.

A origem das fazendas e das demais territorialidades rurais de Mato Grosso está intimamente ligada à doação de terras nos termos da lei de sesmarias, embora muitas terras fossem exploradas sem a formalização da posse. Não eram somente as fazendas que eram constituídas a partir das sesmarias, uma vez que, os sítios, como aponta Volpato, também tiveram suas “origens” ligadas ao estatuto português de repartição de terras²¹⁶ .O que distinguem fazendas de sítios era muito mais do que a quantidade de terras, ou seja, o modo como eram exploradas de forma mais ou menos intensiva. O termo fazenda, no século XIX, estava ligado à criação em larga escala de gado, que além de explorar mais recursos naturais utilizavam, conseqüentemente, mão-de-obra mais numerosa e diversificada.

Não é possível precisar a média de cabeças de gado em cada fazenda pantaneira.

Apenas podemos apontar, tendo por base os relatos, que havia uma discrepância muito grande

214CORRÊA FILHO, V. Pantanaís Matogrossense: Devassamento e Ocupação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946 (Biblioteca Geográfica Brasileiro. Série A: “Livros”, Publicações, Vol. 3) IBGE. Rio de Janeiro, 1946, p. 128-129.

215 Lembrando que uma atenção maior será dada sobre os “pastos comuns”, no próximo capítulo.

216 VOLPATO. L. R. R., Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. Cuiabá: Ed.

Marco Zero, 1993. “O uso da palavra ‘sítio’ para designar essas propriedades menores pertencentes a pessoas

pobres, que dividiam suas casas com seus camaradas e escravos, exige certo cuidado. Embora essas pessoas

pobres ou remediadas denominassem suas propriedades de sítio, também o faziam alguns proprietários da

Chapada, como é o caso de Antonio Bruno Borges, da primeira vez que se dirige ao presidente da Província.

Além disso, é necessário cuidado para definir essas áreas como pequenas, pois eram oriundas de sesmarias e

tinham dimensão respeitável, sua definição como pequena compara-se às grandes propriedades que encerravam

os engenhos ou que se dedicavam à exploração do gado nas cabeceiras do Pantanal, ou ainda do baixo valor que

a tinha por essa época”. p. 113.

quanto ao número de “reses” existentes em cada fazenda, que podiam oscilar de alguns poucos milhares até valores que ultrapassavam as cem mil cabeças.

Além das fazendas e sítios, havia também as roças, que podiam se confundir com os sítios em muitos aspectos, inclusive pelo fato de também serem originárias de sesmarias, como já vimos. A palavra sítio também aparece na documentação como referência a um lugar povoado, geralmente em ambientes rurais.

Desterritorializações indígenas no Pantanal Norte

A desterritorialização dos ambientes rurais em Mato Grosso se deu a partir da invasão e conquista da Coroa portuguesa sobre os territórios indígenas. Estes sujeitos, de diferentes formas, se reterritorializaram neste ambiente. A relação entre conquistadores e indígenas foi marcada por conflitos, dominação e também por estratégias de reprodução social.

Maria de Fátima Costa, em seu apanhado histórico sobre a ocupação da população pantaneira como um todo, salienta que “as terras pantaneiras [...] eram ocupadas por milhares de índios agrupados em nações, com culturas e línguas diferenciadas, tais como os Guaicuru, Paiaguá, Guató, Borôro, Pareci, Kaiapó, Umutina, Guarani entre outras”. Ainda segundo a autora esses índios eram “nômades, fabricavam cerâmicas, alguns cultivavam milhos, algodão e estabeleciam laços de amizade ou lutavam entre si”²¹⁷.

Foram os índios Xarai que emprestaram seu nome para a toda a região alagável, quando a extensa área era ainda conhecida apenas pelos espanhóis, que a descreveram como a fabulosa Laguna de Los Xarayes. A entrada dos europeus na extensa área alagada, no século XVI, foi marcada por um processo de conquista territorial, no qual “a reação da população indígena a este avanço ocorreu de duas maneiras: algumas nações assimilaram a presença do branco, como os Guarani, outros, como os Guaicuru e Paiaguá, opuseram-se violentamente a presença européia”²¹⁸.

Na região Norte do Pantanal, os principais grupos que ali se espacializavam, eram os Borôro, Guanás e Guató. Sobre os Guató e Guaná, o viajante Hercules Florence²¹⁹ os caracterizou como nômades, ou providos de intensa mobilidade espacial, e enfatizou o contato

217 COSTA, M. de F., “História da Ocupação da Bacia do Alto Paraguai”. In: Relatório do Projeto Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na Bacia do Alto Paraguai. Fase 1: Diagnóstico Convenio de cooperação científico-tecnológico Brasil-Alemanha. NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos. UFMT. Cuiabá-Tubingen, 1995. p. 13.

218 Idem, ibidem, p. 13.

219 FLORENCE, H. Viagem Fluvial do Tiete ao Amazonas (1825-1829). Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

destes grupos com a sociedade mato-grossense feito através, especialmente, das relações de trocas (como peles de onça ou tecidos de algodão) por ferramentas variadas (como enxadas, facas, foices)²²⁰. Na passagem pelo rio São Lourenço o visitante registrou a presença de ambos os grupos:

No dia 27 de dezembro chegamos cedo a boca do São Lourenço e aí falhamos um dia. Nosso acampamento ficava entre a dos Guatós à esquerda e a dos Guanás que nos acompanhavam desde Albuquerque; aqueles em número de mais de 30, entre os quais uma multidão de mulheres e crianças. Ambas as tribos haviam feito uns ranchos com folhas de palmeiras, esteiras e peles; entretanto, quando caiu a chuva que desde manhã ameaçara, vieram nos pedir abrigo, acolhendo-se as nossas barracas.²²¹

Hercules Florence nasceu em Nice, França, no ano de 1804. Vinte anos depois chega ao Brasil, e se engaja na Expedição Langsdorff, que se iniciou no ano seguinte. Terminada a expedição científica, fixou moradia em Campinas, São Paulo, deixando o seu diário com a família de outro integrante da expedição, que havia falecido em serviço, chamado Antonio Adriano Taunay. Anos depois, todo esse material juntamente com inúmeros desenhos, foi encontrado pelo Visconde de Taunay, que autorizou a tradução e publicidade²²², depois da morte de Florence em 1889, aos 75 anos de idade.

No que toca aos grupos indígenas Guaná, aponta que parte destes morava “na margem

O. do rio Paraguai, um pouco acima do rio Miranda” achando-se “todos juntos [...] em uma espécie de grande povoação”.²²³ Este grupo indígena tinha como uma de suas principais especialidades a exploração de algodão, que os possibilitavam a fabricação de tecidos grossos. Levando em consideração esta atividade, o diferencial dos Guaná refere-se às relações de troca e comércio estabelecidas com os segmentos sociais que não se enquadravam como populações indígenas. Nesse ponto, o visitante Florence enfatizou, a mobilidade destes índios em todo o extenso território no Pantanal, em virtude das negociações desencadeadas em Cuiabá perante sua indústria caseira, como peças de roupas²²⁴.

²²⁰ FLORENCE, H., op. cit., p. 110-134. Outro documento que poderemos citar:

MOUTINHO, J. F. “Notícias

sobre a Província de Mato Grosso”. São Paulo. Typografia de Henrique Schroeder, 1869.

Sobre os Guatós,

Moutinho faz o seguinte descrição: “Logo que conseguem abordar ao vapor, pedem tudo que vêm, e fazem

troca de pelles de onça, veado, lontra, ariranha e outros animais; de arcos de frêchas; de grande variedade de

pássaros, por aguardente, fumo, facas e outros pequenos objetos [...]”. p. 180.

²²¹ Idem, ibidem, p.121.

²²² “Isso foi feito na Revista do Instituto Histórico e brasileiro, em 1875, no tomo 38. Foi posteriormente, em

parte, publicado por Afonso de E. Taunay na Revista do Museu Paulista” FERRI, Mário Guimarães. Prefácio In:

FLORENCE, H. Idem, ibidem.

223 Idem, idibem, p. 103.

224 Idem, idibem, p. 106-108.

Em relação aos Guató, os caracterizam como excelentes caçadores e pescadores muito hábeis sobre a canoa²²⁵ e encontravam-se fixados às margens do rio São Lourenço. Florence, relata também certa rivalidade entre os Guató e Guaná, da qual resultaram vinganças sangrentas²²⁶.

Sobre os Guaná, podemos traçar alguns comentários com base na dissertação de mestrado de Verone Cristina da Silva, Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)²²⁷. Em seu estudo, Silva faz um apanhado histórico sobre a ocupação do povo indígena Guaná, identificando a ocorrência de um deslocamento populacional destes índios do Pantanal para Cuiabá, em uma área que ficava a beira do rio do mesmo nome, quase defronte ao Porto Geral, nos anos de 1844 e 1845.

O motivo que levou essa migração envolvia interesses que atendiam aos índios e os administradores locais, pois os Guaná eram não apenas mais aptos a viver no seio da sociedade cuiabana, devido a sua inserção na “civilização”, mas especialmente, por desenvolverem atividades em setores especializados, como o da sapataria, marcenaria, transportes de cargas, remadores de embarcações, e outros.

Os Guaná eram uma sociedade oriunda da região sul de Mato Grosso, constituído por vários subgrupos: Terena, Laiana, Kinikináo e Guaná. Estes dois últimos viviam na região de Albuquerque, enquanto os dois primeiros de território de Miranda²²⁸. Porém, algumas modificações internas ocorreram, em decorrência do aldeamento que estes povos foram submetidos.

225 FLORENCE, H., op. cit., p. 114; 117.

226 Idem, *idibem*, p. 126-128.

227 Cf.: SILVA, V.C. da, op. cit.

228 Idem, *ibidem*, p. 5

IMAGEM IV

ALDEAMENTOS GUANÁ

SILVA, V. C. da, “Missão, aldeamento e cidade: os Guanás entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)”. op. cit.

p. 39. Aqui a autora identifica os rios presentes na região pantaneira do Brasil e localiza a aldeia Guaná em Albuquerque.

Segundo Silva:

Os Guaná que habitavam as margens do rio Paraguai, foram reunidos no ano de 1819 na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, no lugar denominado Albuquerque ao sul mato-grossense. O número acentuado da sua população, bem como a notável experiência que tinham com agricultura, além da prática de intercâmbio e o comércio, despertaram a curiosidade de viajantes e o interesse das autoridades locais, que logo procuraram investir na catequese desses índios. Ali, além das atividades voltadas à moral e à religião cristã, estimulava-se a aptidão agrícola dos índios para o fornecimento de gêneros alimentícios aos comandos militares de Coimbra e Miranda, instalados na região do Baixo Paraguai.²²⁹

De um modo geral, estes grupos estabeleceram uma “boa” relação entre os novos conquistadores, que acabou se configurando em práticas de troca e comércio de produtos e matérias-primas diversos, com suas atividades voltadas para a pecuária, agricultura, navegação e tecelagem. Considerados pelos administradores locais como povos indígenas “mansos” e “dóceis”, os Guaná foram alvo do processo de expansão do “progresso”, por meio de aldeamentos nas primeiras décadas do século XIX. Anos depois, uma parcela desses grupos sofreria novas mudanças, com a vinda de uma leva significativa de seus integrantes para Cuiabá.

Silva reitera que o aldeamento desses grupos na capital (1844 e 1845), teve um caráter peculiar, na medida em que não contou com alguns elementos recorrentes nessas iniciativas, apontando que: “enquanto em Albuquerque havia um diretor da aldeia e um missionário, em Cuiabá, a aldeia foi organizada sem a presença de um representante oficial do Império”. Segundo a autora não há “registro na documentação pesquisada que relate a presença de um diretor junto aos Guaná de Cuiabá”. A ausência de direção nas aldeias explica-se “provavelmente por estar localizada na capital que sediava a Diretoria Geral dos Índios, o poder Eclesiástico e, ainda, por serem esses índios considerados capazes de conviver na cidade civilizada”²³⁰.

Aos poucos, os Guaná freqüentaram, socializaram e se misturaram com a população cuiabana, e alguns inclusive, tinham suas moradias fora das aldeias, localizadas nas ruas próximas ao porto da capital. Andavam vestidos, e quando estavam em grupos tinham a preferência de se comunicarem através de sua própria língua. Em sua maioria dormiam em redes, ou sobre tiras de taquaras cobertas com panos, colocadas sobre o chão. Fabricavam suas próprias vestimentas e casas, e como lazer realizavam suas festividades, “geralmente

229 SILVA, V. C. da, op. cit., p. 5.

230 Idem, ibidem, p. 100.

religiosas e, serviam uma bebida feita de milho socado em pilão, que deixavam fermentar até o ponto de ser consumida”²³¹ .

IMAGEM V

SILVA, V. C. da, “Missão, aldeamento e cidade: os Guanás entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)”op. cit.,

p. 130.

²³¹ SILVA, V. C. da, op. cit., p. 101. A autora ainda acrescenta que estes grupos mantiveram alguns hábitos, tais

como: “Cantavam ao nascer do sol, em ritmo do chocalho feito de cabaça, ornamentada com sementes

conhecidas por contas, e um tambor”. p. 101.

As habitações dos Guaná eram “construídas de sapé, cobertas com capim e palhas, sendo que cada família residia em uma casa. O conjunto das casas era chamado de aldeia”. Na área da aldeia os índios “plantavam, pescavam, confeccionavam panelas, potes, talhas e colhiam um vegetal conhecido por pirizeiro que servia para a confecção de esteiras”.²³² No entanto, vale ressaltar que muito desses índios não tinham uma mobilidade territorial restrita apenas entre a cidade e a aldeia. Esse fato foi observado na década de 1840, pelo Capitão da Armada Nacional, Augusto Leverger, que relatou:

A aldeia da tribo Guaná está em meados de uma milha de distância da freguesia; tem atualmente pouca gente. Grande porção dos seus habitantes vieram formar outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade. Os índios desta nação costumam ajustar-se como jornaleiros; existem em grande número, espalhados pela cidade de Cuiabá, e pelos sítios do seu distrito. São também eles que tripulam boa parte das canoas, que se empregam na navegação da província, no interior d’ela e para S.Paulo²³³ .

Esse fator se torna significativo para esta pesquisa, por nos permitir indicar a possibilidade de que os “ribeirinhos” do Pantanal Norte, poderiam ter entre seus moradores famílias oriundas desses grupos indígenas. Mesmo porque, para Silva entre a população cuiabana os Guaná, em alguns casos, eram apontados como “ribeirinhos”. Viviam na beira do rio, tinham muita familiaridade com a água, e uma parcela de seus membros optara por praticar atividades sobre a pesca e a agricultura, sendo constante sua presença no porto de Cuiabá.

Essa idéia fica mais reforçada diante das observações feitas pelo viajante Moutinho²³⁴ que apontou que os Guaná se encontravam inseridos, no século XIX, entre os grupos rurais identificando-os como camaradas. Se estes índios eram contratados pelas grandes propriedades, poderiam também ter se estabelecido as margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, através da posse de terras levando em conta que a região pantaneira era um território conhecido, visitado e praticado entre os Guaná.

Diante disso pretendemos contrapor a espacialização dos Guaná, mostrada no mapa logo acima, pois temos pequenos indícios de que os estes grupos indígenas tiveram formas e territórios mais amplos para atualizarem suas atividades e formas de viver, além das que foram apontadas pela historiadora Silva.

232 SILVA, V. C. da, op. cit., p. 101

233 LEVERGER, Augusto. Roteiro da Navegação do Rio Paraguay. Desde a Foz do S. Lourenço até o Paraná.

Pelo capitão da Armada Nacional a imperial Augusto Leverger. Cuyabá, 21 de Outubro de 1847: 219 a 223. In:

SILVA, V.C. da, “Missão, aldeamento e cidade: os Guanás entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)”.

Dissertação de Mestrado. UFMT. Cuiabá-MT. 2001, p. 96.

234 MOUTINHO, J. F., op. cit., p. 138.

Reiterando que sobre os Guaná, esta pesquisadora em seu trabalho demonstra que enquanto ocorria um esfacelamento dos povos indígenas (expedições punitivas e de extermínio aos selvagens, apropriação das terras indígenas, aldeamentos administrados pela Diretoria Geral dos índios), este grupo soubera se articular e se comunicar com os poderes constituídos, negociando, fugindo na mata fechada, trocando, realizando viagens regulares, migrando e, nesse movimento, sabendo reinventar seus saberes e práticas internas, tecendo por meio de suas vivências e trajetórias diversas, a sua história.

Já em relação aos Borôro, os aspectos sociais encontrados na documentação nos permitem vislumbrar certa hostilidade com os grupos sociais externos, que os consideravam “violentos” e “perigosos”²³⁵. Uma das atividades mais valorizadas e desenvolvidas entre estes índios era a caça. A habilidade dos Borôro com o arco e a flecha foi amplamente observada pela historiografia brasileira²³⁶.

De fato, o território ao norte do Pantanal era em grande parte dominado pelos Borôro orientais, que tinham sua economia voltada principalmente para as atividades de caça e coleta e, em consequência desta organização social, ocupavam uma longa faixa de terras, como podemos visualizar no mapa abaixo. Contudo o gado das fazendas, que vivia solto, desde a segunda metade do século XVIII, adentrava os “sertões” do Pantanal Norte, e assim, em decorrência da ausência de cercamentos, invadia os campos indígenas. Segundo Corrêa Filho “na mesopotâmia formada pelos rios Cuiabá e São Lourenço, o gado ia batendo os campos brutos, que os Borôros senhoreavam”²³⁷.

235 Discurso do presidente da província de Mato Grosso, abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa província, feita pelo Exc. Snr. Ribeiro de Rezende, no dia 15 de junho de 1840. “Os índios Coroados que infestam boa parte da Estrada geral para Goiás, e as imediações do rio S. Lourenço, na estrada nova do Piquiri, apresentarão terrível aspecto../Descontentes com a passagem desta última estrada por hum dos sítios que tinham alojamento, parece que assentarão tentar a desafronta pelas armas, ou ao menos alterar quanto possível, no intuito de evitar a freqüência de vindantes que ela começa a ler, e de conseguir ainda o exclusivo de antigas possessões../Começando suas correrias em Setembro último, atacam imediatamente a fazenda do Capitão Vitoriano José de Couto, junto a São Lourenço, onde alem de tirarem a vida barbaramente a 2 pessoas, ficando uma terceira transpassada a flechas e maribundas, matarão grande numero de gado, destruirão ou roubarão plantações, chegando a audácia ao ponto de aproximarem impávidos a casa de vivenda, cercarem-na com grande alarido tentando atacá-la, e por certo o teriam arrasado se não valesse as cautelas que sentiram, e

temerão./Passaram-se logo depois para a estrada de Goiás, onde afirma-se que também foram assaltados por eles a ponto denominado-Malas-sucumbido aí os golpes desses bárbaros 5 pessoas miseráveis, e de roubarem o que

lhes agradou, lançaram logo as Casas de vivenda e [...] a cinzas”. p. 15.

236 HOLANDA, S.B., op. cit., p. 77-78.

237 CORRÊA FILHO, V., A propósito do boi pantaneiro. Rio de Janeiro: Ed. Paulo, Pongetti & Cia., 1926, p. 16

7.

IMAGEM VI

Território ocupado originalmente pelos Bororos e as reservas atuais. MARIGUDÚWO e ENAWURO. Mário Bordignon. Os bororos na História do Centro Oeste Brasileiro 1716-1986. Missão Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande, 1987.

Na segunda metade do século XVIII, e ao longo do século XIX, a relação entre os índios Borôro e os colonizadores iria se tornar bastante conflituosa. Na “Notícia Sobre os Índios de Mato-Grosso, em ofício datado de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de Estados e Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos índios da então província”, descrito por Joaquim Alves Ferreira, informava que:

Os Coroados habitam as cabeceiras de diversos galhos do rio São Lourenço. Poucas e pouco exatas são as notícias que temos do seu número, de sua índole e de seus usos, pois não se relacionam conosco, fogem de nós, e quando procura os nossos moradores e viandante é para hostilizá-los. Com tais disposições e dominadas por sua situação as estradas que vão de Goiaz até São Paulo, os Coroados tornariam as mesmas estradas intransitáveis para os Cristãos, se não fosse o sentimento de covardia comum a quase todas as nações indígenas, que faz com que raríssimas vezes acometam o rosto descoberto, o expondo a sua vida ao menor risco. Entretanto, por vezes, tem atacado aos viandantes e moradores do sertão, que viram

se obrigados a abandonar seus estabelecimentos, os quais se bem que de pouca importância, eram de grande utilidade para as tropas que nele achavam pelo menos,

o provimento do milho tão necessário para os animais já cansados por longa e penosa viagem. Os mesmos índios chegaram a cometer estragos matando e incendiando até em sítios do termo desta cidade e distantes dela menos de 20 léguas; por estas razões poucos anos se passam sem que o governo expeça bandeira contra eles; porém o resultado ordinário destas expedições é de destruir um maior ou menor número de adultos, e aprisionar algumas crianças que entre nós se criam, e que de modo nenhum aproveitam para redução e catequese da nação a que pertencem²³⁸

Já na segunda metade do século XIX, Karl Von Steinen descreve ainda de forma mais detalhada que Ferreira as relações entre os Borôro e a sociedade mato-grossense. As

estratégias de extermínio dos índios, propostas pelas autoridades foram assim descritas pelo autor,

Em 1878, o capitão Alexandre Bueno formou uma expedição de 70 índios Terena [...] para expulsar os Bororo. Tinha ele conforme me asseguraram, a incumbência secreta de matar a tiro quantos pudesse, e o êxito foi lhe dado de tal modo favorável que pôde existir ao presidente um saco cheio de orelhas. De vivos, apenas trouxe duas mulheres e duas crianças.²³⁹

A vingança dos Borôro, de acordo com Steinen não era menos violenta, este viajante aponta que entre 1875 e 1880 os Borôro “incendiaram 43 casas, mataram 204 pessoas (134 homens e 46 mulheres, 17 crianças e sete escravos) e feriram 27 pessoas”. A mesma exatidão não existe em relação aos índios, “quantos Borôro foram mortos – não se conta”.²⁴⁰

Tecer breves comentários sobre o Capitão Alexandre Bueno se torna oportuno, levando em consideração a importância de suas estratégias para submeter os índios aos grupos governamentais mato-grossense, nas últimas décadas do século XIX. Nesse âmbito torna-se necessário enfatizar que este capitão se destacou no campo político da província, em virtude de suas atitudes que se tornaram significativas no processo de “pacificação” indígena.

Alexandre Bueno era um índio dos povos Terena, que residia em Miranda. Prestou vários serviços às autoridades da província por meio de iniciativas que oscilavam entre ações violentas e amenas. Considerado amigo dos “brancos”, Bueno trabalhou principalmente como intermediador de conflitos, contribuindo para a formação de alguns aldeamentos e para o aprisionamento de índios que mostraram algum tipo de resistência ao processo de “pacificação”. Em alguns momentos, sua função se voltava ainda para a atividade de afugentar e dispersar índios considerados “mais bravos” e “audaciosos” aos olhos dos colonizadores. Conforme Adriana Pesoventi, Bueno “contava com uma guarnição de

²³⁸ FERREIRA, J. A. Notícia Sobre os Índios de Mato-Grosso dada em ofício de 2 de dezembro de 1848 ao

Ministro e Secretário de Estados e Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos Índios da
então província.

IHGBMT, Cuiabá, 2001.

239 STEINEN, K. v., op. cit., p. 572.

240 Idem, ibidem, p. 572.

soldados índios que, sob seu comando, atravessavam a província em auxílio ao projeto colonizador seguindo em diligência contra ‘índios selvagens’”.²⁴¹

Seu trabalho não se restringiu à pacificação e captura dos Borôro, uma vez que os índios Terena e Enima também foram alvos de seus métodos de persuasão e coerção, que tinham como um dos principais instrumentos de controle e negociação, além do uso da violência, a distribuição de brindes. Seus atos tiveram grande impacto ao longo deste período, repercutindo, inclusive, nos jornais da província, que se esmeravam em publicar seus feitos. Nessas ocasiões, era recorrente apontarem sua ligação com a igreja católica, de modo a mostrá-lo como um indivíduo já “pacificado” e especialmente “civilizado”.²⁴²

O que se percebe é que ao longo do século XIX os índios de todo o império brasileiro passaram a representar uma preocupação para as autoridades vigentes, o que provocou o desencadeamento de inúmeras medidas de contenção por ordem não só do governo imperial, mas também por parte de iniciativas específicas tomadas por grupos que detinham o poder político nas províncias. Empreendimentos estes em níveis locais, individual e especialmente independentes do governo central. Mato Grosso, evidentemente, não era exceção, e os grupos que agiam na província também desempenhavam distintas funções políticas e econômicas. Pesovento, nesse sentido, afirma que

Houve a interferência não só dos governos locais, mas também de diversos segmentos da sociedade, tais como dos Diretores dos Índios, fazendeiros, missionários e jornalistas. Estes através de seus recursos, moldavam opiniões e atitudes, além das próprias estratégias de resistência usadas pelos povos indígenas que ofereciam formas específicas de relações, fossem violentas ou não, em que muitas vezes eram feitos acordos pelos diversos pontos do território com grupos indígenas locais.²⁴³

Estas ações visavam conquistar os territórios indígenas e a exploração de suas terras e mão-de-obra. A ocupação destas áreas tinha também a função de disponibilizá-las para a expansão de um projeto colonizador, objetivando em grande parte a vinda de migrantes nacionais e estrangeiros. Esta se tornava uma alternativa bem vista pela maioria dos grupos da elite de Mato Grosso e por certa parcela dos demais segmentos sociais.

Discutindo sobre a mão-de-obra indígena utilizada em toda a Província de Mato Grosso, Adriana Pesovento destaca ainda as inúmeras atividades que os índios desempenhavam na última metade do século XIX, que iam desde as atividades agrícolas ou de criação de animais até as práticas ligadas às relações de troca e comércio. Em outras situações

241 PESOVENTO, A. Trabalho Indígena na Província de Mato Grosso (1870-1890). Dissertação de Mestrado do Departamento de História, UFMT, Cuiabá, MT, 2004, p. 53.

242 Idem, ibidem, p. 53.

243 Idem, ibidem, p. 38.

não mais exclusivas ao ambiente rural, direta ou indiretamente, a mão-de-obra indígena era recrutada para os serviços das embarcações fluviais, como marinheiros, e foguistas, dentre outras atividades que aís desempenhavam. Havia ainda os intérpretes, de grande importância para a intermediação com os índios²⁴⁴. De igual modo, alguns episódios registram que não foram poucos os índios retirados de suas aldeias e levados, quase sempre à força, para as cidade e vilas, e entregues a famílias que se dispusessem a ficar responsáveis pela “civilização” desses “selvagens”. Nessas ações violentas, as crianças eram bem recebidas porque, além de desenvolverem alguns serviços nessas residências, ainda tinham maior facilidade para aprender os “bons costumes”. Já as mulheres eram destinadas aos afazeres

domésticos²⁴⁵.

Nossa intenção, ao analisar a utilização do trabalho indígena em Mato Grosso é perceber o quanto as práticas de desterritorialização dos índios, que ocorreram não só no século XVIII como também ao longo de todo o século XIX, foram fundamentais para a expansão das atividades rurais na província. Nesses termos, vale lembrar que os grupos indígenas, foram obrigados a se reterritorializar das mais diversificadas formas, como ocorreu, inclusive, com os Borôro. De fato, marcada principalmente pela violência mútua, a relação com os Borôro começou a se transformar somente a partir de 1887, quando o alferes Antônio José Duarte passou a utilizar outros mecanismos para se relacionar com esses índios. De acordo com Steinen este alferes “alcançou finalmente a feliz modificação [...] Fez voltar com ricos pertences mulheres aprisionadas, e prometeu mais regalos, se os homens se aproximassem; e desse modo se obteve felizmente a conciliação”²⁴⁶.

Foram inúmeras as estratégias para controlar a vida indígena. Na capital, como afirma Steinen, os índios “mostraram grande contentamento pelas coisas de Cuiabá, onde foram tratados com excessivo carinho, sendo somente de notar que lhes deram bebidas alcoólicas, em lugar de guloseimas doces”.²⁴⁷

244 “Em troca desses serviços prestados os índios recebiam diversos brindes oferecido pela Diretoria Geral dos Índios, entre os produtos distribuídos podemos citar: foices, enxadas, machados, tesoura para costura, anzóis, camisas, calças, palitos (sic) de brim, lenços, espelhos, maços de miçangas de cores, espingardas, libras de pólvora, caixas de espoletas, chapéus, facas, rodas de arame, fuzis, guizos, peças de morim, (sic) de chita para vestidos, dúzias de grampo, caixa de agulhas, caldeirão pequeno entre outros”. PESOVENTO, A., op. cit., p. 55.

245 Idem, ibidem. “A essas mulheres e crianças era dada a função de asseio e limpeza de casa, preparação de alimentos. Desse modo elas iam sendo incorporadas às famílias. Interessante é notar que as mesmas só passaram a ser lindas quando “sujeitaram-se” aos propósitos que lhes destinavam. Antes, porém, eram ferozes comparadas

a animais pois que não poderiam ser tocadas.(...)As crianças remanescentes das bandeiras eram trazidas para a cidade. Muitos foram os mecanismos utilizados com o intuito de proporcionar-lhes uma educação em consonância com os interesses do projeto colonizador”. p. 61.

246 STEINEN. K. v. de, op. cit., p. 572.

247 Idem, ibidem, p. 576.

Através deste trecho de relato podemos vislumbrar que muito mais preocupados do que empreender uma vida “civilizada” aos índios, as autoridades locais buscavam principalmente, dominá-los a todo custo, mesmo que tivessem que lançar sobre seu cotidiano os “vícios” que tanto infringiam a moralidade e a “boa conduta” dos grupos proeminentes em Mato Grosso. E o alcoolismo foi a principal arma empregada para a submissão dos Borôro.

Nesse sentido, é possível perceber que foram diversas as estratégias governamentais ou não de dominação sobre os grupos indígenas em Mato Grosso no século XIX, mas nos deteremos em uma que teve uma dimensão maior sobre a área em estudo – as colônias. Levando isso em consideração, reiteramos que na região pantaneira, a necessidade de implantar aldeamentos se tornava significativo na medida em que se concentrava ali um número expressivo de grupos indígenas tidos como um dos mais “selvagens” da província: os Borôro.

Na intenção de “domesticá-los”, os militares, nas últimas décadas do século XIX, se encarregaram de estabelecer duas colônias – Cristina e Isabel -, que eram mantidas através do dinheiro da corporação militar. Os militares não tiveram êxito e as colônias foram submetidas à administração dos salesianos. Contudo, assim como os militares, a ordem religiosa fracassou na administração das colônias e delas se retirou. As missões salesianas tiveram, portanto, uma ação bastante limitada em relação aos Borôro, que não aceitavam transformações bruscas em sua maneira tradicional de estabelecer as relações sociais. Essa rejeição das atividades e normas estabelecidas pelas missões salesianas se deve em grande parte às práticas agrícolas que foram desenvolvidas, de maneira impositiva, sobre os índios Borôro.

Como consequência, a intervenção das missões salesianas acabou por provocar inúmeras alterações no cotidiano desse grupo indígena, atingindo diretamente a forma de perpetuarem suas atividades, de modo que seus valores, crenças e regras internas passaram por um grande processo de desconstrução.

Por ser a caça e a pesca suas principais atividades, este grupo indígena tinha como característica marcante o nomadismo realizando “correrias”²⁴⁸ para o seu desenvolvimento. A presença da agricultura no cotidiano dos Borôro significava rompimento com as lógicas inerentes ao seu modo de vida, a começar pela exigência de um lugar fixo, onde teria que permanecer o tempo todo anual, ou pelo menos uma boa parte dele, dispendendo certo cuidado para o processo de plantação e colheita da lavoura. As seqüelas da agricultura se estenderiam

248 Invasões das pequenas ou propriedades que encontrava-se na área em que realizavam as viagens anuais no Pantanal.

também para um rompimento na divisão de trabalho interno, atingido a hierarquia estabelecida pelos Borôro, que os dividia por meio de funções de importância e autoridade para o grupo.

Rondon, quando passou pelo Rio das Garças, no ano de 1890, e pelo Alto São Lourenço, entre 1900 a 1906, conseguiu, nas duas ocasiões, o apoio desses índios, graças a uma estratégia bastante engenhosa. Conhecedor da língua Borôro e da hierarquia social deste povo, e fazendo alianças com os seus principais líderes, entre eles o importante cacique chamado “Cadete”, Rondon conseguiu, segundo seu próprio depoimento, que os Borôro fizessem “a derrubada e limpeza da picada em troca de alimentação diária”, acrescentando que “para não romper-lhes bruscamente os seus hábitos, propus que só fosse aproveitado o número de índios de que efetivamente precisássemos”. Assim delegando tarefa ao cacique, este “designaria uma turma de trabalhadores [...]. Semelhante regime contribuiria para que eles não deixassem de ir às suas prediletas caçadas”²⁵⁰

Não obtiveram os mesmos sucessos as missões que se instalaram nessa região. Viertel salienta que,

Os Borôro dos Rios das Garças e do Alto São Lourenço haviam entrado, primeiro em contato com Rondon, em um regime de trabalho viável com os preceitos de sua própria organização sócio política: ordens dadas em sua língua, e transmitidas por seus próprios chefes, para atividades de derrubada e transporte (carregamento), que não interferiam nas formas tradicionais de obtenção de recursos nem com a organização das formas de autoridade. Com o estabelecimento das missões, houve reações por parte de facções de Borôro, principalmente aquelas que haviam se aliado a Rondon, comandadas pelo chefe Cadete, pois o regime de trabalho missionário, desprezando totalmente a organização tradicional retirava toda autoridade dos chefes tradicionais no tocante à realização ou não da guerra, à ocupação do território e à construção da aldeia. Além disso exigia atividades produtivas tradicionalmente femininas ao homem – o trabalho na roça – e atividades tradicionalmente masculinas

a mulher – a fiação e a tecelagem²⁵¹ .

O início do século XX, no entanto, é marcado pelo apaziguamento entre os colonizadores e os Borôro. Realmente, segundo Viertler,

249 Segundo Arthur Ramos “a vida econômica dos Borôro gira em torno da caça, da pesca, da coleta. Eles pertencem ao extenso ciclo primitivo dos povos coletores do planalto brasileiro. O seu nomadismo é atestado pelas antigas referências por eles feitas, quando devastaram outrora campos cultivados por colonos. A caça e a pesca são suas ocupações principais. Não conhecem a agricultura. Apenas, na estação chuvosa, plantam um pouco de tabaco, algodão e cabaças” RAMOS, A. Introdução e Antropologia brasileira. As culturas Indígenas.

V. II. Rio de Janeiro, 1943. Apesar de não concordamos com este autor que vê a organização destes índios como “primitivos” porque não se inserem nos moldes capitalistas, suas observações não perdem mesmo assim a validade.

250 VIVEIROS, E., Rondon conta sua história. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 130-131

251 VIERTLER, R. B., op. cit., p. 76

a partir de 1901-1902, os bororo do médio e alto rio São Lourenço, não investem mais contra os brancos, os primeiros retidos pelas colônias militares, os últimos tentando obter objetos e ferramentas dos brancos, seja pela prestação de serviços nas fazendas, seja por trocas. Já os Bororo do Rio das Garças, Rio das Mortes e rio Araguaia estavam definitivamente sob o controle dos salesianos²⁵² .

Entretanto, a relação dos Borôro com os colonizadores não ficou limitada a conflitos com fazendeiros, militares e salesianos. Também foram empregados como força de trabalho nas fazendas e se integraram socialmente com outros grupos que reterritorializaram o Pantanal. Realmente, de acordo ainda com Viertler,

[...] os Borôro passaram a trabalhar como mão-de-obra de baixa renda enquanto vaqueiros, braçais, [...], quando não eram obrigados a trabalhar em troca de roupas ou de comida, sem nenhuma garantia social [...] mantêm contato com mascates e pescadores que entram na área e comprar os peixes obtidos pelo Bororo²⁵³ .

Os índios que permaneceram nas colônias também desenvolveram atividades ligadas à pecuária em seus territórios. Rondon assinala que na confluência entre os rios São Lourenço em Cuiabá, em 1913, havia no posto indígena de Pingare 177 indígenas e 1200 cabeças de gado²⁵⁴ . A quantidade de 177 índios é irrisória se a compararmos com a sociedade Borôro como um todo. Sem dúvida a maioria dos índios que sobreviveram ao contato com os conquistadores, passou a compor outros ambientes por não se readaptarem as colônias. Os Borôro, após terem seu território invadido e conquistado, foram aos poucos fazendo parte de grupos sociais “subalternos” no meio rural. Compondo as paisagens, tornaram-se trabalhadores nos engenhos, nas usinas e nas fazendas²⁵⁵ , podendo também desenvolver atividades independentes, em grande parte não mais enquanto índios, mas como integrantes da sociedade mato-grossense, envolvidos em relações de trabalho e de parentesco.

Após esses comentários sobre os lugares praticados pelos índios Guaná e Borôro, gostaríamos agora de dar atenção aos Guató. Como ponto de referência, faremos uso das considerações desenvolvidas por Jorge Eremitas de Oliveira, em sua dissertação de mestrado, publicada em 1996, sob o Título: Guató: Argonautas do Pantanal²⁵⁶. De acordo com Oliveira “o habitat Guató, isto é, a área geográfica ocupada pelo grupo está limitado exclusivamente a região pantaneira”²⁵⁷. São significativos os aspectos peculiares dos Guató frente a outros grupos indígenas do Pantanal Norte, dos quais inclui a sua própria organização social de

252 VIERTLER, R. B., op. cit., p. 76.

253 Idem, ibidem, p. 124.

254 Idem, ibidem, p. 569.

255 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 123 e 124.

256 OLIVEIRA, J. E., GUATÓ: Argonautas do Pantanal. ADIPUCRS; Porto Alegre-RS. 1996.

257 Idem, ibidem, p. 49.

ocupação, pois estes não viviam em aldeias ou reunidos em bandos, grupos ou subgrupos, mas se constituíam enquanto famílias autônomas, das quais umas mantinham certa independência em relação as outras. Foi esse o fator que dificultou ao autor uma delimitação precisa da ocupação local desses índios em diferentes contextos²⁵⁸ .

Os documentos levantados por Oliveira, relativos aos séculos XVI, XVII e XVIII, apontam que os Guatós e outros grupos canoeiros poderiam ocupar sazonalmente o extenso território do alto curso do rio Paraguai e do São Lourenço (antigo Porrudos), “ao menos, os respectivos trechos situados entre os paralelos de 17° 30’ A 21° de latitude Sul e os meridianos de 57°00 a 58°30’ de longitude Oeste de Greenwich”²⁵⁹ .

No que se referem ao século XIX, informações detalhadas sobre esses índios aumentam, substancialmente, em virtude da disponibilidade documental que são mais amplas e diversas²⁶⁰, mostrando uma área mais restrita da espacialização dos Guatós, em relação aos séculos anteriores, compreendida entre os paralelos de 16°30’ a 19°00 de latitude Sul e os meridianos de 56°30’ a 58°00’ de longitude do Oeste de Greenwich.

Segundo Schmidt (1942), viajante trabalhado por Oliveira, os assentamentos dos Guatós se voltavam cada vez mais para o norte do Pantanal, na medida em que se tornaram conhecidos²⁶¹. No entanto, por se tratar de um grupo caracterizado pela sua mobilidade fluvial

“é possível supor que em fins do século XVIII os Guatós também tenham ocupado ocasionalmente a lagoa de Cáceres”²⁶². Dessa forma, o autor define que:

A área ocupada pelos Guató é caracterizada por uma grande diversidade fisiográfica e está incluída em partes dos Pantanaís do Paraguai, Paiaguás, Cáceres e Poconé. Nela se encontram, olhadas de maneiras simplificadas, as formações geológicas Complexo Rio Apa, Complexo Xingu, Grupo Corumbá, Grupo Jacadigo, Grupo Alto Paraguai, Intrusivas Ácidas e Depósitos Cenozóicos em Godói Filho (1986)²⁶³ .

²⁵⁸ OLIVEIRA, J. E., op. cit., p. 49.

²⁵⁹ Idem, ibidem, p. 59-60.

²⁶⁰ Relatos de viajantes, mensagens, falas, discursos e relatórios de presidente de província e do estado de Mato

Grosso, além dos registros da correspondência oficial da Diretoria Geral dos Índios

²⁶¹ Nesse caso há de se acrescentar o relato feito por Rondon, no começo do século XX, que ao passar pelo

extenso rio São Lourenço observa que muitos Guató haviam se fixado as margens deste rio, sendo possível

perceber esse fato pelo número de aterros ali presentes, mas que, no entanto, tiveram que se deslocar em

decorrência da enchente de 1905. Rondon também destaca as fazendas que ficavam entre os aldeamentos

provisórios dos índios, e a hostilidade destes últimos. RONDON, C. M. da S. -Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906: comissão linhas telegráficas do Estado de Mat-Grosso apresentado as autoridades do ministério da guerra. Departamento da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro-Brasil. Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Publicação nº 69-70, p. 160.
262 OLIVEIRA, J. E., idem, ibidem, p. 59.
263 Idem, ibidem, p. 69.

Procurando estudar os hábitos dos Guató, Oliveira identifica três tipos básicos de assentamento, todos localizados próximos aos cursos da água: “aterro” ou marrabóro, “beira do rio” ou modijécum e “beira da morraria” ou macaírapó. O primeiro e o mais importante para as famílias era ocupado principalmente no período da cheia. O segundo corresponde aos aterros e são ocupados anualmente na estação seca, pois podem permanecer inundados durante meses dependendo da intensidade da cheia. Já o terceiro são locais protegidos das inundações, muitas vezes confundidas com outra paisagem local, conhecida como morraria. Essas distintas ocupações anuais é que caracteriza a espacialização sazonal das famílias Guató²⁶⁴.

Nesse sentido, um ponto a se destacar é um mecanismo utilizado por estes grupos indígenas, que demonstra o quanto as suas ações modificavam a paisagem: os aterros. Os Guató, estrategicamente, retiravam as terras férteis dos territórios mais baixos para depositá-las em partes mais elevadas,

e dessa forma dar vida a pobre, infrutífera e velha camada. A fertilidade do solo dos aterros e sua posição favorável a proteção das cheias favoreceu o surgimento de uma densa vegetação, inclusive com grandes árvores, tornando-se refúgio e moradia de uma densa fauna.²⁶⁵

Esses espaços construídos pelos Guató tinham o intuito de funcionarem como “lugares de descanso”, isto é, assentamentos temporários, mas que posteriormente passaram a ser empregado também para o cultivo, e até mesmo como cemitérios. O mais interessante reside em seu processo de construção, já que para o aterro os Guató recorriam a um trabalho coletivo sob a orientação de um “chefe” (ou madjô?). Este se responsabilizava em reunir índios e coordenar a construção de um novo marrabóro todas as vezes em que algum jovem do grupo se casava e não dispunha de um aterro para morar.

De acordo com Oliveira, “os aterros eram construídos durante o período da seca, através do transporte, em cestos-cargueiros de sedimentos, conchas de gastrópodes aquáticos e de bivalves”. Cada aterro pertencia a uma família, mas eventualmente podia agregar duas ou três, em virtude dos laços de consangüinidade, embora seus membros pudessem ser numerosos já que os Guató eram polígamos. Este historiador ainda reitera que:

Por outro lado, caso o aterro não tivesse sendo ocupado durante um determinado período, devido a mobilidade sazonal das famílias, poderia ser momentaneamente ocupado por outras famílias, às vezes por uma única noite de descanso no decorrer de

264 OLIVEIRA, J. E., op. cit, p. 72-73.

265 Idem, ibidem, p. 82.

uma longa viagem. Dessa forma se denota a existência de uma continuidade das ocupações marrabóro.²⁶⁶

Quanto à estrutura de suas habitações elas também desempenhavam funções distintas de acordo com a estação anual. Nas cheias, quando a mobilidade dos Guató era maior, seus abrigos eram provisórios, basicamente com equipamentos de uso domésticos retirados do ambiente natural. Uso prático, esses ambientes possuíam pequenas dimensões, pois poderiam ser desfeitos e deslocados regularmente para outros lugares. De acordo com Oliveira cada um destes abrigos “constituí-se de dois esteios centrais fíncadas na terra e que sustentam um frechal improvisado por uma zinga”, cuja cobertura era feita por “um de junco e outra de palma de acuri”.²⁶⁷ Além desta, havia outro tipo de moradia, que tinha que ter uma durabilidade maior, pois eram ocupadas por semanas ou mesmo meses no período da seca. Estas habitações tinham uma planta baixa, retangular e toda aberta. Seu chão era batido e o teto do tipo “duas águas”, sempre sustentado por esteios centrais e periféricos, tinha uma cobertura de palha, feitas de palmas de acuri que chegavam próximo ao solo.

Os Guató tinham como uma de suas principais atividades a pesca, utilizando-se basicamente da canoa, do arco e da flecha. Homens e mulheres realizavam esta prática cabendo a mulher permanecer sentada, remando na popa da canoa, para que o homem ficasse em pé, na proa à espreita das presas. Na caça a mulher também podia acompanhar seu companheiro e para essas ocasiões se apetrechava de arcos, flechas, armadilhas, bodoque e zagaia, e como meio de transporte também faziam uso da canoa. Entre os animais visados na caça, destacavam-se as onças, símbolo de prestígio e status para seu caçador, fazendo “parte também de uma espécie de rito de passagem dos jovens adolescentes para a etapa adulta, pois cada onça caçada poderia dar direito a uma esposa.”²⁶⁸ .

Entre os Guató, se a caça e a pesca podia ser desenvolvida por homens e mulheres conjuntamente o mesmo não aconteciam em relação a comida, pois a cozinha se constituía enquanto um lugar praticado exclusivamente pelo sexo masculino, cabendo a estes a obrigação de preparar a alimentação da família e servir a seus membros.

Sobre suas plantações Oliveira destaca o cultivo de milho, mandioca, abóbora e banana, lembrando que no final do século XIX, introduzem também a cana-de-açúcar. Quanto às espécies de vegetais que faziam parte da suas dietas, são mencionados: bocaiúvas,

266 OLIVEIRA, J. E., op. cit., p. 86-87.

267 Idem, ibidem, p. 92.

268 Idem, Ibidem, p. 92.

bacupari, carandá, figueira, goiabinha, laranjinha, jenipapo, maracujá, tarumã, tucum, jatobá, água-pomba, caraguatá e veludinho.²⁶⁹

Embora a contribuição de Oliveira seja inquestionável para a compreensão dos Guató, algumas considerações devem ser feitas, já que para o autor este grupo indígena pantaneiro tinha uma economia de subsistência, cabendo a cada família obter os recursos necessários para a sua sobrevivência. Contudo, o caráter de auto-sustentabilidade defendida por este historiador se apresenta como um paradoxo em sua pesquisa. Utilizando-se de informantes Guató, ou seus descendentes, Oliveira, ao discorrer sobre a história de vida de seus entrevistados, todos idosos, deixa transparecer que houve um processo de dispersão e miscigenação destes índios no Pantanal. Os informantes relataram a ocupação dos Guató na “época das usinas” na beira do rio, em frente às grandes propriedades, quando não nestes instalações, servindo como trabalhador braçal. Destacaram que muito desses índios teriam se casado com ex-escravos, trabalhadores rurais variados resultando em fixações permanentes, passando a constituírem moradores autônomos ou inseridos no trabalho compulsório²⁷⁰ .

Nesse sentido, entendemos que o contato estabelecido como o universo externo levou os Guató a desenvolverem relações sociais como grupos não indígenas, contrariando a tese de auto-sustentabilidade. Esta constatação procede dos indícios deixados pelos relatos de viagem os quais apontam que estes índios realizavam transações comerciais com os grandes proprietários rurais e viajantes, por exemplo, através da venda de peles e penas de animais capturados²⁷¹ . A mesma tipologia documental nos leva a supor que os Guató prestavam serviços temporários nas grandes e medias propriedades pantaneiras, inserindo-se, posteriormente, no universo dos trabalhadores locais, isto é, transformavam-se em camaradas, agregados e “ribeirinhos”.

Enfim, a formação e reprodução da ruralidade apontam para o fato de que os espaços que compunham o ambiente pantaneiro eram variados. É que, longe de serem assimilados como um território “vazio” ou “isolado”, esses espaços passavam por processos de construção e reconstrução, cuja formação e reprodução das espacialidades estavam articuladas com as modificações desenvolvidas regionalmente e mundialmente, mas que foram reestruturadas de acordo com as especificidades locais.

269 OLIVEIRA, J. E., op. cit., p. 92

270 Idem, Ibidem, p. 42-46.

271 BOSSI, B., op. cit., p. 48.

Grupos sociais dos ambientes rurais pantaneiros

As camadas “subalternas” do meio rural, que os índios ajudaram a compor, eram também constituídas por negros e mestiços. Estes trabalhadores do campo, Corrêa Filho denomina de “plebe rural”²⁷². Embora tenha as fazendas como objeto de estudo, esse autor informa que aí se desenvolvia a “plebe rural”, auscultando, nas entrelinhas de suas observações, pistas que apontem para a composição deste grupo social.

[...] se desenvolve o trabalho coletivo, indispensáveis as operações de maior escala e o aparecimento da classe de inferior nível social, constituída pelos agregados, camaradas e os que não se alistam em nenhum destes grupos, embora vivam desprovidos de haveres, como os ribeirinhos modestos. Incluem-se os primeiros no rol de pretendentes a morar em gleba pertencente a outrem, cujos favores são retribuídos periodicamente por meio de trabalho. Em geral, o proprietário de terras, que lhe sobejam, consente na ocupação de pequeno lote a quem solicitar, mediante condições variáveis de um para outro estabelecimento. Terá ou não direito a criar algumas cabeças de gado, abrir roças, até certos limites, mas quase sempre será obrigado a atender aos avisos para auxiliar os trabalhos principais de senhorio²⁷³

Os agregados, vivendo com suas famílias, eram também aqueles que possuíam uma relação de maior proximidade com o fazendeiro, com acesso contínuo à sua residência e liberdade para desenvolver algumas atividades autônomas, como a agricultura e a criação de animais, garantindo, desse modo, a continuidade de sua reprodução social nas fazendas.

²⁷² O termo “Plebe rural” não é incorporado por este trabalho por acreditarmos que é inadequada, sendo referendada apenas como uma forma de localizar o leitor sobre o autor que está sendo citado.
CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 123. Ressaltamos aqui, um grupo rural que não devemos esquecer já que o período que estamos analisando conta também com a sua presença: os escravos, que não são referenciados por Corrêa Filho que constrói seu “panorama” com base nas primeiras décadas do século XX. Estes trabalhadores pobres se distinguem consideravelmente dos demais, pois não se enquadravam como livres. Sabemos, porém, que algumas relações lhes propiciavam certa autonomia, por meio de uma pequena vantagem usufruída pelos

escravos de campo em Mato Grosso, mais especificamente entre as redondezas de Cuiabá; na denominada “brecha camponesa”, muito bem destacada por Volpato, e que teve um “papel fundamental no processo de contenção dos escravos”. Segunda esta autora, os proprietários de escravos ao propiciarem a estes a possibilidade de desenvolver uma pequena roça, ofereciam aos mesmos a oportunidade de realizarem “uma atividade lucrativa, que lhe ensejasse algum lucro e o acúmulo de um pecúlio que, por pequeno que fosse, era-lhes de grande importância. Essa pequena quantia poderia ser utilizada das mais diversas formas: servia para complementar a dieta alimentar com a compra de alguma guloseima, ou melhorar a maneira de se vestir, como aquisição de alguma parelha de roupa. Após a provisão da Lei do Ventre tornou-se possível a acumulação de um pecúlio, visando a compra da liberdade”. VOLPATO, L., op.cit., p. 143. Geralmente os escravos criavam pequenos animais como porcos e as galinhas, o que não exclui a possibilidade de criarem gado. A denominada “brecha camponesa” realizada no Pantanal Norte pode ser vislumbrada por meio de um processo crime que nos revela a utilização desta relação entre senhor/escravo, nas proximidades das regiões em estudo, já que Florência Maria de Oliveira moradora do Aricá, lavradora, queixou-se contra Agostinho Pereira Guimarães e José Guarim Fernandes responsáveis pela agressão física feito sobre seu escravo de nome Balbino. De acordo com a suplicante, teria Balbino arrendado uma pequena faixa de terra a Agostinho, que ao ser cobrado reagiu de forma violenta contra o escravo. O que mais nos importa neste documento é que a terra que o escravo Balbino arrendou era uma área cedida pela sua dona, na intenção de que este ali desenvolvesse qualquer atividade que lhe provesse. APMT, Tribunal de Relações, Caixa 17, ano de 1879, Juízo de Direito da Comarca de Cuiabá, Cx atual nº17, Doc. nº 154. 273CORRÊA FILHO, V., idem, ibidem, p. 122.

Assim, de acordo com um pequeno trecho das observações de Corrêa Filho, o os empregados denominados de “mais graduados” referia-se a esses trabalhadores: os agregados.

Nesta altura, convém tecermos breves comentários sobre este grupo de trabalhadores rurais, mas especificamente a questão de suas atividades. A proximidade que se estabelecia entre agregados e patrão era marcada de comportamentos e códigos significativos para uma ordem desenvolvida nas propriedades no corrente do dia, consolidando uma relação de ajuda mútua, e concomitantemente assimétrica. Estas relações de confiança não devem ser observadas sem a articulação com um funcionamento lógico -a fidelidade-que orientava as atividades e as relações estabelecidas entre ambos – o dono da propriedade e o agregado -em que cada um no limite de suas forças buscavam tirar vantagens sobre o outro, pois como bem afirma Anzai²⁷⁴ ao se referir aos empregados rurais livres de Goiás:

Este rígido sistema de dependência pessoal carregava as relações entre trabalhador e proprietário de elementos extra econômicos: dos agregados, conforme já vistos, exigia-se não apenas o trabalho mas também, e talvez principalmente, demonstração de lealdade para com o patrão; a este por sua vez, cabia avaliar, formalmente diante da sociedade, a honradez e correção de princípios de seu agregado, este aval é que abria espaços para ao trabalhador uma série de atividades sociais.²⁷⁵

Os donos das grandes propriedades mediam sua confiança junto a seus empregados de acordo com os benefícios que cada trabalhador e sua família poderiam lhes proporcionar. A complexidade desta relação reside justamente nesse sistema de agregação, que de acordo com Anzai: “existia provavelmente em função da não existência da acumulação de capital, que não fazendo da terra uma mercadoria, permitia que a mesma fosse cedida sem maiores problemas, devido principalmente a sua abundância e os baixos impostos cobrados pelos fazendeiros”²⁷⁶ .

Ser agregado, contudo, significava ser um trabalhador que tinha pelo menos a segurança de perpetuar suas atividades rurais, não correndo o risco da indefinição tão característica de outros moradores locais, como era o caso dos camaradas. De fato como salienta Corrêa Filho:

Fora dos compromissos periódicos, vivem em relativa independência, ao contrário dos camaradas, a quem cabe um quinhão maior nos campeios e demais diligências, que se intensificam nas estiagens até o começo da época das águas²⁷⁷ .

Já em relação aos camaradas, as informações não são tão detalhadas. João Antonio Botelho Lucídio (1991), ao analisar a contribuição de Virgílio Corrêa Filho (1946), em Nos

274 ANZAI, L. C., Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930). Dissertação de Mestrado, Goiânia, GO: UFGO, 1885.

275 Idem, ibidem, p. 25.

276 Idem, ibidem, p. 44.

277 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 122.

Confins do Império um Deserto de Homens Povoados por Bois: a ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870, aponta que

A descrição sobre os camaradas é menos minuciosa, entretanto, a abordagem assume uma perspectiva de resgate histórico da sua existência na formação social mato-grossense. Em linhas gerais, pode-se dizer que o camarada foi o elemento que, junto com os escravos, formavam a mão-de-obra básica nos primeiros tempos de abertura das fazendas e usinas. À medida que os segundos foram diminuindo em quantidade esses foram paulatinamente ocupando seu lugar como força de trabalho.²⁷⁸

Ainda sobre os camaradas, Corrêa Filho afirma que

Empregam-se de acordo com as normas vigentes, mediante remuneração ajustada. Na região sulina já os nomeiam de peão, por influência forasteira. Quando se iniciou a pecuária pantaneira, ser-lhe-ia diminuto o número, em confronto com a dos escravos, que então constituíam a maioria dos trabalhadores rurais. À medida, porém, que os segundos se reduziam, beneficiados pelas alforrias, aumentava aqueles em proporção.²⁷⁹

Enfim, os camaradas podem ser caracterizados como os trabalhadores que com a “extinção” da escravidão compunham um dos grupos sociais mais desfavorecidos nas relações de trabalho no campo, ocupando um lugar muito próximo ao do trabalho compulsório.

Algumas vezes denominados também de “peões”, este grupo de trabalhadores rurais realizava trabalhos temporários nas fazendas, usinas e engenhos e estabeleciam uma relação diferenciada da que era conferida aos agregados, tendo em vista que era reduzido o compromisso com os laços de fidelidade com o seu patrão. Aliás, a própria qualificação de “peão” nos possibilita perceber certa dimensão da relação destes com as fazendas, que empregava uma mão-de-obra, sobretudo para a lida com o gado.

No que toca às atividades realizadas pelos camaradas nas grandes propriedades, nos engenhos e, especialmente, nas usinas, podemos traçar maiores comentários, tendo em vista que representavam um número considerável dentre todos os trabalhadores rurais empregados nessas propriedades, sobretudo, nos períodos de safra. De acordo com Virgílio Corrêa Filho,

[...] os trabalhadores, agora chamados de “camaradas”, apesar de assalariados, deixavam quase tudo que recebiam na usina, pois eram obrigados a fazer compras nos armazéns que ali existiam. Neles eram comercializadas roupas, calçados, tecidos, fumo, fósforo, utensílios de uso pessoal e até cachaça²⁸⁰ .

278 LUCIDIO, J A. B., “Nos Confins do Império: Um Deserto de Homens Povoado por Bois”. In: A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830 a 1870. Niterói: Universidade Federal de Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1991. p. 62.

279 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 122-123.

280 SIQUEIRA, E. M., op. cit., p. 68.

Muitas vezes, em virtude de dívidas que contraíram com despesas de moradia e alimentação, esses trabalhadores tinham seus nomes anotados em cadernetas, que indicavam seus débitos para com o proprietário, tornando-os irremediavelmente cativos de seus patrões. Nomes estes que, muito mais do que simples registros, apontavam o grau de controle exercido pelos senhores de engenho e usineiros.

Os donos das usinas e engenhos utilizavam-se dessas estratégias como uma forma de domínio sobre as atividades diárias de seus trabalhadores e suas famílias. Como bem salienta Siqueira, “como os salários eram baixos, os camaradas estavam sempre devendo ao usineiro” e ainda afirma que “presos economicamente à usina estavam presos também seus corpos, pois mesmo que desejassem abandonar o emprego, não poderiam fazê-lo livremente, pois deviam ao usineiro”²⁸¹. Mesmo com a abolição da escravatura (1888), os trabalhadores das usinas de açúcar de Mato Grosso, em sua grande parte, continuaram a se submeter a relações de trabalho muito próximas às do regime escravista²⁸², ainda que não possuíssem, evidentemente, o mesmo valor de mercadoria aplicado aos escravos.

Sobre o ambiente pantaneiro, nota-se também que os grupos rurais que o compunham só podem ser explicados através das relações sociais que interligavam os diferentes grupos e paisagens rurais. Porém, essas trocas de experiências, ao se materializarem, deixavam suas marcas nos ambientes que ajudavam a compor.

As definições elaboradas por Corrêa Filho nos permitem compreender isto, na medida em que para caracterizar cada grupo social o autor os compara e, ao mesmo tempo, mostra a ligação que uns tinham com os outros através de suas atividades cotidianas. A materialização dessas convivências não ficava restrita às atividades e espaços rurais; elas as transcendiam e se mostravam muito mais complexas. Nesta medida, para entendermos os grupos e o ambiente da área alagável, que emergiram entre os anos de 1870 a 1930, temos que nos reportar também à ligação de seus moradores com o seu meio natural.

Nas grandes propriedades, o fluxo aquático apresentava-se como um aspecto significativo para a composição dos inúmeros espaços ali presentes, dentre os quais o pasto. A própria criação do gado já nos dá a dimensão disso, introduzida no Pantanal desde século

281 SIQUEIRA, E. M., op. cit., p. 68.

282 Anzai nos chama a atenção para o fato de que na região de Goiás os agregados também era uma mão-de-obra que supria consideravelmente a mão-de-obra escrava. Segunda a autora: “Enquanto perdurou a escravidão, os fazendeiros de Goiás deixaram de utilizar o trabalho escravo apenas em situações que colocassem em risco o seu patrimônio, em tais ocasiões, utilizava-se do trabalho do agregado, ou seja, pessoas que recebiam o lote de terras das fazendas em troca da prestação de serviços por um prazo estipulado”. ANZAI, L. C., op. cit., p. 22.

XVIII, ajudava a compor a paisagem da região. Corrêa Filho nos traz algumas informações acerca da criação de gado:

A seleção natural estadeu-se, portanto, em toda sua amplitude, formando uma variedade bovina pantaneira, de extraordinária resistência às intempéries e aos insetos, em cujas veias estúa o sangue das primitivas raças introduzidas no Brasil e caldeadas no cadinho inigualável dos pantanais.²⁸³

Assim, o boi se adaptou ao território alagável. Mas o contrário também aconteceu, tendo em vista que o Pantanal foi sendo lentamente modificado, de inúmeras maneiras, pela ação deste animal²⁸⁴. As reses, contadas às dezenas, centenas e, em alguns casos, aos milhares de cabeças, migravam nos períodos de cheia para as áreas mais altas, retornando para os locais baixo somente no período da vazante, quando as chuvas cessavam e os campos, até então submersos, reapareciam. Anualmente, era assim que se dava a lida com o gado diante o vai-e-vem das águas²⁸⁵. Ao longo dessas migrações, os bois abriam caminhos, adentravam a mata e faziam trilhas para as suas passagens, que posteriormente acabavam servindo de estradas para os moradores e visitantes da região. Outras atividades também eram associadas à criação de gado, como a própria queimada. De acordo com Salsa, assim se desenvolvia:

[...] após os meses de vazante, recomeça a crescer o volume das águas, restaurando os "estragos" provocados pelas queimadas que, de modo costumeiro e tradicional, os criadores pantaneiros fazem para renovação dos pastos naturais. Por essa razão, poder-se-ia dizer que o Pantanal, como um todo, possui essa capacidade restauradora, que minimiza e equilibra as transformações ocorridas pela ação da própria natureza ou do homem pantaneiro, que para sobreviver adaptou-se ao manejo dos recursos dessa peculiar região, ao longo dos tempos²⁸⁶.

Nesse contexto, a criação bovina nessas fazendas pantaneiras, acabaria articulando outras atividades, como as queimadas feitas em determinadas épocas do ano (na seca), e a migração do gado nos ciclos de cheia. Estas práticas rurais estavam diretamente ligadas à

fisionomia singular da região e, portanto, à relação estreita de seus moradores com o seu

283 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 197./ “Os restantes dos cuidados se referiam a natureza, que entrou em atuar

de maneira acentuada, promovendo a formação da variedade pantaneira, de couro grosso, resistente às

intempéries e afeita á luta contra as águas, em que vive grande parte do ano”. CORRÊA

FILHO, V., A propósito

do boi pantaneiro. op. cit., p. 26.

284 “O gado, porém, à procura de água e pastagem, experimentava cautelosamente, passo a passo, em suas

contínuas avançadas, a consistência do terreno, que aos poucos se consolidou pela espremedura a que

submeteram milhares de cascos. E na atualidade, cursos d’água, de que não podiam

aproximar-se os viajantes,

[...], já permitam a travessia em condições favoráveis, iniciada pelos bovinos. As suas patas incumbiram-se de

transformar a lama em camada coesa, que suporta pesos, outrora incompatíveis, por demasiados, com a

minguada resistência. E assim transforma-se progressivamente, o Pantanal”. Idem, ibidem, p. 10-11.

285 CORRÊA FILHO, V., “A propósito do Boi Pantananeiro”. In: Monografias Cuiabanas.

IHGMT, Publicações

Avulsas, 2002, p. 338.

286 CORRÊA, L. S., A fronteira na história regional: o sul de mato grosso (1870-1920). Tese de doutorado. São

Paulo, USFFLCH, 1997, p. 25.

ambiente natural: ou seja, os trabalhadores pantaneiros buscavam o ajustamento de suas atividades diárias junto a uma fisionomia local, sendo que o inverso também ocorria, pois como acabamos de perceber a paisagem era transformada pela ação do homem.

Se nas grandes propriedades o ciclo aquático anual tinha implicações, o mesmo acontecia nas médias e pequenas propriedades, já que as moradias à beira dos rios normalmente estavam localizadas nos lugares mais altos. Para que esta questão referente aos “ribeirinhos” fique mais bem posta, vejamos um pouco da composição dos meios rurais e suas atividades diárias, tal como a apreendeu o viajante Bartolomé Bossi, ao observar que,

[...] adiante e sobre ambas as costas vão se ia encontrando habitações com seus pequenos cultivos. Prepondera nesses plantios a cana de açúcar, a mandioca, a banana, e a laranja –Com o vapor vão tomando lenha a certa distancia desde da saída de Corumbá, tem ocasião o viajante de trabalhar a terra três vezes ao dia e visitar essas pequenas populações que nada oferecem de particular-O terreno em ambas as costas são muito férteis²⁸⁷ .

A descrição dessa pequena propriedade oferece “ferramentas” para percebermos as atividades ali realizadas, pois nessa área “prepondera nesses plantios a cana de açúcar, a mandioca, a banana, e a laranja”. Isto quer dizer que podemos ter uma pequena noção de que próximo a essas habitações locais eram cultivados alimentos agrícolas que poderiam ser consumidos ou produzir derivados, como doces e farinhas. A divisão espacial, as atividades locais e as possíveis relações de trocas ou de comércio, são aqui referenciadas.

O diferencial maior deste documento está justamente no fato de assinalar que os grupos rurais que moravam nas pequenas propriedades não se enquadravam entre os trabalhadores empregados na fazenda. Assim, além dos agregados e camaradas, o meio agrário pantaneiro ainda era formado por pequenos agricultores autônomos. Esse grupo rural é denominado por Corrêa Filho como “ribeirinhos modestos”, caracterizado pela independência em relação aos latifúndios e pela pequena produção, mesmo que desenvolvessem trabalhos temporários nas fazendas. Segundo Lucídio,

Uma vez donos de uma pequena área de terra e não devedor, ao menos formalmente, de obrigações materiais diretas para com os fazendeiros e usineiros eles poderiam organizar seus meios de produção e reprodução da vida material da maneira que melhorar lhes aprouvesse ou fosse possível²⁸⁸ .

Sobre suas habitações não havia muita variação, sendo identificadas, de forma geral, por se constituírem em construções de pau-a-pique, cobertas com palha e de chão batido. Além da agricultura, da criação de animais, da caça e da pesca, os pequenos proprietários .

287 BOSSI, B., op. cit., p. 51.

288 LUCÍDIO, J. A. B., op. cit., p. 63.

homens e mulheres .

que se territorializaram à beira dos rios também produziam derivados, como a farinha de mandioca, a farinha de milho, biscoitos, rapaduras e toucinhos, dentre outros. Estes produtos eram consumidos pelos agricultores e também vendidos a comerciantes. Estas práticas comerciais de forma alguma podem ser vistas como “escambo”, uma vez que não eram trocadas somente mercadorias entre si, pois também eram comercializadas em dinheiro.

Por tratarmos de moradores que tinham um contato direto com a água, não poderíamos deixar de mencionar a pesca. Esta atividade é descrita da seguinte maneira, no relatório do presidente da província, Francisco José Cardoso Junior, em 1872:

Esses homens, que residem na beira do rio, pescam e quando por ventura o resultado é abundante, expõem o que resta a venda no mercado mais próximo. A pescaria é feita em pequenas canoas. Não consta que jamais houvessem embarcações maiores empregadas em tal serviço.²⁸⁹

Citar este pequeno trecho de documento se torna pertinente, na medida em que nos viabiliza compreender a pesca desenvolvida em Mato Grosso. O primeiro ponto revelado sobre esta atividade era o simples fato de que sua realização se fazia em pequenas canoas. O segundo ponto refere-se a sua comercialização, arrolada “no mercado mais próximo”, quando havia um número expressivo de excedentes de peixes. Esta informação adquire outra dimensão se levarmos em consideração que estas negociações nas cidades, mais especificamente na capital de Mato Grosso, estavam muito mais alheias a uma padronização imposta pelos setores legais. Oswaldo Machado Filho, analisando um pouco o exercício da lei e do controle sobre o preço dos produtos comercializados em Cuiabá afirma que:

Como o controle de preços dos produtos era feito através de sua forma direta no mercado municipal, ocasião em que os impostos sobre o gênero deveriam ser pagos, as autoridades acabavam sendo extremamente rigorosas, principalmente em tempo de guerra, com os que desrespeitavam essa regra reguladora, punindo até os pescadores ribeirinhos, impondo, como também estava estipulado, que os produtos assim apreendidos também destinassem à Santa Casa da Misericórdia, até como uma forma de minorar as dificuldades pelas quais passava aquela instituição de caridade.²⁹⁰

A pesca, neste caso, tinha um valor de mercadoria e, conseqüentemente, assumia um caráter de circulação e acúmulo de capital mais evidente do que no Pantanal Norte. Entre os “ribeirinhos” pantaneiros, o peixe e demais produtos alimentícios e caseiros, quando não eram

289 Relatório apresentado em Assembléia Legislativa da província em 1872, no dia 4 de outubro de 1872, pelo

presidente da mesma Província o Exm. Srº Dr. Francisco José Cardoso Junior.

290 MACHADO FILHO, Op. cit. p. 30.

negociados nas residências, ou nas imediações destas²⁹¹, eram enviados para as grandes propriedades (que intermediavam o comércio destes produtos com as embarcações). Já em Cuiabá o peixe, a carne e outros gêneros alimentícios tinham um lugar específico para a sua comercialização – o Mercado do Porto²⁹². O controle deste comércio tinha regras bem claras, estabelecidas nas “Posturas Municipais”:

Todos os gêneros que entrarem para o consumo na cidade e povoações serão conduzidos ao mercado e lugar designados, onde serão expostos a venda no espaço de vinte e quatro horas e só depois serão vendidos por atacados. Os infratores serão punidos com a multa de vinte mil réis cada um ou oito dias de prisão²⁹³

Não poderíamos deixar de fazer algumas observações a respeito dessa lei promulgada na capital de Mato Grosso, pois muito mais do que uma forma de controle e ordenamento das atividades e espaços populares de um ambiente urbano, esta lei agregava principalmente outros significados. Se no primeiro capítulo, vimos que as preocupações ambientais visavam desestruturar as formas de vivência e saberes tradicionais dos “ribeirinhos”, neste caso o artifício utilizado é outro bem distinto em que uma lei era instaurada baseada em lógicas costumeiras²⁹⁴.

Atravessadores e intermediários não tinham prioridades na compra dos produtos alimentícios no Mercado do Porto, em Cuiabá, porque não estavam inseridos em uma regra tradicional, que era justamente a de que os consumidores locais, mais antigos e que freqüentavam costumeiramente o mercado tinham que continuar a ter a preferência na escolha dos melhores produtos, na intenção de pagarem por preços mais justos. Pois assim que os

²⁹¹ Vejamos a seguir o relato de um viajante que descreve, por exemplo, a venda animais domésticos em sua própria residência. “Uma manhã chegamos num rancho localizado num istmo de terra que estende rio adentro, onde observamos algumas galinhas; o dono, um bom humorado velhinho, com um chapéu de palha e calças de

linho, nos vendeu algumas galinhas por poucos dólares. As lanchas têm lugares certos e regulares onde param para se abastecer de lenha e comprar galinhas. No mesmo dia paramos à noite num rancho semelhante daquele já mencionado, e vimos um brasileiro gêmeo daquele de manhã. Um dos passageiros lhe perguntou se ele tinha galinhas para vender, e ele replicou “não, está manhã vocês levaram todas as que eu tinha”. Era o mesmo velhinho e o mesmo rancho; só que desta vez ele saiu pelos fundos em vez da frente. Viajamos não sei quantas milhas pelas curvas do rio, e o capitão chegou a recolher um novo estoque de lenha; estávamos somente 50 metros, por terra, do lugar por onde passamos pela manhã”. 291 MULHALL, M. G., op. cit., p. 40.

292 SILVA, V. C., op. cit., p. 22.

293 Postura Municipal de Cuiabá: Decreto nº577. Data: 30/11/1880. Cap. 12-Documento Mercado Público. Artigo 47.

294 Uma reflexão maior sobre esse assunto, criação de leis e o conflito com os direitos tradicionais e não oficiais, foram muito trabalhados por Thompson, que destacou o caráter paternalista da sociedade inglesa no século XVIII, e suas transformações perante o capitalismo mais maduro. Muitas feiras realizadas nas cidades inglesas, em dias específico da semana, sofreram o impacto de um setor novo que entrava em ação, os atravessadores e intermediários desestruturando toda uma ordem econômica em seu pleno funcionamento perante os preço que estabeleciam sobre os produtos por eles vendidos. O que Thompson ressalta que o conflito emergido nesse contexto era em decorrência dos direitos reclamados enquanto direitos inerentes dos consumidores locais. Para saber mais ler “A economia moral na multidão inglesa no século XVIII”. In: “Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”. THOMPSON, E. P. São Paulo: Companhia das Letras , 1998.p.150-202.

atravessadores e intermediários comprassem estes alimentos em grandes proporções os colocariam um preço adicional para renderem lucros.

Sendo assim, a diversidade dos ambientes rurais .

engenhos de açúcar, sítios,

fazendas, usinas, roças, aldeamentos indígenas _, assim como a implicação das práticas na formação e composição dessas paisagens no Pantanal Norte .

a criação de animais, as

plantações agrícolas, as hortas, o comércio nos armazéns e portos fluviais, as residências, os celeiros, as engenhocas, as destilarias, as casas de arreios, os chiqueiros, galinheiros, estábulos e os currais, dentre outros _, eram ambientes que se espacializavam ao longo dos percursos fluviais e caminhos terrestres, descritos pelos viajantes que vislumbraram essa diversidade de espaços e de práticas locais.

A paisagem se apresentava de duas maneiras nos relatos dos viajantes: uma composta pela diversidade e exuberância de plantas e animais que ocupavam grande parte de suas anotações; a outra, menos nítida -apresentada de forma bastante implícita e fragmentada -, eram as espacialidades rurais. A variedade desses ambientes rurais pode ser aí identificada tanto nas margens dos rios quanto nos territórios mais afastados da paisagem aquática. Também nesses territórios a paisagem se mostrava ocupada por atividades agrícolas, já que “plantações de fumo e cana se espalham por ambas as margens”, até chegarem “a Santo Antonio”. A presença de laranjais é notada e outras referências sobre a reprodução rural são apontadas, como a criação de porcos e galinhas, além da forte presença do peixe na culinária de seus moradores, o que indica que entre eles a pesca era praticada²⁹⁵ . Nesse sentido podemos observar que é neste universo pantaneiro que os “ribeirinhos” inseriam-se compondo e modificando a paisagem, suas relações sociais e lógicas locais.

Para compreendermos isto, nos dois próximos capítulos no deteremos em discutir e analisar o ambiente agrário dos “ribeirinhos” -suas espacializações, seus valores e signos, suas atividades diárias, suas denominações internas, suas produtividades rurais, seus momentos de lazeres, dentre outros aspectos. Com isto, sairemos um pouco das relações estabelecidas entre estes trabalhadores da beira dos rios com os demais grupos rurais, para aprofundarmos especificamente em suas formas de viver e saberes locais.

295 MULHALL, M. G., op. cit., p. 41.

3º capítulo

Impressões sobre o espaço: moradias, vida material e códigos locais

Apesar dos esforços de vários autores para a revisão das análises a respeito dos espaços rurais, muitas pesquisas sobre os ambientes agrários ainda insistem na reprodução de uma visão idílica, infelizmente solidificada tanto na historiografia quanto nas ciências sociais. Nesses estudos, as comunidades rurais são entendidas como mantenedoras de um equilíbrio que permeava a relação entre seus moradores com o ambiente natural e que, isoladas dos processos históricos mais amplos, apenas reagiam passivamente às condições externas, que impunham transformações em seu modo de vida.

Tentando romper com essas concepções, outras posições têm ganhado espaço perante as reflexões de estudos culturais, sociais, econômicos e políticos, influenciando cada vez mais as análises historiográficas que buscam contribuir para novas apreensões e formas de estudar os ambientes rurais.

O que pode ser notado, ao tratarmos da relação dos grupos sociais com a natureza, é que reside aí a preponderância de uma inquestionável complexidade, que muitas vezes escapa ao pesquisador. Essa complexidade se assenta, justamente, em um fator que não é tão simples quanto parece ser: a necessidade de se identificar no estudo de uma sociedade, os grupos sociais que a compõem em seu espaço e tempo e a relação que estabelece com o ambiente que está à sua volta. Isto porque, essa relação muda no decorrer dos anos, dependendo do ambiente físico em que se encontra e dos valores proeminentes na sociedade e entre os segmentos rurais ali presentes.

Entre os vários autores consagrados podemos citar Godelier que, ao discutir a relação entre grupos sociais e o seu meio, ainda acrescenta:

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de “território” que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou a parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar²⁹⁶.

No trecho supracitado, o autor enfatiza a importância do conceito de “território” para a compreensão das relações estabelecidas entre populações tradicionais e a natureza. Nesse sentido, sobre o “território” são inscritas ações e relações sociais. Ambiente em que grupos convivem, trocam experiências, moram e dividem espaços uns com outros, o “território” é

296 GODELIER, M. “Propriedade”. In: Enciclopédia Einaudi. Torino: EINAUDI, 1986. p. 367.

uma natureza praticada. Isto é, Godelier consegue articular o conceito de “natureza” com a de “território”, de tal modo que uma não se encontra dissociado da outra. Nesse ponto, é interessante perceber que a natureza serve como uma espécie de vetor das relações sociais entre os indivíduos. A natureza se torna significativa para a sociedade, e principalmente para os grupos rurais que dela fazem parte, porque o que se procura acima de tudo é sua utilização, gerando competição, conflitos, lutas entre diferentes segmentos que têm algum interesse sobre ela.

Os grupos sociais, rurais ou não, estão o tempo todo construindo um conjunto de mecanismos, que possam garantir o controle e o acesso sobre a terra e seus recursos naturais. Nesse sentido, a concorrência travada entre os segmentos que tem algum interesse sobre um território, ou parte dele, se reduz em ações que visam inúmeras possibilidades, em maior ou menor grau, de exploração ambiental, ou seja, de posse sobre os recursos naturais.

O conceito de “território” de Godelier nos permite vislumbrar não apenas as relações de poder entre os grupos sociais, mas também refletir sobre o quanto esta natureza tão disputada pode ser marcada pelas atividades cotidianas dos seus integrantes. O autor nos fornece subsídios para que possamos romper com a concepção ingênua de que há uma ligação “harmoniosa” do ambiente natural com seus moradores, ao mesmo tempo em que torna viável acrescentar que estes modificam a paisagem, ao “especializarem” suas práticas sociais.

No entanto, gostaríamos de enfatizar que, no que diz respeito à natureza, não pretendemos reproduzir a percepção de que ela seja imóvel e inerte diante das práticas sociais, tendo em vista que este ambiente, de um modo geral, não possui um caráter de dependência em relação ao homem e à sociedade. Sobre a relação estabelecida entre os grupos e o seu meio, algumas considerações fundamentais para o nosso estudo podem ser feitas. Como bem observa Marcelo Rede, sobre esta questão:

A complexidade reside no fato que esta relação não se constrói entre um ator ativo e um quadro físico passivo, dado previamente. Ao contrário, trata-se da relação construída culturalmente. Deste ponto de vista, a natureza não existe como um conjunto de traços prévios à sociedade. É a sociedade que apropriando-se da natureza, acaba por modelar uma natureza, historicamente delimitada no espaço e tempo. Isto equivale a dizer que não existe um modelo universal ou trans-histórico²⁹⁷.

Dessa forma, por se tratar de uma “relação construída culturalmente”, a ela devem ser agregados valores, idéias e pensamentos distintos que, diante da diversidade apresentada em cada sociedade em seu tempo e espaço específico, fogem dos modelos estruturalistas. Ao

297 REDE, M., “Família e Patrimônio Fundiário: notas para o estudo de economia doméstica na Antiga Mesopotâmia”. In: História e Economia revista interdisciplinar. Brazilian Business School-v. 1, n. 1, (2005) São Paulo: Terra Comunicação Editorial, 2007. p. 72.

analisar um ambiente rural devemos, portanto, ter todo o cuidado com a diversidade ambiental. Assim, os interesses, os códigos e os valores, que atravessam os grupos envolvidos e permeiam suas relações e práticas diárias, precisam ser “lidos” com maior atenção.

Nossa intenção, neste capítulo, é fazer algumas considerações sobre uma pequena parcela da sociedade rural de Mato Grosso, os “ribeirinhos”, entre os anos de 1870 a 1930, adentrando em seus costumes e tradições, com a atenção voltada, sobretudo, para a relação que estabeleciam com o ambiente que os cercava. Para tanto, utilizaremos das reflexões de E.

P. Thompson, que, através de algumas de suas ressalvas e conceitos, contribui substancialmente para que possamos compreender o *modus vivendi* deste grupo agrário que ajudou a compor o ambiente úmido do Pantanal Norte do Brasil. Nestes termos, iniciamos nossa análise discutindo a noção de “costume”, tão presente nas pesquisas sobre as denominadas classes subalternas. Sobre isso, Thompson define o termo “costume” não “como posterior a algo, mas como *sui generis*: ambiência, mentalité, um vocabulário completo de discursos, legitimação e expectativa.”²⁹⁸ O conceito de costume trabalhado por Thompson está relacionado aos valores locais (*lexi loci*), que codificados pelos grupos sociais ali inscritos se apresentam enquanto uma força de lei, portanto, são valores de determinados lugares, que ao serem utilizados remetem a regras e precedentes.

Na Inglaterra setecentista analisada por Thompson, o costume estava ligado ao direito consuetudinário (leis escritas baseadas em códigos costumeiros). Thompson afirma que aí não existia uma oposição entre valores orais e escritos, porque não havia antagonismos, separação entre esses valores, mas sim um entrecruzamento, uma articulação. Como destaca o autor, “o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo o uso, prática ou direito reclamado”²⁹⁹. Com isso, o costume estava no campo tanto do visível quanto do não visível, ou seja, o costume, codificado e não codificado, estava em fluxo contínuo, definindo o que Thompson entende por “direitos costumeiros”.

Essas reflexões do historiador inglês são significativas, na medida em que, ao tratarmos dos “ribeirinhos” do Pantanal Norte, percebemos que havia entre estes moradores uma forma peculiar de viver, que se traduziam em práticas, valores e regras que apresentavam um caráter local. As atividades diárias, a divisão espacial, as relações estabelecidas entre si e seu ambiente apenas podem ser apreendidas através das lógicas singulares que atravessavam o universo simbólico daqueles pequenos agricultores livres. Porém, fica evidente que este grupo estava longe de se configurar como uma contradição ou antagonismo perante a sociedade

298 THOMPSON, E. P., op. cit., p. 14.

299 Idem, *ibidem*., p. 16.

mato-grossense, pois encontrava inúmeros mecanismos que os ajudavam a se ajustar às regras estruturadas na província da qual faziam parte, no período privilegiado neste estudo.

As moradias

Há cerca de 30 mil cabeças de bovinos na fazenda, além de manadas de cavalos e porcos e de alguns rebanhos de carneiro e cabras. As casas de residência se encontravam num quadrilátero circundado por cerca ou paliçada. [...] Um dos ângulos do quadrilátero é formado pela casa principal, de um só pavimento, com paredes caiadas de branco e teto de telhas vermelhas. No interior da casa, os quartos de paredes limpas e brancas e barrotes de troncos de palmeira, estavam desprovidos de móveis. Havia sólidos postigos de madeira nas janelas com vidraças. Dormimos em redes ou em jiraus e nos deliciamos fidalgamente com saborosos pratos brasileiros. Do outro lado do quadrilátero estava a outra casa, que era baixa, comprida e branca, também com telhado vermelho. Ali se encontrava a cozinha e os cômodos dos empregados mais graduados; o capataz, o cozinheiro e os caçadores com suas famílias; homens de cor cujas mulheres mostravam variações de raça branca, índia e negra. As crianças brincavam alegremente na poeira, vigiadas com ternura pelas mães. Do lado oposto da cozinha se estendia uma série de habitações, algumas mal caiadas e de pau-a-pique, com teto de folhas de zinco; outras de troncos de palmeiras cobertas de folhas também de palmeiras. Essas eram: a casa de arreios, o armazém, o galinheiro e o estábulo [...]300

Notemos aí a espacialidade descrita pelo viajante Roosevelt. Trata-se de uma fazenda, que contava com uma casa principal – a moradia do proprietário e demais membros de sua família – que apresentava certa sofisticação: tinha “janelas de vidraças”, “paredes caiadas de branco e tetos de telhas vermelhas”. Denominada entre os moradores rurais como “casa de vivenda”, era cercada em seus arredores por várias habitações destinadas aos trabalhadores, aspecto este bastante comum no Pantanal. Casa de arreios, armazém, galinheiro e estábulo também são mencionados. Por meio desses sinais, podemos atribuir práticas nesses espaços. A referência à casa de arreios, por exemplo, já nos permite vislumbrar que nessa propriedade selas, cordas e outros apetrechos estavam destinados à lida com cavalos ou à criação de gado; quanto ao armazém, somos levados a deduzir que era o responsável pela venda de produtos que abasteciam os trabalhadores dessa área e suas redondezas; além, é claro, da menção ao galinheiro e ao estábulo, que dispensam maiores comentários.

Se prestarmos um pouco mais de atenção ao relato, podemos verificar que, além da criação de porcos, gados e galinhas, essa propriedade ainda lidava com os rebanhos de carneiros e cabras. Existia, dessa forma, uma grande variedade de atividades desenvolvidas.

O que chamou a atenção desse viajante norte-americano foi a mistura de raças, produtora do que denominou de “homens de cor”, e as mulheres com seus traços de índio,

branco e negro, que se inseriam entre os “empregados mais graduados”. Assim, além da diversidade de atividades e de espaços rurais, elementos estes que estavam todos articulados entre si, este relato nos apresenta outros aspectos correspondentes à própria história local. O envolvimento dos “homens de cor”, com suas mulheres e crianças, na reprodução da ruralidade indica que índios, negros e brancos relacionavam intensamente entre si nesta extensa área, observações estas, vale notar, já devidamente enfatizadas neste trabalho. Isto significa dizer que casavam entre si, tinham filhos e desenvolviam atividades diárias junto ao seu patrão.

É provável que a divisão espacial estivesse intimamente ligada à importância das funções atribuídas aos trabalhadores rurais. Através do modo com que esses grandes proprietários dividiam e organizavam internamente suas propriedades, nos são revelados alguns elementos que permitem compreendermos a organização e a estrutura hierárquica dessa reprodução rural. Perto dessa casa principal, havia outros cômodos destinados aos empregados denominados de “mais graduados”. Seguiam-se as residências de pau-a-pique, levando-nos a pressupor que pertenciam aos demais indivíduos empregados nessa fazenda. O capataz, o cozinheiro, os caçadores e suas famílias estavam no topo dos trabalhadores de maior confiança, e que, portanto, podiam ter maior proximidade e privilégios junto ao patrão

– eram os agregados. Quanto mais distantes e modestas eram as residências, mais desvalorizados eram seus moradores para os donos dessas propriedades e, conseqüentemente, menor importância era conferida também às suas atividades. Possivelmente, eram essas atividades ocupadas pelos demais agregados ou, temporariamente, pelos camaradas. Entretanto, além de identificar as práticas e seus ambientes, também devemos fazer o mesmo em relação aos trabalhadores rurais, procurando defini-los através de suas atividades e organização social, o que é possível cruzando as pistas fornecidas por esse documento com as informações que nos oferece, por exemplo, Virgílio Corrêa Filho.

Tendo em vista que o documento acima nos permitiu vislumbrar um espaço rural -a fazenda -, seria interessante também adentrarmos rapidamente em outra grande propriedade que compunha a região: as usinas. Para isso, no utilizaremos das observações feitas por um pesquisador de Mato Grosso, Lenine C. Povoas. Assim descreve este autor a usina Maravilha, localizada a margem do rio Cuiabá:

Sua posição era privilegiada, pois tanto dela como da usina da Conceição atingia-se a capital em apenas duas horas e meia de viagem (na época), [...] Além da ‘Casa Grande’, confortavelmente instalada para residência do proprietário, havia instalação de balança, máquina, depósito, armazém, etc ... como nas demais usinas. Possuía mais de vinte casas de trabalhadores. Era uma das que possuía menor número de

residências para camaradas, dada a posição em que se encontra, quase em frente a cidade de Santo Antônio do Leverger onde residida muito de seus trabalhadores e camaradas./Sua produção era toda colocada na praça de Cuiabá³⁰¹ .

Esta pequena citação nos permite detectar o quanto a capital de Mato Grosso, se tornava um espaço relevante para as relações comerciais realizadas com produtos e matérias-primas provenientes das propriedades rurais que a cercava. Apesar da estrutura montada nas usinas da região norte pantaneiro e da presença dos portos que possibilitava a exportação de sua produção, Cuiabá representava um ponto estratégico para as negociações, tendo em vista que a produção local não visava atender somente a demanda externa, mas também a interna. Diferente característica apresentava, por exemplo, a cidade de Santo Antônio, que mesmo estando territorialmente mais perto das usinas de açúcar, sua função se voltava em disponibilizar a mão-de-obra necessária para a realização das atividades rurais nas grandes propriedades.

Desenvolvendo uma diversidade de práticas agro-pastoris, praticando a caça e a pesca, esses moradores também ajudavam a compor a paisagem à beira dos rios. Assim, em relação a esse meio rural do Pantanal, a documentação e o material bibliográfico nos apontaram que a arquitetura e a utilização do espaço em torno das moradias são importantes componentes que contribuem para o entendimento desse ambiente.

Não apenas as moradias dos trabalhadores rurais das grandes propriedades e de seus donos eram observadas. De fato, outras residências também se faziam presentes nos relatos dos viajantes, já que algumas podiam apresentar detalhes diferenciado, como a cobertura de telhas, que, mesmo sendo “de taipa”, “mostravam ter sido outrora habitações importantes”, muitas das quais “estavam desprezadas e arruinadas”³⁰², cujas as maiores apresentavam “na sua frente três janelas”, podendo ser “cercadas”.³⁰³

Além das residências, alguns relatos também fazem pequenas referências a outros espaços dentro dessas propriedades, como o canavial (e a produção artesanal de seus derivados), tão significativo na composição das paisagens rurais do Pantanal Norte, tal como

o descreve Mulhall:

... engenhoca de pau e alambique para destilar cachaça. A água para o alambique era retirada a bomba, do rio para um tubo de palmeira, pelo qual corria para o alambique [...] O dono do sítio com toda a sua família e uns vinte escravos estacionavam na ribanceira, junto a esta mariola improdutivo.³⁰⁴

301 POVOAS, L. V. “O ciclo de açúcar e a política de Mato Grosso”. Do Instituto histórico e geográfico de Mato Grosso e da Academia mato-grossense de Letras, 1983. Cuiabá.

303 STEINEN, K. von den. , op. cit., p. 58.

304MULHALL, M. G., op. cit., p. 41.

Reparemos que este viajante descreve o alambique como pouco sofisticado, movida por uma “mariola improdutiva”³⁰⁵. Contudo, além dos relatos, a análise de imagens produzidas por fotógrafos, nas primeiras décadas do século XX, permite que aprofundemos nossa observação sobre alguns aspectos.

IMAGEM VII

Foto de Cláudio Bastos apud RAMOS, Maria de Lourdes F. B. da S. Um olhar para Cuiabá de Cláudio e

Raimundo Bastos (1920-1940). Cuiabá: Ed. Buriti, 2002, pág. 40.

A fotografia acima (Imagem Iconográfica I) tem como referência os “ribeirinhos”³⁰⁶, e foi tirada no ano de 1937 por um visitante chamado Raimundo Bastos, quando percorria o rio Cuiabá, no território que compreende o Pantanal. Este visitante havia saído de Corumbá e tinha como destino a capital de Mato Grosso. Esta fotografia é uma entre uma série de imagens que registrou sobre o estado, que mostram alguns caminhos percorridos pela família Bastos e que estavam guardadas em acervos e álbuns particulares, vindo a ser publicadas, no

305 Mariola: Adjetivo de dois gêneros (1858): capaz de atos traiçoeiros; não confiável; canalha. Dicionário Eletrônico Houaiss.

306 Este termo “ribeirinho” foi utilizado pelo próprio fotógrafo Cláudio Bastos e apropriado por Maria de Lourdes Ramos em sua obra “Um olhar para Cuiabá”, tirada no mês de fevereiro, no ano de 1937. Esta fotografia esta na página 40, e possui 9,0 x 14,5 cm.

ano de 2002, em uma obra intitulada “Um olhar para Cuiabá” de Cláudio e Raimundo Bastos³⁰⁷.

Devido à técnica do período, a foto foi tirada em preto e branco, com nitidez limitada, não deixando, mesmo assim, de ser esteticamente apreciável, contando com a luminosidade e claridade do dia, o que ressaltou as características do ambiente natural daquele instante apreendido. Ao olharmos esta fotografia da esquerda para a direita, nos deparamos com duas casas quase que grudadas uma à outra e visivelmente maiores que as demais. Logo adiante há duas residências menores, unidas, onde é possível visualizar uma porta que está inclusive aberta. Ao fundo, quase imperceptível, a uma distância considerável, se apresentam duas casas pequenas, uma próxima à outra.

Ao longo dessas quatro habitações há um pasto, com alguns animais – cavalos e bois – que se encontram, misturados e se alimentando livremente do capim que forra o chão. A fotografia ainda nos revela uma mata fechada que circunda o pasto, a qual, ao mesmo tempo, passa por trás de todas as residências. Além desta mata, as casas são cercadas também por um rio, que corta a imagem de cima a baixo, apontando que estas habitações estão a sua margem. Esta fotografia é composta ainda pelo teto do barco, possivelmente o local onde foi tirada a imagem que esconde uma boa parte do ambiente aquático que seria apreendida pelo fotográfico.

Todas as moradias expostas na fotografia foram construídas com o mesmo padrão, bastante comum para as residências dos trabalhadores rurais economicamente “pobres”, não só de Mato Grosso como de outras regiões do Brasil³⁰⁸. Elas eram feitas de pau-a-pique, com paredes de “barrote” e o chão de terra batida. Como cobertura das casas, os moradores utilizavam a palha. Esses “casebres de taipa” eram considerados “pobres”, extremamente “rústicos” e representavam, para muitos, a “miséria” da província, mesmo porque essas habitações estavam muito próximas das casas típicas do “caipira” do Brasil, que eram vistas de uma forma pejorativa e que em Mato Grosso, como já vimos em outro capítulo, esta visão era ainda mais acentuada.

Contudo, se nos desvencilharmos das imagens construídas nas práticas discursivas ligadas à “ideologia do progresso” e nos detivermos um pouco mais à análise da imagem

307 RAMOS, M. de L. F. B. da S. Um olhar para a Cuiabá: de Cláudio e Raimundo Bastos (1920-1940)/ Maria

de Lourdes Figueiredo Bastos da Silva Ramos. Cuiabá: M. L. F. B. da Silva, Cuiabá, MT -História. 2. Vida e

costumes sociais. 1. Título. CDD (20º ed.), Editora Buruti, 2002.

308 CASTRO, M. I. & GALETTI, L. G., op. cit., p. 41.

fotográfica, pensamos que seja possível encontrar alguns elementos fundamentais para a compreensão daquele ambiente rural de Mato Grosso.

De fato essas casas, simples, desprovidas de qualquer tipo de exigência material de valorização estética, em que a arquitetura local não requisitava luxo, sofisticação e menos ainda conforto, eram por isso mesmo vistas, inclusive, como improvisadas. Nesse ponto, Antonio Candido³⁰⁹ afirma que estes ranchos de pau-a-pique, cobertos com capim, tinham uma existência limitada e temporária, oportunizando aos grupos agrários locais uma prática recorrente que era o abandono de seus estabelecimentos, cujo local escolhido para a construção de um novo rancho era acompanhada da derrubada das matas que servissem também para as novas plantações³¹⁰. Contudo, normalmente os “ribeirinhos” do Pantanal não seguiam esta opção. Escolhiam outra, que estava relacionada à sua permanência em uma área já ocupada. Assim, as casas recentemente construídas eram erguidas próximas das habitações abandonadas em decorrência de sua deterioração e destruição natural.

Nesse âmbito, esta fotografia pode nos ajudar a esclarecer este aspecto relacionado às formas de vida dos “ribeirinhos”, vistas a partir de suas moradias, pois o que vemos num primeiro plano da imagem fotográfica não se trata simplesmente de casas grudadas umas às outras. Mas sim de habitações velhas e novas, ambas bem próximas: uma abandonada, e provavelmente reaproveitada como depósito de alimentos e de outros instrumentos rurais, e outra, feita há pouco tempo e já ocupada. Portanto não eram casas separadas, com donos ou famílias distintas, mas sim lares que tinham os mesmos moradores.

No que toca à sua composição, nos é permitido vislumbrar que todos os recursos usados na construção dessas residências se encontravam em abundância no ambiente “natural” dessas populações. Os “simples ranchos” tinham como cobertura a palha ou folhas de diferentes palmeiras ou coqueirais, como o babaçu, o acuri, a bocaiúva, o buruti ou o

309 CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. 5º Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

310 Está prática de acordo com Luiza Volpato também eram desenvolvidas aos arredores de Cuiabá, por grupos sociais específicos que a autora identifica: “Aventureiros, camaradas e agregados deram início à formação de uma população considerável de homens e mulheres pobres que, em meados do século XIX, lutavam pela sobrevivência./ Entre os livres e pobres havia aqueles que moravam aos arredores da cidade, desenvolvendo atividades profissionais urbanos ou trabalhando em casa de proprietários. Os homens eram em sua maioria, pedreiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, engomadeiras, costureiras etc./ Os espaços urbanos preferencialmente ocupados por esses trabalhadores eram os arredores, principalmente as ruas próximas ao largo da Mandioca, à região do Mundéu, onde estava situada a Santa Casa da Misericórdia, e a Freguesia de São

Gonçalo Pedro II-o Porto/ Descendentes de antigos aventureiros ou dos escravos e índios, essas pessoas lutavam pela sobrevivência na dura faina cotidiana. À medida que a própria região não tinha uma relação mais profunda com o mercado externo, e até mesmo as grandes propriedades produziam visando principalmente ao mercado interno ou limítrofe, estas populações tinham uma vida de pobreza pouco vinculada aos princípios impostos por uma sociedade com relações capitalistas já aprofundadas. Á semelhança de populações pobres de outras regiões do Brasil, tinham uma vida muito integrada a mata, ao cerrado e aos rios, principalmente o Cuiabá, de onde procuravam tirar o necessário pra o sustento”. VOLPATO, L., op. cit., p. 198-9.

cambará. Muitas vezes, estas palmeiras eram plantadas próximas às habitações, para facilitarem a sua utilização³¹¹. Realmente, ao redor de algumas das casas registradas pela fotografia podemos divisar algumas palmeiras ou coqueiros, o que demonstra que os moradores não precisavam se deslocar para encontrar a matéria-prima indispensável para cobrir as habitações. Esta imagem ainda nos permite identificar a espécie das palmeiras, cujas folhas eram úteis como cobertura. Plantados nos lugares mais altos, o babaçu e a bocaiúva estavam presentes ao redor ou, eventualmente, nos quintais de muitas residências do Pantanal: eram cultivados em lugares pré-determinados, previamente escolhidos pelos moradores, porque tinham uma importância local e espacial; quanto às palhas, eram preferencialmente coletadas na lua minguante, no mês de outubro, para que tivessem maior durabilidade.³¹²

Já o acuri e o buruti eram naturalmente encontrados nas áreas mais baixa e alagáveis – terras estas propícias para tais espécies. De todo modo, vale ressaltar que a utilidade do buruti ainda se estendia ao uso de suas folhas, que serviam para fazer peneiras e apás (tipo de peneira, cujas malhas são bem fechadas).³¹³

As paredes, feitas normalmente de “barrote” ou da taipa, eram por sua vez “confeccionadas com uma massa argilosa que se espreme entre duas pranchas paralelas. As paredes de taipa tinham ainda a vantagem de protegerem seus moradores dos ataques indígenas, que nelas não conseguiam atear fogo”³¹⁴. Portanto, algumas partes dessas moradias

desdobravam suas funções para outros fins. A insegurança no meio rural, além dos problemas acima apontados, podia ainda vir de bandidos ou fugitivos em busca de abrigo nesses ambientes agrários. As paredes, neste sentido, também tinham como objetivo resguardar a moradia, caso seus habitantes se deparassem com situações de conflito, principalmente com os acidentes caseiros, levando se em conta que a realização de queimadas era uma atividade corriqueira nessas localidades.

No Pantanal, houve alguns episódios em que ocorreu ataque dos índios nas moradias locais. Viajantes estrangeiros citavam, em seus relatos, casos de moradores mortos ou vítimas dessas situações, dias, meses ou mesmo anos antes de suas passagens no território úmido³¹⁵:

311 CASTRO M. I. e GALLETI L. G., op. cit.

312 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 104-5.

313 Idem, ibidem, p. 104-5.

314 CASTRO, M. I. Sociedade e Natureza em Mato Grosso (1850-1930). Tese de Doutorado, 2001, UnB, Brasília, p. 2005.

315 “Os Coroados, cujas cabildas demoram nas cabeceiras do S. Lourenço, muitas vezes descem as várzeas, depois que as águas se retiram, e os sítios do Bananal por mais de uma vez tem sofrido de seus ataques.

Mostraram-nos uma casa onde meses antes foram mortas uma senhora e uma criança. A casa pertencia a pessoa de alguma importância na província, e a senhora filiava-se a uma das melhores famílias de Cuiabá. Entre seus

criados havia uma índia, que, não sei como, soube que os Coroados estavam na vizinhança e um planejando um

Acima da boca do São João alguns ranchos cujos donos foram surpreendidos e assassinados pelos Coroados há três meses; o piloto disse achar que somente um ou dois morreram, os outros conseguiram escapar protegidos pela mata até a povoação cristã mais próxima. Uma cruz foi colocada na frente de uma dos ranchos; a safra da cana foi cortada, e o lugar já mostra sinais de

ruína .

Além dos relatos de viagem outros documentos também referendaram a agressão indígena sobre os grupos rurais. No relatório do presidente da província, essas cenas também aparecem descritas. O brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em 1864, relatou que³¹⁷ “os índios bravios continuam em suas correrias”, pois, “em junho assaltarão os estabelecimentos dos cidadãos Manoel Delfino Moreira Silva e Joaquim Gonçalves de Araújo, deitando fogo nas casas de morada”, inúmeras vezes, de acordo com o presidente de província os índios permaneciam nos “estabelecimentos e conservando-se aí por alguns dias a espera de fazer algumas vítimas” para “saciarem a sua feracidade”. O documento ainda prossegue anunciando a onda de tensão que grupos indígenas faziam em Mato Grosso, lembrando os ataques feitos em julho, na Chapada dos Guimarães e, em dezembro na povoação de Alagoinha, todos no mesmo ano³¹⁸ .

Através dessas observações, podemos perceber que a exploração desse meio só era possível através de um conhecimento local apurado. No entanto, só fizemos essas considerações em virtude da articulação dessa fotografia com outros documentos e estudos pertinentes ao tema. A imagem fotográfica, inúmeras vezes colocada em textos historiográficos, e em outras áreas mais próximas, apenas como ilustração, acaba tendo pouco

ataque; avisou a família, mas infelizmente não lhe deram crédito, e o dono da casa foi para a roça, levando consigo todos os homens da casa. Apenas saíra, caíram de chofre os índios, matando a senhora com os filhos e mutilando-lhes os corpos horrivelmente. Voltando para a casa, o marido ficou fora de si com o espetáculo; só, perseguiu os índios dias inteiros, sem poder encontrá-los, e depois enlouqueceu de pesar . Em outra casa os índios foram repelidos por uma escrava fiel, que lhes fazia fogo das janelas. Mais acima apontaram-nos terceira casa agora deserta, que fora cena de duas matanças.” SMITH, H., op. cit p. p.279

316 MULHALL, M. G., op. cit., p. 39-40.

317 Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa na abertura da

sessão ordinária, pelo brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, no dia 3 de maio de 1864. Pág. 10-11;

podemos citar também o Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado pelo Chefe de

Esquadra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 17 de outubro de 1865. Pág. 71.

318 Temos em mente o cuidado que é necessário se ter com ambos os tipos de documentos acima citados, ou seja,

tanto os relatos de viagens quanto os relatórios de presidente de província, pois seus autores tinham um

posicionamento específico dentro da sociedade mato-grossense que iam de encontro aos valores “modernos” e

“civilizatórios”, enxergando os grupos indígenas como “selvagens” e “perigosos”. Nesse sentido, lhes convinha

reproduzirem uma imagem “negativa” sobre os índios, exagerando, criando situações que os colocassem não

somente enquanto “inferiores”, mas também como ameaçadores perante a “boa conduta” e “moralidade” de

Mato Grosso. Com isso sabemos da grande probabilidade destes documentos estarem sobrecarregado de

“representação”, com poucos atributos referenciais. No entanto, achamos pertinente mesmo assim mencioná-las

na medida em que se apresenta enquanto uma mera possibilidade não mais do que isso.

espaço no campo da análise, perdendo a sua riqueza perante os elementos que ela pode proporcionar à investigação.

Neste sentido enfatizamos que neste capítulo, a fotografia está sendo analisada como um documento, não escapando, nestes termos, à “crítica documental”, tão importante no ofício do historiador³¹⁹. Mesmo porque uma foto, uma imagem, uma construção por mais que se apóie em um instante apreendido sobre a “realidade”, não dá conta do todo, ela é apenas um resquício, um pedaço, um fragmento estático e visual do passado, do acontecido, do ocorrido. Contida em um pedaço de papel, uma foto merece todo o cuidado e manuseio, como todo documento. Como bem afirma Boris Kosoy,

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análises para a decifração de seus conteúdos, e por conseqüência, da realidade que os originou.³²⁰

Assim, a fotografia não se completa por si só. Ela é uma cena escolhida, selecionada. Para analisar a fotografia é necessário ter uma base documental e bibliográfica que saia da dimensão imagética e se entrecruze com dados e informações ligadas à temática do estudo. Entendemos que podemos fazer estas articulações, na medida em que elas nos ofereçam aspectos significativos sobre a vida material dos moradores fixados ao longo dos rios, seus espaços rurais e a relação que esses homens estabeleciam entre si e com o seu meio – uma região úmida, caracterizada pelo ciclo de cheias e vazantes, que é dividido em quatro momentos: enchente (de outubro a dezembro), cheia (de janeiro a março), vazante (de abril a junho) e estiagem (de julho a setembro)³²¹.

Neste contexto, temos que ter em mente a paisagem do Pantanal se transformava, uma vez que seu extenso território era tomado por corredores aquáticos de diversos tamanhos, que cobriam as áreas mais baixas, ao mesmo tempo em que as matas se tornavam mais fechadas. Esse fluxo da água acabava constituindo um conjunto de unidades de paisagens da região, como os canais (rio principal, sangradouros ou córregos, corixos e antigos leitos do rio), dique marginal (barranco), áreas alagáveis (largos, várzeas e baixadas), e as baías³²².

³¹⁹ Não esquecendo que este documento tem suas especificidades. Ela não se comunica por meio de palavras

escritas, mais sim por meio de imagens, cenas, e muitas vezes alegorias, símbolos; são códigos que podem, no entanto, ser interpretados.

³²⁰ KOSOY, B. A fotografia como Fonte História: introdução a pesquisa das imagens no passado. São Paulo,

Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo/SICCT, 1980. p. 32.

³²¹ DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 27.

³²² Idem, ibidem, p. 25-34.

Este “vaivém das águas” foi um dos fatores que levou os grupos rurais do Pantanal Norte a estabelecer uma relação singular com este ambiente. Por parte dos “ribeirinhos”, a relação com a água era ainda mais intensa, a começar pela escolha da moradia, que era construída nos lugares mais altos, as chamadas “cordilheiras” ou “no alto”, para não ficar submersa no período de chuva. De igual modo, a construção das casas dos pequenos agricultores às margens dos rios levava em consideração o fluxo aquático do Pantanal. Muitos moradores se deslocavam em determinada época do ano em direção a outros territórios da região, mais precisamente, somente no período em que as chuvas começavam a cair. 323.

Deste

modo, adentrando a mata, suas casas nas margens dos rios ficavam temporariamente desocupadas. Isso pode ser facilmente explicado, através de duas práticas rurais: a agricultura e a migração do gado.

No mês de setembro ou outubro, na expectativa de que as primeiras chuvas chegassem à região pantaneira, os “ribeirinhos” migravam para as áreas onde supunham que iria alagar, o que ocorria, aproximadamente, no mês de janeiro, e nesses territórios plantavam. Contudo, nesse momento o gado ficava nas partes intermediárias –, isto é, territórios que não se localizam nas terras das “cordilheiras”, nem nas terras mais baixas – sendo levado para o “alto”, quando toda a região estivesse cheia de água e as partes mais planas se transformassem, temporariamente, em ambientes aquáticos. Era justamente em fevereiro e em março, no ápice das cheias, que os moradores não saíam de suas casas “no alto” e, ao mesmo tempo, traziam o gado para junto de si.

Movimento inverso acontecia a partir de abril. Quando as águas iam baixando, o gado deixava as pastagens próximas às habitações, já desgastadas, para retornar para outro lugar, chamado internamente pelos moradores da região de “pantanal”, onde o pasto se encontrava viçoso garantindo aos animais uma pastagem farta³²⁴.

Assim, observamos até aqui a forma de viver dos “ribeirinhos” pantaneiros, onde a mata evocava um espaço no qual transcorria a vida agrária e de onde provinha a maioria dos recursos de sobrevivência. As moradias, de acordo com o que foi descrito e discutido até agora, eram similares às outras moradias rurais espalhadas pelas demais regiões do país. Porém, o que se percebe é que, apesar desses aspectos homogeneizantes, havia também algumas diferenciações associadas ao próprio espaço físico, que impunham aos moradores algumas reestruturações para que a reprodução daquela ruralidade ocorresse.

323 Relatos de viajantes mencionam esta migração interna, em que os moradores se retiravam para a mata adentro

assim que a chuva começava a cair. Cf., a respeito, VICENZI, C. J., op. cit., p. 79.

324 Lembramos que a migração de bois foi abordada no capítulo anterior.

Vida material

Aliás, utilização e manejo dos recursos oferecidos pelo ambiente natural podem ser percebidos não apenas através das habitações locais, mas também por meio das práticas rurais, da organização interna e através da vida material dos grupos rurais do Pantanal Norte.

Os móveis das casas podem nos apontar isto. É o que Virgílio Corrêa Filho nos permite perceber, ao descrever as “fazendas pioneiras”:

As paredes de adobes, quando não barreadas apenas a sopapo (barro atirado com a mão), na maioria das casas, alvejavam-se habitualmente pela caiação.

A cobertura de telhas, ou palmas, em duas águas, não evitava o umedecimento (sic) interior, durante a época das chuvas, quando pelo chão, a terra batida, ressumbrava água do subsolo .

De acordo com o rude abrigo, reduzia-se o mobiliário às peças essenciais. Na sala da frente, amplamente rasgada, salvo em uma das extremidades, fechada para guardar as mercadorias destinadas às transações mercantis, de limitado giro, estendia-se cumprida mesa de tábuas sobre o cavalete, franqueada de bancos igualmente de madeira tosca. Aí faziam as suas refeições os camaradas, em horas diferentes da família do fazendeiro, que, portas a dentro, não possuía melhores trastes.

A água de beber esfria-se em potes ou talhas de barro cozido, moldados pelos oleiros de São Gonçalo, nas vizinhanças da Capital. Como suporte, bastaria galho de árvore enforquilhado com três braços, adrede (de estudo, de caso pensado) escolhido e fincado a um canto do quarto mais próximo.³²⁵

Nas fazendas, uma parte significativa dos móveis era feita através da exploração de matéria-prima disponível no ambiente pantaneiro. Mesas, cadeiras, bancos, potes ou talhas de barro cozidos³²⁶, assim como praticamente todo o material utilizado para a construção da habitação provinha de recursos retirados daquele meio, incluindo os couros de animais, úteis para a cobertura de determinadas peças caseiras, como os bancos, e fundamentais para a substituição de redes³²⁷. Nos quartos, mais detalhes são expostos pelo autor:

Redes nos quartos substituíam a função da cama, sendo amarradas pela manhã nas paredes para ocuparem menos espaço. As camas quando existiam eram feitas por

meio de um couro que era esticado entre paus. Na sala, havia normalmente uma mesa de tábuas sobre cavaletes, de madeira um tanto quanto tosca. Baús, canastras, tambores e mochos de armação de madeira ajudavam a completar os demais objetos da casa, forrados estes de couro cru ou sola. As vasilhas utilizadas nas cozinhas

325 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 6-7.

326 Lembrando que a argila tinha inúmeras funções para fabricações domésticas como potes, vasilhas, moringas,

panelas e utensílios domésticos; e que a menção de Corrêa Filho sobre a região de São Gonçalo, à beira do rio

Cuiabá, refere-se ao abastecimento que estes moradores ofereciam à Capital e suas redondeza, cuja “pequena

comunidade de artesões se mantém até hoje, produzindo cerâmica”. CASTRO, M. I., & GALETTI, L. G., op.

cit., p. 18.

327 VOLPATO, L., op. cit., p. 200.

também eram confeccionadas de maneira artesanal sendo feitas quase todas de barro.³²⁸ .

Os inventários podem nos dar uma breve noção dos bens interiores de habitações mais bem avaliadas na região. Vejamos o inventário de Antonio Monteiro de Mendonça, datado de 1893. Viúvo de Dona Maria Antonia Lopes Monteiro, e “na qualidade de sua finada”, “foi feita a relação dos bens do casal, assim como avaliação”³²⁹. De acordo com o inventário, o casal possuía “uma sesmaria de criar [...], num lugar denominado Bahia dos Pássaros”³³⁰, que continha uma residência de telha, “uma sala alcasea (sic) e varanda”, tendo “três janelas e uma porta de frente”. Além dessa sesmaria, o casal tinha também “uma pequena morada de casa situada na povoação do Coxipó da Ponte, com uma porta e duas janelas de frente ao Sul”.³³¹ Na lista dos bens móveis constavam “uma máquina de mão para costura (desconcertada)³³²; um carro velho³³³; dois pares de caixas forradas de couro seco já velha³³⁴; um taxo grande velho pesando trinta quilos³³⁵; um dito pequeno também de cobre em bom uso, pesando quatro quilos³³⁶, duas mesas antigas sem gavetas³³⁷; uma cama de vinhático envernizada”³³⁸ .

A vida material dos grupos rurais do Pantanal Norte não expressava um acúmulo de riquezas tão significativas, a ponto de refletir nos bens móveis das moradias. Se nas fazendas a vida material interna se aproximava da colocada logo acima, as residências dos pequenos agricultores às margens dos rios eram guarnecidas de móveis ainda menos sofisticados.

No que se refere aos “ribeirinhos”, salientamos ainda a confecção de outras peças além da apá já mencionada, como os batedores de ovo, as colheres de pau, os cabos de machado, as gamelas, a viola de cocho, “feita com cedro ou embuva (ximbuva); cordas para a viola; com

328 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 6-7. Ressaltando que baús, tambores, camas, dependendo da onde eram confeccionadas, podem servir-nos como exemplos de móveis de luxo, tendo um valor considerável na época.

329 APMT. Catálogo, nº 665, Tribunal a Relação do Estado de Mato Grosso. Ano: 1893, Cuiabá. Inventário de

Antonio Monteiro de Mendonça, Inventariado: Maria Monteiro de Mendonça. Doc. nº 421.

330 “Com uma légua de frente ao sul, em três de fundo ao Norte, confinando ao poente com terras do Tenente

Coronel Cesário Corrêa da Costa, ao nascente com o Tenente Manoel da Costa Ribeiro, ao Norte com o

Comandante Salomão Arthur Ribeiro, ao Sul com o rio São Lourenço”. Idem, ibidem.

331 Lembrando que “Trezentas cabeças de gado vacuum no campo da Bahia dos Pássaros”, pertenciam também ao

casal, assim como “cinco cavalos velhos para trabalhar de gado”. Idem, ibidem.

332 Avaliado em dez mil réis.

- 333 Avaliados em quarenta mil réis.
- 334 Avaliados em vinte mil réis.
- 335 Também avaliados em vinte mil réis.
- 336 Avaliados em cinco mil réis.
- 337 Avaliados em dez mil réis.
- 338 Avaliados em cinquenta mil réis.

tripa de ouriço, coati ou macaco; corda dura, de seda de tucum ou de pita, retirada do caule destas plantas e lavradas”³³⁹ .

No entanto, a “pobreza” ou a pouca sofisticação e luxo material das residências e dos móveis não se configurava como um aspecto particular dos grupos rurais localizados nas áreas mais longínquas do litoral brasileiro. Isto quer dizer que não é por ser um meio agrário do Pantanal Norte, em Mato Grosso, que a vida material destes moradores apresentava “rusticidade”, já que características de “pobreza”, podem ser encontradas em outras localidades mais próximas dos grandes centros urbanos do país. Um exemplo disso é a região paulista no Vale do Paranaíba, onde algumas casas no início do século XIX foram observadas por viajantes, em função da vida material de seus habitantes. De acordo com Maria Sylvania de Carvalho Franco:

Das descrições de Spix e Martius emergem casas ‘de efêmera construção e material pobre’, com os interiores correspondendo a essa precariedade: ‘alguns bancos e cadeiras de pau, uma mesa, uma grande arca, uma cama com tabuado assentado sobre quatro paus (jiraus) coberta com esteira ou couro de boi, resumem todo o mobiliário. Nessas condições estava ‘a grande maioria das vilas do interior do país, sendo rara uma casa de família bem construída’”³⁴⁰ .

Segundo esta autora, outras descrições que detalhavam as casas e seus móveis chegaram à mesma conclusão: “As narrativas de Saint-Hilaire, alguns anos depois sobre esta região paulista, não apresentam muita alteração e podem ser resumidas na seguinte frase: ‘Não se vê uma casa que denuncie bem-estar’”³⁴¹ .

Temos em mente que o padrão de comparação entre a “riqueza” e a “pobreza” referenciadas pelos viajantes correspondia às grandes cidades da Europa, bem distinto do que se apresentava no Brasil, idéias estas que foram incorporadas até certo ponto pela elite matogrossense.

É interessante refletir também que o modelo de consumo e a arquitetura local dos espaços rurais do Pantanal perpassavam por valores materiais que eram estranhos aos viajantes estrangeiros, marcados pela relação estreita de seus moradores com o seu meio, configurando formas de viver diferentes das européias³⁴² .

339 CASTRO, M. I. M., & GALLETI, L. G., op. cit., p. 33-4.

340 FRANCO, M. S. C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997, p.

115.

341 FRANCO, M. S. de C., op. cit., p. 115-6

342 Em Mato Grosso, deve-se frisar que uma casa pouco mobiliada não poderia ser identificada apenas nos

espaços rurais entre os trabalhadores pobres. No ambiente urbano entre os moradores livres e pobres podemos vislumbrar os mesmos aspectos, nos indicando o quanto os valores materiais específicos em Mato Grosso não permeava somente os grupos agrários. Luiza Volpato destaca a diversidade de atividades desenvolvidas entre os habitantes da capital que tinham uma forma de vida mais “rústica”, em que: “usavam da caça e da pesca e seu produto como complementação da dieta alimentar. Caçavam pombas, papagaios e macacos que comiam com arroz. Aos domingos era freqüente participarem de caçadas e pescarias organizadas em conjunto por vizinhos e

As vestimentas também atestavam a diferenciação das condições materiais de vida. Prestemos um pouco de atenção nos fazendeiros para termos uma breve noção da forma distinta de como os outros grupos rurais do Pantanal Norte se vestiam no dia-a-dia. A respeito dos fazendeiros Corrêa Filho afirma que:

Em correspondência com a simplicidade da habitação, também a vestimenta restringia-se em qualidade, geralmente confeccionada de morim, algodãozinho, ou tecido mais grosso de algodão. Para os homens predominava o riscado, ao passo que as chitas atendiam as preferências femininas.³⁴³

Se aos fazendeiros e sua família era conferida tal caracterização, já em relação aos seus empregados, mais especificamente os camarada e “peões” dessas propriedades, Roosevelt observa que suas vestimentas eram “rústicas”, proveniente de tecidos mais grossos e menos custosos:

Os caçadores que nos acompanhavam eram escuros e mestiços. Andavam descalçados e mal vestidos e cada um trazia um chuíço grande e grosseiro e um afiado facão, que manejavam com perícia.³⁴⁴

Tendo em vista que, dentre os empregados rurais do Pantanal Norte, os camaradas eram os trabalhadores menos remunerados, em condições que os aproximavam de uma mão-de-obra compulsória, podemos inferir a respeito de como os trabalhadores rurais livres e minifundiários da área úmida se vestiam. Salvo algumas diferenciações, como “um avental de couro franjado”, as demais roupas que os camaradas utilizavam possivelmente se aproximavam das que os “ribeirinhos” vestiam. Ou seja, “usavam camisa comum, calças [...] e chapéus deformados. Seus pés descalços eram duros como chifre”³⁴⁵. Roupas, comportamentos, atitudes diferentes que escapavam ao controle dos segmentos sociais dominantes em Mato Grosso, que buscavam, a todo custo, lhes impor leis, idéias e concepções do “progresso”, construía um conjunto de representações sociais sobre os grupos rurais. Muito dessas idéias, criadas ou inventadas pelos europeus, circulavam em Mato

parentes”. Dessa forma a autora nos revela que a relação estreita com a natureza não permeava somente a vida

dos “ribeirinhos”, nas cidades isto também ocorria. Sobre as habitações a autora destaca:

“Assim, para o pobre

cuiabano do século XIX o importante era a sobrevivência, viviam em ranchos ou em casinhas de chão batido

cobertas de capim e praticamente sem mobília, redes, monchos (sic), malas compunham a maioria de seu

mobiliário. O clima quente tornava a ausência de agasalhos pouco penosa a maior parte do ano, bem como

permitia que noites fossem passadas ao relento, as pessoas pobres normalmente dormiam em redes ou couros”.

VOLPATO, L., op. cit., p. 99e 100.

343 CORRÊA FILHO, V. Fazendas de Gado no Pantanal mato-grossense. Rio de Janeiro: Ministério da

Agricultura, 1955, p. 32 e 33. Cf. em São Paulo: FRANCO, M. S. de C., op. cit., p. 114.

344 ROOSEVELT, T., op. cit., p. 62.

345 Idem, ibidem, p. 63.

Grosso, como essa caracterização animalesca, supracitada atribuída aos pés dos trabalhadores rurais que pelo simples fato de não usarem calçados tinham os pés “duros como chifres”.

Códigos e lógicas locais

Para entendermos o ambiente pantaneiro é necessário que dirijamos nossa atenção às lógicas que configuravam as formas de acesso, uso e controle da terra entre os “ribeirinhos”.

Começamos pelas pastagens, cujo acesso estava atrelado a uma lógica econômica local. O gado para os pantaneiros, de uma forma geral, não era sinônimo de prestígio, mas sim a sua quantidade. Era um animal que fazia parte da “cultura rural” da região, presente tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades³⁴⁶. Porém, o que devemos frisar é que a posse de um número expressivo destes animais distinguia socialmente os grupos, mostrando a posição financeira de seu dono e as relações comerciais que desenvolviam com os outros segmentos ali presentes.

Levando isto em conta, fica evidente que agregados, camaradas e “ribeirinhos” eram trabalhadores rurais que também criavam gado bovino. No entanto, esta atividade adquiria sentido e importância bem diversos dos que eram desenvolvidos, por exemplo, entre os fazendeiros, cuja prática era tida como principal atividade econômica em sua propriedade, fonte lucrativa de suas relações comerciais, sobretudo nos últimos anos do século XIX. Diferentemente do que ocorria nas pequenas propriedades e sítios pantaneiros, onde a criação de reses se mistura com outras práticas diárias.

Carolina Joana da Silva e Joana A. Fernandes Silva³⁴⁷, ao estudarem a região de Mimoso, que passou por modificações na década de 1970, ressaltam que as criações de gado, galinhas, porcos e mesmo a lavoura, eram todas divididas entre as gerações que se sucediam³⁴⁸, como uma forma dos moradores compartilharem e, simultaneamente, deixarem para seus filhos o que possuíam. Apesar do trabalho destas duas autoras ter um recorte temporal bem distinto do nosso, a obra pode nos oferecer alguns sinais de práticas que eram secularmente desenvolvidas, tendo em vista que entre a metodologia e a documentação utilizadas pelas pesquisadoras estavam a etnografia, inclusive com a realização de entrevistas,

³⁴⁶ Sem o gado, algumas atividades agrárias ficariam inviabilizadas, tais como a roça em que era bastante comum

o uso do carro de boi, sendo este também utilizado para o deslocamento nas proximidades (abarcando aqui a relação entre a vizinhança) ou em territórios mais longínquos quando se fazia necessário, por exemplo, a migração familiar interna. A presença do gado ainda poderia ser estendida enquanto utilidade no que diz respeito ao consumo do leite e da carne, servindo como suprimento alimentar. Nesse sentido, a criação deste animal, mesmo que em pequena quantidade não poderia ser desenvolvida sem a presença do cavalo, fundamental para o

processo de migração anual reses.

347 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 74-85.

348Idem, ibidem, p. 69-72.

que foram feitas principalmente com os moradores mais velhos, que inúmeras vezes recorriam ao “tempo das usinas” para falarem de práticas adotadas há décadas na região.³⁴⁹

Além da partilha de animais entre os descendentes familiares, outra atividade desenvolvida no Pantanal era o “pasto comum”, que, tal como discutimos no capítulo anterior, estava atrelado a fortes relações de usufruto comum da terra, exprimindo um caráter de ocupação local.

Marcado por ligações de solidariedade, em que os moradores e seus vizinhos criavam solto o gado, nos campos, o “pasto comum”, localizado nas pequenas propriedades dos “ribeirinhos”, podia também servir de pastagem para os animais de agregados e camaradas daquelas proximidades, desde que seus donos dessem a devida permissão para que esses animais pastassem com os dos vizinhos e parentes.

No entanto, façamos algumas ressalvas sobre os elementos integradores do sistema social desses grupos rurais. É preciso observar que os “pastos comuns” se desenvolviam na região de diversas formas, e, em alguns casos, em paralelo a outros tipos de ocupação, que não se enquadravam nas prescritas pelo capitalismo avançado – estamos nos referimos aqui às fazendas e sítios. Entre os “ribeirinhos”, os “pastos comuns” estavam diretamente ligados à fisionomia local e à sua condição social, já que uma mesma porção de terra era compartilhada entre os moradores nos períodos de cheia, quando o gado se deslocava para as áreas mais altas, tendo em vista que os campos localizados nas terras mais baixas ficavam submersos, como já foi descrito. Isto é, se constituía em uma organização interna de espaços que se adaptavam ao ambiente físico, ao mesmo tempo em que servia como um mecanismo que assegurava aos trabalhadores financeiramente menos favorecido a perpetuação de suas práticas.

Porém, outro tipo de pasto comunitário se desenvolveu nestes territórios alagáveis, nos chamados “condomínios”³⁵⁰, que se diferenciavam daquele outro por serem áreas oriundas de sesmarias, que em muitos casos apresentavam um caráter latifundiário, e que eram passíveis de diminuir de tamanho, em consequência de divisões feitas entre os seus herdeiros. Nos condomínios, o “pasto comum” dava o direito de acesso à terra somente aos integrantes da família, ou seja, tinha uma lógica voltada para os laços consangüíneos e as áreas ocupadas por familiares eram maiores que as dos trabalhadores rurais autônomos e minifundiários, assim como o tamanho do rebanho bovino.

349 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 69-70.

350 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 128-9.

Além destes pastos, existia outra variedade, que era o pasto comunitário voltado para as grandes fazendas de gado. Nessas áreas, os donos deixavam os trabalhadores rurais da região pastarem suas “reses”, em determinadas épocas do ano, como uma estratégia, pois esta prática favorecia o estabelecimento de laços de confiança, assegurando certa dependência desses grupos agrários e, principalmente, porque ressaltava seu poder local frente a sua vizinhança. Os fazendeiros estabeleciam uma relação de troca, em que sua força se apresentava como proeminente.

Contudo, ainda que este último tipo de pasto seja importante, vamos nos deter principalmente aos dois primeiros tipos de “campos comuns”: o pasto comum, atrelado aos trabalhadores rurais autônomos, contratados ou empregados pelos “senhores” locais que evocavam a ajuda mútua entre vizinhos e parentes, de modo a viabilizarem a perpetuação daquela ruralidade; e os condomínios ligados aos grupos que, em uma posição financeira mais favorável, recorriam aos vínculos familiares para não perderem a sua posição e controle territorial³⁵¹. Sobre os comportamentos e vivências partilhadas em comum, Godelier afirma que

“a existência de direitos comunitários sobre o solo, muito longe de significar uma restrição e um impedimento ao uso do solo pelos indivíduos, oferece ao contrário, a todos os indivíduos uma garantia de acesso a esse recurso fundamental, e mais ainda, garante a gerações futura a herança desse recurso.³⁵²”

Citar Godelier a respeito destas questões traz algumas implicações que necessitam ser explicitadas, tendo em vista que este antropólogo pretende responder a questões bem distintas das que estamos formulando. Porém, este autor tem algumas preocupações que se aproximam da nossa reflexão, como as que envolvem os embates a respeito dos “campos comuns”.

Concordamos com a perspectiva desse autor de que os direitos compartilhados comunitariamente sobre uma área, ou parte dela, correspondam a uma forma de assegurar a reprodução de práticas rurais entre as gerações que se sucediam, porém, esses direitos comunitários também perpassavam por outras configurações. Tratam-se de relações que estabeleceram regras, disputas de forças entre os grupos rurais, que se manifestavam de

³⁵¹ Não confundamos os “campos abertos” com os “campos comuns”. Os “campos abertos”, enquanto denominação local tinha lógicas voltadas para a fisionomia da região e estavam diretamente ligados com os “pantanais”, eram extensas faixas de terras desocupadas, podendo ser usufruídas por qualquer indivíduo que morassem ou não, naquelas proximidades. Era “terra de ninguém”, porque nenhuma pessoa tinha interesse sobre ela. Os “pantanais”, assim conhecidas localmente, eram terrenos baixos e planos ausentes de conflito sobre a

posse de terra porque não agregava consigo nenhum tipo de significado positivo de cunho econômico, pelo contrário, eram vistas e praticadas como terrenos desvalorizados e de pouca utilidade, tendo em vista que não eram férteis, passavam parte do ano coberto por água, e principalmente, como já foi dito antes, a terra no Pantanal Norte não era atribuída como principal fonte econômica, mas sim a grande quantidade de gado pertencente a determinados moradores.

352 GODELIER M., Antropologia. São Paulo: Ática. p. 43.

maneira explícita ou implícita. Elas eram seletivas, diante dos moradores que poderiam ou não usufruir “comunitariamente” dos recursos dessas áreas e, principalmente, apontavam as estratégias estabelecidas localmente, as quais implicavam em conflitos internos e externos, que são componentes complexos, mas presentes em qualquer ambiente agrário.

Entre os vários historiadores que se interessaram em investigar como se davam as relações sociais em ambientes rurais, destacamos o trabalho de Giovanni Levi. Sobre a sociedade camponesa do Antigo Regime, o autor salienta que:

O discurso sobre a estratificação social não pode, portanto, ficar limitado às dimensões das propriedades e nos conduz as estratégias complexas sobre os quais funcionavam mecanismos fatais, que filtravam o sucesso e o insucesso, a sobrevivência e o desaparecimento. Como em qualquer sociedade, a definição ambígua das instituições nos leva à análise de seu funcionamento real e ao exame concreto dos seus comportamentos. Do lado oposto, a rede formal das relações de consangüinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das inclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico.³⁵³

Trabalhando principalmente com as relações familiares, esta elasticidade mencionada pelo autor se refere às transformações que não se caracterizam como rupturas intensas ocorridas nas comunidades rurais. O que este autor pretende salientar são as modificações mais lentas, porém significativas, dentro das comunidades camponesas, ou mesmo das massas populares urbanas³⁵⁴.

Giovanni Levi busca romper com a idéia de que as forças externas impunham, à “sociedade camponesa” modificações intensas em suas práticas e relações sociais, pois

[...] a opinião corrente era a de que este mundo era imóvel, defensivo, conservador, fragmentado pela força de relações totalmente externas, e incapazes de, por si só, engendram iniciativas autônomas e, portanto, dedicado tão somente ao esforço para se adaptar e recompor continuamente uma racionalidade própria, que se tornava progressivamente anacrônica e falha³⁵⁵.

O que este historiador da economia aponta é que, se por um lado, muitas “sociedades camponesas” sofreram modificações decorrentes de fatores externos que atingiram seus comportamentos diários, por outro, o contrário também ocorreu, ou seja, que estes grupos rurais mudaram até certo ponto face à sociedade externa dominante, não enquanto uma forma de reação ou resistência, mas sim como um caráter estratégico³⁵⁶, que estava ligado

353 LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia

Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 96.

354 Idem, ibidem, p. 43.

355 Idem, ibidem, p. 43.

356 Vale enfatizar que o conceito de estratégia utilizado por Giovanni Levi tem outra conotação distinta daquela que foi desenvolvido por Certeau em *A invenção do Cotidiano*. De acordo com Levi, “A hipótese da qual

diretamente à reprodução de suas práticas e lógicas compartilhadas comunitariamente. Portanto, era uma relação mútua de modificações do interno com o externo, um transformava o outro em uma correlação contínua, de acordo com os valores das sociedades e grupos envolvidos. É neste ponto que Thompson sofre algumas críticas desse autor, em relação ao conceito de “economia moral”³⁵⁷.

De acordo com Giovanni Levi, “as estruturas familiares, as regras comunitárias, o mundo político, as estratégias econômicas e os comportamentos demográficos também sofreram mudanças que nos parece de enorme importância durante um longo período”³⁵⁸.

Para apontar isto, este historiador se utiliza da micro-história, o que não é o nosso caso.

O que pretendemos debater, a respeito desta questão, é que no Pantanal as espacializações locais tiveram transformações cotidianas que refletiram em sua organização e relações sociais internas e que, portanto, os grupos agrários não se apresentavam como inertes e imóveis em relação às estruturas externas. Estes dois tipos de “campos comuns”, como já vimos, sofreram mudanças, de modo a garantirem, até certo ponto, a reprodução daquela ruralidade dentro da racionalidade tradicional.

Assim, a atualização das práticas diárias, tão discutida por Bourdieu em seu conceito de habitus³⁵⁹, nos permite apreender o quanto as “estruturas estruturadas”, com seus preceitos, valores, regras e padrões proeminentes, ao serem interiorizadas, racionalizadas e exteriorizadas, possibilitava a cada indivíduo, modificar práticas e lógicas, sem a necessidade de rupturas bruscas e repentinas no seu modo de vida. Nesse mesmo sentido, Giovanni Levi aponta para as práticas sociais que operam os “desvios”³⁶⁰ de conduta, ou seja, atitudes que expressam formas de viver que escapam das que predominam enquanto “ideais” ou “corretas”, estabelecida pelos grupos letrados e hegemônicos.

No Pantanal Norte, os “campos comuns” originários de uma ocupação oficial – a sesmaria – ou aqueles ligados a uma fixação espacial institucionalizada ou não, estavam relacionados aos interesses da sociedade, durante todo o seu processo de formação, desde o século XVIII, que era a conquista territorial por parte da Coroa portuguesa. Porém, estes

partimos é, portanto, a da assunção de uma racionalidade específica do mundo camponês, porém, não em termos de uma realidade cultural inconsciente da existência de uma sociedade complexa destinada a sufocá-la progressivamente. Esta racionalidade pode ser bem descrita se admitirmos que ela se expressava não através de resistência à nova sociedade que se expandia, mas fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural. É neste sentido que usei a palavra estratégia”, op. cit., p. 45.

³⁵⁷ Retornaremos a esta discussão no último capítulo.

358 Idem, *ibidem*, p. 43.

359 BOURDIEU. P. *Sociologia. Esboço de uma teoria da prática*. São Paulo: Ática, 1995. p. 47-81.

360 Este conceito provém de Certeau em sua obra: “A escrita da História”, sendo também utilizado por Giovanni

Levi. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2002.

espaços agrários e seus grupos sociais compuseram aquele ambiente pantaneiro de acordo com valores e lógicas próprias, que fugiam ao modelo dominante de propriedade. Longe de representarem ambientes fechados e estáticos, seus moradores construíram uma racionalidade singular que servia para orientar suas práticas e vivências diárias e que, simultaneamente, os permitiam atualizá-las frente às questões e valores externos. Não foi por acaso que surgiram na região os condomínios, espaços rurais que, respeitando as regras locais, viabilizavam a perpetuação de suas práticas sociais³⁶¹ .

É interessante anotar que, diante das discussões até agora feitas sobre as relações sociais dos “ribeirinhos” e a perpetuação das atividades agrárias, havia uma mistura de solidariedade e conflito diário, que passava pela vivência comunitária.

Nestes “pastos comuns” fazia-se necessária a identificação do gado – cada uma das “reses” precisava ser marcada, de modo que seus donos tivessem total controle da quantidade e da procriação de seus animais. A este respeito, Corrêa Filho descreve como se dava o processo de marcação de bois:

A marcação das crias novas, com o sinal nas orelhas, por meio de cortes padronizados, a ferra, que lhes deixava gravado a fogo, na anca direita, o símbolo da fazenda, a castração dos marruás, já impróprio para a função reprodutora, e dos tourinhos destinados a engorda, constituíam quase o trabalho exclusivo dos vaqueiros que, para tanto, passavam dias e noites, não raro, dormindo ao léu, para cortar a batida de demandas ariscas, em campeios aguçadores dos seus sentidos. Os campos abertos, a despeito da escassa densidade bovina, raramente evitavam a mistura do gado das fazendas confinantes, cujos proprietários se associavam, por vezes, nos trabalhos dos rodeios comuns. ³⁶²

Se referindo às marcações do gado realizadas nas grandes propriedades, Corrêa Filho traz detalhes sobre uma prática corriqueira na área alagável. Supostamente as marcações de bois nas pequenas propriedades não eram tão sofisticadas, mas o que este autor nos revela de mais significativo é um comportamento que nos fornece “ferramentas” para rompermos com a idéia de que a troca de experiência diária era formada exclusivamente pelos laços de solidariedade. Aponta-nos sinais de que na integração cotidiana também havia desconfiança e a suspeita de vizinhos ou parentes, que por mais que desenvolvessem uma vida compartilhada em comum, recorriam também à prevenção de possíveis roubos, tendo em vista que parte de seus animais eram criados juntos.

Sobre as tensões e conflitos nos ambientes rurais, Maria Sylvia Carvalho Franco afirma que:

³⁶¹ Nos capítulos que se seguirão veremos o quanto isto será mais forte ainda, perante as relações de trocas e comércios que intensificaram ao longo do período aqui estudado.

³⁶² CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 112.

A caracterização sociológica da relação comunitária se baseia na existência de um consenso, da recíproca determinação das vontades e da inclinação, em um mesmo sentido, das pessoas que dela participam. A assertiva fundamental dessa conceituação é que ‘a comunidade é, normalmente por seu sentido, a contraposição radical de luta’. A análise de situações desse tipo, no contexto social aqui considerado, põe em evidência, vinculadas a essas conexões gerais que têm sido acentuadas teoricamente, outros componentes cujo sentido é de ruptura e tensão. Esses elementos aí aparecem não como fenômenos irrelevantes de oposição, verificáveis nas situações concretas de existência, mas como constitutivos da relação comunitária. Desse ângulo vê-se que, mas como acentuação conceptual acima deferida, luta parece com ingente na relação comunitária³⁶³.

O que a socióloga quer destacar é que, além da reciprocidade presente nas relações diárias de comunidades rurais, há outro elemento que também a compõem: a violência. As características violentas aparecem “associadas a circunstâncias banais, imersas na corrente do cotidiano”³⁶⁴ e que, devido a alguma situação que interrompe as relações de contraprestação, irrompem práticas que recorrem à força, à hostilidade, à violência enquanto uma forma de ajuste para reorganizar situações de tensão.

Assim, de acordo com a autora, momentos de ruptura nas relações sociais, como a agressão, como a luta, apareciam diariamente em situações em que a ligação solidária se quebrava. Maria Sylvania enfatiza que a violência, que permeava as localidades rurais por ela estudadas, se repetia

[...] como regularidade nos setores fundamentais da relação comunitária: nos fenômenos que derivam da “proximidade espacial” (vizinhança), nos que caracterizam uma “vida apoiada em condições comum” (cooperação) e naqueles que exprimem o “ser comum” (parentesco).³⁶⁵

Nestes termos, deixa claro que havia outros componentes de integração, que iam muito além da discussão voltada exclusivamente para os fortes laços de solidariedade. E aponta que internamente a “tranquilidade”, a reciprocidade nos ambientes rurais muitas vezes podia contar também com a violência que estava presente em “toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura.”³⁶⁶

É inquestionável, que esta autora faz reflexões significativas sobre as relações sociais rurais, porém é preciso fazer algumas ressalvas. Utilizando apenas os processos crimes como documento para a identificação de conflitos internos, a autora acaba se prendendo, do nosso ponto de vista, às questões que apontam tão somente para as situações tensas. De fato, nos

363 FRANCO, M. S. C., op. cit., p. 24.

364 Idem, ibidem, p. 24.

365 Idem, ibidem, p. 26-7.

366 Idem, ibidem, p. 27.

processos criminais não se encontram registros que não indiquem desavenças, lutas, agressões, mortes, enfim, violência. Estas estão no centro de todas as situações relatadas. Porém, vale enfatizar que, dependendo do que se pretende apreender nesses documentos, podem nos apontar outros indícios referentes a outras temáticas. Assim, em determinados momentos de sua obra ocorrem exageros no que toca às relações hostis. Sem o suporte de outras tipologias documentais para mostrar outros aspectos dos comportamentos rurais, a autora naturaliza os momentos de conflito cotidiano.

Um documento histórico não é apenas um papel velho e desgastado preenchido com palavras que nos indicavam a porta que devemos adentrar para revelar o passado, mas sim uma construção, perante a problemática que sobre ele levantamos e a crítica que a eles fazemos, exercendo assim o nosso ofício e o transformando em monumento, de acordo com Le Goff. Um documento histórico, dessa forma, é impregnado de tensões internas e externas, contendo embates, lutas, pois possui uma finalidade que beneficia grupos específicos no tempo em que foi elaborado. A este respeito, Machado Filho afirma que

[...] nem por isso devemos assumir uma posição de neutralidade. Romper com o positivismo é compreender que o documento é fruto de uma escolha social, que resulta de uma tensão social, que é permeado por uma intencionalidade, que não compete ao historiador fazer papel de ingênuo e revelar que o documento é falso e verdadeiro ao mesmo tempo: verdadeiro porque existe e pode ser registrado pelo historiador; falso porque escamoteia; esconde. Por que é síntese de uma tensão que só se revela cotejando com outros registros, com outros documentos-monumentos, que a memória preservou [...]367

Assim, é preciso ressaltar que o entrecruzamento documental é fundamental nas pesquisas historiográficas, e que saber analisar as diversas tipologias é fundamental para que nossos estudos sejam significativos.

Em relação ao Pantanal Norte, encontramos nos processos crime sinais que apontam que na maioria das vezes a violência não era exercida. Ao invés disso, comumente os envolvidos tomavam atitudes articuladas com as regras estabelecidas, como as próprias leis oficiais (direito consuetudinário).368

No que tange ao “campo comum”, vejamos um processo crime369 que nos indica o quanto a marcação de gado tinha um sentido lógico na região. No lugar denominado Arrozal, no distrito de Santo Antonio do Rio-abaiixo, comarca de Cuiabá, um criador de “gado vacum e

367 MACHADO FILHO, O., op. cit., p. 172.

368 THOMPSON, E. P., op. cit., p. 16.

369 APMT -Processos Crimes, Fundo: Tribunal de Relações, Cx 36, Dc. 747, 1896. Juízo de Direito de Cuiabá, cx 89, n. 991.

cavalar”, Prudente Gonçalves Gomes de Queiroz, queixou-se contra Pedro de Alencastro Leite de Sá, Francelino Leite de Sá e Antônio Caetano Leite de Sá o acusando-o por roubo. Pedro e Francelino eram moradores do lugar denominado Chimbuva e Antônio era morador de Mimoso³⁷⁰. De acordo com o queixoso, tinham desaparecido de seu terreno “17 cavalos -4 poldros e 13 poldras -em julho de 1894.”

Os depoimentos das testemunhas foram quase idênticos. Evaristo Ferreira Mendes, morador de Arrozal, em Santo Antonio, respondeu que,

[...] sendo morador e vizinho do queixoso Prudente [...], que os animais aludidos na petição da queixa de fato foram desaparecidos dos campos da fazenda e que mais tarde foram visto os animais dos acusados e que não existindo nele ferro de marca a do respectivo criador, acham-se, portanto marcados com o ferro dos acusados, mas que apesar disso ele testemunha os conhece pelas cores dos mesmos³⁷¹ .

Não é nossa intenção aqui averiguar o ato criminoso, mas identificar os indícios de outros componentes que estavam presentes nas relações sociais do meio rural do Pantanal: a suspeita, o receio e, especialmente, os momentos de tensão. Se nas fazendas o roubo de animais poderia ocorrer, o mesmo podia incidir nos “pastos comuns” dos pequenos e médios proprietários.

Como já ressaltamos em outras passagens deste capítulo, a marcação dos animais indicava que as relações de solidariedade não se encerravam em ligações informais de confiança; ela buscava ajustamento em algo material, visível, palpável. A marca no gado identificava o dono e, simultaneamente, deixava bem claro aos seus vizinhos e parentes que ele tinha uma prova legítima de seu direito e domínio sobre aqueles animais. Quem marcava as reses as garantia como sua propriedade.

Essa lógica era compartilhada por todos os grupos que formavam aquele ambiente agrário. A própria testemunha supracitada no documento (processo-crime), nos fornece indícios disto, ao mencionar que os animais sumidos não possuíam na época nenhuma marca, deixando evidente que não havia nada que comprovasse diretamente o desaparecimento dos animais. Dois anos após o sumiço desses animais, quando foi dado início às investigações, as dezessete “reses” supostamente roubadas, continham a marcação que era a referente dos proprietários acusados.

³⁷⁰ Ambas as regiões eram uma das inúmeras localidades do Pantanal Norte, próximos a Barão de Melgaço.

³⁷¹ APMT -Processos Crimes, Fundo: Tribunal de Relações, Cx 36, Dc. 747, 1896. Juízo de Direito de Cuiabá, cx 89, n. 991, p. 10

Dessa forma, para interpretarmos os conflitos internos, precisamos levar em consideração as regras e lógicas rurais dos grupos, pois muitas vezes eles recorriam às forças legais externas para terem tais conflitos solucionados, sem um apelo às atitudes mais radicais. Nestes processos crimes encontramos sim situações que eram resolvidas por meio da violência, com o uso de armas, instrumentos agrícolas ou mesmo a agressão corporal³⁷², mas não as entendemos como situações rotineiras, que ocorressem com regularidade, pois afirmar isto equivale a pensar que os momentos de tensão eram resolvidos normalmente por meio da violência.

Nesse sentido nos distanciamos da interpretação exposta por Maria Sylvia de Carvalho Franco, pois a análise que esta autora faz a respeito da violência diária em espaços agrários é excedida, exagerada. De igual modo, não compartilhamos com a tese a respeito da relação antagônica entre solidariedade e violência. Do nosso ponto de vista, estas duas concepções, como expressão de posições extremas, não expressam a complexidade das relações sociais nos ambientes rurais. O que propomos é um terceiro caminho que interliga os dois termos antinômicos.

Outro aspecto interno e complexo, ligado ao controle e uso do solo e seus recursos, são as relações de parentesco entre os “ribeirinhos”, posto que as ligações consangüíneas que compunham a vivência comunitária não se restringiam à criação bovina. O acesso ao solo se estendia a outros espaços rurais, no que concerne à construção de moradias e outras atividades diárias já mencionadas: criação de animais, agricultura, caça, pesca etc.³⁷³ Os documentos nos possibilitam encontrar certos indícios, a esse respeito.

Vejamos o processo crime em que Anselmo Tolestino de Amorim, trinta e dois anos de idade, é acusado de agredir fisicamente sua mulher, Antonia Maria da Conceição, de vinte e dois anos de idade, no dia dezessete do mês de setembro do ano de 1877, no distrito de Santo Antonio do Rio-abaixo³⁷⁴, em que confirma o delito, relatando que:

³⁷² Como exemplo, podemos citar a agressão física, no dia 20 de setembro de 1971, cometido pelo desertor José Primo, contra a liberta Guitheria. APMT, Fundo Tribunal de Relações, Cx: 16, ano de 1876, doc. 367. Secretaria de Policia de Cuiabá. Cx atual nº16, nº 145. Ou, ainda, o caso em que ocorreu uma briga dentro de uma canoa entre dois amigos, quando estes pescavam em uma festa de Santo “Senhor Divino”, no dia 2 de abril, de 1877. APMT, Fundo: Tribunal de Relações, Cx 16, Ano 1878. Subdelegacia de Policia da Freguesia de Santo Antonio, Cx atual 16, Doc, 147. Poderiam ainda mencionar casos excepcionais que não eram configurados como violência, mas sim como acidente, como ocorreu com Lusa Pinto de Arruda, que estando em sua roça, caiu sobre um faca e veio a falecer. APMT, Fundo: Tribunal de Relação, Cx: 17, ano de 1879. Juiz de Direito da Comarca

de Cuiabá, Cx atual: 17, Doc: 159.

373 O muxirum, também demonstra essas atividades feitas comunitariamente, e que foi bastante discutido no

capítulo anterior. CORRÊA FILHO, V., op. cit., p.122.

374 APMT -Processo Crime, 1877, Doc. nº 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá. Cx

atual nº15, Doc. nº 931.

Primeiro, porque havendo ontem deixando a casa de sua sogra sua mulher Antonia Maria da Conceição, enquanto lançava sua rede no rio Cuiabá para abastecer de peixe sua família e a de sua mãe, concluindo que fosse este trabalho, trouxera consigo uma porção de peixe, e antes de chegar à casa tomou a casa de seu compadre e claro dois vinténs de aguardente e designou-se depois para ela, que entrando pelos fundos da mesma viu ao chegar pela sala sua mulher de ombro a ombro em conversa baixa com José Simão de Lara Pinto, aquele mesmo que roubara seu pudor quando virgem e solteira, que não pode suportar essa cena, confrontada com os procedentes expostos, e outro sim de fato que muito o impressionou de instar-lhe sua mulher para levar a casa de sua mãe [...] para levá-la a passeio e para ouvir missa na Freguesia desde que aí chegara o dito Lara, vindo de Corumbá, perderá a razão e no estado de aberração completa dela cometera esse delito de que é erguido.³⁷⁵

Nesse depoimento podemos identificar comportamentos que expressavam as práticas,

o cotidiano e as relações sociais dos “ribeirinhos”. A primeira é referente à atividade da pesca, desse morador, voltada para o sustento de sua família. Mostra a sua ligação direta com a água, exprimindo um vínculo estreito com a natureza, através de sua exploração diária. Outro comportamento presente neste documento está ligado à relação de proximidade com a vizinhança – o depoente, ao passar na casa de seu compadre e com ele desfrutar da aguardente, traduz a relação rotineira e comunitária nas redondezas. Há que se destacar ainda a religiosidade local, rapidamente mencionada pelo acusado, ao citar a missa tão freqüentada pelo casal, o réu e sua mulher, quando esta era rezada na Freguesia. E, por último, é possível identificar as ligações consangüíneas, que discutiremos a seguir.

Deste modo, dando continuidade à análise do processo crime, podemos perceber que o local onde transcorreu o delito era o palco de um conjunto de circunstâncias que estavam associadas a uma cultura rural e local. Referimo-nos, principalmente, aos vínculos familiares, pois na casa da sogra do réu, ao longo desta situação de tensão, encontravam-se inúmeros parentes.

Lá estava Theodora Gonçalves de Magalhães, cunhada do réu, de vinte e quatro anos, solteira³⁷⁶, que no momento da agressão conversava com a sua prima Leopoldina, que tinha vinte anos, e também era solteira ³⁷⁷. Havia ainda Maria Gonçalves Bom despacho, setenta anos mais ou menos, que disse “ser avó por afinidade do réu Anselmo Tolentino de Amorim”³⁷⁸; José Pinto, vinte e sete anos, casado, que “disse ser cunhado do réu Anselmo”³⁷⁹; Bento Dias de Oliveira, trinta e dois anos de idade, solteiro, que aguardava

375 APMT -Processo Crime, 1877, Doc. nº. 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá. Cx

atual nº15, Doc. nº. 931, p. 8

376Idem, ibidem, p. 27-28

377Idem, ibidem, p. 37.

378Idem, ibidem, p. 35.

379Idem, ibidem, p. 36.

Custodio José Pinto “para mantear um capado”³⁸⁰ e Jacinto José de Lauro, quarenta e três anos de idade, casado, que relatou “que as onze horas mais ou menos do dia dezesseis, do corrente, ele testemunha estava na casa de seu vizinho Manoel Francisco, escrevendo uma nota para registro de nascimento de uma criança quando ouviu os gritos”³⁸¹, no momento em que se dava o “delito”.

Os indícios desse documento, no entanto, são ainda mais significativos quando nos referimos aos elementos relativos aos espaços rurais e às moradias, pois Antonia Maria da Conceição, mulher do réu, relatou “que foi buscar um copo [...] na casa contigua, de sua avó Maria Gonçalves”³⁸², para fazer guaraná e oferecer ao seu visitante, José Lima de Lara Pinto. Aqui, temos sinais de que a mãe e a avó da mulher do réu moravam próximas uma da outra. Isso pode ser ressaltado, tendo em vista que Custódio Pinto, cunhado do réu, faz menção à mesma moradia, pois no momento de agressão física relata “que estava em casa de sua avó, Maria Gonçalves, manteando um capado”³⁸³. Esta expressão interna – “manteando um capado”

—
deve ser entendida como uma prática rural e diária na região, já que se refere ao “desdobramento” de uma peça de carne para salgá-la e levá-la ao sol.

Portanto, a relação dos “ribeirinhos” entre si e com seu ambiente não permeava apenas as atividades rurais, mas também o acesso, o uso e a exploração dos recursos naturais. Essas relações partilhadas em comum podiam ser sentidas rotineiramente, uma vez que contavam com a presença de parentes, que construíam suas casas no mesmo território, uns próximos dos outros, em que avós, tios, primos, pais e filhos conviviam, reproduziam e se especializavam naquele ambiente rural.

Nesse ponto, Peter Burke alerta as pesquisas que tratam sobre a família e o parentesco³⁸⁴ devem ter certo cuidado na definição de ambos os termos, pois dependendo do recorte temporal e espacial o significado e a função da família adquire contornos singulares. A esse respeito, este historiador enfatiza que “a exemplo mais obvio de uma instituição composta de um conjunto de papéis mutuamente dependentes e complementares é, com certeza, a família”³⁸⁵. Para entendermos a unidade familiar é preciso nos desvencilhar de características que estejam no âmbito residencial, pois a unidade familiar é também uma

380APMT -Processo Crime, 1877, Doc. nº. 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá. Cx atual nº15, Doc. nº. 931, p. 38.

381Idem, ibidem, p. 39-40.

382 Idem, ibidem, p.34.

383Idem, ibidem, p. 36.

384 BURKE, P., “Família e parentesco”. In: História e Teoria Social. São Paulo: UNESP, 2002
Idem, ibidem, p. 79-82.

385 Idem, ibidem, p. 82.

unidade econômica, jurídica e moral, que estabelece envolvimento emocional. Porém, é preciso levar em conta que,

Essa multiplicidade de funções propõe problemas porque as unidades econômicas, emocional, residencial, e outras podem não coincidir. Assim, um índice baseado na co-residência não nos informe sobre o que mais precisamos saber sobre a estrutura familiar³⁸⁶.

O que essas observações colaboram para este trabalho diz respeito ao simples fato de que as relações familiares da região norte pantaneira, tem uma forte correlação com a organização espacial e, conseqüentemente, com a produtividade rural. Pois os parentes moradores de domicílios separados, se viam praticamente todos os dias ao morarem perto uns dos outros, ou seja, coexistia um domicílio “conjugal”³⁸⁷, como uma mentalidade “estendida”, que tinha reflexos inclusive na própria produção local desenvolvida através dos laços consangüíneos.

Para termos uma noção mais clara a esse respeito fizemos um croqui, com base no documento iconográfico que mostramos anteriormente (Imagem VII). O desenho permite analisar não apenas os pastos comuns eram frutos das fortes relações de parentesco, mas também a roça, que como discutimos em outro momento deste capítulo poderia ser partilhado em comum. O croqui possibilita percebermos parte da dinâmica das práticas agrícolas dos ribeirinhos, como a prática de pousio, pois uso do descanso da terra era um método costumeiro empregado na agricultura, cuja mata crescida era denominada internamente de capoeira³⁸⁸. Nesse sentido, muitas matas que circundavam as moradias locais eram antigas roças que se encontravam em processo de descanso. Uma maneira que os trabalhadores rurais encontravam para terem acesso às pequenas faixas de terras cultivadas, eram os caminhos terrestres abertos sobre a na capoeira próximos as suas moradias, como podemos observar logo abaixo:

386 BURKE, P., op. cit., p.81.

387 “Conjugal” é um tipo de família, em que todos os filhos (sexo masculino e feminino) deixam o teto dos pais

ao se casarem. Idem, ibidem, p. 80. No caso do Pantanal, os filhos deixavam de residir na mesma habitação dos

pais para morarem em suas redondezas, de tal forma que as atividades produtivas e improdutivas ao serem

realizadas, mantinham como um de seus principais quesitos os laços consangüíneos.

388 Termos estes utilizados não apenas pelo estudioso Corrêa Filho, mas também empregado pelos moradores

locais nos relatos ou depoimentos dos processos-crimes.

IMAGEM VIII

- 7
- 1
- 6
- 8
- 1 -“capoeira”
- 2 -moradia principal
- 3 – depósito de alimentos, ferramentas e outros
- 4 -moradia de parentes
- 5 -moradia de parentes
- 6 -“pasto comum”
- 7 -rio Cuiabá
- 8 -caminho para a “roça no firme”

Podemos acrescentar outros elementos que perpassam as relações de parentesco. De acordo com Antônio Cândido, no caso dos caipiras de São Paulo³⁸⁹, as relações familiares propiciavam a sociabilidade local. Nas palavras do autor,

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculados pelo sentido de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdicas-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoados ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que toca a certo intervalos, na unidade que as

390

congrega.

Cândido salienta que um pequeno agrupamento de moradias passou a constituir o chamado povoado, localidade ou bairro -marcado pelos laços consangüíneos. Em muitos desses povoados, encontravam-se presentes relações de troca e comércio mais amplas, e podem ser comparados à reunião de núcleos familiares que desempenhavam a função de intermediário dos moradores locais com à sociedade externa, ao adquirirem estas localidades

o formato de uma espécie de centro de abastecimento.

Além das povoações formadas na beira dos rios, também se formavam povoados dentro das grandes propriedades rurais do Pantanal Norte, que computavam a presença de

389 CANDIDO, A., Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

390 Idem, ibidem, p.387. O autor continua a frase destacando que: “Há, de fato, bairros de unidade frouxa, que

poderíamos denominar centrífugos, propiciando o mínimo de interação; outros, ao contrário, de vida social e

cultural mais rica, favorecendo a convergência dos vizinhos em atividades comuns, num ritmo que permite

chamá-los centrípetos”, p. 387.

inúmeras famílias de camaradas e agregados. Nelas, como mostramos no começo deste capítulo, havia os armazéns e outras formas de relações comerciais realizadas por meio dos portos fluviais, cujo proprietário acabava desempenhando a função de intermediário.

Feitos estas considerações sobre os “ribeirinhos” em relação à importância do conhecimento local para a utilização e manejo dos recursos naturais, que os permitira estabelecer uma relação estreita com o seu meio, construindo e operando uma racionalidade própria, daremos continuidade a essas questões no próximo capítulo. Porém, o nosso trajeto será outro, pois discutiremos a forma como o vínculo direto dos “ribeirinhos” com a natureza, esboçava-se em suas reorganizações espaciais, permeados por valores simbólicos significativos para as distintas atividades cotidianas.

4º Capítulo

Produção rural e a espacialização das diferenças

IMAGEM IX

Foto de Cláudio Bastos apud RAMOS, Maria de Lourdes F. B. da S. Um olhar para Cuiabá, de Cláudio e Raimundo Bastos (1920-1940). Cuiabá: Ed. Buriti, 2002, p. 40.

Num primeiro plano (Imagem Iconográfica II), vemos um rio que ocupa toda a extensão da foto³⁹¹. Às suas margens, descrevendo da esquerda para a direita, há uma residência e, um pouco mais adiante, outro cômodo bem menor e sem paredes, apoiado apenas em alguns troncos de madeira. Segue-se então, algumas árvores de porte médio, e, no canto direito da foto, outras bem menores podem ser visualizadas, e logo à frente uma canoa. Percebe-se que toda a pequena faixa de terra que vai das residências até a margem do rio foi toda “limpa”, exceto pela presença dos pequenos arbustos.

Num segundo plano, a imagem fotográfica já apresenta outro cenário, formado por inúmeras árvores que ocupam toda a faixa de terra visível, localizada ao fundo da moradia.

A percepção que temos aqui é que o foco desta imagem é a residência de um “ribeirinho”, tendo em vista que ela apresenta-se bem no centro da fotografia. Tal como a exposta no capítulo anterior, não há presença de morador local. Contudo, ainda que esse

³⁹¹ RAMOS, M. L. F. B., op.cit. p, 40; a fotografia possui as seguintes medidas: 9,0 x 14,5 cm.

elemento esteja ausente junto à residência rural estão presentes atitudes, ações cotidianas, especializações, enfim, formas de vida e saberes materializados em um ambiente. Serão justamente estes aspectos que buscaremos adentrar neste capítulo, de tal maneira que pequenos sinais que giram em torno das relações de gênero, dos momentos de lazer e de descanso e o muxirum, recebam nossa atenção através de análises e considerações historiográficas.

Se observarmos com calma, podemos perceber que ao redor desta habitação havia uma divisão produtiva dos espaços, em que cada unidade tinha funções distintas para a reprodução daquela ruralidade. Vejamos os componentes oferecidos por esta imagem, para apreendermos a organização interna destes trabalhadores rurais: os quintais, as roças e a criação de animais.

As unidades produtivas

Nesta fotografia vislumbramos que os quintais eram bem cuidados e limpos – espaços de convivência habitual que, portanto, deveriam possuir os recursos necessários para satisfazerem seus moradores cotidianamente. O quintal era um lugar bastante significativo para a perpetuação de práticas rurais. Por isso, algumas plantas frutíferas, além das hortas, canteiros e algumas roças, compunham a paisagem rural dos agricultores livres da beira do rio, na qual já foram identificadas, inclusive, algumas espécies cultivadas.

Sabemos que entre os principais itens produzidos nos quintais pelos “ribeirinhos” estavam a laranja e a bocaiúva³⁹², mencionadas inúmeras vezes na documentação ³⁹³. Nas roças, estes agricultores plantavam mandioca, milho, feijão, banana, batata, melancia, fumo e cana-de-açúcar³⁹⁴.

Corrêa Filho, ao descrever as casas dos “ribeirinhos”, aponta aspectos significativos para a compreensão destes agentes sociais:

Considerando-no [o rio] inesgotável armazém que lhes abastece a cozinha de seu alimento principal, obtidas nas pescarias diariamente empreendidas. Dele tiram a água destinada aos seus potes refrescantes, e demais misteres caseiros. Aproveitam-lhe as margens durante as estiagens, para as culturas precoces, que possam ser colhidas nas enchentes. Arroz, melancia nas praias, hortaliças, em canteiros, que as águas alargarão, com cochos suspensos ou velhas canoas inutilizadas, constituem as plantações mais comuns, visíveis a bordo, a que se ajunta o fumo em alguns trechos. No alto, ao fundo das habitações, ou lateralmente, em continuação ao canavial, que

³⁹²DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit. Em sua obra ambas acrescentam na lista o coco da Bahia, pitanga, abacaxi, jabuticaba, manga, maracujá, caju, café, limão, abacate e goiaba. p 105.

³⁹³ Relatos de viagem, além das observações realizadas por CORRÊA FILHO, V., discutidas no capítulo anterior.

394Menção a batata doce e a abóbora são feitas por DA SILVA C. J., & SILVA, J. A., Idem, ibidem., p. 103.

lhes dá a rapadura de uso costumeiro, verdeja o mandiocal, roças de milho e feijão, apenas o suficiente para o consumo da família.³⁹⁵

Não compartilhamos com a idéia deste autor, quando afirma que os cultivos acima mencionados eram feitos “apenas o suficiente para o consumo familiar”, pois, tal como veremos no próximo capítulo, esses pequenos agricultores autônomos estabeleciam relações de troca e comércio com os fazendeiros e com as embarcações fluviais, indicando que havia um pequeno número de excedente sobre a produção agrícola. No entanto, o interesse maior sobre este trecho diz respeito às informações que Corrêa Filho nos oferece sobre as plantações cultivadas pelos “ribeirinhos”. De fato, os pequenos trabalhadores rurais aproveitavam a fertilidade do solo às margens dos rios para plantarem algumas “culturas precoces”, as chamadas “roças de praia”. Isso decorria graças aos alagamentos periódicos, nas cheias, que possibilitavam o plantio de gêneros alimentícios nas partes mais baixas, à beira dos rios. Segundo Da Silva e Silva,

Os aluviões atuais depositados nas planícies marginais favorecem a sua utilização para

o estabelecimento de pequenas roças denominadas de “várzeas ou baixadas”. No período da estiagem, quando as áreas se retraem, a área é colonizada por plantas herbáceas e cultivadas por plantas do ciclo de vida curto.³⁹⁶

Nestes lugares havia o cultivo de produtos agrícolas específicos, como melancias e arroz, isto porque estas plantações podiam ficar um pouco submersas sem acarretar o apodrecimento dos grãos e da fruta ou a morte das plantas. Nos lugares mais altos próximos às habitações, mais plantações formavam esta espacialidade local, como roças de milho, feijão e mandioca, difíceis de serem avistadas, como bem observou Corrêa Filho, por não estarem tão expostas quanto as mencionadas anteriormente.

Havia, dessa forma, dois tipos de roça entre estes agricultores autônomos, que mostravam o seu vínculo direto com a diversidade dos espaços físicos internos. Além da relação com o rio, os “ribeirinhos” possuíam uma profunda relação com a “terra firme”. Era neste espaço onde desenvolviam a agricultura, criavam galinhas, porcos e gado e extraíam das matas o que era necessário para a manutenção de suas práticas cotidianas. O plantio nas áreas mais altas, ou “no alto”, era feito através de roças de coivara, que como mostramos no capítulo anterior poderia ser partilhado em comum, por meio das relações de parentesco. De acordo com Castro e Galetti, “o fogo era ateadado após o corte das árvores, preparando assim a área para o cultivo agrícola ou pastagens”³⁹⁷. Após a colheita, o descanso do solo girava em

395 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 6 e 7.

396 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 24.

397 CASTRO & GALLETI, op. cit., p. 52.

torno de doze anos. Em virtude desse tempo de descanso a mata crescia ao redor das “roças no alto” e nas proximidades das moradias locais, formando uma floresta conhecida localmente como “capoeira”. Para terem acesso a essas plantações “no firme”, os moradores abriam caminhos, muito dos quais partiam de seus próprios quintais.

Estas unidades produtivas dos “ribeirinhos”, especialmente as plantações diferenciais que estamos apontando, podem ser facilmente entendidas por meio do croqui abaixo, cujas informações estão diretamente apoiadas na imagem iconográfica anteriormente exposta. Nele identificamos muitos sinais em relação aos variados lugares praticados cotidianamente: a residência, o paiol, horta sobre canoas, as “roças de praia”, o caminho para as “roças no firme” -e que, por conseguinte os ligariam a casas dos vizinhos ou parentes locais -a canoa e a “capoeira”.

IMAGEM X

- 6
- 4
- 1-moradia
- 2-paiol
- 3-horta sobre a canoa
- 4-“roça de praia” (cana-de-açúcar)
- 5-canoa
- 6-caminho que leva à “roça no firme”
- 7-“capoeira”

Tanto os produtos do plantio das roças de beira rio quanto das roças de coivara, no “firme”, e da criação de animais, eram transformados em derivados como a farinha de mandioca, a rapadura, os biscoitos, os toucinhos, os artefatos de couro e os doces.

Tratando-se de roças, havia internamente um calendário agrícola para estas produções rurais. De acordo com Da Silva e Silva, bem como para Corrêa Filho, a preparação da terra começava no final da seca e início das chuvas, quando os “ribeirinhos” deviam preparar o solo para receber as sementes, aproximadamente no mês de setembro ou outubro. Com exceção do feijão, que plantavam no mês de maio, já no início da vazante, vindo a colhê-lo

por volta de agosto³⁹⁸. Na época da cheia, quase todos estes itens plantados deveriam ser colhidos, salvo a mandioca, que era retirada do solo, apenas durante a vazante³⁹⁹.

Assim, o vai-e-vem das águas no Pantanal implicava em modificações territoriais. Ambientes rurais com seus moradores, suas atividades, suas unidades de convivência diária, que deixavam marcas em seu meio. Sua presença, suas vidas, seus saberes comuns, não se constituíam com a mesma paisagem ao longo do ano. Eram, portanto, espaços rurais que mudavam em decorrência da movimentação aquática, em que cada momento – a cada período imprimia-se uma imagem, uma visualização distinta sobre aqueles territórios: quintais, roças, hortas, pastos, dentre outras atividades, refletiam diretamente a influência aquática em relação a esses ambientes agrários. E, principalmente, as atividades, as tarefas cotidianas de seus moradores, levavam em consideração esse vai-e-vem das águas para a reprodução de todas aquelas práticas rurais. Como destacou, a respeito, Corrêa Filho:

No mesmo sítio, o aspecto surpreendido na época das cheias não se ajustará ao verificado no decurso da seca. De maneira análoga, o deslocamento do observador, para qualquer rumo, proporcionar-lhe-á a mudança dos cenários, cuja variedade se ostenta a cada passo.⁴⁰⁰

Nesse contexto, podemos fazer breves colocações sobre a importância ou sentido atribuído por estes moradores locais em relação a estes diferentes momentos. O período final da cheia e começo da vazante, por exemplo, era a estação dos resultados, das respostas agrícolas diante dos investimentos feitos nas roças, realizados anualmente pelos seus habitantes; fim da “espera”, era um momento, acima de tudo, do retorno na expectativa de que ele fosse farto e abundante; era quando a paisagem se transformava e a lavoura dava seus frutos, período do ano em que o ambiente rural ficava mais farto.

Feitas essas observações, voltemos um pouco à fotografia – tirada no período da colheita de grande parte dos produtos agrícolas dos “ribeirinhos”, que serviam para suprir suas necessidades básicas de alimentação e trocar ou comercializar o excedente com vizinhos ou embarcações que percorriam aqueles rios. Na foto é possível identificar as bananeiras, alguns coqueiros e pés de laranjas, que ostentam certa exuberância; outras árvores também podem ser visualizadas, mas em virtude da pouca nitidez da foto, torna-se difícil identificá-las, embora com certeza trata-se de plantas frutíferas já mencionadas.

Para estes trabalhadores rurais, além da cheia, o período anual que se mostrava significativo era o da vazante. Sobre o cultivo agrícola local desenvolvido nas roças e nos

398 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 103.

399 Idem, ibidem, p.103.

400 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 8.

quintais, os pantaneiros ressaltavam a importância deste momento, tendo em vista que é “bastante calmo, em oposição ao final da seca e ao início das chuvas, quando então devem preparar a terra”, em contrapartida “a vazante é um período que pode caracterizar-se pela fartura, quando os grãos já estão colhidos e armazenados”⁴⁰¹. Não era à toa que parte das festas religiosas era realizada nesses períodos do ano, com a ostentação da abundância de alimentos e bebidas.

Ao fazermos algumas considerações sobre o calendário agrícola dos “ribeirinhos”, podemos extrapolar uma relação estritamente espacial e a ela agregar sentidos culturais locais. Realmente, o calendário agrícola carregava consigo outros valores que serviam para orientar o engendramento e a exteriorização de práticas, já que para a sua realização os moradores levavam em consideração um calendário lunar. Em sua obra, já mencionada: Nos ritmos das águas do Pantanal, da Silva e Silva, nos oferecem algumas informações que mostram como os “ribeirinhos” estabeleciam a ligação das fases lunares com a plantação e o cultivo da lavoura. Ambos os calendários tinham um caráter simbólico local que objetivava um “controle de qualidade, de produtividade e durabilidade”.⁴⁰²

Nesse sentido, a lua mais estimada e apreciada era a minguante, porque conferia maior solidez e resistência às roças. Não somente a colheita era feita preferencialmente nessa fase lunar como também a retirada da madeira na mata. A quarta crescente era outra lua vista positivamente.

Desta maneira, o que ‘nasce no fundo do chão’, geralmente tubérculos, como a mandioca, por exemplo, deve ser plantado na fase da minguante porque não ‘agoa’, isto é, fica com uma massa consistente e saborosa. O que nasce ‘em cima’ como o feijão, o arroz, é plantado na fase lunar de quarto crescente. A limpeza dos terrenos para os roçados devem ser realizados na lua minguante [...]⁴⁰³.

Já a lua nova agregava um valor negativo, pois era vista localmente como uma das responsáveis pela deterioração mais rápida dos grãos⁴⁰⁴. Em relação à organização produtiva interna, podemos detectar outros componentes referentes à vida material voltada ao processo de sementeira. As hortas, onde eram plantadas a cebolinha, a salsa, o coentro e a couve, se constituíam em pequenos espaços produtivos dos “ribeirinhos”, e muitas vezes eram cultivadas em uma canoa velha, reaproveitada pelos moradores rurais. Também citada por Corrêa Filho, estas hortas, suspensas ou não, sobre canoas inutilizadas, era uma das

401 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 103.

402 Idem, ibidem, p. 103 e 104.

403 Idem, ibidem, p. 104.

404 Idem, ibidem, p. 104.

plantações mais comum fazendo parte da paisagem local, em sua grande parte localizadas próximas as plantações de fumo as margens dos rios⁴⁰⁵ .

Tais práticas têm um sentido, ligado a uma ordem produtiva e espacial estabelecida nos quintais destes grupos rurais. Essas velhas canoas, apoiadas sobre duas madeiras, onde as hortaliças eram cultivadas, possivelmente eram assim posicionadas, não só por causa do problema das inundações, mas também em virtude de outras atividades ali realizadas, tais como a criação de animais. Sem dúvida, na ausência das cercas, os animais domésticos se faziam presentes nos arredores ou proximidades das residências, permitindo que nos quintais porcos e galinhas, por exemplo, dividissem os mesmos espaços⁴⁰⁶. Assim, procurando tomar tais cuidados, as hortas eram cultivadas em lugares altos para diminuir o risco de pasto para os animais domésticos, assim como para os que provinham da mata, como a capivara.

Uma “pausa” para o descanso

Em se tratando dos grupos rurais denominados como “ribeirinhos”, não poderíamos deixar de fazer breves colocações sobre a atividade da pesca, normalmente realizada por meio da canoa. Em grande quantidade, o peixe, era um dos alimentos que fazia parte das refeições destes moradores.

Para os “ribeirinhos”, as canoas eram o principal meio de transporte. Construídas com troncos de árvores retirados da mata da área alagável, os melhores para se fazer a canoa eram a ximbuva, o cambará, o cedro ou a piúva, uma vez que “a durabilidade e a facilidade para ser talhada e a leveza para conduzir” eram requisitos importantes na escolha da madeira⁴⁰⁷. Já as varas de pescar eram feitas de bambu. Poderiam ser utilizados também o arco e a flecha, além do arpão⁴⁰⁸ .

No que se referia à pesca, a importância do conhecimento sobre a natureza não era atribuída apenas à construção da canoa, pois a prática da pesca exigia informações apuradas sobre o rio e as espécies de peixe; longe de expressar uma atividade diária, simples e fácil, requeria dados precisos sobre a fisionomia local por parte de quem a praticava.

405 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 6 e 7.

406 DA SILVA & SILVA, op. cit., p. 104-6.

407Idem, ibidem, p. 145.

408Idem, ibidem, p. 145. Ambas as pesquisadoras descrevem o arpão como sendo:

“constituído de uma haste de madeira inteiriça medindo em torno de 1,60 m. Presa a esta, encontra-se uma haste mais fina de taquara com mais ou menos 1 palmo de comprimento. Nesta haste é preso um pedaço de ferro apontado com uma seta pela metade. Esta seta fica ligada a haste maior por uma linha de pescar bem comprida. Quando o peixe é arpoado, a haste de taquara se parte e a ponta do ferro fica presa no animal. A ponta é ligado a haste maior que permite ao pescador localizar e resgatar o peixe ferido.”

Antonio Carlos Diegues,⁴⁰⁹ ao analisar a pesca no litoral brasileiro, destaca o conhecimento necessário para as variáveis naturais. De acordo com este autor, as estratégias utilizadas na pesca exigem uma série de informações relacionadas ao tipo específico de alimento de cada espécie de peixe, além das mais diversificadas formas de captura:

Mais do que em nenhuma outra profissão, a tomada da decisão de lançar uma rede, por exemplo, está sujeito a avaliação de uma série de fatores naturais que vão desde a posição da lua a sua influência nos mares até o hábito migratório do pescado na procura de seu alimento⁴¹⁰.

Carolina Joana da Silva e Joana Fernanda da Silva, ao analisarem a atividade da pesca profissional em Mimoso, perceberam a grande importância que tem para os pescadores locais o movimento dos peixes, a obtenção das iscas e a estratégia da pesca para a realização desta prática. A este respeito, fazem a seguinte observação:

Durante as mudanças que o rio passa ao longo do ano, os pescadores algumas vezes mudam as suas estratégias de pesca, bem como as iscas, para atingirem seu objetivo. Assim os pescadores procuram as iscas apropriadas para o momento, as vezes em lugares distintos e até mesmo em outros municípios, o que requer energia e tempo extra⁴¹¹.

Na pesca, cada situação requiritava uma técnica, um método que exigia do trabalhador rural um conhecimento sobre o ambiente, adquirido em grande parte ainda quando eram crianças. Virgílio Corrêa Filho também reconhece a importância desses fatores, para a realização da pesca:

E para demonstração espontânea de habilidade que cedo adquirem, freqüentemente cortam as águas do largo rio com montarias monóxilas, em cuja proa, de pé, os garotos manejam o remo a seu talante ou sentados acompanham os pais nas excursões, para madrugarem no conhecimento dos segredos do rio, com o qual se identificam, como os praiheiros litorâneos em relação ao mar. Povoando-no de lendas misteriosas indicativas de suas aspirações e sentimentos. Considerando-no inesgotável armazém que lhes abastece a cozinha de seu alimento principal, obtidas nas pescarias diariamente empreendida⁴¹².

Vale observar, que não temos a intenção de abordar o caráter “mítico” que também constituía o conhecimento dos grupos rurais sobre o seu “mundo natural”. O que nos interessa é perceber o quanto este conhecimento dos “ribeirinhos” sobre o seu meio estava atrelado a uma lógica peculiar de vivência comunitária, que implicavam em códigos e valores locais, com uma estreita ligação com a natureza. Contudo, os costumes destes trabalhadores

409 DIEGUES, A. C., *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1983.

410 *Idem*, *ibidem.*, p. 97-8.

411 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., *op. cit.*, p. 156.

412 CORRÊA FILHO. V., *op. cit.*, p. 6-7.

reproduziam continuidades e descontinuidades frente as suas atividades cotidianas, em que o conhecimento local apurado era um dos aspectos que caracterizava as informações passadas de geração para geração.

Em relação à canoa, afirmar que esta servia exclusivamente a pesca é simplificar a sua importância para este ambiente rural, pois era extremamente útil no transporte, seja de pessoas, seja de objetos ou produtos agrícolas. À canoa podia ser conferido um caráter de integração social, pois viabilizava o deslocamento espacial, de uma propriedade até a outra, ao mesmo tempo em que apontava a forte ligação de seus habitantes com a água. Ao adentrarmos nas viagens realizadas na região pantaneira, especialmente os desenvolvidos pelos moradores locais torna-se pertinente esclarecer que muito desses percursos contava com a colaboração de outros dispositivos que ultrapassava a utilização deste pequeno transporte.

A viabilidade de cursar, de navegar o território alagável ocorria em virtude da lógica regente nas trocas de experiências entre os grupos rurais: a prática do “pouso”. Esta servia para todos os que estavam “a caminho” e que se utilizavam dos “quartos” ou “ranchos” disponibilizados em algumas moradias. O “pouso” estava mais fortemente presente nas grandes propriedades rurais, tendo em vista o comércio local que aí se estabelecia, sobretudo, em torno dos armazéns. Foi o que fez Josefa Maria Calazância, de quarenta anos de idade, tecedeira de rede, solteira, moradora no lugar denominado Formiga. A mesma relatou que havia se deslocado com a sua irmã, Clara, também solteira, moradora no lugar denominado Aricá, até o Engenho Santa Thereza, em 1876, para comprar feijão e outros mantimentos, e que lá chegando “pousaram e passaram todo o dia de domingo”⁴¹³.

Notemos que, neste caso, o “pouso” estava diretamente ligado à venda. O armazém representava o principal motivo do oferecimento da estalagem, em decorrência da circulação espacial das moradoras para a realização das negociações internas, que estavam mais restritas à compra de produtos alimentícios.

Para Maria Sylvia de C. Franco, isto não deve ser entendido como regra geral, pois, de acordo com suas observações, “nem sempre os ranchos estiveram associados às vendas, aparecendo também ligados às fazendas”. Neste caso, seu ‘uso é gratuito e os proprietários os constroem e os franqueiam, seja por pura generosidade, seja para facilitar o acesso as suas terras’⁴¹⁴. Não descartando a possibilidade de que “o proprietário alugava as instalações a

413 APMT -Arquivo Público de Mato Grosso. Fundo Tribunal de Relações, Cx 16, Ano: 1876, Doc. 367.

Secretaria da Polícia de Cuiabá, Cx atual 18, nº 145.

414 FRANCO, M. S. de C., op. cit., p. 74.

negociantes ou apenas cedia a terra para quem se estabelecesse”⁴¹⁵. Além dos moradores pantaneiros, outros trabalhadores também se utilizavam dessas paragens, como os mascates.

A espacialização das relações de gênero

Percebemos que estes espaços rurais, além de expressarem a diversidade social, as relações de poder, de solidariedade e o conhecimento local sobre o meio, também eram constituídos por relações de gênero. Ressaltamos, contudo, que a nossa intenção aqui não é a de estudar profundamente sobre a questão de gênero, mas sim de nos utilizarmos dela para realizar algumas observações. Sendo assim, vale à pena trazer a tona que os trabalhos sobre as relações de gênero, dos quais utilizaremos a partir de então, não somente enveredam para as tarefas atribuídas às mulheres, pois suas análises ultrapassam estas perspectivas simplistas. Trata-se, portanto, de compreender como se configuravam as relações sociais construídas entre homens, mulheres e crianças, atingindo a sociedade e seus grupos internos de diferentes formas, isto é, preocupa-se em interpretar a maneira como os grupos de sexos e idades distintas estabeleciam relações entre si diante dos valores culturais a eles agregados e conclamados nas práticas, no seu transcurso.

Acrescenta-se, ainda, que a questão de gênero permite apreender as diferenças tangenciais que perpassavam não apenas o fisiológico, mas também o social e o econômico⁴¹⁶.

Nessa circunstância, gostaríamos de fazer algumas considerações, a partir da análise de Bourdieu⁴¹⁷, quando este sociólogo nos chama a atenção para as relações de poder presentes na divisão sexual das ações diárias.

De acordo com este autor, a delimitação do que deve ou não ser praticado entre os membros de cada família vai muito além dos elementos biológicos, pois têm implicações, sobretudo, nas trocas de experiências onde se processam as disputas, isto é, as lutas que, quase sempre, asseguram a dominação masculina. Em outras palavras, para Bourdieu a divisão sexual das atividades cotidianas é o momento em que age a legitimidade, cujos valores e regras construídos favorecem a figura masculina na formação e ocupação dos espaços, assim como as ações que sobre estes são exercidas.

415 FRANCO, M. S. de C., op. cit., p. 74

416 Cf.: LOURO, G. L., “Nas redes do conceito de gênero”. In: LOPES, M. J. M., MEYER, D. E. & WALDOW,

V. R. (Orgs.). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

417 BOURDIEU, P. “A dominação masculina”. In: Educação e Realidade. Vol. 20 Jul/ Dez. Porto Alegre, FEEFRGS, 1995.

As normas, preceitos e idéias que orientam as atividades diárias têm força ao serem praticadas, alcançando autoridade porque conseguem atingir o habitus e naturalizar as diferenciações sociais, mascarando assim o caráter conflituoso que a ele está agregado⁴¹⁸ .

Partindo desse pressuposto, há que se enfatizar que entre os estudos sobre o gênero é bastante recorrente encontrarmos alguns aspectos em relação à atribuição de tarefas prescritas como “produtivas” e “reprodutivas”. A socióloga brasileira Valdete Boni⁴¹⁹ destaca que:

[...] os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades que se destinam ao comércio [...]. O trabalho da mulher está mais ligado a casa: as pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos); a horta, ao cuidado com a educação dos filhos, às tarefas rotineiras [...]⁴²⁰ .

Silva e Gitahy⁴²¹ , não fugindo muito das observações feitas por Valdete Boni, enfatizam que as tarefas conferidas aos homens e às mulheres envolvem, especialmente, noções de identidade. Segundo as duas autoras:

A construção das identidades masculina e feminina tem contribuído para a manutenção dessa divisão, sendo comum em nossa sociedade, de acordo com Bruschini que a mulher seja responsabilizada pelas atividades reprodutivas e o homem seja percebido como provedor da família. O trabalho produtivo faz parte da identidade masculina. Já, a construção da identidade feminina condiciona e limita a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente devido à constante necessidade de articular atividades domésticas e profissionais⁴²² .

Diante disto, fica a questão: afinal, o que é o “produtivo” e o que é o “reprodutivo”?

Qual a sua ligação com a divisão de trabalho? Aliás, quais os atributos que perpassam estes conceitos? Começemos pela divisão de trabalho. Segundo Daniele Kergoat,⁴²³

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão sexual decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.)⁴²⁴ .

Além do conceito, o que esta antropóloga nos traz de mais significativo diz respeito à

questão do espaço, do tempo e dos grupos sociais, que são diversificados e têm influência direta sobre a divisão sexual de trabalho. A autora demonstra que os princípios organizadores

418 Cf.: BOURDIEU, P., op. cit.,

419 BONI, V. Gênero: O doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/01%20GT%20Valdete%20Boni.pdf>, acessado em 30 de janeiro de 2008.

420 Idem, ibidem, p. 5.

421 SILVA, N. S. & GITAHY, L. M. C., Gênero, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/G/Gitahy-Silva_22.pdf, acessado em 30 de janeiro de 2008.

422 Idem, ibidem, p. 1.

423 KERGOAT, D., “Relações sexuais de sexo e divisão sexual de trabalho”. In: LOPES, M. J. M; MEYER, D. E

& WALDOW, V. R. (Orgs.) Saúde e Gênero. Porto Alegre, Artes Médica, 1996.

424 Idem, ibidem, p. 2.

que orientam as atividades dos indivíduos familiares não são rígidos, nem imutáveis. Kergoat ainda afirma que:

[...] problematizar em termos de divisão sexual de trabalho não remete, portanto, a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre variantes e variações, pois se esse raciocínio supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, ele implica estudar simultaneamente os deslocamentos e rupturas daquilo bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão⁴²⁵.

Se a divisão sexual do trabalho está entrecruzada com as esferas das atividades “produtivas” e “reprodutivas”⁴²⁶ da sociedade e com os grupos sociais que nelas se encontram, então o que interessa saber é como os desvios entre cada unidade familiar podem ser percebidos. Isto a própria autora responde, ao apontar os aspectos relevantes para uma reflexão sobre as atividades internas nas moradias. Kergoat observa que a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher)”⁴²⁷.

Assim, o que se percebe geralmente é que entre estes princípios de hierarquização são destinadas as funções que preconizam ao homem a administração interna da casa, já a mulher fica relegada às tarefas consideradas secundárias. Por isso é bastante comum seus espaços de ações se limitarem aos ambientes domésticos e, concomitantemente, privados.

No Pantanal, em um estudo de caso entre as comunidades rurais residentes do distrito de Joselândia, região de Barão de Melgaço, em um período atual, Guerreiro constata que:

[...] o homem é responsável pelo trabalho agrícola (roçado), a mulher cabe o cuidado com o espaço casa-quintal, ou seja, o zelo com a casa e a alimentação com animais domésticos e pequenas criações. Se necessário, a mulher ajuda não é trabalho de

428

campo.

Notemos que, segundo as observações de Guerreiro à mulher cabe desenvolver ações cotidianas voltadas para um espaço mais restrito, realizado, se não somente dentro das moradias, pelo menos em suas proximidades. Já o homem possui uma autonomia maior sobre a sua perambulação e vivência entre as demais ambientes locais.

425 KERGOAT, D., op. cit., p. 1-2.

426 De acordo com Nobre, o trabalho produtivo está associado a produção agrícola, pecuária, extrativista e todas outras que prescrevam alguma circulação monetária ou esteja inserida no mercado, de forma direta ou indireta.

Já a reprodutiva envolve os trabalhos domésticos, as hortas, a criação de animais domésticos, a indústria caseira, as provisões alimentícias e a educação das crianças. Esta concepção acabou por corroborar na formação da idéia de que casa-quintal e roçado são dois espaços antagônico entre homens e mulheres. NOBRE, M., op. cit., p. 7

427 KERGOAT, D., idem, ibidem, p. 1.

428 GUERRO, G. C., “A participação da mulher na distribuição da renda domiciliar per capita nas áreas rurais de Mato Grosso: 1992-2004”. Monografia apresentada ao Departamento da Economia da UFMT, 2006, p. 15.

Outro elemento trazido por esta pesquisadora se refere ao fato de que a mulher, quando entra com suas práticas rurais no espaço masculino, não agrega o mesmo valor atribuído à mão-de-obra do homem, pois suas atividades são percebidas enquanto como “ajuda”. Nesse ponto, Valdete Boni informa que:

[...] a condição de ajudante implica também no status de quem a prática, o seu trabalho é subsidiário, ou seja, é tido como menos importante do que o trabalho de quem é ajudado. Esta situação tende a ser condição permanente para a mulher, uma vez que para o filho, a condição de ajudante é visto como temporária porque é ele quem, na maioria das vezes vai suceder o pai no comando da propriedade⁴²⁹.

Para compreendermos esta questão, é preciso trazer à discussão as considerações feitas por Grandi⁴³⁰, ao afirmar que:

[...] o trabalho doméstico da mulher é considerado infinitamente elástico uma vez que ela transita por ambos os espaços: o da produção e da reprodução, o que indica que há uma flexibilização das atividades consideradas produtivas, o que não acontece com as atividades reprodutivas e domésticas. ⁴³¹

Concordamos com as observações de Grandi, no que diz respeito à elasticidade das atividades femininas, mas daí afirmar que este aspecto envolve apenas as mulheres é entendê-lo como um fator determinista. Ao contrário, temos que levar em conta que as tarefas cotidianas envolvem graus de complexidade bem maior, pois o inverso também pode acontecer. Ou seja, esta elasticidade é possível e viável para os dois lados, porém, projetam relações assimétricas quando são realizadas pelos homens e pelas mulheres.

Os espaços rurais estão longe de serem constituídos por uma divisão sexual de trabalho tão cristalizada, a ponto de que sua quebra ser impossível, onde o roçado é representado como espaço público e, predominantemente, masculino, em contrapartida da casa, esfera do privado, que ativa, exclusivamente, a mão-de-obra e as obrigações femininas. Esse caráter bi-polarizador,⁴³² recusa a presença de certa flexibilidade entre as atividades diárias e, especialmente, nega às famílias a possibilidade de reconstrução dos espaços, a atualização das vivências cotidianas, bem como a recriação cultural, pois, para que isso ocorra, os valores terão que ser repensados, refeitos ou perpetuados de formas distintas.

429 BONI, V., op. cit., p. 6.

430 GRANDI, A. B., “Relações de Gênero entre famílias agricultoras de Santa Catarina-Brasil”. In: Algumas questões de gênero entre a agricultura familiar. Cadernos de pesquisa nº 21, junho, 200. p. 29-46.

431 Idem, ibidem, p. 30.

432 WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K., O trabalho da terra. Brasília: UNB, 1997. p.192.

Nesse sentido, as reflexões de Cláudia J. Maia⁴³³ são bastante oportunas. De fato, segundo esta pesquisadora:

A propriedade camponesa é o lugar do trabalho e é, igualmente, resultado do processo de trabalho -uma construção simbólica, relativa à hierarquia e à construção de gênero. Ela é um conjunto de espaços construídos e articulados entre si, que possibilita a sua reprodução social. Há uma representação desses espaços culturalmente construídos, onde se dá o processo de trabalho, ligando-os, por excelência, a uma esfera de domínio masculino ou a uma esfera de domínio feminino⁴³⁴.

A autora, como se pode constatar, rebate a idéia de que os espaços de trabalho sejam formados por elementos de intensa restrição sobre as ações cotidianas, por parte de homens, mulheres e crianças, atribuindo, internamente, uma organização contínua, severamente estruturada, solidificada e sedimentada. Relativo aos dias atuais, esse aspecto foi identificado no Pantanal Norte por Guerreiro, que faz as seguintes observações:

Entretanto, os espaços de trabalho não são rigidamente separados, e a precisão categoria que relacionada as necessidade de maior intensificação do uso da força de trabalho familiar no processo produtivo (Maia, 2004, p. 92) -a definidora da reorganização destes. Ainda que a hierarquia de gênero permaneça, notadamente na classificação dos trabalhos femininos e infantil como “ajuda”, percebe-se que determinadas etapas do ciclo produtivo, o roçado se torna um espaço híbrido, bem como os cuidados com casa em momentos críticos de doença ou em que todos os membros estão envolvidos com a “luta” com a terra. ⁴³⁵

No que toca à temporalidade aqui analisada, percebemos que esse hibridismo ocorreu nas atividades que estavam voltadas para a indústria caseira de alimentos, assim como para a criação de pequenos animais domésticos, ou seja, para aquelas atividades que eram desenvolvidas nos espaços casas-quintais⁴³⁶.

Nesses termos, é pertinente acrescentarmos que algumas dessas ações eram realizadas pelos jovens. A esse respeito, Guerreiro afirma que,

No entanto, existem funções que são desempenhadas exclusivamente pelo homem: a derrubada na mata e o cuidado com o solo antes do cultivo, o “trabalho pesado” do rocio. Os filhos constituem força de trabalho familiar: os rapazes aprendem o trabalho no campo com o pai, as moças aprendem os “afazeres de mulher”. Os trabalhos

artesanais como a tecelagem de redes, costuras, fabrico de farinha e doces são realizadas pelas mulheres, gerando renda adicional⁴³⁷ .

433 MAIA, C. J. “Trabalho feminino e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio

Jequitinhonha”. In: Mulher e Trabalho. Publicação especial do convenio da pesquisa de emprego e desemprego

na região metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Porto Alegre: Irene Maria Sassi Galeazzi, 2004.

434 Idem, ibidem, p. 90

435 GUERRO, G. C., op. cit., p. 15.

436 Daremos maior ênfase nas mudanças transcorridas no cotidianos dos agricultores da beira do rio no próximo

capítulo, em que as reconstruções espaciais e, simultaneamente, culturais terá maior atenção.

437 Idem, ibidem, p. 15.

Notemos que as tarefas femininas que contabilizam um retorno de capital são tidas enquanto “complemento”, pois as principais atividades, ou pelo menos as mais estimadas internamente, são desempenhadas e gerenciadas pelos homens. A “ajuda” familiar que a mulher prestava não estava restrita às atividades que se desenrolavam nos espaços masculinos, mas se desdobravam também ao retorno financeiro ou de troca que as ações nos espaços femininos podiam proporcionar.

Guerro percebe que os filhos dos trabalhadores rurais aprendem logo cedo a seguir o mesmo caminho traçado por seus pais, perpetuando os preceitos considerados tradicionalmente pertinentes às ações diárias. A hierarquia de funções atribuída a cada espaço rural é, dessa forma, engendrada entre os descendentes locais.

Além dos jovens, é possível assinalar também alguns elementos que envolvem os espaços de convivência cotidiana das crianças. Para isso, retomemos a algumas afirmações feitas sobre os espaços infantis no meio rural, que nos convidam a pensar em suas vivências familiares. Vejamos, a respeito, as observações feitas por Nobre:

Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento dos meninos e meninas, percebemos que na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre os meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida” 438 .

Nobre explica que a delimitação sobre a ocupação e a espacialização interna só irão alcançar um caráter divisório quando as crianças chegarem a certa idade que lhes permitam praticar a hierarquia local. Será a partir de então que as crianças irão ultrapassar a fronteira simbólica e espacial que diferencia, mesmo que mascaradamente, as obrigações entre os sexos.

No Pantanal, esse espaço de convivência diária também foi percebido pelos viajantes no período pós-guerra com o Paraguai. Roosevelt descreveu, ao chegar a uma grande propriedade localizada às margens do rio Cuiabá, a presença infantil nos quintais ou nas áreas limpas que cercavam o conjunto de moradias dos empregados contratados pelos “senhores”, onde “as crianças brincavam alegremente na poeira, vigiadas com ternura pelas mães”439 .

Realmente, a moradia era um ambiente bastante freqüentado pelos meninos e meninas. Sobre as habitações à beira do rio Cuiabá, Mulhal descreve que:

438 NOBRE, M., op. cit., p. 11.

439 ROOSEVELT, T., op. cit., p. 51.

Algumas das casas eram grandes e bem construídas, com alguns escravos; outras, simples ranchos, com uma rede, violão, arma de fogo, rede de pesca e arpão. As casas estavam sempre cheias de crianças.⁴⁴⁰

Fazendas, usinas de açúcar, sítios, ranchos e engenhos possivelmente não apresentavam grandes distinções cotidianas, no que se refere aos espaços infantis. Provavelmente, as crianças estavam destinadas a ficar quase sempre próximas aos pais por vários motivos: que iam desde a vigilância, em decorrência dos perigos a que estavam expostas até a prática “pedagógica”, que possibilitava a transmissão de conhecimentos de geração para geração. Além do mais, é possível apreender que a educação dos filhos, ainda nos primeiros anos de vida, era uma função atribuída à mulher, já que os ambientes internos freqüentados pelas crianças eram os espaços geralmente de competência da figura feminina – a casa-quintal, mas que era também, como já observado, espaço freqüentado pelo homem.

Enfim, as crianças, aproximadamente até os cinco anos de idade, ainda não estavam inseridas nesse mundo hierárquico da diferenciação sexual do trabalho, e em suas convivências eram tratadas com igualdade, freqüentando os mesmos ambientes e trocando experiências através de suas brincadeiras ou de simples atividades nos quintais, como alimentar a criação doméstica. E só irão ser separadas em universos distintos – as atividades femininas e masculinas –, quando estiverem maiores e aprenderem com seus pais que a circulação pelos espaços, desse momento em diante, deverá ser delimitada por tarefas, valores e moral. Nesse caso, é bastante provável que os ambientes freqüentados pelos meninos eram mais diversificados e mais extensos do que os das meninas, como no caso da roça. Aliás, se nos ativermos ao “roçado”, podemos observar que este espaço, em grande parte, era freqüentado e praticado por homens, ou seja, por pais de família e seus filhos.

A esse respeito, algumas pistas podem ser detectadas nos relatos de viajantes. O estrangeiro Smith, por exemplo, descreveu o massacre de parte de uma família fixada às margens do rio São Lourenço – ainda que uma índia que trabalhava como criada tenha procurado avisar, em vão, seus patrões sobre o possível ataque de índios –, informa que a tragédia não tinha sido maior porque “o dono da casa foi para a roça, levando consigo todos os homens da casa. Apenas saíra, caíram de chofre os índios, matando a senhora com os filhos e mutilando-lhes os corpos horrivelmente”⁴⁴¹.

Contudo, tendo como referência o Pantanal Norte, é preciso fazer algumas considerações críticas a respeito da divisão sexual das atividades laborais formulada por uma

440 MULHALL, M. G., op. cit., p. 41-2.

441 SMITH, A., op. cit., p. 279.

visão pragmática, que insiste em delimitar os espaços da casa-quintal à esfera feminina e o roçado à esfera masculina.

Analisando os processos-crimes, encontramos a presença feminina na lida na roça. De fato, quando suspeitos e testemunhas são inquiridos, a ocupação de “lavrador” não será mencionada apenas por homens, mas também por mulheres pantaneiras. Assim, podemos observar este aspecto em uma investigação aberta no ano de 1879, contra Agostinho Pereira Guimarães, lavrador, acusado de ter agredido fisicamente, no Pantanal Norte – nas proximidades da Freguesia de Santo Antônio do Rio-abaixo-, o escravo pertencente a Anna Gonçalves Freitas. Consta no mesmo documento que esta moradora de cinquenta anos de idade, era casada e respondeu que a sua ocupação profissional era a de lavradora⁴⁴², tal como a testemunha Antônia Maria da Conceição, vinte e dois anos de idade, solteira, que também se identificou como lavradora.⁴⁴³ . Ainda no mesmo processo, Maria Gonçalves do Bom Despacho, também testemunha, viúva, que tinha por volta de setenta anos de idade, informou, como as demais, que era lavradora⁴⁴⁴ . Não poderíamos deixar de fazermos menção a Florência Maria de Oliveira, que neste processo disse ter como profissão a “lida na roça”⁴⁴⁵ .

Em outra investigação, aberto no mesmo ano para apurar um acidente fatal no meio rural, mais especificamente em um lugar denominado Tarumã, da Freguesia de Santo Antonio do Rio-abaixo, o Inspetor do 6º quarteirão da mesma Freguesia, Bartholome Gonçalves de Almeida, relatava no processo⁴⁴⁶ um caso inusitado de óbito de uma mulher, chamada Luiza Pinto de Arruda⁴⁴⁷:

Levo ao conhecimento de V. S^a para os fins concorrentes, que hoje às 5 horas da tarde mais ou menos fui chamado por João do Espírito Santo para ver a mulher dele que havia sido morta, e ai chegando encontrei a referida mulher Luisa Pinto de Arruda, no meio da sala [...] porta e passando a examiná-la em presença de [...] Paes de Barros e Silvério Gonçalves da Cruz verifiquei ter sido causa da morte uma faca que levava no peito do lado esquerdo. Soube então que tinha ela ido arrancar mandioca, na sua vinda, caiu sobre uma faca que trazia na mão, de que resultou a ofensa, que em menos de meia hora morrera⁴⁴⁸ .

Apesar da tragédia que ceifou a vida de Luiza Pinto de Arruda, o documento oferece pistas inequívocas de atividades laborais femininas nos espaços geralmente reservados aos

442 APMT, Cuiabá-MT. Processo Crime, doc. nº 360, ano de 1877. Juízo de Direito da Segunda Vara da

Comarca de Cuiabá, cx atual nº15, doc. nº 931. Pág. 22.

443 Idem, ibidem, p. 34.

444 Idem, ibidem., p. 35.

445 APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relações, cx. 17, ano de 1879. Juízo de Direito da Comarca de

Cuiabá, cx atual nº17, doc. nº 154.

446 APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relação, cx. 17, ano de 1879. Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá,

cx. atual: 17, doc. nº 159.

447 Não consta no documento a idade desta moradora.

448 Idem, ibidem, p. 03.

homens. O que mais nos chama a atenção nesta ocorrência é que a vítima, que trabalhava no roçado, por ser casada com João do Espírito Santo, não prescrevia, portanto, uma necessidade de sustentabilidade para frequentar os ambientes tidos como masculinos. Isto porque o seu marido, ao que tudo indica, era dono de uma propriedade da beira do rio, chamada Espírito Santo. O mesmo tinha trinta e oito anos de idade e respondeu “que estava ele informante no canalial quando ouviu gritos de sua casa” e correu para ver o que havia acontecido, chegando lá encontrou o corpo de sua mulher na sala⁴⁴⁹. Isto denuncia outras possibilidades de espacializações por sexos e idades diferentes além da oposição ainda recorrente entre casa-quintal versus roçado, já que expõe a fragilidade da fronteira entre os espaços familiares e a polaridade que delimita os ambientes masculinos e femininos e, principalmente, da versão de que estes sejam antagônicos, mesmo havendo uma articulação entre ambos⁴⁵⁰.

Partindo desse pressuposto, é preciso que sejam feitas algumas ressalvas sobre as atividades híbridas entre homens e mulheres, no que tange às suas trocas de experiências cotidianas. Notemos, no caso presente, que a vítima havia ido à “roça” arrancar mandioca. Este ato, que à primeira vista pode parecer tão insignificante, exige que questionemos se nestes ambientes rurais todas as ações, as fases de labuta exigidas nos períodos de plantio e colheita eram realmente praticadas por ambos os sexos.

A rigor, o que temos que discutir trata-se dos requisitos em torno da moralidade interna que poderiam ou não delimitar as obrigações entre os sexos. As considerações feitas por Maria Ignez S. Paulilo são importantes porque nos alertam sobre a importância de algumas definições que dizem respeito justamente ao que é “leve” (trabalho feminino) e ao que é “pesado” (trabalho masculino)⁴⁵¹. De acordo com esta autora, em muitos casos os estudiosos podem se utilizar desses significados como ferramentas para entenderem as atividades cotidianas em seu pleno andamento. No que se refere ao trabalho no roçado, a autora ressalta:

Brejo da Paraíba, 1978, municípios de Alagoa Nova, Areia, Pilões, Serraria e Arara. Aqui a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” se faz mais clara. Entre os trabalhadores volantes, é “pesado”, masculino, principalmente roçar e cavar a terra. Roçar significa derrubar o mato grosso, inclusive árvores, a machado e foice. Cavar é preparar a terra, sem ajuda do arado, para o plantio da cana. Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar. Para isso, as mulheres ganham a

449 APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relação, cx. 17, ano de 1879. Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá,

cx. atual: 17, doc. nº 159, p. 09.

450 Cf.: WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K., op. cit.

451 PAULILO, M. I., “O peso do trabalho leve”. In: Ciência Hoje. Vol. 5, nº 28, jan/fev.1987.

metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas⁴⁵² .

Segundo Paulilo, o que irá determinar que um trabalho seja considerado leve ou pesado não está diretamente relacionado com a dificuldade do trabalho ou a força braçal despendida, mas sim a posição na escala social de quem a realiza em decorrência da hierarquia. Nesse sentido, muitos trabalhos tidos como leves em alguns lugares, são avaliados como pesados em outros. Isto é, a relação tempo e espaço faz com que os atributos de diferenciação das atividades sexuais sejam singulares e locais⁴⁵³ . Assim, “trabalho ‘leve’ e ‘pesado’ são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas”⁴⁵⁴ .

No extenso território alagável aqui estudado, possivelmente o processo de preparação das terras fossem serviços realizados pelos homens que ficavam responsáveis por limpar o terreno e plantar, sobretudo na prática das queimadas, com o uso da “coivara”, cujos instrumentos utilizados eram quase sempre as foices e as enxadas. Já as funções femininas se inseriam, mais apropriadamente, nas colheitas. Isto nos aponta também para o fato de que as funções atribuídas na agricultura provavelmente eram constituídas em caráter temporário, tendo em vista que ambos os sexos não participavam de todas as tarefas realizadas na roça, e menos ainda em conjunto.

Contudo essa separação de tarefas, entre homens e mulheres, na realização de funções em determinadas fases da agricultura, não deve ser entendida como uma divisão de trabalho que tivesse como fio condutor o esforço físico. Pois, nesse ponto, há que se destacar que os códigos que atravessavam os serviços “leves” e “pesados”, em muitos casos, antecediam as práticas. Em outras palavras, mais do que depender das atividades em seu transcurso, em sua dinâmica, o que delimitava as diferenciações sexuais do trabalho era os responsáveis por quem as praticava. Isto é, quaisquer que fossem as ações realizadas por mulheres e crianças,

452 PAULILO, M. I., op. cit., p. 2.

453 A autora cita o caso do Nordeste, em que nas plantações de açúcar o trabalho pesado já sobrepesa no cultivo, momento em que a mão-de-obra masculina está fortemente presente. No que toca ao cotidiano deste momento,

Paulilo afirma: “Considerados ainda mais “pesados” que os trabalhos do roçado são a capina e a colheita de

cana, feitas pelas trabalhadoras volantes. As folhas são ásperas e cortam a pele. Quanto mais altas as plantas,

maior o desconforto. Por ocasião das greves de cortadores de cana em alguns estados do Nordeste, o Brasil

inteiro pôde ver pela televisão, como se vestem essas trabalhadoras volantes para evitar machucaduras, calças

compridas, camisas ou vestidos de mangas compridas sobrepostos, lenços no rosto, pés cobertos e faixas na mão.

A lida da cana é considerada tão penosa que só se dedicam a ela – além dos homens, evidentemente – mulheres

sozinhas, isto é, mulheres chefes de família, mães solteiras, separadas, abandonadas ou com marido doente”.

Idem, ibidem, p. 4.

454 Idem, ibidem, p. 4.

elas eram codificadas automaticamente como “leves”, e, se fossem desenvolvidas por homens, identificadas como “pesadas”⁴⁵⁵.

Outra possibilidade registrada entre os trabalhos masculinos na agricultura eram as alternâncias entre ações cotidianas. Em alguns episódios, os moradores se “auto-reconheciam” enquanto detentores de duas profissões rurais. É o que nos aponta o processo crime, no qual Pedro Alencastro Leite de Sá, de trinta e um anos de idade, casado, e Jacinto de Couto, de cinquenta e dois anos de idade, mais ou menos, também casado, ambos moradores de Santo Antonio do rio-Abaixo, se identificaram, quando inquiridos, como lavradores e criadores.⁴⁵⁶

Aliás, tudo indica que a “lida” com o gado fosse um ambiente eminentemente freqüentado pela figura masculina. Da Silva e Silva ⁴⁵⁷ também constataram esse fato em Mimoso, na região de Barão de Melgaço, em suas pesquisas sobre os pescadores locais. E destacaram que, quando isso acontece, “o espaço de circulação do homem é muito mais amplo”. Seguindo esta linha de raciocínio, pesquisadoras afirmam que: “Não é raro mulheres de Mimoso que não conhecem Mata Verde ou Ximbuva (localidades existentes nas proximidades); geralmente seus domínios restringem-se apenas ao redor das moradias. O largo é ‘freqüentado’ apenas pelos homens que aí vão para manejar as pastagens, cuidar das reses doentes ou pescar”⁴⁵⁸. Outras atividades que tinham grandes possibilidades de serem predominantemente masculinas e que permitiam, simultaneamente, maior circulação entre os ambientes rurais eram aquelas voltadas para a derrubada de matas e, sobretudo, as queimadas para as pastagens.

Para além do trabalho e da subsistência: as práticas cotidianas de lazer

Em muitas ocasiões, nos finais de semanas nos engenhos, nas fazendas ou nas usinas de açúcar podiam acontecer os festejos dos trabalhadores rurais⁴⁵⁹. Mas eram as festas

⁴⁵⁵ Paulilo ainda nos lembrará que as definições de atividades sexuais ainda levam em conta um valor financeiro:

“Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe.”

PAULILO, M. I., op. cit., p. 3.

⁴⁵⁶ APMT, Cuiabá-MT. Processos Crimes, Fundo: Tribunal de Relações, cx 36, doc. nº 747, ano de 1896. Juízo de Direito de Cuiabá, cx 89, doc. nº 991.

457 DA SILVA C., & SILVA, J. A., op. cit., p. 70. Não se esquecendo de que na região norte pantaneira, a criação de animais se referiam, em sua grande parte, à bovina.

458 Idem, ibidem, p. 70-1.

459 Cf. : SIQUEIRA, E. M., op. cit.

religiosas os principais momentos em que os moradores dos diversos ambientes rurais se reuniam em eventos que podiam durar por toda uma semana, em que os laços familiares eram renovados, as danças praticadas e, simultaneamente, a religiosidade reverenciada e perpetuada.

A importância das festas, sobretudo as de cunho religioso, extrapola em muito o lugar a elas destinado neste estudo. De todo modo, vale notar que a religiosidade assumia um papel central na vida dos pequenos agricultores, fazendeiros, camaradas, agregados, enfim, entre todos aqueles que viviam nesses ambientes pantaneiros⁴⁶⁰.

Neste sentido Silva e Silva, analisando as festas religiosas que acontecem na região de Mimoso, Barão de Melgaço, constataram que a fartura é uma das principais características que compõem essas comemorações locais. O oferecimento da alimentação nessas ocasiões não se restringe ao almoço e ao jantar, mas também aos doces (laranja, leite, goiaba) e licores em que, “quanto maior for a oferta de alimentos e bebidas, melhor a festa será considerada. É fundamental a abundância desta oferta”⁴⁶¹.

De acordo com as pesquisadoras, os festejos são considerados como momentos que escapam à rotina, razão pela qual se torna significativo evitar qualquer situação que lembre o cotidiano, e suas ações internas, que esteja diretamente relacionado a aspectos negativos. Ou seja:

[...] enquanto no cotidiano pode-se aceitar a escassez, em ocasiões de festas isso não é permitido. Pouca comida em festa significa avareza dos anfitriões e isso não é desejável. O desejável é que os convidados comam até fartar-se e ainda joguem comida fora. O desperdício é o termômetro que mede a generosidade do doador, bem como de sua condição de vida. Mesmo pobre um participante da festa de Santo Antonio deve desdobrar-se para conseguir que sua festa seja lembrada por todos como uma ocasião de comida farta. Não é bom que alguém seja lembrado devido ao fato de que nas festa em que ofereceu as pessoas saíram com fome e ou insatisfeitas.⁴⁶²

Sabemos que entre os moradores da beira do rio, no período em que estamos estudando, a alimentação não se apresentava como um problema de escassez. Ao contrário, os alimentos obtidos através da exploração dos recursos naturais eram suficientes o bastante para que os “ribeirinhos” não tivessem problemas de nutrição. O que deve ser destacado, neste caso, é que provavelmente existiam alimentos mais sofisticados – valorizados ou não entre os mesmos -que, no entanto, não estavam incluídos em sua rotina alimentar, mas sim entre os

⁴⁶⁰ O recorte de nossa análise, contudo, não privilegiou a análise sobre as festas, o que exigiria o levantamento de bibliografia específica e a análise de outras tipologias documentais, como as fontes paroquiais por exemplo.

Mesmo assim é possível tecer breves considerações sobre o tema

⁴⁶¹ DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit., p. 109.

⁴⁶² Idem, ibidem, p. 109-10.

trabalhadores mais afortunados materialmente, tendo condições financeiras favoráveis, a exemplo dos fazendeiros e usineiros.

Entre estes grandes proprietários, o cardápio era mais variado e, incontestavelmente, mais caro. Se voltarmos aos documentos alfandegários, podemos encontrar indícios de que os produtos alimentícios importados por Mato Grosso eram diversos, muito dos quais, possivelmente, consumidos pelos “senhores” rurais do Pantanal, dentre os quais podemos apontar o vinho do porto, vinho vermelho, champanhes, licores, cervejas, queijos, sardinhas, ervilhas, presunto, bacalhau, azeite, azeitonas, manteigas e salames, dentre outros⁴⁶³ .

Os viajantes também nos deixaram pequenos vestígios sobre a alimentação dos “senhores” locais, como Roosevelt, que descreve rapidamente uma de suas refeições, quando estava de passagem por uma das grandes propriedades do Pantanal:

Na manhã seguinte, 1º de janeiro de 1914, levantamos às cinco horas, e tivemos um excelente almoço de Ano Bom com pão de bordo, presunto, sardinha e café, antes de sairmos para uma das costumeiras caçadas a pé ⁴⁶⁴ .

Já em relação aos “ribeirinhos”, possivelmente o cardápio presente no seu cotidiano fosse composto, em sua grande parte, de arroz, batata, mandioca, abóbora e milho, além do peixe; quanto à carne de boi, não era tida como um alimento diário e comum. Seguindo esse raciocínio, os festejos religiosos eram a oportunidade para que os moradores locais aproveitassem seu tempo em descontração e divertimento. Entretanto, eram igualmente ocasiões propícias para que os “senhores” locais se fizessem valer de estratégias para se imporem, pois esses eram também momentos em que as condições financeiras adquiriam um sentido de poder, como já destacamos anteriormente.

Esse fato pode ser detectado nos eventos locais, de grande e pequeno porte. Para vislumbrarmos melhor os episódios em que estas estratégias eram conclamadas pelos proprietários rurais, seria pertinente aqui aludirmos à folia fluvial do Senhor Divino, ocorrida no ano de 1879, em Santo Antônio do rio-Abaixo, no lugar denominado Tarumã. Convidada a almoçar na casa do senhor João do Espírito Santo, a folia teve como cardápio a tradicional “carne assada”. Além do almoço, o morador ofereceu “pinga” aos foliões, dentre os quais alguns se encontravam inclusive embriagados⁴⁶⁵ .

463 NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tesouraria Nacional de Mato Grosso. Seção: Alfândega de Corumbá,

Subseção: capatazia. Série: papéis de navios. Ano: 1857-1889. Exercício de 1889, manifesto nº 6. Vapor

Nacional Humaitá, vindo de Montevidéu, em 4 de Fevereiro de 1889.

464 ROOSEVELT, T., op. cit., p. 84.

465 APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relação, cx: 17, doc. nº 383, ano de 1879. Juiz de Direito Substituto

de Cuiabá. cx: 17, doc. nº 157.

De acordo com da Silva e Silva, grande parte das festas ocorridas na região por elas estudada se desenrolava nos períodos da vazante, momento em que a colheita já havia sido feita e se encontrava armazenada, propiciando assim a fartura na festa⁴⁶⁶. Fazendo uma ponte com estas observações, vale lembrar que a folia acima citada ocorreu no mês de março, isto é, na época da colheita. Portanto, o acontecimento religioso maior, que seria neste caso festa do Senhor Divino, possivelmente transcorreria já no período da vazante. Notemos que se o cardápio desta folia apresentava sinais inequívocos de fartura, o festejo, ao homenagear o Senhor Divino, se destinava a agradecer ou rogar por uma fartura ainda maior de alimentos e bebidas.

Aliás, sobre o consumo de bebidas alcoólicas podemos tecer maiores comentários, pois este estava fortemente atrelado ao cotidiano dos “ribeirinhos”, principalmente aos momentos associados ao descanso e à confraternização, não representando, dessa forma, apenas uma bebida servida em ocasiões especiais, como os festejos ou algumas celebrações. A aguardente, ou simplesmente “pinga”, possuía um significado que se articulava com os momentos de descontração nas trajetórias diárias dos “ribeirinhos”. Assim, no ano de 1877, no processo-crime já citado anteriormente, Anselmo Tolestino de Amorim, casado, criador e morador do Santo Antonio do rio-Abaixo, com trinta e dois anos de idade, ao ser acusado de agressão corporal, disse ao Chefe de Polícia, José da Costa Leite Falcão que,

“enquanto lançava sua rede no rio Cuiabá, para abastecer de peixe sua família e sua mãe, [...], trouxera consigo uma porção de peixe, e antes de chegar à casa tomou a casa de seu compadre e {...} dois vinténs de aguardente e designou-se depois para ela (a sua casa)”⁴⁶⁷.

Nas “prosas”, a aguardente era consumida, assim como nos momentos de lazer; em muitos casos, quando as redes eram armadas debaixo das árvores, com a possível presença de um violão, um dos instrumentos mais tocados para acompanhar as cantorias noturnas sob a claridade da lua, das estrelas e das fogueiras⁴⁶⁸.

Além da aguardente, o guaraná ralado também se constituía em uma bebida bastante valorizada nos momentos de folga. De fato, de acordo com esse mesmo processo, podemos verificar que a vítima de agressão José Simão de Lara Pinto, solteiro, lavrador, trinta e sete anos, filho do finado capitão José de Lara Pinto foi convidado por Anna Gonçalves de Freitas, mulher de Anselmo, a tomar um guaraná ali na casa de sua mãe – Dona Anna Isabel

466 Para saber mais, cf.: “Festas na vazante”. In: No ritmo das águas do Pantanal. SILVA, C. J. & SILVA, J. A.

São Paulo: NUPAUB/USP, 1995. p. 107-16.

467 APMT, Cuiabá-MT, Processo Crime, 1877, doc. nº360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de

Cuiabá, cx. atual nº15, doc. nº. 931.

468 A presença de redes e violão pode ser encontrada em MULHALL, M. G., op. cit., p. 41-2.

Rodrigues Pimenta. Entrementes, “enquanto Anna aprontara o guaraná, sua mãe lhe ofereceu aguardente, que este ofendido demais de relutar aceitou”.⁴⁶⁹

E, por último, é preciso acrescentar também o fumo, plantado e consumido localmente, assim como a aguardente produzida nas usinas de açúcar locais. Dessa forma, muitos produtos -alimentícios ou não -, nos servem para mostrar as práticas, agregando valores e engendrando significações. A rede, as músicas cantadas ao luar, acompanhadas ao violão, o fumo, a aguardente e o guaraná ralado são alguns dos elementos que servem, enquanto ferramentas, para entendermos o universo rural.

Nesse sentido, há de se observar que estas produções rurais, que podiam ou não se transformar em mercadorias, não serviam localmente apenas para a sobrevivência biológica, elas extrapolavam estas limitações com seus significados fisiológicos por estarem impregnadas de desejos, prazeres, vícios, necessidades que fogem de uma percepção simples da materialidade; elas estavam inseridas num mundo simbólico prenhe de fantasias, muitas das quais contribuía para promover a quebra da formalidade sobre os indivíduos.

Para finalizar, não poderíamos deixar de referenciar aqui as reflexões feitas por Marx sobre as mercadorias, ao afirmar que “a mercadoria é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”⁴⁷⁰.

O “muxirum”: trabalho praticado em comum

A reprodução da vida rural desses agricultores, os “ribeirinhos” das áreas rurais-, dependia de relações de trabalho que envolviam, além de conhecimento do meio natural, uma organização interna, incluindo a divisão de atividades para a execução de tarefas que exigiam maior força de trabalho, como a derrubada de novas áreas para o próprio plantio e a colheita. Este trabalho coletivo era denominado de muxirum, prática esta que foi assim descrita por D’Alincourt:

Na passagem de Capivary [...] junto a ele há um pouso, ou rancho [...] e uma casa, em que nesta ocasião havia um grande número de pessoas de ambos os sexos, por ser costume juntaram-se muitos para o trabalho a que chamam de muchiron na linguagem indiana, e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão

469 APMT, Cuiabá-MT, Processo Crime, 1877, doc. nº360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de

Cuiabá, cx. atual nº15, doc. nº 931.

470 MARX, K., op. cit., p. 41.

findando as tarefas; o trabalho consiste em prepararem e fiarem a algodão e fazerem roçados para as plantações⁴⁷¹ .

Moradores da beira do rio São Lourenço e Cuiabá realizavam o muxirum

possivelmente em atividades rurais diversas. O estudioso Proença também descreve esta prática como corriqueira em um ambiente rural:

O homem percorre a mata, olhando a madeira com dois objetivos: saber se as espécies florestais indicam boa terra e verificar se a derrubada será fácil. Escolhido o eito, quando o serviço é grande, promove um muxirão. Vem gente de longe, convidado para

o serviço festivo./Certa manhã se houve o baque do machado, mordendo a carne das piveiras de flores lilás, das canifistulas de flores rosa-marinha, difíceis de rachar. Voam lascas aos golpes cadenciados, cujo compasso o machadeiro vai marcando com gemidos!-hum...hum...⁴⁷²

Na região do Pantanal, o muxirum foi identificado e assim descrito por Corrêa Filho

(1946):

Com mais forte razão concorrerão o muxirum, quando se reúnem todos os interessados por ajudar com o seu esforço, em troca fatura de iguais retribuições, o vizinho solicitante, que os alimentarão festivamente por um ou dois dias, durante a magna tarefa, de ultimação urgente.⁴⁷³

É importante perceber nesta passagem que além de reuniram-se para trabalhar, os

grupos rurais também reafirmavam os laços de sociabilidade, que assim pode são definidos

por Franco:

O mutirão consiste em uma forma cooperativa do trabalho e, como se sabe, é convocado quando se trata da realização de benfeitorias de interesse coletivo (caminhos, capelas etc.), ou quando a tarefas tem que ser realizadas com requisitos de celebridade que ultrapassem os limites do trabalho doméstico (plantio, colheita, derrubadas, construção de casas etc.). Trata-se assim de suplementar a mão-de-obra e diminuir o tempo necessário para a realização de determinados serviços, onerando de modo mínimo eqüitativo cada um dos seus usufrutuários. O que se procura, portanto, é um aumento da produtividade do trabalho mediante sua formação em força coletiva. Essa prática repousa necessariamente em algum tipo de incentivo e de coordenação, prescindíveis no trabalho isolado.

A prática do mutirão revelava os laços de solidariedade, estabelecidos entre os

moradores na medida em que se baseava em uma prestação de serviços voluntária, sem a cobrança pelo tempo e pelas atividades disponibilizadas. Perpassava, dessa forma, por uma relação informal que se assentava, sobretudo, como bem enfatiza Thompson⁴⁷⁴, em território que era usufruído por todos, ou que pelos menos as ações despendidas se baseavam em uma

471 D'ALINCOURT, L., Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília, Senado

Federal, Conselho Editorial, vol. 69, 2006, p. 49.

472 PROENÇA, op. cit., p. 11.

473 CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 122.

474 Cf.: THOMPSON, E. P., "Costumes, lei e direito comum". In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo Companhia das Letras, 1998, p. 86-149.

obrigatoriedade regular com objetivos bem delimitados. Ou seja, trabalho em comum, com caráter restituível não era realizado como vimos em qualquer espaço rural, mas apenas em situações específicas que garantiam a perpetuação de práticas e que fossem do interesse e da preocupação de todos os envolvidos. Ele se sustentava por que pressupunha a regularidade das atividades de habitantes ali presentes.

Todavia, o muxirum no Pantanal Norte era realizado tanto nas pequenas como nas grandes propriedades rurais, em que seus donos convidavam alguns moradores para a prestação de serviços em comum. Esses apontamentos são levantados com base nos vestígios deixados também pelos processos-crimes do período. Um exemplo desse episódio, foi um inquérito policial aberto no ano de 1878, pelo subdelegado da Polícia da Freguesia de Santo Antônio – José da Costa e Arruda -contra Sebastião da Fonseca e Moraes, Thomé Joaquim da Fonseca e José da Costa Pereira, “por terem entrado armados em casa do Tenente Antônio de Moraes Delgado e daí terem conduzido a força a escrava Maria de propriedade de D. Anna D’Alvin Navarros.” 475

O interessante em relação a essa situação, relatada no processo-crime, está ligado a um evento local de cunho comunitário que estava acontecendo naquele momento – o “mutirão”. Apesar de não encontrarmos neste documento que tipo de atividade estava sendo realizada em comum, todas as testemunhas afirmaram enfaticamente que presenciaram o desenrolar do episódio por estar realizando um muxirum a convite do proprietário, Antônio de Moraes Delgado. Estas testemunhas eram todos do sexo masculino e tinham como profissão lavrador, variando suas idades entre 18 a 50 anos⁴⁷⁶.

Contudo, que mais nos chamou a atenção neste documento foi o simples fato de que estas atividades poderiam reafirmar os laços de solidariedade ou proximidade entre a vizinhança, com interesses comuns, assim como os laços de religiosidade, já que ao final do muxirum estava previsto uma oração, uma reza para os convidados⁴⁷⁷. Nos conduz também a questionar se poderia ou não ser o “mutirão” um mecanismo utilizado pelos grandes proprietário manterem suas relações de poder, minimizando possíveis tensões ao recorrer a

475 APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relações, cx 16, ano: 1878. Juízo de Direito Substituto da Câmara,

cx. atual: 16, nº. 364, p. 1.

476 Idem, ibidem, José da Conceição Silvério, casado, 50 anos de idade, lavrador e morador no S. João da Reboja/

Joaquim Isidoro de Amorim, 32 anos, lavrador, casado./ Eleutherio de Arruda Pinto, 30 anos, lavrador, casado,

morador da Aldeia/Roque Rodrigues {...}, 19 anos, lavrador, solteiro, morador do Furador./ Matheus da Costa

Farias, 18 anos, lavrador, solteiro, morador no Furador./ Joaquim de Carvalho, 25 anos, lavrador, solteiro,

morador no Furador.

477 Idem, ibidem, p.10,11 e12.

uma atividade que tinha como um dos seus principais componentes o vínculo de reciprocidade baseado em relações pessoais.

Sendo assim, entendemos que os costumes do universo rural pantaneiro atualizavam-se através de ações que continha um caráter contínuo, mas carregava simultaneamente, componentes e aspectos que levavam a descontinuidades, a ressignificações racionais e peculiares, que tinha influencia direta nos processos de reconstruções espaciais internas. Será este último ponto que buscaremos compreender no próximo capítulo, nos atentando às transformações mais amplas que tiveram reflexos nas espacializações locais.

5º Capítulo:

Do “interior” para o “exterior”: o impacto da reabertura da navegação na Bacia do Prata nas práticas dos “ribeirinhos”

Apontamos em capítulos anteriores mudanças significativas ocorridas entre 1870 e 1930 em virtude da reabertura da navegação na Bacia do Prata. Neste capítulo a análise destas mudanças ganha outra dimensão. Investigaremos as transformações nas atividades diárias em ambientes rurais do Pantanal Norte, especialmente entre os “ribeirinhos”, atentando-se para as continuidades e descontinuidades na percepção de tempo deste grupo social, e como isso se configurou no cotidiano local. Isto é, percorreremos o “tempo das usinas”, o “tempo da navegação a vapor” e conseqüentemente, as alterações que esta temporalidade engendrou na paisagem e espacializações a beira dos rios.

Contudo, a noção de tempo de um determinado grupo social para ser desnudada e apreendida necessita de uma análise que tenha em mente a relevância dos princípios que norteiam as práticas, em torno destas devem ser compreendidas os elementos que as criam, que as provocam, que as fazem emergir e tornarem-se possíveis. Ou seja, o tempo tem a sua função e utilidade no dia-a-dia.

A reprodução de novas ações cotidianas em virtude de sua articulação com o mercado externo não deve servir para justificar a hipótese da adoção de uma nova forma de relacionar-se com o tempo em detrimento da forma pré-existente. Mesmo em sociedades industriais, a mudança na percepção de tempo dos trabalhadores é questionada. Segundo Thompson

Entretanto, é improvável que esse impressionismo grosseiro faça avançar a presente investigação: até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso do tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores? Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho-novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente-, até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?⁴⁷⁸

Para este historiador a disciplina no trabalho não se configurou enquanto um elemento novo nestes períodos de transformações. Ela já existia. O que modificou foi a sua importância e, principalmente, os tipos de disciplina que passaram a ser engendradas a partir de então, assim como as novas leis, os novos valores. São esses aspectos que devem ser pensados no estudo sobre a percepção de tempo.

⁴⁷⁸THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. Fontes-São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 269.

Achar que entre os grupos ou comunidades “tradicionais” não havia uma organização interna que preconizasse uma ordem, uma divisão de tarefas, é submeter a análise desses trabalhadores à críticas vagas e ausentes de sustentabilidade. Internamente, a noção de tempo contava com regras e lógicas próprias que norteavam e redistribuíam as funções entre os integrantes da comunidade, comumente ligados por laços familiares.

De acordo com Thompson entre os denominados “‘povos primitivos’ a medição do tempo está diretamente relacionada com os processos familiares nos ciclos dos trabalhos ou das tarefas diárias”⁴⁷⁹. Nesse caso, o tempo não é moeda, as atividades diárias empreendidas por cada trabalhador não obedecem a regras de algum patrão com horários específicos e padronizados, tendo cada minuto, cada segundo vigiado e marcado pelo relógio; pelo contrário, o tempo é controlado pelo próprio trabalhador.

Estamos aqui tratando do que Thompson define como “tempo da natureza”, que era praticado entre as “sociedades camponesas”, fossem eles agricultores, pescadores, caçadores, extrativistas, entre outros. É a respeito desse tempo que discutiremos neste capítulo, nos voltando ao ambiente agrário em que os “ribeirinhos” ajudavam a formar.

A caça: uma atividade lucrativa

Turmas de caçadores acompanham nas matas durante duas semanas ou um mês, alimentando-se de churrasco de capivara, dias e dias para voltar ao cabo, com um bom carregamento de peles valiosas. E voltam fortes, muitos até curados do amarelão. Por causa do óleo da bicha, afirmam. Os próprios vaqueiros que só extemporaneamente se entregam a caçadas, ainda fazem uma colheita regular de

480

couros.

Estas descrições foram feitas por Manoel Cavalcante Proença, intelectual cuiabano conhecido por ter lecionado em instituições importantes a nível nacional nos anos de 1940, como a Academia Militar das Agulhas Negras; além de publicar obras literárias na década

479 THOMPSON, E. P., op. cit., p. 269. Seria interessante dar continuidade a citação tendo em vista os exemplos que serão citados pelo autor “Evans-Pratchard analisou o senso de tempo dos nuer: ' O relógio diário é do gado, a rotina das tarefas pastorais, e para um nuer as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua'. Entre os nandi, a definição ocupacional do tempo evoluiu, abrangendo não apenas cada hora, mas cada meia hora do dia-às 5h30 da manhã os bois já foram para o pasto, às 6 h as ovelhas foram soltas, às 6h30 o sol nasceu, às 7 h tonou-se quente, às 7h30 os bodes já foram para o pasto etc.-uma

economia inusitadamente bem regulada. De modo semelhante, os termos evolui para a medição de intervalos de tempo. Em Madagascar, o tempo podia ser medido pelo 'cozimento do arroz' (cerca de meia hora) ou pelo 'fritar de um gafanhoto' (um momento). Registrou-se que os nativos de Cross River dizem: 'o homem morreu em menos tempo do que leva o milho para assar' (menos de quinze minutos)". p. 269-270. 480 PROENÇA, M. C., op. cit., p. 53.

seguinte, descrevendo a cultura mato-grossense, especificamente, caracterizando a região pantaneira.

Este pequeno trecho de sua obra revela-nos não apenas a utilização de uma das atividades desenvolvidas entre os trabalhadores rurais do Pantanal, mas principalmente nos trás indícios das mudanças agrárias que estavam acontecendo naquela região. Aponta-nos a intensificação da caça perante a sua importância econômica alcançada graças ao aumento das relações de troca e comércio com as embarcações fluviais.

Esta prática rural, desenvolvida também entre os “ribeirinhos”, tornou-se relevante fonte de renda na área em estudo. No trecho, trabalhadores referidos como “caçadores” seriam especializados nesta prática e despenderiam a maior parte de seu tempo na mata na busca de “peles valiosas”. Contudo talvez, o detalhe mais rico e significativo do relato esteja voltado ao apontamento feito a trabalhadores que não se encaixavam enquanto caçadores, os “vaqueiros”, que alternavam suas tarefas entre a caça e a “lida” com o gado. Isto é, a caça desempenhava distintas funções entre os trabalhadores rurais do Pantanal indo desde uma atividade esporádica, até uma tarefa diária e dividida em pequenas temporadas.

No entanto, ainda ficam as perguntas: quem eram esses caçadores? Que tipo de funções ou grupos rurais eles compunham? Eram realmente caçadores ou o estudioso Proença se precipitou ao utilizar-se esse termo?

Para responder estas questões teremos que percorrer novamente os indícios deixados pelos documentos descritivos, de cunho etnográfico; já que tabelas dos relatórios dos governantes provinciais e estaduais não davam conta definitivamente, das práticas e das relações sociais que possibilitavam a exploração de animais silvestres. O trecho do relato feito pelo estrangeiro M. G. Mulhall apresenta indícios,

Foi alívio depois alguns dias nessas selvas, poder chegar ao agradável rancho do João Augustin, onde nos recuperamos e nos foram oferecidos refrescos. O pobre homem tem um braço paralisado, resultado de um encontro com uma onça que rasgou os músculos do seu ombro. Ele tem muitas peles de onça, os quais nos vende por dólares cada⁴⁸¹ .

Logo acima, há uma alusão ao “ribeirinho” indicando sua habitação: o rancho na beira do rio. O que mais nos chama atenção neste fragmento de relato, é a venda em dólar da pele de onça. A negociação dessa matéria-prima revela a valorização deste recurso disponível para um mercado estrangeiro, assinalando também a circulação monetária, ainda que não seja possível mensurá-la.

481MULHALL, M. G., op. cit., p. 42.

A caça, portanto, passou de uma ação praticada como complementar (utilizada para completar a alimentação, ingredientes de remédios, além de ser espaço de divertimento), para constituir-se enquanto uma atividade lucrativa, que fez com que muitos trabalhadores autônomos se empenhassem na captura de animais silvestres como onças, capivaras, jacarés, ariranhas e uma diversidade de aves. Além dos “ribeirinhos”, a caça passou a ser intensificada por outros trabalhadores rurais. Virgílio Corrêa Filho observa que,

Entre os empregados das fazendas maiores e das empresas estrangeiras usualmente encontravam-se alguns camaradas contratados para a caça de onças, em especial no Pantanal, onde estes animais representavam uma ameaça constante para as reses. Em algumas fazendas a caça representava uma fonte de lucro adicional, pois a pele de muitos animais era vendida a preços compensadores.⁴⁸²

Sobre a comercialização de peles de animais, nas grandes propriedades, destacava-se a importância de um espaço rural e local o armazém. O viajante norte-americano Roosevelt, no começo do século XX, ao passar pela fazenda Brazil Land and Cattle Company (empresa do Sindicato Farquahar), descreveu que

No armazém se encontravam pilhas de peles de onça, puma, jaguatirica, jaguarundi, jaguar e uma grande pele de lobo vermelho. Eram adquiridas dos vaqueiros e dos índios mansos, por preços de acordo com a cotação de cada uma, à medida que iam sendo retiradas. Aos jaguares, vez por outra, matavam cavalos e vacas, mas nunca vitimavam touros. Os pumas preferiam os bezerros. As outras espécies de felinos só de raro em raro apresavam algum torneiro, pois de ordinário davam preferência aos carneiros, leitões e galinhas. Vimos também a pele de um jaguar preto.⁴⁸³

Outro aspecto que pode ser verificado em relação a captura de animais silvestres, é a sua comercialização desenvolvida por algumas comunidades indígenas, como foi apontado logo acima⁴⁸⁴. Viajantes também referenciavam esta atividade entre os índios tal como fez Bartolomé Bossi, na década de 1860, quando percorria o território alagável:

A tribo dos Guatós visita nessas alturas ambas orillas do São Lourenço e habita nas suas imediações. É uma tribo inofensiva, que vive da pesca e da caça-. Seu pequeno

comércio se limita a algumas peles de tigre e outros animais, que vendem aos viajantes⁴⁸⁵

482CORRÊA FILHO, V., op. cit., p. 216.

483Idem, ibidem, p. 91.

484 Não apenas a caça, pois a comercialização de animais domésticos também eram negociados pelos índios.

Cunha descreve isto: “Com essas pilherias e sob os protestos de Roosevelt, que achava muito – amáveis e

cortezas aqueles que queriam homogenear, mas que o deixavam com isso em sérios apuros, continuamos a subir

o rio, até que uma das choças de palha sobre um trecho mais alto da barranca, na margem direita, chamaram a nossa atenção. Era um pequeno aldeamento de índios já meio incorporados na civilização (coitados; que para a sua felicidade nunca o sejam completamente) e que ali viviam de pequenas plantações, peixe e alguns comercio, num lugar bastante pitoresco; paramos, fotografamos e pouco que era visível de fora, e e alguns companheiros saltaram para observar os nossos puros patrícios e fotografar as suas choças, e a eles, se possível”. CUNHA, H.

P., op. cit., p. 44-45.

485BOSSI, B., op. cit., p. 48.

Nesse sentido, a caça praticada no meio agrário do Pantanal Norte poderia ser desenvolvida por distintos moradores rurais, fossem eles índios, camaradas, “ribeirinhos” ou mesmo agregados⁴⁸⁶. No entanto, esta ação alcançava distintas funções e gastos de tempo de acordo com a importância que a mesma adquiria para cada morador local. A discussão de Thompson sobre a relação entre o “tempo da natureza” e o cumprimento de tarefas é significativa para discutirmos este aspecto. Para o autor

É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o “trabalho” e a “vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados-o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa-e não há nada grande senso de conflito entre o trabalho e “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.⁴⁸⁷

A interpretação de que o tempo orientado por tarefas “é mais humanamente compreensível”, se deve ao fato de que é um tempo norteado por funções e controlado individualmente. No “tempo da natureza” existe uma flexibilidade com o horário dos afazeres diários, pouca exigência sobre um número de excedentes e a viabilidade da diversificação dos serviços realizados. Essas características nos levam a refletir a elasticidade que esta temporalidade permite no que se refere as modificações que giram ao redor do habitus familiar. E mais, a ausência de uma fronteira específica e rígida entre o “trabalho” e a “vida”, nos leva a defender a hipótese que as ações diárias não se constituíam enquanto uma obrigação, um compromisso alienado tendo que ser cumprido a qualquer custo pelos trabalhadores locais. Pelo contrário, a “vida” assumia um caráter simbiótico entre o prazer e tarefas cotidianas.

O muxirum é um exemplo claro disso, estando este atrelado às novas relações ou trocas de experiências que começavam a ser interiorizadas. Trabalhos prestados em conjunto para o bem-estar de todos os envolvidos, que finalizavam seus dias com orações e festividades locais.

Podemos, contudo, fazer algumas colocações a esse respeito. Vejamos o caso da caça. Normalmente ela era realizada em parcerias, em bando, em turmas ⁴⁸⁸. Moradores que se

⁴⁸⁶ Um ponto interessante a ser salientado refere-se a animais mencionados nos relatos de viagens ou obras de estudiosos locais, que não correspondiam as espécies encontradas no bioma pantaneiro como o “tigre”, a “puma”, dentre outros.

⁴⁸⁷ THOMPSON, E. P., op. cit., p. 271-272.

⁴⁸⁸ PROENÇA, M. C., op. cit., p. 162.

embreavam na mata para a captura de animais escolhidos, levando dias, semanas ou meses. Ao retornarem os trabalhadores se ocupavam da venda dos produtos da caça, posteriormente poderiam passar a dedicar-se a outras atividades.

A caça era, portanto, praticada em mutirão. De fato, isso pode ser explicado tendo em vista que se antes da reabertura fluvial ela era desenvolvida como uma tarefa de descontração, para complemento alimentar ou na intenção de espantar animais que invadiam a horta, roça ou que matavam o gado, as galinhas, dentre outras situações. Após 1870, a caça passa então a ser cada vez mais utilizada na medida em que seu valor agora adquiria caráter monetário. No entanto, a forma de ser desencadeada não se alterou, ela continuava a ser perpetuada em mutirão. Para os denominados “caçadores”, o seu tempo era marcado por esta tarefa temporariamente ou não, até onde cada um destes determinasse que devesse e tinha condições de realizá-la. Assim é o “tempo da natureza”, flexível, no qual as atividades diárias estavam vinculadas ao meio natural.

Tempo este facilmente de ser identificado entre os “ribeirinhos” e entre vários povos indígenas. Mas quando nos referimos aos camaradas que desempenhavam suas funções, conforme ordens dadas pelos grandes proprietários rurais, a situação se modificava. O tempo não estava sob um controle individual, mas sim sob o domínio de seus “senhores”, cujo “labuta” diária, era marcada por uma maratona de obrigações rigidamente pré-determinadas e vigiadas. Nas usinas, assim era marcado o tempo de trabalho:

Horário de jornada de trabalho diário nos períodos de safra:

4: 00 hs-Badalavam os sinos:despertar/ -“quebra torto” (café da manhã)⁴⁸⁹
feito individualmente, em casa do trabalhador.

5:00 hs-Início dos trabalhos

9:00 hs-Café com pão: servido a todos os trabalhadores no local do trabalho e oferecido pelo usineiro

11: 00 hs: Almoço-a refeição era feita em casa dos trabalhadores

13: 00 hs-Recomeçam os trabalhos

20: 00 hs-Término dos trabalhos-no período de plantio e entre-safras

23:00 hs-Término dos trabalhos por ocasião das safras.⁴⁹⁰

Siqueira nos revela que as atividades obedeciam a uma regularidade diária muito bem estruturada. A disciplina metódica, ordenada, monótona e principalmente repetitiva, isto é, nestas grandes propriedades do Pantanal Norte não era desenvolvido o “tempo da natureza”, mas sim o “tempo industrial”. Tempo este também identificado como o tempo do

⁴⁸⁹ Comida típica local que diz respeito a mistura de arroz, farinha, ovos e carne.

⁴⁹⁰ SIQUEIRA, E. M., op. cit., p. 70 e 71. Cf: GAETA, L. H., Vozes no silêncio:

subordinação, resistência e

trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá, UFMT-EDUFMAT, 1995. /PÓVOAS, L.V., O ciclo de açúcar e

a política de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT e Academia Mato-grossense de Letras, 1983.

“progresso”, das “máquinas”, que computa uma repetição contínua de ações mesmo que desenvolvidas em um ambiente agrário. Trabalho e diversão são duas noções bem distintas e separadas entre os empregados, em que a produtividade cronometrada minimizava o trabalhador a possibilidade de atualizar as práticas costumeiras frente a um novo contexto.

Ainda sobre a jornada de trabalho, realizada nas grandes propriedades das usinas de açúcar no Pantanal, podemos identificar outro elemento: a utilização do sino. Instrumento usado para acordar os trabalhadores rurais, o sino pode ser considerado como um bom artifício no que tange ao controle do tempo e do trabalho, pois “o som era muito mais eficaz que a visão”⁴⁹¹, seu efeito era satisfatório, pois seu raio de ação não atingia a um trabalhador mas sim a todos, não prescrevendo a presença física de algum patrão.

Contudo, nas fazendas nas quais os trabalhadores rurais tinham suas obrigações direcionadas para a “lida” com o gado e com a mata fechada o tempo não era marcado de forma rigorosa. Vejamos um outro trecho do relato do viajante Roosevelt, que nos trás vestígios sobre o tipo de trabalho desenvolvido nas fazendas:

As seis da manhã, cada um de nós partiu montado num belo animal. O dia estava carrancudo. Trazíamos conosco uma dúzia de cães, porém somente um ou dois eram de valor. Três ou quatro vaqueiros nos acompanharam; eram homens de sangue indígena, que em outras partes do Brasil se diriam peões ou caboclos, mas que ali eram chamados de “camaradas”. Foram naturalmente escolhidos entre aqueles que entendiam de caçadas e cada um trazia uma comprida zagaia, um tanto pesada e rústica.⁴⁹²

Assim, estes camaradas tinham uma variedade de ações nas propriedades que eram compridas conforme as ordens dadas pelos seus “senhores”. Poderiam dedicar-se temporariamente a ações rurais mais específicas, ou diversificá-las ao longo do dia em virtude da necessidade dos proprietários.

Neste caso, a caça enquanto prática estava carregada de elementos do “tempo da natureza”, isto é, não seguia uma repetição de ações diárias, tendo um caráter oposto, já que suas atitudes decorriam de acordo com os lugares onde encontravam-se os animais, em que eram empreendidas inúmeras estratégias no que toca às variações ambientais, alimentação e reprodução dos “bichos” a serem apanhados. Não havia um horário fixo ditando cada passo a ser traçado no transcorrer do dia e, principalmente, esta atividade ao ser desenvolvida poderia adquirir um significado de “descontração” e “prazer”.

491 THOMPSON, E. P., op. cit. p. 275.

492 ROOSEVELT, E., op. cit., p. 80.

Contudo, não sejamos ingênuos, pois a caça, entre os camaradas só era permitida na medida em que os recursos naturais provindos desta prática rural fossem negociados com os proprietários das fazendas ou vendidos em suas propriedades. Eram estes, que escolhiam as peles e penas das espécies de animais a serem capturados e que faziam as transações econômicas internamente, ocupando lugar de “intermediários”. Isto é, o controle, revestido com novas ferramentas, estava em fluxo contínuo, demonstrando que mesmo a distância, os “senhores” comandavam as condutas de seus “camaradas”.

Percebe-se então, que a reabertura do comércio com a bacia do Prata provocou redimensionamento das atividades rurais desenvolvida no Pantanal Norte, e a conseqüente mudança do intercâmbio dos homens, mulheres e crianças entre si e com a natureza. Resta sabermos por que está prática tornou-se tão significativa na região alagável.

O comércio exterior: considerações sobre as mercadorias exportadas

Lúcia Salsa Corrêa⁴⁹³ salienta que as relações das comunidades pantaneiras, com o seu meio não havia, até então, ocasionado tantas alterações no ambiente. Com a intensificação do comércio fluvial, a caça passa a ser feita em larga escala, e as peles, penas e couros de animais silvestres passaram a ser ainda mais procurados para a comercialização. Mas segundo Côrrea Filho a exportação da pele de alguns animais das florestas de Mato Grosso já acontecia anos antes, se estendendo até as três primeiras décadas do século seguinte,

Por volta de 1844-1845 já eram exportadas de Cuiabá peles de veados e de onças através dos tropeiros que demandavam ao Rio de Janeiro [...]. No ano de 1880, de acordo com a Coletoria Provincial de Corumbá, uma pele de onça pintada era negociada no porto por Rs. 10\$000. E, meio século depois, ainda figuravam nas tabelas de exportação do Estado de Mato Grosso peles de onças, de outros animais silvestres e penas de garças.⁴⁹⁴

A partir de 1870, essas matérias-primas, fruto da captura de animais silvestres, adentraram no mercado industrial tornando-se mais valorizados e viáveis economicamente, porque passaram os trabalhadores rurais a explorarem estes recursos naturais em maior quantidade. Ao chegarem aos grandes centros industriais, serviam para a fabricação de bolsas, cintos, chapéus, sapatos e demais acessórios. Muitas dessas negociações abasteciam as indústrias exteriores, entre elas as fábricas americanas e inglesas, que eram as maiores do mundo. Como bem salienta Corrêa:

493 CORRÊA, L. S., op. cit., p. 31.

494 CORRÊA, V., op. cit., p. 31.

Depois da guerra mundial de 1914-1918, em consequência da paralisação do movimento de capitais, nos mercados europeus, os capitalistas tiveram as suas vistas voltadas para o lado dos couros nos mercados mundiais. Devido a isso organizaram-se três sociedade formidáveis para a exploração em toda a parte do comércio de couros, abrindo armazéns e depósitos espaçosos nas principais praças, para tal fim. / Por acordo das três enormes sociedades, foi organizado em 1921, o truste geral para o comércio deste produto de origem animal nos principais mercados de compra e venda deste artigo. / Londres e Nova-York constituem os principais mercados para o negócio de couros de diferentes espécies. Assim Londres é o maior mercado, maior centro mundial para negócios de couros vacuns secos; e Nova-York para os couros e peles de animais silvestres ... Essas sociedades fixaram a taxa, o preço para a compra de couros vacuns secos, na cidade de Londres, para os seus agentes espalhados por toda a parte, da seguinte maneira: Couros vacuns secos a 5.½ pences; e para as peles de animais silvestres no mercado de Nova-York, fixaram diversas taxas, tomando por base a pele de capivara, que é exportada em grande quantidade, no Rio da Prata, para o fabrico de peles finas, para a indústria de luvas, principalmente, e outras manufaturas semelhantes. / Desse modo: pele de primeira, maior, com 1.20 cents, unidade \$1.75. / Devido ao cambio baixo que temos e, calculando os preços pagos na praça de Corumbá, pelas taxas dadas para os mesmos agentes compradores do truste, encontramos o lucro fabuloso de 40 a 50 % líquidos, lucro esse que representa um assalto criminoso á economia da Nação Brasileira 495 .

Os produtos destas ações rurais -a caça de animais silvestres -passaram a refletir sua relevância econômica através dos quadros das mercadorias exportadas por Mato Grosso:

TABELA I

Exportações dos principais produtos de Mato Grosso (1908-1911)

Produtos	1908	1909	1910	1911
Ipecacuanha	19:763\$400	8:334\$400	10:663\$800	9:354\$800
Erva Mate	290:000\$000	291:493\$920	303:026\$469	320:498\$800
Animais vivos	49:113\$000	178:187\$500	144:360\$000	99:993\$000
Peles	60:691\$\$585	83:590\$080	95:791\$011	76:708\$178
Outros produtos animais	27:599\$747	36:602\$700	36:997\$208	50:263\$418
Totais	447:167\$732	598:208\$600	590:838\$488	556:809\$196

Fonte: Mensagem. Joaquim Augusto da Costa Marques, 1912. In: CORRÊA, L. S. Op. cit. 1997. p. 64.

Esta tabela faz menção aos “animais vivos”, cuja exportação algumas vezes superava as de pele e de “outros produtos animais” indicando seu espaço econômico no estado. Estes “animais vivos” correspondiam principalmente à criação bovina, atividade que ocupava

extensas faixas de terras nas fazendas espalhadas por Mato Grosso abrangendo, sobretudo, a

495"Comércio—Trust para o Couro Vacum—Gado—Coco de Babassu—Corumbá—Coxim" e os problemas para serem resolvidos. Trechos de um relatório apresentado pelo Delegado Comercial do C.M. de S. Paulo em Mato Grosso, Sr. K. Seba, à Diretoria do mesmo C.M.S.PÁG. In: ANUÁRIO PROPAGANDISTA "SUL DO BRASIL". Vulgarização Econômica e Curiosidades. Publicidade Comercial, 6º ano, Curitiba, 1935, p. 8-9. In: CORRÊA, L. S., A fronteira na história regional: o sul de mato grosso (1870-1920). Tese de doutorado. São Paulo, USFFLCH, 1997, p. 218-219.

região sul do estado, mas também fazia referência à criação de cavalos, concentrada, principalmente, na região de Mimoso-Pantanal⁴⁹⁶.

Por meio dos dados expostos logo acima, é possível perceber que apenas no começo do século XX cresce a importância dos produtos da caça nas tabelas oficiais de exportação e conseqüentemente na arrecadação dos cofres públicos. No ano de 1908 a exportação de peles supera a de “animais vivos”. Embora nos anos seguintes esta relação se inverta, a exportação de peles, entre 1908 e 1910 aumentou praticamente 58%.

Contudo, o que este documento nos aponta de mais significativo é a exploração da erva-mate feita em larga escala e responsável, na maioria das vezes – de acordo com os anos supracitados -por mais da metade das exportações de Mato Grosso. Esse fato pode ser mais bem compreendido através da tabela abaixo, que montamos com base nos dados colhidos.

TABELA II

Percentual dos produtos em relação ao total das exportações de Mato Grosso (1908-1911)

Produtos	1908	1909	1910	1911
Ipecacuanha	4%	1%	2%	2%
Erva Mate	65%	49%	51%	58%
Animais vivos	11%	30%	24%	18%
Peles	14%	14%	16%	14%
Outros produtos animais	6%	6%	6%	9%

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Tabela I. Mensagem. Joaquim Augusto da Costa Marques, 1912. In: CORRÊA, L. S. Op. cit. 1997. p. 64.

Por meio desta tabela podemos perceber os movimentos ao longo de cinco anos do valor nominal das exportações e principalmente sua importância no valor total das exportações. O caso da erva-mate é significativo uma vez que podemos perceber na Tabela I um aumento gradual no volume exportado que era inversamente proporcional, principalmente nos dois anos seguintes, à sua participação no valor total. Já em relação aos produtos que tiveram oscilações em suas exportações, não poderíamos deixar de mencionar os “animais vivos” que tiveram um crescimento anual aproximadamente 272% em 1909, e no ano seguinte apresentaram um quadro diferente, tendo em vista a queda em mais da metade de seu percentual de exportação, o que não significa necessariamente a diminuição do volume

exportado, já que uma oscilação dos preços também poderia causar esta queda.

Outro ponto a ser enfatizado é a variedade dos produtos explorados em Mato Grosso, demonstrando um leque de potencialidades locais e lucrativas. Esse fato se deve as florestas

496 SILVA, A. C. S., op. cit., p. 33.

do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal que serviam como verdadeiras “fábricas e depósitos naturais” de recursos necessários para a produção industrial.

Todavia, a criação bovina e seus derivados, desde o final do século XIX passaram a ter índices de exportação cada vez mais significativos.

TABELA III

Imposto sobre os produtos exportados de Mato Grosso (1885)

Qualidade	Valor Oficial	Imposto
Assucar, café, carne secca, crina de animaes, fumo e graxa	2:084\$380	208\$438
Cal de pedra	4:072\$000	203\$600
Caldo de carne	43:200\$000	4:320\$000
Couros	141:290\$000	14:129\$000
Chifres	2:460\$000	246\$000
Herva matte	337:083\$000	16:854\$150
Ipecacuanha	43:739\$500	4:373\$950
Gado vaccum	66:036\$000	11:006\$000
TOTAL	639:964\$880	51:341\$138

Fonte: Relatório de presidente de província, na 1º sessão, da 26º Legislatura, apresentado pelo exc. snr. dr.

Joaquim Galdino Pimentel, no dia 12 de Julho de 1886 Manuscrito. Pág. 90.

O interessante neste quadro é que ele nos trás os produtos com seu valor oficial e, simultaneamente, os impostos cobrados. Isso, obviamente nos possibilita apreender quais são as atividades mais oneradas em Mato Grosso, em virtude das taxas de exportação, que seriam os fazendeiros, usineiros e os agricultores que cultivavam o fumo, além dos responsáveis pela exploração da ipecacuanha. Todos estes grupos econômicos pagavam impostos para os cofres públicos que giravam em torno de 10%, com exceção da tributação cobrada sobre o “gado vacuum” que era a mais alta, em torno de 17%. Esta situação era bem diferente, da que era apresentada pelos cultivadores da erva-mate, que apesar de ser o item mais exportado, era também a que tinha o imposto mais baixo – 5%-acompanhada de “cal de pedra”. Para que isso fique mais claro, optamos por acrescentar na mesma tabela o valor da tributação, como segue abaixo:

TABELA IV

Tributação sobre os produtos exportados (Mato Grosso, 1885)

Qualidade	Valor Oficial	Imposto	Tributação
Assucar, café, carne secca, crina de animaes, fumo e graxa	2:084\$380	208\$438	10%
Cal de pedra	4:072\$000	203\$600	5%
Caldo de carne	43:200\$000	4:320\$000	10%
Couros	141:290\$000	14:129\$000	10%
Chifres	2:460\$000	246\$000	10%
Herva matte	337:083\$000	16:854\$150	5%
Ipecacuanha	43:739\$500	4:373\$950	10%
Gado vaccum	66:036\$000	11:006\$000	17%
TOTAL	639:964\$880	51:341\$138	8%

Neste quadro entre as informações expostas, torna-se pertinente ressaltar que mesmo que o valor oficial das exportações da erva-mate fosse mais que o dobro das oferecidas pelas de couros, o pagamento dos impostos sobre este produto minimizava essa diferença, na medida em que a tributação sobre os couros é o dobro da cobrada sobre a erva-mate.

Um gráfico possibilita perceber que embora isoladamente a erva mate gere maior arrecadação do que outros produtos, a soma do item “gado vacuum” com os subprodutos bovinos supera a erva mate no valor tributado:

GRÁFICO I

Valor tributado da exportação do gado e seus derivados e da erva mate
(valores nominais em réis e percentuais)

Em relação as exportação de produtos silvestres a tabela abaixo identifica algumas espécies:

TABELA V

Exportações de produtos silvestres de Mato Grosso (em 1920)

P/Outros Estados P/ o Estrangeiro	
Produtos	Quantidade Preço
Couros de onça c/cabeça	10 600\$000
Couros de onça s/cabeça	5 200\$000
Couros de veado	739 3:395\$000
Couros de lontra	3 30\$000
Casca de tartaruga	8 30\$000
Pennas de garça	16.000 9:600\$000
Pelless diversas	75 377\$000

Fonte: Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, dirigida á Assembléa Legislativa, ao instalar-se a sua sessão ordinária da 12ª Legislatura, feita pelor D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusiade, em 7 de Setembro de 1921.

Este documento nos fornece sinais de que a exploração de animais silvestres e a venda de peles, penas entre outros, tinham uma lógica comercial voltada para o mercado estrangeiro, nos possibilitando, paralelamente, entender os derivados de cada espécie que agregava valor econômico.

Seguindo as indicações da tabela, vislumbramos os produtos mais propícios a ficarem ou não no país. No que se refere aos couros de onça, a quantidade destinada ao mercado estrangeiro é sete vezes maior que a destinada para outros estados. Já os couros de lontra e casca da tartaruga têm como destino certo o mercado internacional. As peles de outros animais silvestres têm um porcentual de 60 % maior para o mercado externo que o nacional. A não indicação da exportação para outros países dos couros de veado pode indicar o baixo valor de mercado deste artigo no exterior.

Contudo, sabemos que as espécies de animais silvestres apresentadas na tabela poderiam ser encontradas em todo o território mato-grossense. Entretanto, a possibilidade desses produtos serem oriundos da região pantaneira estaria ligada não apenas a reabertura fluvial, mas sim as novas relações econômicas que passaram a ser perpetuadas a partir de então, viabilizando, inclusive o aumento populacional nestas áreas úmidas⁴⁹⁷.

Outro fator apontado por este documento é a relevância das penas de garça que disparava como uma das mais procuradas e exploradas de Mato Grosso, cujo valor mercantil caminhava em mão dupla, pois era estimado internacionalmente e nacionalmente. A esse respeito veremos que de acordo com a tabela apresentada logo abaixo, as penas de garça

497 SIQUEIRA. E. M. “Panorama Geral do Rio Cuiabá abaixo: século XIX e XX”. In:
Ocupação pioneira do Rio
Cuiabá abaixo. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1997 (Publicações
avulsas, nº 1), p.
63-83.

tiveram um salto em sua exploração nos anos de 1920, em que a intensificação dessa atividade refletirá diretamente nas tabelas de exportação.

TABELA VI

Estatística de Exportação de Penas de Garça (1916-1925)

Anos	Quantidade	Valor Oficial	Direito
1916	26.996	11:521.700	1:728.255
1917	18.197	10:918.200	1:637.800
1918	19.540	11:724.000	1:758.600
1919	111 (sic)	66:835.800	10:025.370
1920	31.020	18:612.000	2:791.000
1921	27.112	22:267.200	3:340.080
1922	22.804	15:537.500	3:330.625
1923	63.727	33:376.200	5:006.430
1924	211.775	134:159.735	20:123.960
1925	250.952	149:541.675	22:431.250

Fonte: CORRÊA, M. Mensagem á Assembléia Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura. Cuiabá, 13 de Maio de 1927.

De acordo com este documento a quantidade de penas de garças exportadas cresceu em torno de 1000%, em menos de dez anos. O que nos chama atenção é que no ano de 1922 a 1924 ocorreu um salto exorbitante em mais de 900%, ou seja, não foi um crescimento regular tendo em vista que houve alguns anos que sua exploração apresentou queda (1917, 1918, 1921 e 1922).

Percebe-se também, o quanto o estado lucrou com a saída desta matéria-prima para outros países, já que seus direitos aumentaram em mais 2000%, levando em conta que estamos diante de um documento oficial, que preconizava um controle sobre as atividades econômicas. A caça e os comércios ilegais, que escapavam das cobranças de impostos, se possível fosse contabilizá-los elevariam os números da exportação.

Nesse sentido, estamos vendo aqui a importância econômica da realização da caça para o estado de Mato Grosso, e para os grupos que dela se utilizavam. Alguns fatores já foram notados em relação a esta atividade: a primeira é a de que parte dos produtos silvestres que saía da província ou do estado possivelmente seria da região em estudo, isto é o Pantanal Norte; e o segundo, de que esta atividade cresceu aos poucos, emergindo, sobretudo, a partir de 1870 e tendo seu apogeu nas primeiras décadas do século seguinte; e o terceiro foi que a captura de animais silvestres atendia, em sua grande parte, ao mercado internacional.

Entre a casa, o quintal e o rio: a intensificação de outras práticas

É possível vislumbrar que não só a caça, mas também outras práticas começaram a ser

cada vez mais realizadas pelos “ribeirinhos” no período em questão. Produtos caseiros como

doces e requeijão, também foram frutos de atividades intensificadas no Pantanal Norte. Tal como a caça, estes alimentos que provinham dos trabalhadores rurais poderiam ser negociados com comerciantes dos caminhos fluviais, além de, obviamente, serem consumidas internamente.

Dentre as embarcações que navegavam os rios, existiam variações, pois havia algumas mais luxuosas, apresentando em suas refeições cardápios diversos que estivessem de acordo com

o padrão financeiro de seus passageiros. Entre os alimentos servidos, possivelmente uma parte significativa procediam da região pantaneira, tendo em vista que esses transportes fluviais eram reabastecidos por produtos caseiros, nos portos locais. Isso pode ser detectado através dos sinais deixados pelos tipos de comida servidos ao longo das viagens. Segundo o viajante Steinen:

Às dez é servido o almoço: sopa, puchero (cozido de carne de vaca com repolhos e batatas), excelente pirão (é a farinha cozida com caldo), dois pratos de carne; também se serve, em substituição ao primeiro, o apreciado bacalhau. Compota, doces de queijos de Edam. Vinho tinto a vontade (aqui era agradável e café). As três e trinta horas uma xícara de café. Às cinco horas temos um prato a mais do que no almoço, depois ainda uma cálice de Cherry ou Porto [...]498 .

Doces e queijos, assim como outros alimentos que não foram referenciados, eram oferecido para os passageiros durante essas viagens. Porém, além da produção caseira a criação de animais também se inseriu entre as atividades intensificadas. Frangos, galinhas, porcos e o gado estavam incluídos entre os animais provindos do meio rural que eram negociados e renegociados com as embarcações fluviais. O viajante Mulhall faz a seguinte observação, quando estava de passagem no Pantanal Norte:

Uma manhã chegamos num rancho localizado num istmo de terra que estende rio adentro, onde observamos algumas galinhas; o dono, um bom humorado velhinho, com um chapéu de palha e calças de linho, nos vendeu algumas galinhas por poucos dólares. As lanchas têm lugares certos e regulares onde param para se abastecer de lenha e comprar galinhas. No mesmo dia paramos à noite num rancho semelhante daquele já mencionado, e vimos um brasileiro gêmeo daquele de manhã. Um dos passageiros lhe perguntou se ele tinha galinhas para vender, e ele replicou “não, está manhã vocês levaram todas as que eu tinha”. Era o mesmo velhinho e o mesmo rancho; só que desta vez ele saiu pelos fundos em vez da frente. Viajamos não sei quantas milhas pelas curvas do rio, e o capitão chegou a recolher um novo estoque de lenha; estávamos somente 50 metros, por terra, do lugar por onde passamos pela manhã.499

498 STEINEN, K. v., op. cit., p. 55.

499 MULHAL, op. cit., p. 39.

A partir da análise desta pequena descrição de viagem podemos discutir a dinâmica da situação de trabalho, no que tange as relações comerciais postas em prática. Estamos diante de negociações econômicas realizadas pelos “ribeirinhos”, com base em moeda estrangeira, já que a galinha comprada pelo viajante foi paga em dólares. É-nos revelado, porém, que esta pequena venda de animais domésticos se dava se forma esporádica. O viajante chegou até o “rancho”, notou a presença de galinhas e ofereceu dinheiro para a sua compra, o “bom humorado velhinho” então aceitou a oferta. Isto é, não se constituía como atividade regular, por outro lado, ela se apresentava enquanto uma possibilidade compensatória que se concretizava quando um visitante fazia uma proposta tão sedutora e lucrativa.

Outro aspecto que podemos desvendar é a importância das pequenas propriedades para os percursos e passeios fluviais no Pantanal, pois ao longo dos rios havia algumas paragens bem específicas nos denominados “ranchos”, mais utilizados pelas embarcações de pequeno porte. Transportado por uma lancha, isto é, por uma pequena embarcação, não devemos ignorar por parte do estrangeiro Mulhal, o valor atribuído as propriedades menores para a própria continuidade e garantia da sua viagem⁵⁰⁰. Sendo assim, o rancho tinha uma função significativa voltada tanto para o abastecimento das embarcações – corte de madeira, como fonte de combustível -quanto para o abastecimento dos tripulantes -seja de produtos caseiros ou da venda de animais domésticos.

Entre as atividades até então citadas, nota-se que a retirada de lenha foi uma das práticas mais significativas para a via fluvial e que visivelmente alterou a paisagem pantaneira. Todavia, entre os aspectos relevantes em relação ao corte de árvores, destacam-se as novas relações de troca e comércio acionada nos portos, engendrando valores inerentes a um mercado mais amplo ao mesmo tempo em que atualizava as relações dos moradores locais com a sociedade.

Isso fica mais nítido quando passamos a desvendar as condições materiais em sentido contrário, através das novas necessidades internas que passaram a surgir a partir de então. Pois, se atentando a troca e a venda deve-se ressaltar que a comercialização também operava para atender as exigências dos moradores rurais. Muitas dessas comunidades locais trocavam ou vendiam peles e couros “suprindo desta forma necessidades de artigos que não tinham

⁵⁰⁰ Há de se ressaltar que mesmo entre as embarcações maiores, as pequenas propriedades continuavam a ter um respaldo fluvial, pois as chatas que acompanhavam os barcos a vapores se locomoviam facilmente entre as áreas navegáveis mais estreitas a procura de propriedades menores que tivessem lenhas a disposição para a comercialização. As chatas, aliás, tinha grande serventia, sobretudo, perante seu fácil deslocamento entre os trechos fluviais mais difíceis.

condições de produzir, como por exemplo, o sal e utensílios de ferro”⁵⁰¹ . Isto é, produtos oriundos de outras regiões também supriam as “carências” alimentícias e materiais dos moradores pantaneiros, em que Corrêa Filho descreve que

Processava-se ronceiramente a ocupação efetiva dos pantanais, quando a abertura do rio Paraguai ao trânsito dos navios brasileiros apressou-lhe o ritmo da utilização. Aumentaram em número as moradias ribeirinhas, com que já dispunham de meio seguro de ligações periódicas, tanto com o capital, como para baixo, até algum porto litorâneo. Estreitaram-se as relações mercantis com a praça Montevideu, para onde eram enviados os couros de gado vacum, solas, além de produtos destinados ao consumo de laboratório europeus, como a ipecacuanha. Em sentido contrário, carregava os navios, para o consumo regional, farinha de trigo, azeite-doce, vinho, sabão e até açúcar branca. Neste particular, a possibilidade, proporcionada pela navegação de transporte dos maquinismos, que de outro modo seria inexequível, animou os empreendedores a encetar a indústria açucareira em proporções avantajadas.⁵⁰²

Outra atividade que se destacava, ainda neste ramo, era a pesca que adquiria uma dimensão cada vez maior entre os agricultores livres da beira dos rios. Como bem observa

D’Alincourt :

Parte dos produtos da pescaria era utilizada para a fabricação de azeite, consumido na alimentação e como fonte de iluminação. No século XIX, o azeite de peixe, junto com a de mamona, figurava na relação dos produtos comercializados nos mercados públicos de Cuiabá e constituía um importante recurso econômico da população ribeirinha. (Brandão, 1991 b., p. 29/30). Costumava-se também secar o peixe ao sol para conservá-lo por mais tempo.⁵⁰³

O óleo do peixe era feito da seguinte forma pelos “ribeirinhos”, de acordo com o

Presidente da Província de Mato Grosso,

No tempo da baixa do rio, que é quando se aplicam a tal serviço, a margem de uma ou outra praia, põem em um tacho a ferver com água e a proporção que a gordura sobrenada, apanham-na em potes. Assim se fabrica o azeite. De todos os peixes que produz o rio, o lambari é o que dá melhor e mais claro azeite. Este peixe é menor que uma sardinha e pescam-no ou na beira do rio, onde ele se aglomera, com uma peneira, ou em canoa com um tacho. Batendo na horda da canoa, o peixe salta dentro dela.⁵⁰⁴

O azeite do peixe era importante para a população da província, uma vez que era

responsável pela iluminação pública que era feita por lampiões, desde 1839, na capital. “Esta

fraca iluminação era complementada por outros lampiões e candeeiros colocados pelos moradores nas portas de suas casas”. Corrêa Filho acrescenta que “mesmo após a introdução

501 CASTRO, M. I. & GALETTI, L. G., op. cit., p. 17.

502 CORRÊA, V. C., op. cit., p. 104.

503 D'ALINCOURT apud CASTRO, M. I. & GALETTI, L. G., idem, ibidem, p. 17.

504 Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo Exm. Sr.

tenente coronel Francisco José Cardozo Junior, no dia 4 de outubro de 1872, p. 112.

do querosene como combustível na iluminação pública, em 1874, as populações pobres continuaram a usar o óleo do peixe ou mamona em seus lampiões, especialmente a área rural”⁵⁰⁵ . Em 1873, o presidente da província Francisco José Cardoso Junior pedia a substituição do óleo de peixe, pelo querosene:

Também muito se recente esta capital pela falta de iluminação em suas ruas, durante as noites escuras. Os fundos que se acham consignados para tal fim, são diminutos para as exigências de um serviço que, ainda em pequena escala, entendo que deve ser feita mediante o emprego, como combustível, querosene, do em substituição ao azeite de peixe que não garante uma luz estável, intensa e pura⁵⁰⁶ .

A importância do azeite do peixe se estendia principalmente a sua utilidade doméstica, porque poderia ele substituir o óleo na cozinha e, em alguns casos, ser utilizado na feitura de repelentes. Entretanto, o que mais marcava este produto era seu uso nas propriedades existentes ao longo do rio Cuiabá e São Lourenço, principalmente com o aumento do número de residências a partir de 1870. Aos poucos o azeite do peixe ampliou-se bastante em virtude da abundância de recursos naturais e a forma como era produzido. Virgílio Corrêa Filho descreve que:

Ao declinar das águas, aumenta o número de espécies de escamas, cuja abundância gerou a indústria fácil de azeite de peixe, especialmente no município de Santo Antônio, em cujos limites finalizam os pantanais, a nordeste. As praias extensas, suavemente inclinadas, recolhem-se as redes, que distendidas com perícia, cercam numerosos grupos de lambari, piquiras e seus perseguidores de maior porte, entre os quais sobreleva o dourado⁵⁰⁷ .

O óleo do peixe abastecia não só o meio urbano, ou as pequenas e médias propriedades rurais, mas principalmente as fazendas de gado e usinas do Pantanal -nas moradias oferecidas para as famílias contratadas.

Sendo assim, os “ribeirinhos” tinham na prática da pesca um leque de opções, não só relacionadas à alimentação destes animais capturados, mas também em diversos produtos que tirados do peixe poderiam ser comercializados ou trocados localmente. Sobre o óleo de peixe Corrêa Filho afirma:

De caráter doméstico, sem dúvida. Não obstante desprovida de melhores cuidados para o afinamento do produto e diminuição de desperdícios, contribui para a manutenção de muitas famílias ribeirinhas, a quem proporciona meios de troca, por outras utilidades, de que não mister, além de fornecer lubrificante de uso generalizado nos estabelecimentos rurais dos municípios vizinhos. A época da fabricação coincide

⁵⁰⁶Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo Exm. Sr.

tenente coronel Francisco José Cardozo Junior, no dia 4 de outubro de 1872, p. 92.

⁵⁰⁷ CORRÊA, V. C., op. cit., p. 74-75.

com a das lufadas [...] que em Cuiabá e Rio-Abaixo corresponde a piracema indígena, para denominar a migração de milhares de peixes, buliçosos e fácil de pegar, para consumo culinário e industrial⁵⁰⁸.

O que estamos vendo até aqui são os comportamentos diversificados dos “ribeirinhos”, em decorrência do fim da guerra com o Paraguai e a inserção das embarcações a vapores. Esses acontecimentos proporcionaram entre os moradores da beira do rio São Lourenço e Cuiabá, a emergência de novas relações de troca e comércio que consistiram, por sua vez, na intensificação de atividades específicas vinculadas a utilização dos recursos naturais para um alcance maior de excedentes. A caça, a pesca, a retirada de lenhas, a produção industrial caseira, assim como a criação de animais domésticos, somente nos apontam o quanto as atividades cotidianas dos “ribeirinhos” eram variadas e variáveis.

Já em relação aos agregados, que possuíam relativa autonomia se comparados com os escravos e mesmo com os camaradas Corrêa Filho aponta que:

Isentos de obrigação contínua, poderão aplicar a sua atividade como lhe aprouver, inclusive de maneira que obtenham produtos de plantações reduzidas ou de indústrias domésticas, de valor comercial, como artefatos de correia, de sola, pele de animais caçados, de cuja compra toca a preferência de seu chefe. ⁵⁰⁹

Contudo, há de se notar que estes trabalhadores ao desenvolverem outras atividades rurais, como as mencionadas acima, beneficiavam muito mais seus patrões que a si mesmos. O simples fato dos grandes proprietários terem preferência na comercialização da indústria caseira já nos aponta a importância dessa produção rural e, possivelmente familiar, em pequena e média escala⁵¹⁰. Isto pode ser explicado com base em uma economia monetária que foi pouco a pouco se desenvolvendo, sobretudo, nas fazendas, usinas e engenhos do Pantanal. Pois, estes produtos oriundos das atividades familiares realizado nas grandes propriedades, eram comercializados, posteriormente – como já salientamos inúmeras vezes -com as embarcações a vapores durante as paragens nos portos.

⁵⁰⁸ CORRÊA FILHO, V. C., op. cit., p. 75.

⁵⁰⁹ Idem, ibidem, p. 122.

⁵¹⁰ Além das atividades rurais os agregados serviam também para outras funções ligadas a segurança pessoal de seus patrões. Sobre isso Anzai salienta que para os agregados “Trabalhar para alguém não significava simplesmente um contrato de um serviço prestado e de um salário recebido; era principalmente o estabelecimento de um laço pessoas de confiança mútua de dependência pessoal. O empregado tornava-se assim

o “homem do patrão”, num sentido real, embora sem um formalismo e sem a elevada ideologia do antigo

feudalismo [...]. Desta forma, os trabalhadores “livres”, ligado ao patrão por vínculos pessoais, transformava-se em mão-de-obra real e potencial a disposição dos grandes fazendeiros, constituindo conforme alguns autores, um “verdadeiro exercito de reservas”, prestando serviços aos fazendeiros, formando uma “clientela” disponível para qualquer trabalho, que fossem na lavoura, na pecuária ou na vigilância [...]”. ANZAI, L. C. Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930). UFGO, 1885, p. 25.

Nesse sentido, estas porções de terras cedidas para os agregados, assim como a autonomia individual de caráter flexível, com certa “frouxidão”, para a realização de outras práticas, a exemplo da caça, da agricultura e da criação de animais, significavam muito mais um trabalho extra-econômico, dos quais os grandes proprietários tiravam os maiores lucros.

Percebe-se que a lógica tradicional rural e local, pelo menos em Mato Grosso, na extensa área úmida, se metamorfoseou até certo ponto em decorrência da expansão do mercado. Que não ocasionou, no entanto, rupturas no que concerne às relações e organizações espaciais internas.

Sobre isso seria interessante trazeremos à tona algumas considerações feitas por Maria Sylvia Carvalho Franco⁵¹¹, em suas análises realizadas a respeito da instalação da produção do café em São Paulo e o impacto desta atividade sobre a região do Vale do Paranaíba, no século XIX, em que a autora trata a maneira como essas negociações comerciais mais amplas puderam ser engendradas no seio de uma economia rural e tradicional, em que seus moradores tinham uma vida agrária pouco ligada a um capitalismo industrial mais maduro.

Franco chama a atenção para certo grau de incoerência presente durante todo esse processo. Segundo a mesma:

convém lembrar que a síntese das orientações contraditórias da vida econômica- produção para consumo direto e para mercado-, presentes nas grandes propriedades fundiárias, desenvolveu-se mediante o reforço e a expansão da atividade mercantil⁵¹².

Feito estas observações podemos destacar que no Pantanal, a expansão mercantil que atingiu as grandes propriedades se utilizou de um dispositivo bastante eficaz para aquele momento, isto é, se recorreram aos padrões costumeiros de um ambiente rural para se inserirem em uma economia “moderna”-o capitalismo industrial. Foi isso que aconteceu, por exemplo, entre os agregados, que aumentaram sua produção caseira e familiar para atenderem um mercado que crescia gradativamente.

Vimos até aqui, os beneficiamentos das atividades rurais extras ofertadas pelos agregados em relação ao seu “senhor”. Fazemos agora o caminho inverso, nos detendo às pequenas vantagens que estes trabalhadores agrários adquiriam sob seus patrões. A intensificação de uma produção industrial doméstica proporcionou aos agregados um pequeno lucro adicional para sua família, pois, nesse momento a exploração ambiental desencadeou

⁵¹¹ Esta autora estuda mais especificamente a região do Vale do Paranaíba, em São Paulo, no século XIX, em que trabalha sobre a instalação da produção do café e o impacto desta atividade sobre a área em questão. Para saber mais ler: “Negócios: padrões costumeiros e práticas capitalistas” In: Homens livres na ordem escravocrata.

FRANCO, M. S. C., São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

⁵¹² Idem, ibidem, p. 170.

uma especialização interna de atividades-como a pesca, a retirada de lenhas e outros, como já foi dito-que visassem tão somente utilização dos recursos naturais. Esse fato pode ser vislumbrado nos relatos de viagem como foi o caso de Proença, viajante que esteve em Mato grosso e ao percorrer o Pantanal Norte mostrou-se surpreso com a quantidade de caça desenvolvida internamente entre os camaradas, realizadas inclusive em turmas⁵¹³ .

Todavia, isto não foi o suficiente para fragmentar ou desconfigurar as relações de “confiança” e “fidelidade” desenvolvidas entre os agregados e seu “senhor”. Se por um lado o aumento da exploração dos recursos naturais ofertou a sua inclusão como matérias-primas num mercado em expansão, por outro lado estreitou as relações de troca e comércio entre os proprietários e seus empregados “livres”, isto é, aumentou a dependência mútua entre ambos.

Seria inútil qualquer tentativa que viesse a aprofundar as novas lógicas e relações comerciais e de troca nas grandes propriedades no Pantanal, mesmo porque este não é o nosso foco de pesquisa, sem contar que deveríamos fazer toda uma análise em torno dos dispositivos que regiam as negociações internas e atravessavam os códigos locais, estamos falando aqui do “clientelismo”, do “patriarcalismo” e do “compadrio” que por si só são elementos muito complexos. O que pretendemos mostrar é que a inserção dos recursos naturais no Pantanal num mercado amplo não impediu a reprodução de uma economia tradicional.

Compartilhando espaços, resignificando funções: as modificações nas relações de gêneros

Não apenas as relações de poder entre os grupos sociais tiveram até certo ponto novos desdobramentos, adquirindo outro caráter, mas também as relações familiares. A intensificação da produção de certas mercadorias de fato resignificou a posição da mulher e do homem na família. A questão merece uma análise mais profunda, contudo nos limitaremos a tecer breves considerações -com base em alguns documentos e bibliografia -sobre as relações de gênero.

Entre produtos alimentícios que foram valorizados no período estudado, podemos mencionar: o queijo⁵¹⁴ , a rapadura⁵¹⁵ , a farinha de mandioca⁵¹⁶ , o doce de goiaba⁵¹⁷ , as

513 PROENÇA, op. cit., p.53.

514 NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 8 de fevereiro de 1892.

Despachado por Antonio Joaquim da Rocha o que abaixo se declara para Assumpção, no vapor nº (al)

“Humayta”, 1 Caixa contendo sessenta e três kls de queijo.

515 NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT, Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 11 de janeiro de 1892.

Despachado por Burges o que abaixo se declara para o Paraguai, no vapor nº (al) “Humayta” de produção

Nacional livre. 10 Caixas com mil e cem rapaduras.

bolachas⁵¹⁸ entre outros. Fica evidenciado dessa forma, que tarefas domésticas ou realizadas nos quintais poderiam admitir um caráter produtivo ao alcançarem um significado econômico interno. A produção destas mercadorias contava com a forte presença da mulher. Neste caso, haveria uma valorização funcional dos espaços e ações femininas corroborando para algumas modificações no convívio familiar.

Percebe-se que a produção caseira, como os doces de leite, goiaba entre outros, que era possivelmente desenvolvida pelas mulheres, com a intensificação da navegação fluvial poderiam passar a contar também com a mão-de-obra masculina. Isto pode estar ligado à grande importância econômica que essa indústria caseira de alimento tenha proporcionado entre os moradores fixados ao longo dos rios.

Seria interessante ressaltarmos outro componente, que provavelmente poderia estar inserido entre os valores perpetuados durante as negociações internas dos “ribeirinhos”, que era a desvalorização da mulher em atividades que dessem um retorno financeiro. A esse respeito podemos nos voltar às ponderações feitas pela historiadora Miridan Knox Falci, sobre as mulheres do século XIX, nas províncias do Piauí e Ceará⁵¹⁹. No tocante as atividades femininas como “doces por encomendas, arranjos de flores, bordados a crivo, [...] aulas de piano ou solfejo”⁵²⁰ era decodificados entre a sociedade proeminente da seguinte forma:

Entretanto, essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem vistas socialmente. Tornavam-se facilmente alvo de maledicência por parte de homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa, ou observavam sua decadência econômica. Por isso, muitas vendiam os produtos de suas atividades através de outras pessoas para não quererem aparecer. Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro⁵²¹.

A autora destaca que estes preceitos estavam fortemente presentes entre “as mulheres menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida”.⁵²² No entanto, não devemos recusar a possibilidade de que às mulheres não caberiam atividades que prescrevessem circulação

516 NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 10 de mde 1892.

Despachado por Toribo Baes o que abaixo se declara para Assumpção no vapor nacional “Humaytá”, produção do “Estado”. 10 Litros com farinha de mandioca.

517 NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 16 de março de 1892.

Despachado por CAVASSA & CIA vapor nº (al) para Assumpção Republica do Paraguai. 1 Caixão contendo setenta e cinco kilos de doce de goiaba.

518 NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 19 de fevereiro de 1892.

Despachado por CAVASSA & CIA no vapor nº(al) Diamantino os seguintes gêneros de produção d’este estado

para Montevideo Rep^o(ca) Oriental de Uruguay. 24 amarrada 133 bolachas de {...}, pesando novecentos e noventa kilos 990.

519 FALCI, M. K. “Mulheres no sertão nordestino”. In: Mary Del Priore (Org); Carla Bassanezi (coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004, p. 241-277.

520Idem, ibidem, p. 249.

521 Idem, ibidem, p. 249.

522Idem, ibidem, p. 249.

monetária, diante de um universo simbólico que gravitava em torno de valores e idéias racionalizados por meio das práticas: a mão-de-obra feminina continha um sentido negativo se fosse vendido ou requisitasse retorno financeiro, se isto acontecesse a reprovação não abarcava apenas a figura feminina, mas se desdobrava para toda a família, sobretudo, para o “homem da casa”. Isto é, a moralidade muitas vezes era um dos componentes que mais encobriam as relações de poder, presentes nesse processo de naturalização das atividades.

Por isso, era tão recorrente que nos espaços que gerassem lucro se não praticados parcialmente pela figura masculina, era no mínimo muito mais propício de serem administrados pelos mesmos. Pois, até então, entre todas as negociações econômicas citados pelos viajantes, que estiveram presentes nos rios Cuiabá e São Lourenço, recorrentemente não havia a menção da figura feminina nas transações locais.

Todavia, isso não significa, que inexistissem espaços cuja presença masculina predominasse consideravelmente, a tal ponto, que a especialização funcional despendida sobre estas atividades tivesse como referencial a mão-de-obra do “homem da casa” e seus filhos. Estamos falando aqui dos pantaneiros que se autodenominavam enquanto “oleiro”⁵²³, “espingardeiro”⁵²⁴, “redeiros de pesca”⁵²⁵ ou mesmo “negociante”⁵²⁶.

Em contrapartida havia de fato a especialização da mão-de-obra feminina em determinadas atividades voltadas para os ambientes domésticos, que pode ser percebida por meio dos processos criminais quando os chefes de polícia perguntavam aos envolvidos, testemunhas e informantes a respeito de suas vidas. Citaremos aqui o caso de Maria da Conceição dos Santos, que possuía cinquenta anos de idade, moradora no lugar denominado de Formiga, solteira, que disse ser “costureira” e “tecedeira de rede”; ou Clara Geralda de Oliveira, que tinha em torno de quarenta anos de idade, solteira, respondeu ser “fiandeira de algodão”⁵²⁷. Esta última quando perguntada sobre sua profissão respondeu viver exclusivamente “de suas agências”⁵²⁸.

523 Foi o caso de Jacinto José de Lauro, quarenta e três anos de idade, residente na freguesia de Santo Antonio do rio-abaiixo. APMT, Cuiabá-MT. Processo Crime, 1877, doc. nº 360. Juízo de Direito da Segunda Vara da

Comarca de Cuiabá, cx. atual nº15, doc. nº 931.

524 Morador chamado Gabriel de Freitas Guimarães, trinta anos de idade, solteiro. APMT, Cuiabá-MT. Fundo:

Tribunal de Relação, cx: 17, doc. nº 383, ano de 1879. Juiz de Direito Substituto de Cuiabá. cx: 17, doc: nº 157.

525 DA SILVA, C. J., & SILVA, J. A., op. cit.

526 Assim se caracterizou João Beira de Almeida, 45 anos de idade, casado, que estava de passagem na casa de

João do Espírito Santo, residente de Santo Antonio do rio-abaiixo. APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de

Relação, doc. nº 382. Juízo de Direito da Comarca de Mato Grosso. cx atual nº: 17. doc. nº 156.

527 APMT, Cuiabá-MT, Fundo: Tribunal de Relações, cx. 16, ano de 1876, doc. nº 367.
Secretaria de Polícia de
Cuiabá, cx. atual nº16, doc. nº 145.

528 Idem, ibidem.

Interessante perceber nesse processo-crime que Geralda Clara de Oliveira ao afirmar que vivia “de suas agências”, nos oferece sinais de que os trabalhos domésticos e femininos poderiam render o bastante para darem a sustentabilidade individual, ou seja, não eram atividades feitas esporadicamente, ou apenas para o consumo familiar. Contudo os documentos nos têm revelado que as atividades femininas, em sua maioria, não fugiam das recorrentes em outras regiões rurais do Brasil no período⁵²⁹.

Estas ações cotidianas, no século XIX, são encontradas no Nordeste -Piauí e Ceará- em que Falci ressalva que muitas atividades femininas adquiriram a dimensão de serviço para a manutenção da casa:

[...] as mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras-estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais e companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenhas, cavoucar, semear, limpar a roça de mato e colher.⁵³⁰

O princípio que gera valor simbólico da necessidade a figura da mulher, como motivo de sua inserção ao trabalho familiar, ligado diretamente a viabilidade de seu sustento, nos faz pensar um pouco sobre o sentido deste termo, já que subentende-se que as ações diárias femininas não são codificadas como trabalho. De acordo com Miriam Nobre:

A divisão sexual do trabalho estaria então profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens. Em estudo publicado em 1975, Verena Martinez-Alier já trazia a fala das mulheres bóias-frias. ‘O homem trabalha porque é homem; a mulher porque precisa’. Isto é, o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como provisórias no mundo do trabalho. O título de ‘provisórias’ ou ‘estranhas’ a um mundo onde sempre estiveram serve a uma desvalorização do trabalho das mulheres.⁵³¹

Sendo assim, as atividades e os espaços femininos não eram reconhecidos localmente como “trabalho”, e quando conseguem adicionar este valor tem como um dos requisitos o imperativo de sustentabilidade de caráter também monetário. Isto é, a mulher só iria trabalhar quando carecesse, precisasse, reunindo como um dos componentes para a definição de trabalho uma administração interna em que esteja relacionada a produção, a troca de mercadorias e o lucro.

⁵²⁹ Um fato curioso encontrado entre os processos crimes se refere a uma moradora da Freguesia de Santo

Antonio do Rio-abaiço, de vinte e quatro anos de idade, solteira, filha de José Pinto de Magalhães e Anna

Gonçalvez Freitas, respondeu ser costureira, e depois corrigindo a si mesma se referenciou enquanto “lardeira”.

APMT, Cuiabá-MT. Processo Crime, 1877, doc. nº360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de

Cuiabá, cx. atual nº15, doc. nº 931.

530 FALCI, M. K., op. cit., p. 250.

531 NOBRE, M., op. cit., p. 7.

A reabertura fluvial conduziu aos moradores locais a especialização de práticas em que eram introduzidos outros valores que perpassavam, sem dúvida alguma, pela lucratividade. É justamente neste aspecto que reside a complexidade e os paradoxos das modificações no habitus. Pois, como nos foi revelado, moradores locais se especializavam cada vez mais nas atividades diárias (uns mais outros menos) em decorrência, grande parte, do aumento da demanda, isto é, para atender ao mercado.

Porém, essa especialização não foi capaz de romper com a percepção do tempo e espaço locais, e pelo contrario, reafirmou o tempo conduzido pelas tarefas que ganhava, agora, outra dimensão ao longo do dia na medida em que diminuía a sua diversificação.

Devemos perceber que a atualização do cotidiano dos “ribeirinhos” só foi possível graças à articulação ao capitalismo industrial. Contudo, o engendramento dessas novas relações não implicou entre estes moradores rurais a imposição de regras, valores e da disciplina do trabalho industrial intrínseco a esse sistema. De fato, isso decorreu devido ao seu pouco efeito sobre o “tempo da natureza” que continuou a ser engendrado entre os moradores da beira do rio.

Para os “ribeirinhos” essa indiferença do tempo enquanto moeda reflete o pouco apego entre estes moradores locais a noção de acúmulo de capital e bens materiais e, conseqüentemente, do papel diminuto que o relógio ocupava no cerne das tarefas diárias. Como salienta Thompson:

Sem dúvida, esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo de redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador. Mas a descrição de Synge serve para enfatizar o condicionamento essencial em diferentes notações de tempo geradas por diferentes situações de trabalho, e sua relação com os ritmos “naturais”. 532

Thompson nos chama a atenção para a importância das condições e da disponibilidade dos recursos naturais, pois, estes são um dos fatores que permitem a variação das atividades desencadeadas diariamente. O que mais nos interessa neste trecho de sua reflexão, se refere à apatia sobre o relógio que não tem uma funcionalidade para a reprodução dessa ruralidade. O tempo permanece sendo marcado pelas tarefas. Assim, eram as práticas que norteavam a ocupação do tempo cotidiano, operando nas trocas de experiências e nas especializações locais. Entre os “ribeirinhos” transcorria o “tempo da caça”, o “tempo da pesca”, o “tempo da roça”, o “tempo da retirada de lenhas”, o “tempo da produção caseira”, o “tempo da criação

de gado”, permitindo a intensificação ou não dessas práticas em determinadas épocas do ano, enfim, o tempo natural agregou novos valores e relações sociais e econômicas, mas não perdeu seu lugar no cotidiano.

A intensificação do comércio em pequena escala

O comércio e as trocas intensificadas ao longo da região pesquisada, a partir de 1870, seja ela realizada com o mercado local ou com o mercado internacional, em pequena ou em grande escala, não se restringia às embarcações a vapor. Os mascates também estavam presentes nas negociações realizadas no extenso Pantanal Norte. Segundo Corrêa, estes comerciantes eram importantes também para a comercialização das usinas de açúcar:

Do canavial às moendas, como das matas às fornalhas, sucedem-se, pejedos de feixes de cana ou de lenha, veículos vários, desde carro de boi, ao Decauville, usado em mais de um estabelecimento, quando não seja possível a utilização da via fluvial, pela qual se escoava toda a produção. Nessa quadra, enxameia o rio Cuiabá de embarcações, que vão levar às usinas os artigos de importação e buscar o açúcar produzido para oferecê-lo aos consumidores. Chatas, o reboque de lanchas, ou tocada por zingueiros, barcos habitualmente utilizados pelos mascates, batelões e remos, de reduzida capacidade, tudo se mobiliza para o transporte de sacas de açúcar e garrafões ou pipas de álcool e aguardente, comprobatórios das atividades usineiras, desenvolvidas em pleno pantanal, que rodeia o engenho das Flechas, na ilha do Piraim, e se abeira, em faixa variável, de outros, cujo terreno, pelo interior, a espaços empolado, já se alteia nas escassas ramificações montuosas, de contrafortes ligadas ao divisor de águas tributárias de Cuiabá e do Paraguai. Diferenciador de usinas, que se contentavam, a orla dos pantanais, com área territorial apoucada em relação ao prestígio do seu proprietário, decorrente da organização industrial, as fazendas pastoris dilatavam-se desmedidamente, para que fosse compensadora a criação pelos processos usuais. 533 .

É impossível buscar entender o engendramento das novas relações de venda e troca dos “ribeirinhos”, no Pantanal Norte, sem nos enveredar aos caminhos traçados pelos mascates tendo em mente a importância das atividades que eles reproduziam. Os serviços prestados por estes comerciantes eram, em grande parte, os que não poderiam ser realizados por escravos, empregados contratados das grandes propriedades e homens com muitas posses.

As embarcações para o mascate tinham um sentido diferenciado, já que exerciam uma

dupla função que ia desde um lugar de trabalho até um ambiente de estadia ao longo de seu trajeto diário. Segundo Steinen:

Uma espécie de barco primitivo se achava na margem do rio. Numa das extremidades dessa embarcação, uma mulher preparava o almoço num fogão pequenino. A tripulação veio tida para a terra. O barco era uma espécie de armazém flutuante, do tipo desses que sobem e descem os rios carregados de toda sorte de mercadoria e que atracam onde quer que haja habitações. São as únicas lojas que muitos habitantes

533 CORRÊA, V. C., op. cit., p. 109-110.

daquela paragem avistam durante o rio. Eles navegam bem pelo rio abaixo, porém rio acima são empurrados a zingás pela tripulação, quando não conseguem, o que não é sempre, ser levados a reboque por algum vapor. O de que falamos tinha um pequeno cômodo coberto de zinco; outros o tem com o teto de sapé ou de couro. O rio descia em curvas pelo vasto pantanal de que se separava apenas por uma franja de matas. 534

Descendo e subindo o rio, dormindo em pleno percurso à luz das estrelas ou nas paragens realizadas nas propriedades, estes negociantes atendiam a um público variado, indo desde pequenos agricultores a grandes fazendeiros e usineiros. Percorrendo cidades e ambientes rurais, se atracando em lugares mais distantes aonde as embarcações a vapor provavelmente jamais iriam, em virtude das condições ambientais, os mascates eram profundos conhecedores da região pantaneira.

Assim, desenvolvendo relações comerciais limitadas espacialmente, transportando produtos de exportação ou gêneros de subsistência sobre embarcações de pequeno porte, os mascates levavam e traziam as mercadorias cursando intensamente a estrada mais utilizada no Pantanal: o rio. Uma de suas principais características enquadrava-se em operações comerciais e de troca, que visavam um deslocamento do espaço com equipamentos, utensílios e mantimentos, perante uma produção que tendia para o nível de abastecimento local e, concomitantemente, ganhavam dimensões internacionais.

Entre seus aspectos mais relevantes encontrava-se o fato de que o ciclo de sua atividade, enquanto comerciante, nunca se esgotava. O mascate não realizava apenas a venda, mas suas relações se estendiam também para as trocas, isto é, se desdobravam para relações de contraprestação comercial. A cada visita que realizava entre as moradias na extensa área alagável poderia desenvolver a função de abastecedor das famílias locais ou em contrapartida, ser abastecido, já que este negociante entregava mercadorias assim como buscava outras. Os estoques de seus produtos eram constantemente refeitos e suas atividades reiniciadas. A lógica do seu trabalho girava em torno de lucro gerado em negociações que não preconizava exclusivamente a circulação monetária, mas também de mercadorias.

Nesse sentido seria interessante ter a noção de alguns produtos que estes comerciantes transportavam. Para tanto, vejamos um pequeno trecho de um comentário feito pelo pesquisador mato-grossense Aroldo de Azevedo, que nos trás alguns detalhes:

[...] A segunda categoria de transporte comercial, incumbiu-se do movimento interno, feito de porto a porto, de lugarejo a lugarejo. Conduz também, sem dúvida, mercadorias de outras regiões, sobretudo produtos importados de São Paulo ou via São Paulo, para a mercancia com a população beira-rio a quem supre de artigos de armarinho, os tecidos, os medicamentos, as linhas, os anzóis e tantos outros. A lancha

funcionando como um estabelecimento varejista, ambulante, tem ainda a função de receber para conduzir a outras regiões, ou para revenda nas margens do Cuiabá, aqueles produtos de que dispõem os habitantes da beira-rio como fumo em corda o arroz, e as peles. É o comércio ribeirinho do “regatão”, com suas feições peculiares. Dada a circunstancia de transportar aquelas mercadorias pertencentes à empresa e para seu próprio negócio, a firma que faz esse comércio é muito menos prejudicada pela concorrência do transporte rodoviário.⁵³⁵

Mesmo que este pequeno trecho, tenha sido feito em um período posterior a qual estamos tratando, cremos que suas informações se aproxima das que são oferecidas por outro estudioso inserido no recorte temporal em questão – Virgílio Corrêa Filho. Nesse sentido, as obras de ambos os autores são trabalhadas nesta dissertação como documentos e não apenas bibliografia.

Aroldo Azevedo desenvolveu estudos na área da geografia humana, dos quais deu grande atenção a venda e troca desenvolvidas por pequenos comerciantes que perambulavam pelas ruas de Cuiabá⁵³⁶. Seus estudos foram realizados, sobretudo, na década de 1940 e 1950, momento em que lhe chamou bastante atenção as atividades e as trocas de experiências desenvolvidas pelos mascates.

Para fazer suas análises, utilizou como método as pesquisas de campo de cunho etnográfico, período em que se dedicou bastante a viagens locais. Como resultado publicou um livro intitulado Cuiabá: estudo de Geografia Humana, obra esta que deu um espaço significativo para o mercado fluvial e as funções dos mascates, que tinham um papel fundamental em negociações que atendia as moradias da beira do rio, especialmente, os agricultores livres, também identificados como “ribeirinhos”. Isto é, além das relações mercantis ou não, realizadas nas grandes propriedades, especialmente nas usinas de açúcar, os moradores dos “ranchos” também eram um dos públicos atendidos pelos mascates.

O arroz, o fumo são alguns dos produtos agrícolas citados por Azevedo, que em contrapartida menciona os produtos consumidos internamente, como os “artigos de armarinho, os tecidos, os medicamentos, as linhas, os anzóis e tantos outros”. Segundo Azevedo o mais surpreendente entre estes trabalhadores, os mascates, era a sua importância para as negociações voltadas ao mercado estrangeiro. Vejamos algumas de suas observações a esse respeito:

535 AZEVEDO, A. de. Cuiabá: estudo de Geografia Humana. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, VII (II), 1952-1953. São Paulo, 1957, p. 246

536 Outra obra que poderia ser citada no que diga respeito ao pequeno comércio cuiabano ler: AZEVEDO, Aroldo de. “Cuiabá: estudo de Geografia Humana.” Relatório apresentado por Aroldo de Azevedo orientador geral de pesquisa de campo, Julho de 1953.

Neste intercâmbio de longo percurso sobem o Cuiabá com produtos como a farinha de trigo, o sal, a querosene, a gasolina, as ferragens, a farinha de mandioca. Exportam-se rio-abaixo, principalmente peles e couros de animais selvagens como a lontra, a arranha, a jaguatirica e, em maior volume a capivara. Exportam-se ainda crina animal e peles de garça. Certas quantidades desses produtos não se detem no mercado interno brasileiro, procurando antes, Praças estrangeiros notadamente nos Estados Unidos.⁵³⁷

Notemos que parte dos produtos citados se refere à caça, ou seja, a recursos naturais que eram, em sua grande parte, exportados. É neste ponto que podemos perceber a singularidade destes comerciantes, cujas atividades reuniam duas características extremamente importantes nas novas relações comerciais que estavam sendo engendradas junto aos moradores da área alagável: uma tecnologia “rudimentar” ligada, simultaneamente, a um empreendimento mercantil que atendia a indústria estrangeira.

Isto nos leva a refletir sobre outro ponto, pois suas trocas de experiência conseguiam ligar a cidade ao campo e, por conseguinte, o campo ao mercado estrangeiro. Os mascates, portanto, tinha como uma de suas funções fazer do rio e de sua prática diária uma ponte, uma comunicação dos moradores locais com o mercado mundial. Servia como intermediário comercial, social e cultural das famílias pantaneiras com as grandes potências econômicas daquele momento, já que forneciam e traziam mercadorias de outros países, e da capital de Mato Grosso.

Em muitos casos, os “ribeirinhos” viam nas transações com os mascates o único meio de desenvolverem negociações das mercadorias produzidas localmente. A dificuldade com a distância, o dispêndio do tempo de locomoção até outra localidade, a dívida dos favores prestados pelos grandes proprietários, seriam problemas sanados em virtude da presença dos mascates no Pantanal. A lógica que guiava os comportamentos dos mascates também merece atenção. As atitudes, a moralidade, as idéias que permeavam o convívio destes comerciantes com os moradores pantaneiros, nos possibilita visualizar os artificios empreendidos na dinâmica de seu trabalho.

A análise de Maria Silvia de Carvalho Franco sobre a relação entre comerciantes, vendeiros⁵³⁸ e tropeiros⁵³⁹ e dos diferentes “estratos” sociais na região do Vale do Paranayba, em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, contribui para a compreensão desta lógica. De acordo com a autora:

537 AZEVEDO, A. de, op. cit., p. 245.

538 Trabalhador responsável pelos armazéns presentes nas grandes propriedades rurais.

539 FRANCO, M. S. C. de, op. cit., p. 65. De acordo com a autora os tropeiros seriam as mercadorias, “os produtos de exportação ou de gêneros de subsistência, as tropas de burros percorreram ativamente o país durante todo o século XIX.” p. 66.

Em resumo, a posição do vendeiro, incerta e oscilante, se localiza nos intervalos dos grupos componentes do sistema social. Sua atividade transcorria na intersecção dos planos em que se desdobrava a economia -o mercantil e a subsistência. Seu comportamento reúne características tanto dos estratos superiores, com a exploração hábil dos esquemas de dominação, quanto das camadas pobres, participando de sua moralidade. Estas condições de sua existência foram sintetizadas na técnica competitiva que foi sua, por excelência: a astúcia e a malícia para criar e exaurir as oportunidades de formar pecúlio num em que o dinheiro era escasso.⁵⁴⁰

Franco destaca em sua análise os ambientes percorridos por este trabalhador e os valores acionados diante das relações prestadas no corrente do seu dia. O vendeiro, provindo de meio rural “pobre”-de acordo com a cultura europeia-, com sua moralidade popular estabelecia trocas de experiências econômicas com grupos pertencentes a elite local que continham preceitos e idéias proeminentes. No entanto, isso só era possível diante das estratégias utilizadas por este comerciante, que giravam em torno da astúcia e da malícia. Sobre isso a autora tece maiores comentários:

[...] a posição oscilante e o comportamento dúbio do vendeiro representa mecanismos que garantem seu próprio equilíbrio na sociedade. A malandragem, a esperteza, o expediente consistem, para ele na forma possível de acomodação a uma ordem social em que sua atividade é marginal e quase dispensável. Este quase que falta para que ela inexista, não é suficiente, por outro lado, para dotar aquele que a exerce dentro de uma situação definida no mercado a uma correspondente situação social estável.⁵⁴¹

Não apenas os vendeiros, mas os tropeiros também seguiram o mesmo caminho estratégico. Como bem analisa a socióloga, um componente significativo nas atividades realizadas entre estes-os tropeiros -se baseavam, entre outros fatores, nas investidas de novidadeiros os quais nem sempre eram dignos de confiança. A esperteza, presente em suas relações aponta a astúcia, que estes comerciantes deveriam ter como atributo para conseguir traçar negociações entre moradores de tão distintos ambientes – cidade e campo -e cultura, já que a clientela possuía distinta condição financeira e valores em relação aos comerciantes.

Contudo, de acordo com citação acima, o aspecto diferencial que Franco nos leva a pensar sobre os vendeiros diz respeito a uma característica presente nas suas transações: a posição econômica de sua atividade. A autora destaca que a dinâmica dos serviços prestados por estes, estavam associados a uma ação marginal. Se pegarmos o caso dos mascates veremos que suas práticas não estavam muito longe dessa condição social. Os mascates não são encontrados nos documentos oficiais que continham os quadros de pagamentos de

540 FRANCO, M. S. C. de, op. cit., p. 83.

541 Idem, ibidem, p. 80.

impostos sobre os produtos importados e exportados de Mato Grosso. Suas negociações não são citadas, também, nos documentos alfandegários⁵⁴².

Dessa forma, o que a ação destes pequenos comerciantes -os mascates -nos revela é a reprodução de relações sociais e econômicas que escapavam de um controle oficial e da elite local. Oficial, porque estas embarcações de pequeno porte, que trafegavam pelos rios, não estavam inseridas entre as transportes fluviais legalizadas que tinham total liberação dos governantes províncias ou estaduais para viajarem.

Apesar de desenvolverem negociações entre os fazendeiros, usineiras e donos de engenhos, suas transações comerciais tinham um caráter autônomo, que estava longe de representar laços de dependência como os camaradas, por exemplo.

Tendo isso em mente, seria interessante enfatizarmos que possivelmente a viabilidade dos mascates se inserirem em um mercado estrangeiro esteja ligada a sua descendência e situação social e financeira. Grande parte dos mascates que trafegavam pelo Pantanal Norte era constituída por imigrantes variados como turcos, árabes, entre outros⁵⁴³; que venderam tudo que tinham em seus países de origem e vieram em busca de seus sonhos.

Estes estrangeiros que se instalaram em Cuiabá e Corumbá queriam alcançar uma ascensão financeira, uma condição social mais favorável⁵⁴⁴. Com isso se enveredaram pelos meandros de um comércio alternativo e não oficial. Solução esta encontrada para fugirem dos altos impostos cobrados sobre os produtos e matérias-primas exportadas pelo porto de Corumbá e, por conseguinte, a segurança ou garantia de um retorno mais rápido e lucrativo sobre seus negócios.

Nesse sentido, devemos levar em consideração a viabilidade da mobilidade social que esta prática permitia aos mascates, ao extrapolarem as transações comerciais, feito pelo caminho fluvial e previsto pelas condutas legais. Apontam que o grande movimento dos mascates entre as moradias, por meio de relações de troca e venda, se constituíam enquanto um mecanismo encontrado para quebrar a rigidez que o sistema social impunha entre os trabalhadores rurais menos favorecidos economicamente. E mais, a forte presença dos mascates no território alagável nos deixa bem claro que as negociações internas, desenvolvidas com os “ribeirinhos” não se davam apenas de forma direta com as embarcações fluviais, ou indiretas por meio dos grandes fazendeiros, mas sim que havia outro caminho de

⁵⁴² Somente as embarcações pertencentes a firmas.

⁵⁴³ BRANDÃO, J. da S., op. cit., p.57-59.

troca de mercadorias e experiências entre os moradores da beira do rio e os comerciantes de pequeno porte.

Considerações finais

No primeiro capítulo, vimos que no recorte temporal em questão o termo “ribeirinhos” era uma denominação externa, reproduzida por grupos de letrados, se constituindo enquanto parte de um conjunto de representações que tinha um interesse bastante claro: menosprezar, desvalorizar, desqualificar grupos rurais autônomos da beira do rio, que estavam distantes do protótipo ideal de trabalhador. Foi possível perceber também que essas representações emergiram por parte dos viajantes estrangeiros que estiveram visitando Mato Grosso, sendo posteriormente apropriada e ressignificada até certo ponto pelos principais grupos políticos locais, por isso era recorrente encontrarmos o termo “ribeirinhos”, tanto nos relatos de viagens como nos relatórios de presidente da província e do estado de Mato Grosso.

No caso dos “ribeirinhos”, os grupos políticos proeminentes de Mato Grosso não apenas lhes atribuíam uma imagem negativa, mas intercalavam um conjunto de representações à outras práticas sociais como a aplicação de leis ambientais, regularização territorial, projetos de colonização e expedições científicas e exploratórias.

E mais, percebemos que esta prática discursiva estava firmemente inserida no contexto histórico específico recebendo fortes influências externas: a retórica legitimadora de uma sociedade “moderna” e “civilizada”, características atribuídas comumente à busca pelo “progresso”.

Todavia, após fazermos este percurso no primeiro capítulo, buscamos ao longo dos demais desconstruir a idéia de homogeneidade criada em torno da noção de “ribeirinhos”. Para tanto, o primeiro passo foi estudar e analisar o processo de formação e composição do meio rural do Pantanal Norte, em que os grupos sociais se inseriam seguindo os rastros ou vestígios de seus antepassados. Neste imenso território alagável foi nos revelado um universo plural, múltiplo e variável. A começar pela diversidade dos grupos sociais que colaboraram para as especializações locais no período que antecede o ano de 1870 – índios, brancos e negros -, que de formas distintas souberam desenvolver estratégias para a reprodução e atualização de suas formas de vida. Isto conseqüentemente constituiu ambientes distintos, marcados pela mistura de etnias, práticas, saberes e costumes, que residia não apenas entre os pequenos agricultores da beira dos rios São Lourenço e Cuiabá, mas se estendia para os demais grupos rurais ali presentes – usineiros, fazendeiros, senhores de engenho, índios, escravos, agregados e camaradas. Nesse contexto, percebemos que para entender os “ribeirinhos” seria necessário estudar também o mundo rural do qual faziam parte. Sendo

assim, adentramos nos ambientes que compunham a paisagem pantaneira, além das pequenas propriedades as margens dos rios.

Após mapear e contextualizar o universo agrário e natural em que os “ribeirinhos” se encontravam, optamos por mudar de escala e focalizar especificamente os lugares mais praticados pelos pequenos proprietários rurais no período recortado por este trabalho. Ao fazermos isto no terceiro e no quarto capítulo, observamos que uma de suas principais características era a estreita relação estabelecida com o seu meio natural, que tinha reflexos nas atividades diárias, na redistribuição dos espaços e, especialmente, nas lógicas e crenças que orientavam suas trocas de experiências. Isto é, o ciclo anual das águas, a geografia e a disponibilidade dos recursos naturais na região pantaneira tinham influências diretas no processo de espacialização local dos “ribeirinhos”. Não enquanto um fator determinante, mas sim como fator de relevância na escolha, por exemplo, dos lugares para a construção das moradias, as distintas unidades produtivas, dentre outros exemplos.

Observamos que entre os “ribeirinhos” este vínculo direto com o ambiente possibilitou a construção de um ethos local. Nesse sentido, a sua sustentabilidade e, eventualmente, um pequeno número de excedentes lhes proporcionaram desenvolver valores simbólicos e materiais que escapavam da sociedade que lhes era externa.

Isso fica mais claro na medida em que mergulhamos nas lógicas locais dos “ribeirinhos”, que apontavam para uma semiótica de códigos invisíveis e códigos visíveis, que ora se aproximavam, ora se distanciavam das condutas legais prescritas pela sociedade matogrossense.

Em outras palavras, as regras locais dos pequenos agricultores da beira dos rios não estavam dissociadas das leis regidas em Mato Grosso, pelo contrário, elas se articulavam.

Contudo, era justamente nessa articulação trançada entre os códigos locais e os códigos oficiais que emergia a singularidade dos “ribeirinhos”, pois essa intercomunicação não adquiria o formato de submissão, mas sim de estratégia de reinvenções e de ressignificações. Pois os códigos oficiais eram dispositivos recorridos sempre que necessário pelos “ribeirinhos”, na maioria das vezes, para dar legitimidade ou autoridade para alguma regra invisível local. O mais interessante foi encontrar fortes indícios de que este era um movimento percorrido por mão dupla, já que o contrário também acontecia, ou seja, os valores locais também eram conclamados pelos códigos oficiais quando era preciso. Sendo assim, um se articulava com o outro, mesmo que de forma assimétrica.

Após fazermos todo esse caminho demos prioridade em fecharmos o trabalho com um capítulo que buscasse entender como os moradores da beira dos rios da área úmida,

exteriorizavam as transformações mais amplas que atingiam Mato Grosso no período em questão. O fim da guerra do Paraguai, a reabertura da navegação fluvial, a intensificação da utilização do barco a vapor, o aumento das relações de troca e comércio, o fim da escravidão, a solidificação de uma elite local que adquiriu mais força com o advento da república no Brasil. O nosso interesse era analisar como esse conjunto de acontecimentos atingiu e modificou os “ribeirinhos”.

Nesse sentido encontramos fortes sinais de que de fato havia uma preocupação por parte dos grupos hegemônicos em inserirem a produção do Pantanal num mercado em expansão. Porém, o que se percebe é que esses moradores locais reproduziram uma racionalidade interna frente às pressões externas que os possibilitaram atualizar seu cotidiano sem se desvincular de sua temporalidade específica, apresentando uma característica que E. P. Thompson define como “resistência teimosa”⁵⁴⁵. Nesse sentido, procuramos falar sobre o “tempo da natureza” dos “ribeirinhos”, de um tempo lento, contínuo e relativamente independente que entrava em choque de forma visível e invisível com um “tempo moderno”, veloz, padronizado e disciplinador.

O mais interessante em relação ao universo rural dos “ribeirinhos” foi justamente entender a complexidade e a variedade de suas ações que contribuíam para a construção de denominações locais que, conseqüentemente circulavam entre os demais moradores do Pantanal Norte. Pois os moradores da beira do rio eram conhecidos e chamados em seu meio agrário e ambiental de: agricultores, oleiros, criadores, espingardeiros dentre outros, havendo casos em que a multiplicidade de suas atividades os possibilitava o enquadramento em duas ou mais categorias. Entre as mulheres havia também certa diversificação de suas práticas cotidianas, haja vista que elas eram denominadas localmente de: costureiras, criadoras, lavradoras, redeiras, dentre outros.

Nesse sentido, cremos que no que se refere a uma pequena parcela do ambiente agrário e natural do Pantanal, demos alguns passos adiante em questões que colaboram para compreensão desse meio tão complexo. Contudo, sabemos que muitas lacunas ficaram abertas e outras foram criadas. Porém, vemos este fato como um ponto positivo, pois ao nosso entendimento a operação historiográfica não objetiva esgotar uma temática, mas sim abrir caminhos ou deixar brechas para outras possibilidades. Isto é, os trabalhos historiográficos contribuem, mas ao mesmo tempo admitem que esta sua contribuição não é definitiva. Sendo assim, esta falta, esta ausência que motivou a pesquisa continua presente, pois os trabalhos

545 Cf: THOMPSON, E. P., op. cit.

não dão conta de tudo ou do todo. Como bem observou Certeau a esse respeito “a escrita preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta”⁵⁴⁶ .

Dessa maneira salientamos aqui que já apontamos as principais análises e discussões que este trabalho conseguiu alcançar, mas agora faremos o trajeto inverso, dando atenção às questões que decidimos não estudar. A primeira diz respeito ao patriarcalismo, tendo em vista que a região pantaneira em seu processo de formação foi composta por grandes propriedades rurais e, posteriormente, já no final do século XIX, teve como uma de suas principais políticas o coronealismo. Em relação a este fato, existe uma rica documentação disponibilizada na Cúria Metropolitana de Cuiabá: registros de nascimento, batismos e casamentos; “visitações” e correspondência -que permitem adentrar e analisar estes aspectos, a exemplo das práticas de “compadrio”. Este material possibilita também encontrar elementos referentes aos laços de parentesco e de vizinhança, o poder eclesiástico e a religiosidade, o universo simbólico e a espacialização local.

O segundo ponto refere-se a um dos acontecimentos mais significativos e que, sem dúvida alguma, atingiram a racionalidade local e, simultaneamente, a reorganização espacial e as trocas de experiências internas -os cercamentos de terras. Apesar de poucas, nos processos-crimes do Arquivo Público de Mato Grosso, no final de século XIX, houve inquéritos policiais abertos em virtude das queixas feitas por alguns trabalhadores rurais do Pantanal Norte que se posicionavam contra os cercamentos de propriedades rurais relativamente grandes. De fato, estas situações eventuais acarretariam na região uma desestruturação dos códigos e lógicas locais, pois introduziria naquele ambiente um novo tipo de exploração da terra.

O terceiro ponto volta-se às leis sobre a posse da terra, sendo a principal a Lei de Terras de 1850, que tinha o discurso de objetivar “regulamentar” as propriedades rurais espalhadas em todo o seu território, tal como uma outra Lei de 1891. Questão esta que foi estudada pela geógrafa Gislaine Moreno em Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso⁵⁴⁷ . Porém, seria interessante desenvolver uma pesquisa que preconizasse entender a maneira como esta regulamentação atingiu a região pantaneira, desde

o pequeno até os maiores proprietários rurais.

⁵⁴⁶ CERTEAU, M de, “A operação historiográfica”. In: A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 2000, p. 94.

⁵⁴⁷ MORENO, G., Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. São Paulo: FFLCHUSP, 1993.

O último ponto diz respeito às questões indígenas. Seria de grande relevância uma análise mais minuciosa sobre os grupos indígenas que reterritorializaram o extenso Pantanal, modificando seu modo de vida, estabelecendo estratégias, alianças, relações conflituosas com os demais grupos sociais, influenciando e recebendo influências. Esta relação de índios com os não índios no extenso território úmido contribuiria para a compreensão do universo agrário pantaneiro.

Estas são algumas das temáticas que, ou por opção, ou por dificuldade de acesso às fontes ou por escassez de tempo não abordamos nesta dissertação, mas que mostram a necessidade de novas pesquisas, que pretendemos desenvolver, tendo a oportunidade, em futuros trabalhos.

Bibliografia

Livros, artigos, dissertações, teses e monografias.

ALEIXO, L. H. G., Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888), Brasília: Ministério da Fazenda. Departamento de Administração/Divisão de Documentação, 1984.

ALEIXO, L. H. G., Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá, UFMT-EDUFMAT, 1995.

ALMEIDA, R. H. de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da UNB, 1997.

ANZAI, L. C., Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930). UFGO, 1885.

ARENDT, H., A condição Humana. São Paulo Universitária. 1987.

ARRUDA, G., “Representações da Natureza: história, identidade e memória” In: História, espaço e meio-ambiente. ROLIM, Rival Carvalho & PELLEGRINI, Sandra Araújo e Reginaldo Benedito Dias. [S.l.]: ANPUH-PR, 2000, p.43-65.

AZEVEDO, A. de. Cuiabá: estudo de Geografia Humana. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, VII (II), 1952-53. São Paulo, 1957.

AZEVEDO, A. de. Cuiabá: estudo de Geografia Humana. Relatório apresentado por Aroldo de Azevedo orientador geral de pesquisa de campo, Julho de 1953.

BASTOS, U. R. de A., Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801).

Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972.

BENJAMIM, W., “Sobre o conceito de História. Obras escolhidas”. Vol.1 Magia e Técnica, arte e política. São Paulo. Braziliense, 1985.

BONI, V. Gênero: O doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/01%20GT%20Valdete%20Boni.pdf> , acessado em 30 de janeiro de 2008.

BOSI, A., “Antonil ou as lágrimas das mercadorias”. In: Dialética da Colonização. Alfredo Bossi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 149-175.

_____, A., “Cultura como Tradição”. In: Tradição e Contradição. Jorge Zahar Editor/Funarte. Rio de Janeiro.

BORGES, F. T. M., Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá. São Paulo:

Scortecci, 2005.

BOURDIEU, P., “Esboço de uma teoria da prática”. In: Sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 1995, p. 47-81.

BOURDIEU, P., A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P., “A dominação masculina”. In: Educação e Realidade. Vol. 20 Jul/ Dez. Porto Alegre. FE-EFRGS, 1995.

BOUTIER, J. e JULIA, D., orgs. Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1998.

BRANDÃO, J. da S., A história da navegação em Mato Grosso Ed. Livro mato-grossense, 1991.

BURKE, P., A escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. 5º ed; São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979

CASTRO, M. I., Natureza e Sociedade em Mato Grosso (1850-1930).. Brasília: Tese (Doutorado) --UBCDS, 2001.

CASTRO, M. I. & GALETTI, L. G., “Um Histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso”. In: CASTRO, C. F. de A. Diagnostico do setor Florestal em Mato Grosso, Brasília: IBAMA/FUNATURA, 1994.

CASTRO, S. P., A festa de santo na terra da parentalha: Festeiros, herdeiros e parentes.

Sesmaria na baixada cuiabana – Mato Grosso. São Paulo.. USP, 2001. (Tese de Doutorado).

CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R., (orgs) Domínios da História. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

CARVALHO, J. M., A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Rio de Janeiro,

Campus. 1980.

CARVALHO, J. M., Formação das almas: imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

CERTEAU, M., A invenção do cotidiano: artes de fazer. V. 1 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 2002.

CHARTIER, R., A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre:

Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, R., História Cultural: entre prática e representações. Ed. Difel: Lisboa, 1990

CHARTIER, R., Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com

Carlos Aguirre, Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre:

ARTMED Editora, 2001.

CORRÊA, L S., A fronteira na história regional: o sul de mato grosso (1870-1920). São

Paulo: USP-FFLCH, 1997. (Tese de doutorado).

CORRÊA. W. B., Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943). Campo Grande:

Editora UFMS, 1995

COSTA, M. de F., Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.1997.

CORRÊA FILHO, V., Pantanaís Mato-grossenses: devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileiro. Série A: "Livros", Publicação, vol. 3).

CORRÊA FILHO, V., Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense. Rio de Janeiro:

Ministério da Agricultura, 1955.

CORRÊA FILHO, V., A propósito do boi pantaneiro. Rio de Janeiro: Ed. Paulo, Pongetti & Cia., 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Mato Grosso. Rio de Janeiro: IHGB, s/d.

COSTA, M. de F., "Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal". In Priore, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. Senhores dos Rios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COSTA, M. F. de. "História da Ocupação da Bacia do Alto Paraguai". In: Relatório do Projeto Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na Bacia do Alto Paraguai. Fase 1: Diagnóstico Convenio de cooperação científico-tecnológico Brasil-Alemanha. NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos. UFMT. Cuiabá-Tubingen, 1995.

COVEZZI, M., Lembranças do Porto: um estudo sobre o trabalho e os trabalhadores do porto de Cuiabá. (1940-1970). Tese de doutoramento. Araraquara: UNESP, 2000.

CUNHA, M. C. da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986

DEAN, W., A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DE DECCA, E. S., O nascimento das fábricas. 8º edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1991

DIEGUES, A. C. S. & NOGARA, P. J., O Nosso Lugar Virou Parque. São Paulo: NUPAUB-Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1994.

DIEGUES, A. C. S. & MOREIRA, A. de C. C.,(organizadores). Espaços e recursos naturais no uso comum. São Paulo: NUPAUB-Núcleo de Apoio a Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.

DIEGUES, A. C. S., O Mito da Natureza Intocada. São Paulo: NUPAUB, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre as Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-.USP, 1994.

DIEGUES, A. C. S., Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DIEHL, A. A. Cultura historiográfica: Memória, identidade e representação. Bauru: Ed. EDUSC, 2002.

DOSSE, F., A História em Migalhas: dos Annales à Nova História. São Paulo: Edusc, 2003.

DRUMMOND, J A., "Ciência Sócio Ambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética". In: História, Espaço e Meio Ambiente. ROLIM, R. C. & PELLEGRINI, & ARAÚJO, S.& DIAS, R. B. ANPUH-PR, 2000.

ELIAS, N., O processo civilizador . Tradutor: Ruy Jungman, revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALCI, M. K., "Mulheres no sertão nordestino". In: Mary Del Priore (Org); Carla Bassanezi

(coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 7º ed , 2004.

FIRTH, R., Elementos da organização social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FOUCAULT, M., “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: “FOUCAULT. M. Microfísica do poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

FRANCO, M. S. C., Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Fundação Editora UNESP, (Biblioteca básica), 4º Ed., 1997.

FURTADO, C., Formação Econômica do Brasil. 32º Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003.

GALETTI, L. da S. G., Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso. São Paulo, FFLCH/USP,2000 (Tese de Doutorado).

GINZBURG, C., O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido

pela Inquisição., 3.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

GINZBURG, C., Relações de força: história, retórica prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GINZBURG, C., Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GEERTZ, C. Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GODELIER, M., Propriedade. In: Enciclopédia Einaudi. TORINO: EINAUDI, 1986.

GODELIER M., Antropologia. Aditora: Ática, São Paulo.

GOMBRICH, E. H., introducción: objetivos y limites de la iconologia. In: Imagenes simbólicas. Trad. Madrid: Alianza, 1983. (13-48).

GUERRO, G. C; & CASTRO, C. A., O trabalho das mulheres na economia camponesa do

Pantanal Norte. Anais do 58º SBPC, Florianópolis: SBPC, 2006.

GUERRO, G. C., A participação da mulher na distribuição da renda domiciliar per capita nas áreas rurais de Mato Grosso: 1992-2004. Monografia apresentada ao Departamento da Economia da UFMT, 2006.

HELPERICH, G., O Cosmos de Humboldt: Alexander vom Humboldt e a viagem a América Latina que mudou a forma como vemos o mundo. Trad. Adalgisa Campos da Silva-Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HOBSBAWM, E. J., A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E. J., A Era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9º Edição, 2002.

HOBSBAWM, E. e Ranger, Terence (orgs). A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e

Terra, 1987.

HOBSBAWM, E. J., Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOLANDA, S. B., Caminhos e Fronteiras. 2 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, Departamento

de Cultura de Guanabara, 1975

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

HUNT, L., (org.). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KERCHE, N. M. E., Vadiagem ou trabalho ordeiro: uma visão sobre o trabalhador

mato-grossense. 2ª Edição, Cuiabá: Centro América Gráfica Editora, 1999.

JESUS, Nauk Maria de e ROSA, Carlos Alberto. A terra da conquista: história de Mato-Grosso Colonial. Ed. Adriana. Cuiabá, 2003.

KERGOAT, D., “Relações sexuais de sexo e divisão sexual de trabalho”. In: LOPES, M. J.

M; MEYER, D. E & WALDOW, V. R. (Orgs) Saúde e Gênero. Porto Alegre, Artes Médica,

1996.

KOSSOY, B., A fotografia como Fonte História: introdução a pesquisa das imagens no passado .São Paulo, Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo/SICCT, 1980.

KOSSOY, B., Origens e expansão das fotografia no Brasil: sec. XIX. Rio de Janeiro, Funarte, 1980.

LAROUSE, K., Dicionário Enciclopédico. Lisboa; Rio de Janeiro; Nova York: Seleções Reader's Digest, s/d.

LE GOFF, J., "Documento/monumento". In: História e Memória. 3º Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

LE GOFF, J., "A cidade inovadora: palco de igualdade e festa da troca". In: Por amor as cidades: convenções com Jean Debrun. Trad. Reginaldo Corrêa Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

LEITE, M. M., Retratos de Família: leitura da fotografia histórica. E. Ed. São Paulo EDUSP, 2001.

LEVI, G., A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia Marques de Oliveira-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, G., "A micro-história". In: BURKE, P. A escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

LOURO, G. L., "Nas redes do conceito de gênero". In: LOPES, M. J. M. & MEYER, D. E.; WALDOW, V. R (Orgs.) Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LUCIDIO, J. A. B., Nos Confins do Império: Um Deserto de Homens Povoado por Bois (A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830 a 1870), Niterói: Universidade Federal de Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1991.

NEUBURGER, M., "Engenho Velho e Miguel Novo: comunidades ribeirinhas em transformações". In: Cadernos do NERU, Ambiente: uma abordagem sócio-econômica. Núcleo de Estudos Rurais e Unrbanos-ICHS-UFMT. Cuiabá, EdUFMT, 1994. Pág. 107-130.

NOBRE, M., "Relações de gênero em agricultura familiar." In: NOBRE, M. & SILIPRANDI E. & QUINTELA, S. & MENACHE, R. (org.) Gênero e agricultura familiar. São Paulo, SOF, Cadernos Sempre Viva, 1998.

MACHADO FILHO, O., Ilegalismos e jogos de poder: um crime cérebro em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT- Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

MAIA, C. J., "Trabalho feminino e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha". In: Mulher e Trabalho. Publicação especial do convenio da pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Porto Alegre: Irene Maria Sassi Galeazzi Editora, Vol. 4, 2004

MARIGUDÚWO, Boé Eró e ENAWURO, Mário Bordignon. Os bororos na História do Centro Oeste Brasileiro 1716-1986. Missão Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande, 1987.

MARX, K., O Capital. Livro I. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

MARX, K. Formação econômicas pré-capitalistas. 4º Edição. Paz e Terra, 1985

MARIGUDÚWO, B. E. e ENAWURO, M. B., Os bororos na História do Centro Oeste Brasileiro 1716-1986. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1987.

MORENO, G., Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. São Paulo:FFLCH-USP, 1993.

MOURA, C. F., Expedição Langsdorff em Mato Grosso. Imprinta Gráfica e Editora LTDA. Universidade Federal de Mato Grosso, 1984.

- OLIVEIRA VIANA, F. J. de. Populações meridionais do Brasil, in SANTIAGO, Silvio (orgs) Interpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- OLIVEIRA, T. K., Ruralidade e Campesinato na Terra da Conquista: considerações sobre formação do meio rural de Mato Grosso. Monografia defendida pelo Departamento de História da UFMT, Cuiabá, 2005.
- OLIVEIRA, T. K., Ruralidade na ‘Terra da Conquista’: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750). Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2008.
- PÁDUA, A. P., Um sopro da destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- PANOKFSKY, E., Significado das artes visuais. Trad. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- PAULILO, M. I., “O peso do trabalho leve”. In: Ciência Hoje. Vol. 5, nº 28, jan/fev.1987.
- PELISSOLI, M. L., Ética Ambiental. Ed. Vozes, Petrópolis, R. J, 2002.
- PERARO, M. A., Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo, contexto, 2001.
- PESOVENTO, A., Trabalho Indígena na Província de Mato Grosso (1870-1890). Dissertação de Mestrado do Departamento de História, UFMT, Cuiabá, MT, 2004.
- PÓVOAS, L.V., O ciclo de açúcar e a política de Mato Grosso. Do Instituto histórico e geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras, 1983. Cuiabá.
- PRADO JÚNIOR, C., Formação do Brasil Contemporâneo – colônia. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- PRATT, M. L., Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. S. P. EDUSC, 1999.
- PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto; Fundação Unesp, 1997.
- RAMOS, M. de L. F. B. da S., Um olhar para a Cuiabá: de Cláudio e Raimundo Bastos (1920-1940)/ Maria de Lourdes Figueiredo Bastos da Silva Ramos. Cuiabá: M.L.F.B. da Silva, Cuiabá, MT-História.
- RAMOS, A. Introdução e Antropologia brasileira: As culturas Indígenas. V. II. Rio de Janeiro, 1943.
- REDE, M., “Família e Patrimônio Fundiário: notas para o estudo de economia doméstica na

Antiga Mesopotâmia”. História e Economia revista interdisciplinar. Brazilian Business School-v. 1, n. 1, (2005)-São Paulo: Terra Comunicação Editorial, 2007.

REIS, J. C., As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 21-82.

REVEL, J., “Jogos de escalas: a experiência da micro-análise”. In REVEL, J. (orgs). Jogos de Escalas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSA, C., A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: a vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808). São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, USP, 1996.

ROSA, C. A., O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana. Cadernos Cuiabanos, Cuiabá, MT, 1976.

- SAID, E. W., O Orientalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SAID, E. W., Cultura e Imperialismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SENA, E. C., Vieira e o jogo católico reformista. 1º ed. Brasília: círculo de Estudos clássicos de Brasília, 2003.
- SENA, E. C., Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870). Brasília, UNB, Tese de doutorado. 2006.
- SHALINS, M., Ilhas da História. Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
- SILVA, E. P., O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso (1870-1930). Dissertação de Mestrado, UFMT, 2002, p. 54. Aliás existe certa polêmica criada em torno dos rios Cuiabá
- SILVA, V. C., da Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901). Dissertação de Mestrado. UFMT. Cuiabá-MT. 2001.
- SILVA, N. S. & GITAHY, L. M. C., Gênero, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/G/Gitahy-Silva_22.pdf, acessado em 30 de janeiro de 2008.
- SILVA, V. C., da Um delineamento histórico do controle das práticas de pesca no rio Cuiabá, século XIX e XX. Monografia de especialização, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 1996.
- SILVA, C. J. da e SILVA, J. A. F., No Ritmo das Águas do Pantanal mato-grossense. São Paulo: NUPAUB-Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações e Areas Úmidas Brasileiras, 1995.
- SIQUEIRA, E. M., A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1997. (Publicações avulsas, nº 01).
- SIQUEIRA, E. M., Luz e Sombra: modernidade e educação pública em Mato Grosso. Ed. Edufmat, Cuiabá-MT, 1999.
- SIQUEIRA, L., Bens e Usos na Montiqueira: o município de Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840-1895). São Paulo: Editora CLA, 2005.
- THOMAS, K., O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E. P., Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P., Senhores e Caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEYNE, P., Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIERTLER, R. B., As duras penas: um histórico das relações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato-Grosso. São Paulo: FFLCH-USP. 1990.

VOLPATO, L. R. R., Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. Cuiabá: Ed. Marco Zero, 1993.

VOLPATO, L. R. R., A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1987.

WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K., O trabalho da terra. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

Documentos manuscritos

APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relações, cx. 16, ano de 1876, doc. nº 367. Secretaria de Polícia de Cuiabá, cx. atual nº16, doc. nº 145.

APMT, Cuiabá-MT. Processo Crime, 1877, doc. nº360. Juízo de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cuiabá, cx. atual nº15, doc. nº 931.

APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relações, cx. 16, ano 1878. Subdelegacia de Polícia da Freguesia de Santo Antonio, cx atual 16, doc. nº 147.

APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relações, cx 16, ano: 1878. Juízo de Direito Substituto da Camara, cx. atual:16, nº 364.

APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relações, cx 17, ano de 1879. Juízo de Direito da Comarca de Cuiabá, cx atual nº17, doc. nº 154.

APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relação, doc. nº 382. Juízo de Direito da Comarca de Mato Grosso. cx atual nº: 17. doc. nº 156.

APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relação, cx: 17, doc. nº 383, ano de 1879. Juiz de Direito Substituto de Cuiabá. cx: 17, doc: nº 157.

APMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tribunal de Relação, cx: 17, ano de 1879. Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá, cx atual: 17, doc. nº 159.

APMT, Cuiabá-MT. Lata B, doc. av., Relatório do Juiz de Direito da Comarca de Santa Cruz de Corumbá, J. J. Ramos Ferreira, dirigido ao Presidente da Província em 26 de Janeiro de 1879. Manuscrito.

NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Fundo: Tesouraria Nacional de Mato Grosso. Seção: Alfândega de Corumbá, Subseção: capatazia. Série: papéis de navios. Ano: 1857-1889. Exercício de 1889, manifesto nº 6. Vapor Nacional Humaitá, vindo de Montevidéu, entrada por inteiro em 4 de Fevereiro de 1889

APMT, Cuiabá-MT. Catálogo, nº 665, Tribunal a Relação do Estado de Mato Grosso. Ano: 1893, Cuiabá. Inventário de Antonio Monteiro de Mendonça, Inventariado: Maria Monteiro de Mendonça. Doc. nº 421.

APMT, Cuiabá-MT. Tribunal de Relações, cx 35, ano de 1893, Cuiabá, doc. nº 411.

NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 8 de Fevereiro de 1892. Despachado por Antonio Joaquim da Rocha o que abaixo se declara para Assumpção, no Vapor Nº(al) “Humayta”, 1 Caixa contendo sessenta e três kls de queijo.

NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 11 de Janeiro de 1892. Despachado por Burges o que abaixo se declara para o Paraguai, no Vapor Nº(al) “Humayta” de produção Nacional livre. 10 Caixas com mil e cem rapaduras.

NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 10 de Março de 1892. Despachado por Toribo Baes o que abaixo se declara para Assumpção no Vapor Nacional “Humaytá”, Produção do “Estado”. 10 litros com farinha de mandioca.

NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 16 de Março de 1892. Despachado por CAVASSA & CIA vapor nº (al) para Assumpção Republica do Paraguai. 1 caixão contendo setenta e cinco kilos de doce de goiaba.

NEDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 19 de Fevereiro de 1892. Despachado por CAVASSA & C^o(a) no vapor nº(al) Diamantino os seguintes gêneros de produção d'este Estado para Montevideo Rep^o(ca) Oriental de Uruguay. 24 amarrada 133 bolachas de {...}, pesando novecentos e noventa kilos 990.

APMT, Cuiabá-MT. Processos Crimes, Fundo: Tribunal de Relações, cx 36, doc.nº 747, ano de 1896. Juízo de Direito de Cuiabá, cx 89, doc. nº 991.

APMT, Cuiabá-MT, Juízo Seccional da Circunscrição de Cuiabá, ano de 1897, Corumbá, doc. nº 513.

APMT, Cuiabá-MT, Miranda, 23 de Setembro de 1901./José Alves Ribeiro. Boletim. Lata 1901 B, Doc. av.

Documentos impressos.

Discurso do presidente da província de Mato Grosso, abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa província, feita pelo exc. Snr. Ribeiro de Rezende, no dia 15 de junho de 1840.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso e comandante de armas, o Major Dr. Joaquim José de Oliveira, apresentado ao seu sucessor, o exm. Presidente e comandante da mesma província, o coronel João José da Costa Pimentel, no dia 8 de setembro 1849.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial, pelo chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, no dia 3 de Maio de 1858.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado pelo chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, na Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de Maio de 1859.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso, o exm. snr. conselheiro Herculano Ferreira Penna, ao passar a administração da mesma ao exm. 1º vice-presidente chefe da esquadra Augusto Leverger, no dia 14 de maio de 1863.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa na abertura da sessão ordinária, pelo brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, no dia 3 de maio de 1864.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso, apresentado pelo Chefe de Esquadra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, no

dia 17 de outubro de 1865.

Relatório de presidente de província de Mato-Grosso, apresentado pelo exm. snr. Augusto Leverger, Barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 20 de setembro de 1869.

Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo exm. sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 de agosto de 1871.

Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo exm. sr. tenente coronel Francisco José Cardozo Junior, no dia 4 de outubro de 1872.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso, em Anexo nº 1, Polícia, Secretaria da Polícia da Província de Mato Grosso em Cuiabá, escrito pelo Chefe de Polícia José Marcellino de Araújo Ledo Veja, no dia 27 de abril de 1874.

Relatório de presidente da província de Mato Grosso, abriu a 2º sessão, da 22º Legislatura da Assembléia, apresentado pelo João José Pedrosa, no dia 1 de outubro de 1879.

Postura Municipal de Cuiabá: Decreto nº577. Data: 30/11/1880. Cap. 12-Documento Mercado Público. Artigo 47.

Relatório de presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1º sessão da 23º legislatura da Assembléia, apresentada pelo exm. snr. General Barão de Maracajú, no dia 1 de outubro de 1880.

Relatório de presidente de província, na 1º sessão, da 26º Legislatura, apresentado pelo exc. Snr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, no dia 12 de Julho de 1886.

APMT, Cuiabá-MT, Editorial do jornal “A PATRIA”, Corumbá, Ano IV, num. 156, 30 de Março de 1892.

Editorial do jornal A PATRIA, Corumbá, Ano IV, num. 156, 30 de Março de 1892.

Código de Postura da Câmara Municipal de Cuiabá. 1893. Resolução nº 3. Livro de resoluções da Câmara Municipal de Cuiabá. Ano 1891, 905. Título V. Art. 75. P. 30 a 63.

IPMV. Cuiabá, 14/09/1893. Registrado no livro competente da Secretária da Câmara Municipal de Cuiabá, em 26/09/1893. Transcrição Dulcinéia Martins.

Mensagem de presidente de estado de Mato-Grosso, apresentada a Assembléia Legislativa na 1º sessão ordinária da 5º Legislatura, pelo coronel Antonio Alvez de Barros, no dia 3 de Fevereiro de 1900.

Relatório de Presidente de estado de Mato Grosso, apresentada a Assembléia Legislativa, na segunda sessão anual da sua legislatura, pelo Coronel Antonio Pedro Alvez de Barros, no dia 2 de Fevereiro de 1901.

Mensagem do presidente de estado de Mato-Grosso, à Assembléia Legislativa, na 3º sessão anual da sua 5º legislatura, apresentada pelo Coronel Antonio Pedro Alvez de Barro, no dia 3 de fevereiro de 1902.

Relatório de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, na 1º sessão ordinária de sua 6º legislatura, apresentada pelo coronel Antonio Pedro Alvez de Barros, no dia janeiro de 1903.

Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, segunda sessão ordinária de sua 6º legislatura, apresentada pelo coronel Antonio Paes de Barros, no dia 03 de Março de 1904.

Relatório de presidente de estado de Mato Grosso, dirigida a Assembléia Legislativa pelo coronel Generoso P. L. de S. Ponce, ao instalar-se a 3º sessão da 7º legislatura, no dia 13 de maio de 1908.

Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, dirigida pelo vice-presidente do estado em exercício, coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, ao instalar-se a 2º sessão da 8º legislatura, no dia 13 de maio de 1910.

Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, apresentada por Joaquim Augusto da Costa Marques, no dia 13 de maio de 1912.

Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa a instalar-se a 2º sessão ordinária da 10º Legislatura, apresentada pelo exm snr. General dr. Caetano Manoel de Faria Albuquerque, no dia 15 de maio de 1916.

Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, dirigida a Assembléia Legislativa, ao instalar-se sua 3º sessão ordinária da 11º legislatura, apresentada pelo Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusiade, Presidente do estado, no dia 7 de setembro de 1920.

Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, dirigida á Assembléa Legislativa, ao instalar-se a sua sessão ordinária da 12ª Legislatura, feita pelor D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusiade, em 7 de Setembro de 1921.

Relatos e crônicas de viajantes

AMORIM, A., Viagens pelo Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 1911.

BOSSI, B., Viagem pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lourenzo, Cuyabá y el Arino del grande Amazonas com la descripcion de la Província de Mato Grosso bajo su aspecto fisico, geográfico, mineralógico u sus producciones naturales, Paris, Dupray de la Mahérie, 1862.

CUNHA, H. P. da Cte., Viagens e caçadas em MT. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. 4º Edição, 1949.

D' ALINCOURT, L. d'., Memória sobre a viagem do porto de Santos à Cuiabá. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

FERREIRA, J. A., Notícia Sobre os Índios de Mato-Grosso dada em officio de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de Estados e Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos índios da então província. IHGBMT, Cuiabá, 2001.

FLORENCE, H., Viagem fluvial do Tiete ao Amazonas: 1825-29. Editora de São Paulo, São Paulo Cultrix, 1977.

MOUTINHO, J. F., Notícias sobre a Província de Mato Grosso. São Paulo, Henrique Schardez, 1868.

MULHALL, M. G., Viagem a Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas nº 11, 1998.

PITALUGA, O., Necessidade e vantagens da proteção à Ipecacuanha. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, Publicações Avulsas, nº8, 1998.

PROENÇA, M. C. de. No termo de Cuiabá. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1958.

SILVA, A. C. S., Cartas Matogrossenses. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.

SMITH, H. H., Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista (capítulo de Carlos Von Steinen sobre a capital de Matto Grosso). Companhia Melhoramentos de São Paulo, Cayeras, S. Paulo, 1922.

STEINEN, K. von de. Conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1884 e 1888 pelo explorador e cientista Karl von de Steinen a respeito da

exploração ao Xingu. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Publicações Avulsas, nº4 , 1998.

STEINEN, K. von de. O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu. Trad. Catarina Baratz Canbrava. São Paulo, Nacional, 1942.

STEINEN, K. von de. Entre os aborígenes do Brasil Central. São Paulo, 1940.

RONDON, C. M. da S., Relatório dos trabalhos realizados de 19000-1906: comissão linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso apresentado as autoridades do ministério da guerra. Departamento da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro -Brasil. Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Publicação nº 69-70.

ROOSEVELT, T., Nas selvas do Brasil. Tradução de Luiz Guimarães Junior; apresentação de Mario Guimarães Ferri. Ed. da Universidade de São Paulo, livraria Itatiaia Editora LTDA,

197.

VICENZI, C. J., Paraíso Verde: impressões de uma viagem a Mato Grosso em 1918. Rio de Janeiro, snt.

VIEIRA, F. S. A. da R., Climatologia: algumas notícias médicas e outras observações acerca da Província de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas, nº 13, 1998, Cuiabá.

VIVEIROS, E., Rondon conta sua história. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1958.

